

Relatório de Atividades 2022

Ficha técnica

Título

Relatório de Atividades 2022

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro

Telef.: 289 895 200/99 • Fax: 289 889 099

E-mail: geral@ccdr-alg.pt • www.ccdr-alg.pt • www.facebook.com/ccdralgarve • [twitter: @ccdr_algarve](https://twitter.com/ccdr_algarve)

Data de edição

Julho de 2023



Índice

Aprovado no
Conselho Directivo de
24-07-2023

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
NOTA INTRODUTÓRIA	7
I - QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	12
II - ANÁLISE DA AFETAÇÃO DOS RECURSOS	18
1 Recursos humanos	18
2 Recursos materiais	19
3 Recursos financeiros	21
4 Análise sintética ao Balanço Social	24
5 Análise sintética da execução do Plano de Formação	26
III – PLANO DE ATIVIDADES.....	30
1 Quantificação da atividade desenvolvida por área temática no biênio 2021-2022	31
2 Atividades não previstas desenvolvidas por unidade orgânica	31
IV – APRECIACÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	36
V – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E TRABALHADORES	37
VI – COMPARAÇÃO DE UNIDADES HOMOGÉNEAS	39
VII – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)	40
VIII – MEDIDAS DE REFORÇO POSITIVO	42
IX - OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	45
1. Publicidade institucional	45
2. Programa de Gestão do Património Imobiliário	46
3. Medidas de modernização administrativa	47
X – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO FINAL	50
1. Menção de autoavaliação proposta pelo dirigente máximo do serviço	50
XI - CONCLUSÕES PROSPETIVAS	51

ANEXOS

- Anexo I - Execução do QUAR 2022
- Anexo II - Balanço Social 2022
- Anexo III - Relatório de Gestão 2022
- Anexo IV - Relatório da Formação Profissional
- Anexo V - Objetivos e atividades desenvolvidas por Unidade Orgânica
- Anexo VI - Apreciação dos serviços prestados
- Anexo VII- Audição de dirigentes intermédios e trabalhadores
- Anexo VIII - Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Índice de quadros

Quadro 1 - Taxas de realização do QUAR – Objetivos e indicadores	17
Quadro 2 - Recursos humanos planeados <i>versus</i> realizados	19
Quadro 3 - Execução orçamental 2022	21
Quadro 4 - Afetação real e prevista de recursos humanos e financeiros por Unidade Orgânica	23
Quadro 5 - Indicadores do Balanço Social 2020-2022	24
Quadro 6 – Resumo formação e capacitação 2022	26
Quadro 7 - N.º de participações e participantes por cargo/carreira	27
Quadro 8 - Taxas de realização da formação planeada <i>versus</i> a realizada	28
Quadro 9 - Taxas de realização do Plano de Atividades – objetivos e indicadores	30
Quadro 10 - Incumprimentos e resultados insuficientes	42
Quadro 11 - Publicidade institucional 2022	46

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição de trabalhadores segundo o vínculo	18
Gráfico 2 – Execução orçamental	22
Gráfico 3 – Distribuição das horas de formação	28
Gráfico 4 – Grau de satisfação de <i>stakeholders</i>	36
Gráfico 5 – Satisfação global dos trabalhadores	38

Sumário Executivo

Tendo presente o estabelecido na Lei Orgânica (Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), tinha como missão “assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações na região do Algarve” e ainda “executar a política de incentivos à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.”

No ano 2022 a CCDR Algarve esteve sob a tutela direta da Ministra da Coesão Territorial, em coordenação com o Ministro do Ambiente e Transição Energética, integrando o perímetro do Programa Orçamental 02 – Governação.

No que concerne aos objetivos estratégicos que integraram o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) mantiveram-se os estabelecidos em anos anteriores dada a sua aquiescência com as prioridades e desafios estratégicos plasmados no programa do XXIII Governo Constitucional.

A definição dos objetivos operacionais foi efetuada em estreita articulação com os objetivos estratégicos, e devidamente alinhada com o programa do governo no que se refere às políticas públicas de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional e de apoio às autarquias locais, tal como em matéria de fundos estruturais europeus.

Os objetivos operacionais foram igualmente alinhados com o preconizado na Lei das Grandes Opções Aprofundar a Descentralização, tal como nos desafios estratégicos, nomeadamente no que concerne o 1º - Alterações Climáticas e Transição Climática e o 3º Desigualdades – Coesão Territorial, bem como com os objetivos e indicadores do Programa Orçamental 02 – Governação, e ainda, com o estabelecido no Plano Estratégico da Coesão Territorial.

Assim, durante o período a que se reporta o presente relatório foram monitorizados os seguintes objetivos operacionais, em sede do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR): OP1: Promover a transformação digital e a modernização administrativa; OP2: Acelerar a execução dos programas operacionais regionais do Portugal 2020; OP3: Implementar a agenda regional de transição para a economia circular ; OP4: Promover a implementação de medidas de eficiência energética e de recursos OP5: Otimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações, e OP6: Reforçar a aproximação das CCDR e das autoridades de gestão às comunidades. Genericamente, cumpriram-se os objetivos operacionais propostos para o ano de 2022 conforme apresentado no presente Relatório de Atividades e de Autoavaliação e nos anexos que dele fazem parte integrante.

Em termos de execução final do QUAR, foram atingidas as seguintes taxas por parâmetro: 113% na Eficácia, 117% na Eficiência e 108% na Qualidade, que corresponde à superação dos três parâmetros, permitindo alcançar uma taxa média de realização final do QUAR de 113%. No que refere ao Plano de Atividades a taxa de realização foi de 115%.

Os resultados alcançados expressam o empenho relevante de todos, trabalhadores e dirigentes, num ano ainda marcado pelas consequências da crise pandémica, a que acresceram os impactos decorrentes da inflação resultante da guerra devido à invasão da Ucrânia do cenário de guerra na Europa. Sublinhar, ainda, como justificação para os resultados alcançados a monitorização regular do QUAR, que em tempo útil permitiu identificar os pontos críticos geradores de desvios e assegurar os procedimentos necessários para agir em conformidade no sentido de os ultrapassar.

Importa, no entanto, salientar que a execução do programado em sede de QUAR e de Plano de Atividades não esteve, ainda assim, isenta de constrangimentos, os quais na medida do possível foram mitigados.

Atendendo à amplitude das atribuições e competências cometidas às CCDR, as Unidades Orgânicas são frequentemente envolvidas numa agenda (extra) de atividades não previstas em sede de Plano de Atividades, que assumiram, alguma expressão no ano 2022, no cômputo da atividade desenvolvida, consumindo os recursos humanos e financeiros alocados à concretização dos objetivos operacionais previstos.

Nos próximos exercícios de planeamento o foco deverá centrar-se-á na mitigação dos constrangimentos identificados, mediante a definição de objetivos, indicadores e metas que valorizem a simplificação e eficiência na prossecução da missão e atribuições da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e na reformulação do QUAR inicial, sempre que se justifique, prosseguindo uma linha de reforço do valor acrescentado pela CCDR à Região.

Uma palavra final, a todas e todos os colaboradores, pelo empenho e espírito de serviço público, contribuindo para o aumento da credibilidade e da confiança no trabalho da CCDR.

Nota Introdutória

A elaboração do presente relatório de atividades teve em atenção a metodologia constante nas diretrizes vertidas no Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, e na Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, e acessoriamente nas orientações técnicas emitidas pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços, bem como nas Linhas de Orientação – Relatório de Atividades - disponibilizadas pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

A execução do QUAR e Plano de Atividades referente ao ano 2022 teve como enquadramento as Grandes Opções e o respetivo plano financeiro estabelecido na Lei do Orçamento de Estado, tal como o fixado no Decreto-Lei de Execução Orçamental. Acresce, que a atividade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) foi igualmente delimitada pelas normas e demais disposições constantes nos diplomas legais aplicáveis às áreas de negócio (ambiente, ordenamento do território, desenvolvimento regional, apoio às autarquias e transversais (financeira, recursos humanos e património) e aos fundos estruturais europeus.

A atividade da CCDR Algarve no ano 2022 teve como referência o preconizado na Lei das Grandes Opções - Aprofundar a Descentralização, tal como nos desafios estratégicos, nomeadamente no que concerne o 1º - Alterações Climáticas e Transição Climática e o 3º Desigualdades – Coesão Territorial, bem como com os objetivos e indicadores do Programa Orçamental 02 – Governação.

No universo dos organismos da administração desconcentrada do Estado, as CCDR são dos que têm uma missão mais abrangente, porque lhes está atribuída a dinamização e a coordenação, na respetiva região, das políticas públicas com o objetivo de contribuir para a competitividade económica, coesão social e sua sustentabilidade. Noutra perspetiva, constituem uma importante alavanca na concertação entre a administração central e a administração local, bem como na ligação do nível regional ao europeu através da gestão e acompanhamento da aplicação dos Fundos Estruturais na Região.

No âmbito das intervenções prioritárias da CCDR, destacam-se os contributos a prestar na elaboração e implementação das políticas nacionais de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional, bem como a promoção da articulação e integração no território das políticas públicas. Em paralelo, procedem ao acompanhamento dos Programas de Cooperação Territorial Europeia.

Numa lógica de continuidade merece de novo destaque o esforço empreendido pela Unidade Orgânica do Ambiente, na dinamização externa de *webinars* sobre Economia Circular, no âmbito dos trabalhos da Agenda Regional para a Economia Circular.

Nesta Unidade Orgânica merece também destaque o grande acréscimo de solicitações, nomeadamente quanto à avaliação prévia de sujeição ou não a avaliação de impacto ambiental de projetos.

Ainda, a salientar, que em resultado das diversas alterações legislativas na área do licenciamento de operações de gestão de resíduos, que entraram em vigor durante o ano de 2022, esta CCDR registou inúmeras solicitações da Autoridade Nacional de Resíduos, reuniões, colaboração na elaboração de notas técnicas, emissão de pareceres, etc. num volume de trabalho sem paralelo com histórico anterior.

Na Unidade Orgânica do Ordenamento do Território a par do exercício das suas competências no âmbito dos diferentes regimes jurídicos específicos aplicáveis, merecem destaque as atividades ao nível do seu contributo para a implementação da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei de bases), designadamente no âmbito do acompanhamento da formação (elaboração, alteração, revisão, suspensão, medidas preventivas e normas provisórias) dos programas e planos territoriais, assegurando a avaliação da sua conformidade com o Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), incluindo a observação dos diplomas complementares e o cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Regime de avaliação ambiental dos planos, bem como a verificação da sua compatibilidade com o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT Algarve), em articulação e em linha com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e, ainda, apoiar a conclusão da tarefa de adoção, nos planos territoriais municipais e intermunicipais, das regras de classificação e classificação do solo previstos na referida Lei de bases, abrangendo a totalidade do território dos municípios.

Na Unidade Orgânica do Apoio Jurídico e à Administração Local, registou-se, à semelhança de anos anteriores, uma atividade intensa e profícua, materializada em elevadas taxas de execução no que se refere ao apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR e do POR Regional, no apoio jurídico à Administração Local através da elaboração de pareceres e informações, no acompanhamento de processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial e na instrução de processos de contraordenação em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza.

Na Unidade Orgânica do Desenvolvimento Regional (DSDR) destaca-se o importante contributo dado pela Equipa na preparação do Acordo de Parceria e do Interreg/POCTEP 21-27, bem como o relevante papel tido ao nível da Cooperação Transfronteiriça. A DSDR em 2021 passou a integrar novas componentes, com destaque para os Grupos de Trabalho “Habitar no Interior” e “Co-working” e prosseguiram-se, em 2022, os projetos âncora identificados também em anos anteriores: Dieta Mediterrânica, Algarve Acolhe agora integrado na plataforma T-Invest, a Rede RAARA – Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve, o observatório da Mobilidade e Transportes, o TASA – Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais.

Mencionam-se igualmente outros projetos e iniciativas com destaque para o desenvolvimento do projeto Atlazul, sobre crescimento azul e a economia do mar e muito relevante para a governança do mar na EuroRegião AAA bem como do projeto CILIFO, focado na resiliência às alterações climáticas e prevenção dos focos rurais e, através da DSDR, a integração da CCDR-Algarve no Digital Innovation Hub: AI4PA ARTIFICIAL INTELLIGENCE & DATA SCIENCE FOR PUBLIC ADMINISTRATION PORTUGAL.

Durante o ano 2022 a Autoridade de Gestão (AG) da Estrutura de Missão do POR Algarve 2020 deu continuidade às responsabilidades que lhe estão atribuídas, cumprindo os grandes objetivos na área da Gestão de Fundos Comunitários sob a responsabilidade da CCDR no que se refere à implementação do Portugal 2020.

Durante este ano o POR ALGARVE 2020 continuou em “velocidade de cruzeiro” desenvolvendo as atividades de apreciação e aprovação de candidaturas, a análise de pedidos de pagamento, a validação de despesa e de procedimentos de contratação e os pagamentos. Em paralelo, a Autoridade de Gestão manteve os reportes com as Autoridades Nacionais e Comunitárias, através do envio dos Pedidos de Pagamento Intermédios – certificações, Previsões e monitorização da informação.

De igual modo a Autoridade de Gestão deu igualmente prioridade à execução e análise dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários, garantindo desta forma a superação da Meta N+3 nas condições impostas pela Comissão Europeia, alcançando 150,63% desta meta.

De realçar igualmente que no seguimento do esforço efetuado pela equipa do programa no sentido de aumentar a execução, o Programa Operacional chegou ao final do ano com uma taxa de execução de 73,14%.

Acrescentar ainda que no que se refere ao Controlo Interno foram realizadas cerca de 91% das tarefas previstas no Plano de Atividades de 2022.

Sendo o Algarve uma região turística, com uma economia pouco diversificada e altamente dependente da procura externa, os atores regionais, bem como os beneficiários do POR Algarve 2020, sentiram de forma bastante acentuada e duradoura os impactos da pandemia, condicionando as atividades e consequentemente a capacidade de execução, quer se trate de beneficiários públicos ou privados.

Em paralelo, as dificuldades financeiras sentidas por parte dos beneficiários públicos, bem como os problemas do mercado regional da construção civil, atrasaram a adjudicação das empreitadas (concursos desertos), e consequentemente a sua finalização, por falta de mão de obra e subida dos preços das matérias-primas (consequência da pandemia e da guerra), também impactaram na taxa de execução do Programa Operacional Regional.

De referir ainda, que as Estruturas do POR Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas (OADR), tal como a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, durante o ano 2022, estiveram envolvidas de forma empenhada na preparação do período de programação 2021-2027, participando na elaboração do documento do Programa Regional para o mesmo período (21-27).

Este trabalho culminou com a aprovação do Programa Regional Algarve 2030 em dezembro de 2022. Destaque para o trabalho de montagem efetuado pelo OADR de todo o sistema de indicadores de realização e de resultado que suportarão o período de programação 2021-2027.

Dando continuidade ao trabalho realizado no âmbito da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3 Algarve), o OADR realizou vinte e três ações de acompanhamento de proximidade a projetos RIS3 Algarve (reuniões, visitas temáticas e boas práticas), e ainda foram dinamizadas quatro ações de capacitação internas (Lab Observa).

Merece igualmente destaque, no quadro do acompanhamento e monitorização das dinâmicas regionais, a recolha e análise de informação estatística, enquanto suporte à elaboração de documentos internos, apresentações para reuniões, e divulgação interna ou externa, em diferentes formatos, assinalando-se a elaboração das seguintes publicações: “Números em Destaque” sobre as Contas Regionais 2021; boletim “Algarve em destaque” dedicado à monitorização da RIS3 Algarve (2021); bem como doze boletins “Informação Mensal POR”.

Neste mesmo alinhamento de apresentação e divulgação de resultados alcançados com a aplicação dos fundos comunitários na região do Algarve, foram desenvolvidos produtos editoriais, como newsletters, publireportagens, assim como, a recolha de imagens, de testemunhos e a produção de vídeos/ mini-filmes e podcasts sobre projetos apoiados pelo POR Algarve 2020 e pelo programa INTERREG V (POCTEP), com o objetivo de apresentar bons resultados na aplicação dos fundos comunitários.

Para introduzir um maior foco nos resultados, a assinatura deste material audiovisual passou a ser #AlgarveFazBem, no contexto do pré-lançamento da marca umbrela “ALGARVE FAZ BEM”, a qual foi concretizada com o lançamento do novo website do Programa Operacional Regional. Os trabalhos foram realizados em diferentes locais do Algarve e os filmes estão disponíveis nas respetivas páginas do Youtube e do Facebook do Programa Operacional 2020.

Relativamente à Cooperação Transfronteiriça, destaca-se a gestão regional, de nível técnico e financeiro, do PO INTERREG V-A 2014-2020, função atribuída à CCDR Algarve na qualidade de Unidade de Coordenação regional deste Programa, bem como as ações relacionadas com a Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, a Comissão Luso-Espanhola e a preparação do PO Cooperação Transfronteiriça 2021-2027.

No que se refere à EURORREGIÃO Alentejo-Algarve-Andaluzia (EURO_AAA) o Protocolo de Cooperação Transfronteiriça (assinado pelas três regiões a 5 de maio de 2010) foi revisto e atualizado e mereceu parecer favorável das instâncias portuguesas e espanholas, prepararam-se as prioridades da EuroregiãoAAA, no caso do Algarve em consonância com os atores locais/regionais e representantes no Conselho Regional da CCDR-Algarve tendo a 2 de março de 2022 sido publicamente assinado, em Faro o novo acordo de cooperação transfronteiriça da Comunidade de Trabalho da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, com a presença da Ministra da Coesão Territorial, da Secretária de

Estado do Desenvolvimento Regional e dos Presidentes da Junta de Andaluzia e da CCDR Alentejo.

Destaque particular para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência que no Algarve assegura a monitorização, através da CCDR enquanto Beneficiário Intermediário, de 2 investimentos Componente 07:RE-C07-i01 Áreas de Acolhimento Empresarial (de Nova Geração), e RE-C07-i03 Ligações Transfronteiriças | Ponte de Alcoutim - Sanlúcar de Guadiana (PT-ES). Importa salientar o acompanhamento, envolvendo distintas Unidades Orgânicas da CCDR Algarve, na elaboração de contratos tanto com Estrutura de Missão Recuperar Portugal como com os Beneficiários Finais, dos pedidos de financiamento/adiantamento, bem como dos relatórios de progresso trimestrais.

Ao nível interno da organização merece destaque a promoção da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores da CCDR, com a aplicação do regime jurídico da Segurança e Saúde no Trabalho, materializado na implementação de Medidas de Autoproteção elencadas no Plano de Segurança no Trabalho (Contra-Incêndios) e na execução do Plano de Saúde no Trabalho.

Por outro lado, em alinhamento com os objetivos preconizados no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), na Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) e o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP), no ano 2022 iniciou-se a implementação do plano interno de adaptação às obrigações legais decorrentes deste enquadramento legislativo, com vista à melhoria da eficiência energética dos dois edifícios afetos à CCDR Algarve. Assim, a par da implementação das medidas de eficiência hídrica, merece particular destaque a taxa de implementação das medidas de eficiência energética, instalação de sistema de autoconsumo – painéis fotovoltaicos com sistema de baterias, no edifício sede que superou as melhores expectativas.

No que se refere às ações de formação e capacitação dinamizadas foi dada continuidade em 2022 à execução do Plano de Formação e Capacitação que potenciou também a participação de trabalhadores em funções públicas pertencentes a outros organismos regionais da Administração Central e Local, em matérias fundamentais ao exercício das suas funções, fortalecendo as suas competências e contribuindo deste modo para o reforço dos seus níveis motivacionais. Noutra perspetiva, foi igualmente relevante o facto das ações de formação e capacitação terem sido ministradas por formadores e palestrantes de reconhecido mérito e de elevado nível de competências no panorama nacional e internacional, o que constituiu sem sombra de dúvida uma grande mais-valia que a CCDR Algarve proporcionou aos ativos dos diversos organismos desconcentrados da região e às autarquias locais.

I - QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Nos termos do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, na sua redação atual, a autoavaliação é elaborada com base no QUAR aprovado e posteriormente reformulado, no sentido de evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados em função dos objetivos anualmente fixados.

A CCDR Algarve solicitou a 3 de novembro de 2022 a reformulação do QUAR, que consistiu na proposta de alteração dos indicadores 7 e 8 no Objetivo Operacional 4.

No caso do indicador 7 foi proposta a alteração da meta. A justificação para este ajustamento decorreu do atraso no diagnóstico da situação de partida e na emissão dos Certificados Energéticos, o que obrigou a um alargamento de prazo para a elaboração do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP).

	Objetivo/Indicador	META 2022	Tolerância	Valor crítico
OP 4: PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE RECURSOS				
QUAR inicial	IND 7: Número de dias seguidos para elaborar o Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	227	15	196
QUAR alterado	IND 7: Número de dias seguidos para elaborar o Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	334	15	196
QUAR inicial	IND 8: Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	25%	5%	40%
QUAR alterado	IND 8: Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	25%	10%	%

No que se refere ao indicador 8, devido à necessidade de harmonização de objetivos e metas relativos ao consumo de energia, água, materiais e outros recursos, para o triénio 2022 -2024, por parte das distintas áreas governativas (Direção-Geral de Energia e Geologia e da Coesão Territorial), foi solicitada a alteração da tolerância de 5% para 10%.

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros emitiu a 21 de dezembro de 2022 parecer favorável á proposta de reformulação do QUAR, que foi aprovada pela respetiva tutela a 27 de dezembro de 2022.

Em seguida é apresentada uma análise da execução do QUAR.

Parâmetro de Eficácia – 113%

Objetivo/Indicador	META 2022	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação
OP1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA						
IND 01: Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	96%	2%	100%	100%	125%	Superou
IND 02: Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	75%	15%	100%	75%	100%	Atingiu

Descrição e fundamentação dos resultados

IND 01: Foram mobilizados os 16 municípios da região do Algarve para o projeto, reunindo informação e alimentando a plataforma com os serviços disponíveis a nível local.

IND 02: Desenho e implementação de 13 workflows no sistema de gestão documental distribuídos por processos conforme o grau de complexidade e implementação de Assistente Virtual (Chatbot).

Parâmetro de Eficiência – 117%

Objetivo/Indicador	META 2022	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação
OP2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020						
IND 03: Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	90%	15%	100%	100%	100%	Atingiu
IND 04: Taxa de Execução dos POR no PT 2020	79%	5%	85%	73%	99%	Não Atingiu
IND 05: Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	135%	10%	150%	151%	126%	Superou
OP3: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ECONOMIA CIRCULAR						
IND 06: Número de ações de divulgação da Economia Circular	7	2	11	7	100%	Atingiu
OP4: PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE RECURSOS						
IND 07: Número de dias seguidos para elaborar o Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	334	15	196	321	100%	Atingiu
IND 08: Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	25%	5%	40%	71%	177%	Superou

Descrição e fundamentação dos resultados

IND 03: Do total das decisões (66) houve um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos em 66, o que corresponde a 100%.

IND 04: O valor total executado (FEDER + FSE) até 31/12/2021 foi de 233.071.945€, o que face ao valor programado, 318.676.488€, corresponde a 73,14%.

IND 05: O valor total dos PPI (FEDER + FSE) submetidos à CE até 31/12/2022 foi de 287.116.030€, o que face ao valor da meta N+3 prevista para 2022, 190,610,722€, corresponde a 150,63%. De realçar que o valor apresentado, sendo ele significativo resulta do grande esforço que foi efetuado para o aumento da execução e cumprimento, até final do ano, de metas nacionais definidas pela tutela.

IND 06: De acordo com o previsto na agenda regional promoveram-se as seguintes ações de divulgação:

- 1 - Comunidade de Inovação em Economia Circular - embalagens de cartão – integrada no programa do Algarve Tech Summit 2022 em Faro (31/03/2022)
- 2 - Comunidade de Inovação em Economia Circular - orgânicos e alimentares - integrada no programa do Algarve Tech Summit 2022 em Faro (31/03/2022)
- 3 - Comunidade de Inovação em Economia Circular - redes linhas e armadilhas - integrada no programa do Algarve Tech Summit 2022 em Faro (31/03/2022)
- 4 - Design para a Economia Circular com o ISMAT - integrada no programa do Algarve Design Meeting 2022 em Faro. (27/05/2022)
- 5 - Gestão Ambiental nos edifícios da CCDR-Resíduos (22/06/2022)
- 6 - O novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (20/10/2022)
- 7 - Exploração de Pedreiras e gestão de resíduos inertes (14/12/2022)

IND 07: O Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP) foi concluído a 17/11/2022, o que corresponde a 321 dias seguidos.

IND 08: Foi feito um grande esforço no ano 2022 para implementar a Medida de Eficiência Energética no edifício sede e a Medida de Eficiência Hídrica nos 2 edifícios, correspondente a uma taxa de implementação do Plano de 71%. Esta execução traduziu-se numa taxa acima do valor crítico, dado que a vertente energia tem um peso substancial no montante de investimento previsto no âmbito do Plano de Eficiência ECO.AP. 2030

Parâmetro de Qualidade – 108%

Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação
OP5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES						
IND 08: Índice de satisfação dos stakeholders externos	3	1	5	4	100%	Atingiu
IND 09: Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	4	2	8	5	100%	Atingiu
OP6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS						
IND 10: Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	80%	10%	100%	100%	125%	Superou
IND 11: Percentagem de trabalhadores em formação profissional	75%	10%	100%	96%	121%	Superou
IND 12: Taxa de satisfação dos trabalhadores	3	1	5	4	100%	Atingiu

Descrição e fundamentação dos resultados

IND 08: Realizou-se um inquérito junto dos *stakeholders* externos. O índice de satisfação obtido foi de 4, numa escala de 0 a 5.

IND 09: No âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 desenvolveram-se seguintes iniciativas:

- I. Projetos específicos (destaco 4 coordenados pela DSDR);
- II. Ações de capacitação promovidas pela DSA, OADR e DSDR (sessões informativas/DSA e OADR, 2 Jornadas de Trabalho/DSDR);
- III. Sessões com *stakeholders* sobre Biodiversidade/DSDR;
- IV. Questionários participativos *online* e preenchimento de fichas de projetos/ações (DSDR);
- V. Realização de exposição LIXARTE (DSDR e ED);
- VI. Participação em ações externas (várias unidades orgânicas).

IND 10: Registaram-se 25 requerimentos que foram todos autorizados

IND 11: Até 31/12/2022 participaram em ações de formação 96% dos trabalhadores.

IND 12: Realizou-se um inquérito junto dos trabalhadores. O índice de satisfação obtido foi de 4, numa escala de 0 a 5.

Análise sintética dos resultados

No âmbito do QUAR 2022 da CCDR Algarve foi atribuída aos três parâmetros a seguinte ponderação: **Eficácia 15%, Eficiência 45% e Qualidade 40%**.

Em conformidade com as instruções que constam na Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009, foram definidos como relevantes os seguintes objetivos:

- OP 1: Promover a transformação digital e a modernização administrativa
- OP 2: Acelerar a execução dos programas operacionais regionais do Portugal 2020
- OP 5: Reforçar a aproximação das CCDR e das autoridades de gestão às comunidades
- OP 6: Promover serviços públicos bem geridos, renovados e com profissionais motivados

A 31/12/2022 registaram-se as seguintes taxas de execução por parâmetros do QUAR: **113%** na **Eficácia**, **117%** na **Eficiência** e **108%** na **Qualidade**, ou seja, foram superados os três parâmetros. **A taxa média de realização final do QUAR é de 113%**.

No que se refere aos **Objetivos Relevantes** foram atingidas as seguintes taxas de realização: **OP1 - 113%** (superado), **OP2 - 113%** (superado), **OP5 - 100%** (atingido) e **OP6 - 116%** (superado), correspondendo a um desempenho global dos serviços de bom. Nos restantes objetivos as taxas de realização foram: **OP3 - 100%** (atingido), **OP4 - 138%** (superado).

Os resultados alcançados expressam o empenho relevante dos trabalhadores e dirigentes. Acresce, ainda, como justificação a monitorização regular do QUAR, que permitiu identificar em tempo útil os pontos críticos geradores de desvios e assegurar os procedimentos necessários para agir atempadamente e em conformidade no sentido de os ultrapassar.

Numa análise aos resultados atingidos face às metas fixadas em sede de planeamento, identificam-se os seguintes desvios:

	Indicadores	Desvio positivo
IND 01:	Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	125%
IND 05:	Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	126%
IND 08:	Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	177%
IND 11:	Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	125%
IND 12:	Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	121%
		Desvio negativo
IND 04:	Taxa de Execução dos POR no PT 2020	99%

Em síntese, no que se refere à execução do QUAR 2022, constata-se que foram superados 5 indicadores (1,5 8, 11, 12); atingidos 7 indicadores (2, 3, 6, 7, 9, 10, 13); e não atingido 1 indicador (4). No que se refere aos objetivos foram superados 4 (1, 2, 4 e 6) e atingidos 2 (3 e 5). Estes resultados correspondem a uma **taxa de realização de 113%**.

QUADRO 1
TAXAS DE REALIZAÇÃO DO QUAR – OBJETIVOS E INDICADORES

Objetivos/Taxas de Realização	Objetivos Operacionais QUAR				Taxas de Realização QUAR		
	Total	Superados	Atingidos	Não Atingidos	Obj./Ind. Superados	Obj./Ind. Atingidos	Obj./Ind. Não Atingidos
Objetivos Globais	6	4	2	0	67%	33%	0%
Objetivos relevantes	4	3	1	0	75%	25%	0%
Indicadores	13	5	7	1	38%	54%	8%

Fonte: QUAR 2022

No ano 2022 ainda foi sentido na região Algarve o impacto significativo das consequências da pandemia, que se refletiu nos resultados alcançados em parte dos objetivos/indicadores.

Tratando-se de uma região turística, com uma economia pouco diversificada e altamente dependente da procura externa, os atores regionais, bem como os beneficiários, sentiram de forma bastante acentuada e duradoura os impactos da pandemia, condicionando as atividades e consequentemente a capacidade de execução dos beneficiários (públicos e privados).

Em paralelo, as dificuldades financeiras sentidas por parte dos beneficiários públicos, bem como os problemas do mercado regional da construção civil, que têm vindo a atrasar adjudicação das empreitadas (concursos desertos), dificultando a sua finalização, por falta de mão de obra e subida dos preços das matérias-primas (consequência da pandemia e da guerra), também impactaram na taxa de execução do Programa Operacional Regional. Deste modo se justifica o não cumprimento do Objetivo Operacional 02 Acelerar a Execução dos Programa Operacionais Regionais do Portugal 2020.

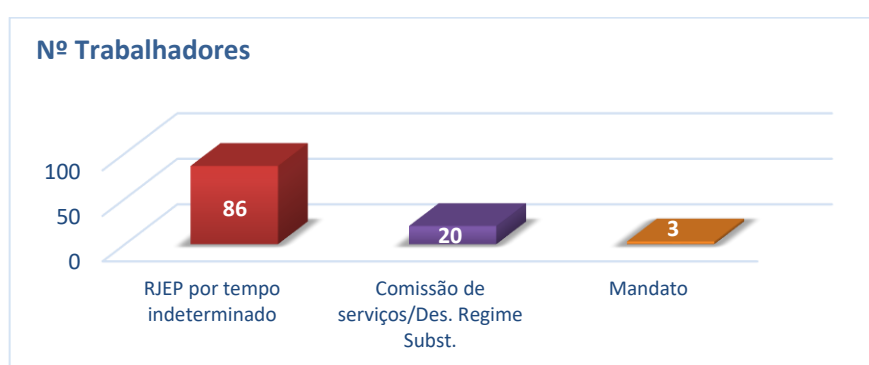
II - ANÁLISE DA AFETAÇÃO DOS RECURSOS

1. Recursos Humanos

Conforme reportado nos quadros do Balanço Social contabilizavam-se 109 colaboradores em efetividade de funções a 31 de dezembro de 2022.

Dos 109 trabalhadores em efetividade de funções, 79% enquadravam-se no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 21% afetos à Estrutura de Missão do POR Algarve 2020, e 21% em exercício de mandato/comissão de serviço/designação em regime de substituição.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO



Fonte: Balanço Social 2022, Nota (1): Decreto-Lei nº 228/2012, de 25/10 na sua redação atual e RCM nº 91/2020, 27/10

O número de trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público afetos aos Mapas de Pessoal da CCDR Algarve e às Estruturas de Missão do Programa Operacional Regional do Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, registou a seguinte evolução nos últimos três anos:

	2020	2021	2022
Nº Trabalhadores (1)	107	112	109
Varição	1%	5%	-3%

Fonte: Balanços Sociais 2020 a 2022

Nota (1): Totalidade dos trabalhadores, incluindo os que não se encontravam ao serviço

Por comparação com o número de efetivos contabilizados em dezembro de 2022, registou-se um decréscimo de 3% face ao ano anterior, resultando, assim, que no ano 2022 não foi possível preencher a totalidade dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, o que naturalmente teve algum impacto ao nível do desempenho organizacional.

Importa, realçar, que no caso de não se compense o contínuo movimento de saídas, na sua maioria por aposentação, com recrutamentos por mobilidade interna ou novas admissões, acentuar-se-ão os constrangimentos, atualmente já identificados, no cumprimento das atribuições e competências desta Comissão de Coordenação.

QUADRO 2
RECURSOS HUMANOS PLANEADOS VS REALIZADOS

Cargo/Carreira	Pontuação	RH Planeados (1)	RH Realizados (2)	Desvio (3) = (2)-(1)
Dirigentes - Direção Superior	20	160	160	0
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	240	240	0
Técnico Superior (inclui especialistas de informática)	12	780	732	-48
Coordenador Técnico (inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistente Técnico (inclui técnicos de informática)	8	216	168	-48
Assistente operacional	5	15	10	-5
TOTAL	70	1 429	1 328	-101

Fonte: QUAR 2022

À semelhança de anos anteriores os recursos humanos realizados foram inferiores aos planeados, obrigando a um esforço acrescido das Unidades Orgânicas na concretização dos objetivos em sede de QUAR e Plano de Atividades.

2. Recursos Materiais

Bens móveis e veículos automóveis

A CCDR Algarve dispôs dos meios programados no Plano de Atividades, tendo sido realizados novos investimentos em equipamento informático e administrativo, com reflexo evidente na melhoria do funcionamento dos serviços e das condições de trabalho dos trabalhadores.

Ao nível dos investimentos em equipamentos informáticos importa destacar a aquisição de 37 computadores de secretária e de 23 computadores portáteis.

No que se refere à aquisição de equipamento administrativo, importa realçar a aquisição de 30 cadeiras de secretária, dando assim continuidade ao processo iniciado em anos anteriores com vista à substituição de cadeiras que já apresentam um elevado grau de desgaste provocado pelos muitos anos de uso por cadeiras mais funcionais e ergonómicas.

Tendo em vista reforçar o parque automóvel foram submetidos dois pedidos de contratação de veículos junto da ESPAP com vista à contratação de 3 viaturas em regime de aluguer operacional, incluindo um veículo elétrico que foi objeto de uma candidatura aprovada no âmbito do Fundo Ambiental (Aviso n.º 11192/2021 - 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública).017 2018

Instalações

A CCDR Algarve tem afetas 4 instalações: o Edifício-Sede e o Palacete Doglioni onde estão instaladas as várias unidades orgânicas e 2 depósitos de arquivo localizados em Faro (Arquivo do Bom João) e em Tavira (arquivo nas instalações do Ex-GAT de Tavira).

Estes imóveis encontram-se registados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE), conforme previsto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI), e tendo em vista manter atualizada a informação constante do SIIE, durante o ano de 2022 procedeu-se às atualizações necessárias nas fichas dos imóveis.

Em dezembro de 2020 foi submetida uma candidatura ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial tendo em vista a Reabilitação e Conservação do Palacete Doglioni, a qual foi aprovada em julho de 2022. Durante o ano de 2022 foram efetuadas várias diligências com vista à viabilização da realização da empreitada de reabilitação e conservação do palacete Doglioni com vista ao lançamento do procedimento de contratação pública no início de 2023.

Durante o ano de 2022 foram ainda efetuados investimentos com vista à manutenção e beneficiação das instalações, nomeadamente a Ampliação e Substituição de Equipamentos e Sistemas de Segurança Contra Incêndio (Sinalética, Iluminação de Emergência e Meios de 1ª Intervenção) e a Empreitada de Trabalhos de Sistema Produção de Energia Elétrica para Autoconsumo com acumulação de energia no Edifício da Sede da CCDR.

Por último, importa referir que foram cumpridas as obrigações decorrentes da implementação do Princípio da Onerosidade, nomeadamente através do pagamento do valor de 63.408€ referente ao Palacete Doglioni.

3. Recursos Financeiros

A execução orçamental do ano 2022, foi marcada por cenários com vários níveis de constrangimentos e austeridade, das quais se destacam: a aplicação do Regime Transitório de Execução Orçamental durante o 1º semestre de execução (aplicação do regime duodecimal), o cumprimento das normas e regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, a política persistente de contenção e racionalização da despesa, o montante de fundos disponíveis e ainda as cativações da Lei do Orçamento de Estado.

No ano de 2022, a CCDR Algarve executou um orçamento privativo que ascendeu a € 6.319.211 euros, relativamente ao qual, cerca de 55,5% foram despendidos no Orçamento de Funcionamento (Atividades) e 44,5% no Orçamento de Investimento (Projetos).

No computo geral, verificou-se uma taxa de realização do orçamento planeado na ordem dos 87,4%, o que representa um desvio entre os recursos executados e os aprovados (orçamento definitivo), de aproximadamente 12,6%, com reflexo negativo na maioria das componentes de despesa.

No quadro 3 apresenta-se uma síntese da execução orçamental desagregada pelo Orçamento de Funcionamento (Atividades) e Investimento (Projetos).

QUADRO 3
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2022

(euros)

Atividades/Projetos	Planeados QUAR Aprovado - Orçamento Transitório	Orçamento Definitivo	Execução Orçamental	Taxa de Execução	Peso Orçamental
Orçamento de Funcionamento (Atividades)	3 697 484	4 158 150	3 509 121	84,39%	55,53%
Despesas com o Pessoal	2 614 579	3 033 800	2 630 400	86,70%	41,63%
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	378 818	394 780	289 348	73,29%	4,58%
Outras Despesas Correntes	44 037	479 520	8 915	1,86%	0,14%
Investimento (Projetos)	2 541 629	3 070 303	2 810 090	91,52%	44,47%
Outros valores (atividades) Transf. de Capital + Prog. PIPITAL	660 050	250 050	580 458	232,14%	9,19%
TOTAL	6 239 113	7 228 453	6 319 211	87,42%	100,00%

Fonte: Conta de Gerência de 2022

A execução orçamental não inclui os valores registados na rubrica 12.02 (Orçamento de Funcionamento € 79.073,56 + Investimento € 115.345,83).

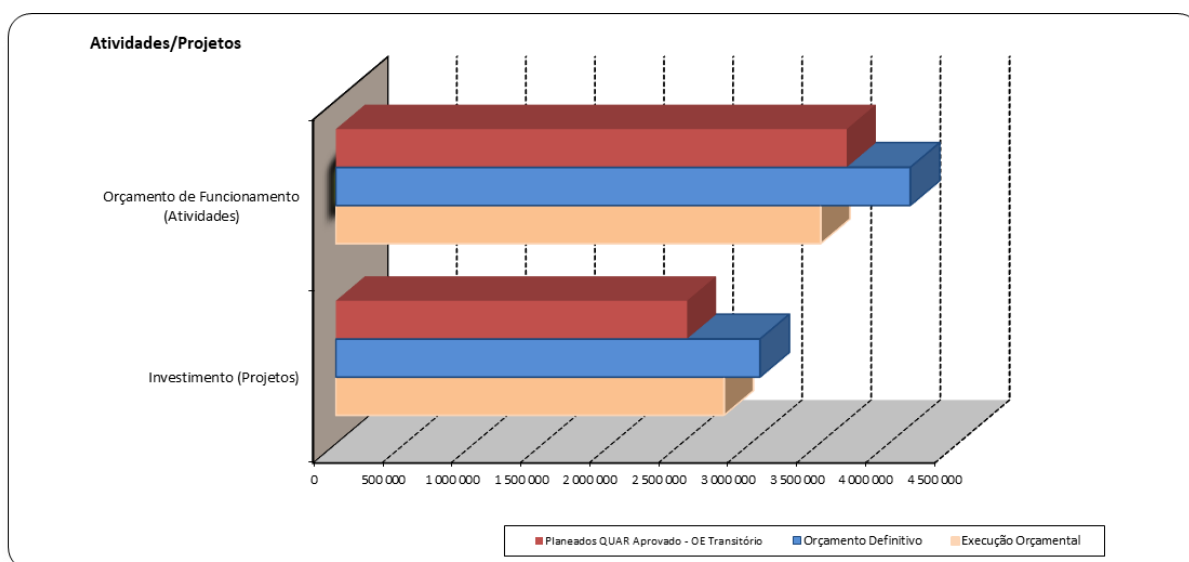
O Orçamento de Funcionamento apresentou uma taxa de execução de 84,4%, registando-se assim um desvio negativo de 15,6% face ao orçamento definitivo, justificado essencialmente pela utilização condicionada das dotações orçamentais operadas pela DGO – cativações da Lei do Orçamento de Estado.

As despesas com pessoal constituíram o agrupamento económico com maior peso, tendo representado 75% da despesa total realizada em 2022.

No que concerne ao Orçamento de Investimento (Projetos) a taxa global de execução da despesa totalizou 91,5%. Contribuiu decisivamente para esta taxa a componente das despesas com pessoal executada no Projeto Assistência Técnica do POR Algarve 2020, que constituíram uma das exceções à regra da assunção de novos compromissos, pelo seu carácter obrigatório e inadiável.

O desvio negativo de 8,5% face ao orçamento definitivo revela antes de mais o investimento que não foi realizado, devido em grande medida ao início tardio, por parte dos promotores das candidaturas, da preparação dos procedimentos de contratação pública com vista à realização das aquisições de bens e serviços, bem como, a dificuldade por parte de alguns prestadores de serviços externos em assumir os prazos de execução dos trabalhos.

**GRÁFICO 2
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**



Fonte: Conta de Gerência de 2022

De salientar que, no computo geral do orçamento 2022, e apesar dos exíguos desvios registados, conclui-se que todos os constrangimentos que surgiram no decorrer do ano económico foram superados, na sua grande maioria, em resultado do grande rigor e empenho, com repercussão no cumprimento dos desígnios inicialmente propostos em matéria de execução orçamental e patrimonial, tendo-se assegurado o encerramento do ano económico sem pagamentos em atraso.

Considerando a afetação de recursos humanos e financeiros programados por unidade orgânica em plano de atividades, apresenta-se no quadro 5 a avaliação da respetiva execução.

QUADRO 4
AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS POR UNIDADE ORGÂNICA

UNIDADES ORGÂNICAS/RECURSOS	RECURSOS HUMANOS (Nº)			RECURSOS FINANCEIROS (euros)		
	PLANEADOS (1)	DISPONÍVEIS (2)	DESVIO (3)=(2)-(1)	PLANEADOS (1)	DISPONÍVEIS (2)	DESVIO (3)=(2)-(1)
Direção de Serviços do Ordenamento do Território	17	15	-2	968.750	911.955	-56.795
Direção de Serviços do Desenvolvimento Regional	11	11	0	504.255	463.447	-40.808
Redes de Informação Europeia	2	2	0	135.215	134.920	-295
Direção de Serviços de Ambiente	10	10	0	361.950	363.506	1.556
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	12	10	-2	470.450	389.475	-80.975
Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira (5)	25	24	-1	969.080	709.634	--259.446
Divisão de Sistemas de Informação	3	3	0	165.790	115.595	-50.195
Divisão de Vigilância e Controlo	1	1	1	61.560	61.111	-449
Divisão de Informação, Promoção e Comunicação	1	1	1	21.100	22.498	1.398
Gestão dos Fundos Comunitários	38	32	-6	2.147.447	2.027.091	-120.356
TOTAL	120	109	-9	5.805.597	5.199.232	-606.365

Nota (5): Esta Direção de Serviços integra para efeitos contabilísticos (centro de custos) a Presidência, a que totaliza 5 efetivos planeados e disponíveis. Nota (2): Previsões elaboradas em função da informação dos centros de custo ano 2022. Foi excluída a verba referente ao PIPITAL por se tratar apenas de valores transferidos pelo Fundo de Turismo com destino aos beneficiários regionais, sendo a CCDR meramente a intermediária da operação.

4. Análise Sintética ao Balanço Social

Com base na informação compilada nos Relatórios do Balanço Social referentes aos anos 2020 a 2022 elaborou-se um conjunto de indicadores que se encontram representados no Quadro 19.

QUADRO 5
INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2020-2022

Anos/Indicadores	2020	2021	2022
Taxa de Tecnicidade de (Nº Técnicos Sup) (%)	53,0%	53,6%	53,2%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática) (%)	55,0%	55,4%	55,9%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática + Dirigentes) (%)	76,0%	75,4%	77,0%
Taxa de Assistente Técnico (%)	22,0%	22,7%	21,1%
Taxa de Assistente Operacional (%)	1,9%	1,8%	1,8%
Taxa de Feminização (%)	67,0%	65,4%	67,0%
Taxa de Feminização Dirigente (%)	50,0%	50,0%	52,0%
Taxa de Enquadramento (%)	21,0%	20,0%	21,1%
Taxa de Emprego Jovem (%)	0,0%	1,8%	1,8
Nível Etário (anos)	54	54	55
Leque Etário (nº)	1,79	2,61	2,50
Índice de Envelhecimento (%)	43,8%	47,3%	51,3%
Nível Médio de Antiguidade na Função Pública (anos)	26	26	27
Taxa de Habilitação Superior (%)	77,0%	76,4%	77,9%
Taxa de Habilitação Secundário (%)	18,0%	20,0%	19,2%
Taxa de Habilitação Básica (%)	2,0%	1,8%	2,8%
Índice de Rotação (nº)	1,286	1,243	1,130
Taxa de Cobertura (%)	100%	171%	88%
Taxa de Admissão (%)	14,3%	10,9%	6,4%
Taxa de Saídas (%)	14,3%	6,4%	7,3%
Taxa de Absentismo (%)	5,3%	5,9%	4,0%
Taxa de Encargos Sociais (%)	4,6%	4,6%	4,8%
Remuneração Base Média Anual (€)	26.551	26.835	28.303
Leque Salarial (n.º)	8,8	9,2	8,6
Taxa de Participação na Formação (%)	93,3%	97,2%	97,2%
Taxa de Investimento na Formação (%)	0,1%	1,3%	1,9%

No período em análise os indicadores refletem regra geral a estrutura dos Recursos Humanos na Administração Pública, de que a CCDR Algarve é disso exemplo.

No ano 2022 o recrutamento de novos elementos, não apresentou a mesma dinâmica, em oposição ao verificado no ano transato, o que conjugado com os movimentos de entrada e saída resultou na diminuição em 3% do número de trabalhadores ao serviço.

A realidade atual dum serviço como a CCDR Algarve caracteriza-se, em traços gerais, pelo ligeiro decréscimo gradual dos trabalhadores em efetividade de funções, em virtude do número crescente de trabalhadores a atingir a idade de aposentação. Caracterizou-se, igualmente, pela manutenção da representatividade dos trabalhadores integrados na carreira de técnico superior, tal como pelo maior índice de envelhecimento e pelo crescente nível médio de antiguidade na Administração Pública.

A evolução registada no número de efetivos no ano 2022 teve naturalmente impacto nos indicadores do Balanço Social, sendo de referir que na sua maioria apresentam valores muito próximos dos registados no ano transato, de que é exemplo a Taxa de Tecnicidade.

Por seu turno, a Taxa de Cobertura, expressa a realidade vivida no ano 2022, com o decréscimo do número de efetivos, tendo-se registado contrariamente ao ano anterior um movimento de entradas inferior ao das saídas. A corroborar esta conclusão estão os valores assumidos pelas Taxas de Admissão e de Saídas.

Embora já referido, importa analisar o valor assumido pelo Índice de Envelhecimento, que assume o maior valor dos últimos anos, justificado pela tipologia dos movimentos de recursos humanos, revelando a ausência de rejuvenescimento na estrutura dos ativos em exercício de funções na CCDR Algarve.

No que concerne a Taxa de Absentismo regista-se um decréscimo com expressão, 1,9 pontos percentuais face ao ano anterior. Para esta variação contribuíram fundamentalmente o menor número de dias de ausência por doença, que, ainda assim, representaram 54% do total de dias de ausência registados.

Ao nível das remunerações os indicadores, Remuneração Base Média Anual, Leque Salarial e Taxa e Encargos Sociais, os valores assumidos expressam o impacto gerado pela mudança da alteração da posição remuneratória e das atualizações salariais, estas últimas registadas ao decurso do ano 2022, onde se inclui também a remuneração mínima.

Aspeto relevante neste ano foi a continuidade da execução do Plano de Formação e Capacitação Profissionais que abarcou praticamente a generalidade dos trabalhadores, registando-se um aumento da taxa de investimento em formação de 0,1% em 2020 para 1,9% no ano 2022, em relação ao orçamento total.

Os números revelam o empenho e esforço realizados, por toda a estrutura da CCDR Algarve, no sentido de se dinamizarem ações de formação e de capacitação sobre temas atuais e imprescindíveis à melhoria do desempenho dos trabalhadores em funções públicas.

5. Análise sintética da execução do Plano de Formação

O Plano de Formação executado durante o ano 2022 teve fundamentalmente por base os cursos e ações planeados na candidatura Algarve (em) Forma e outras ações resultantes das solicitações dos trabalhadores.

Assim, no ano 2022 foi cumprido parcialmente o Plano de Atividades de Formação e Capacitação, tendo-se procedido a ajustamentos nos cursos/ações ministrados sempre que se justificava. Dos 27 cursos/ações programados, foram dinamizados 8 cursos internos, a que corresponderam 11 ações internas. Registou-se, assim, uma taxa de execução de cerca de 41 % da formação profissional prevista em sede de Plano de Atividades.

Todavia, importa sublinhar a particular expressão assumida pela formação ministrada não planeada – 21 ações de formação e capacitação - como a seguir se refere.

No global foram dinamizadas 32 ações/edições de formação internas e externas, que registaram 389 participações de formandos. Tendo por base a informação constante no Quadro ... construíram-se um conjunto de indicadores, que evidenciam a boa performance na participação dos trabalhadores da organização na formação ministrada.

QUADRO 6
RESUMO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO 2022

Ações / Participações	N.º cursos (1)	N.º ações (2)	N.º participações (3)		Total
			Formandos internos	Formandos externos	
Formação e capacitação internas	8	11	359	85	444
Formação e capacitação externas	21	21	30	0	30
Total	29	32	389	85	474

Nota (1): Cursos – Correspondem às áreas temáticas de formação e capacitação; Nota (2): Correspondem às ações de formação e capacitação por área temática; Nota (3): N.º de participações que contemplam 1 ou mais por trabalhador

Indicadores:

Ações de Formação e Capacitação Internas/Total Ações	34%
Ações de Formação e Capacitação Externas/Total Ações	66%
Participações Internos/Total Participações	82%
Participações Externos/Total Participações	18%
Participações Ações Formação e Capacitação Internas/ Total Participações	94%
Participações Ações Formação e Capacitação Externas/Total Participações	6%

Das 32 ações de formação e capacitação ministradas, participaram 106 trabalhadores num total de 389 participações.

Com base nestes resultados e tendo como referência os alcançados nos anos anteriores conclui-se que no ano 2022 se manteve um significativo investimento nos níveis de formação e capacitação.

No que se refere às participações da CCDR Algarve por cargo/carreira sistematiza-se de seguida no Quadro 13 a respetiva informação.

QUADRO 7
Nº DE PARTICIPAÇÕES E PARTICIPANTES POR CARGO/CARREIRA

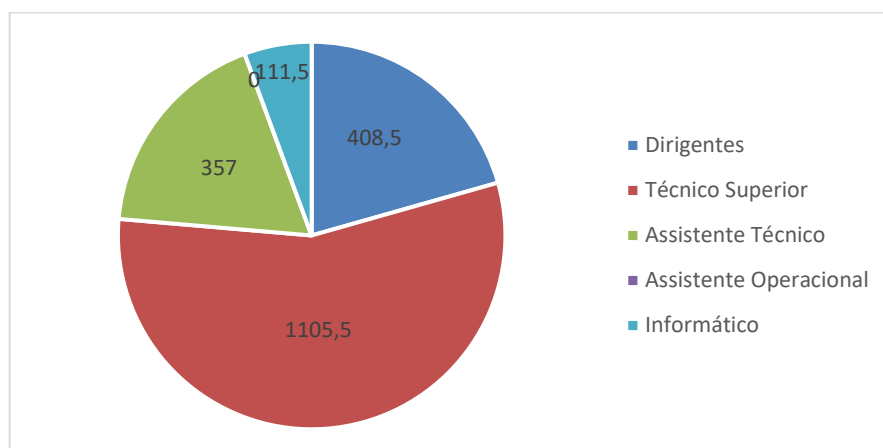
Grupo/cargo/carreira/Nº de participantes	Ações internas	Ações externas	Total	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participantes
Dirigente superior de 1º grau	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau	27	0	27	7
Dirigente intermédio de 1º grau	22	3	25	5
Dirigente intermédio de 2º grau	24	2	26	9
Técnico Superior	207	15	222	59
Assistente Técnico	67	5	72	23
Assistente Operacional	0	0	0	0
Informático	12	5	17	3
Total	359	30	389	106

Fonte: Balanço Social 2022

No cômputo global foi proporcionada formação profissional praticamente à totalidade dos trabalhadores ao serviço, registando-se uma taxa 97%.

No Gráfico ... sistematizam-se as horas de formação (internas e externas) distribuídas pelo cargo e carreira, sendo visível a forte aposta da formação nos Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos que beneficiaram de 51% e 21%, respetivamente, do total das horas de formação ministradas. Importa também referir que os dirigentes beneficiaram de 25% do total das horas de formação ministradas.

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE FORMAÇÃO



Fonte: Balanço Social 2022

Considerando a informação reportada no Relatório de Formação no quadro resumo seguinte ilustra-se a expressão assumida pela formação profissional ministrada no ano 2022.

QUADRO 8
TAXAS DE REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PLANEADA VERSUS A REALIZADA

Ações	Nº ações (*)	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo
Planeadas (1)	27	303,5		534		5.340,00	
Planeadas e Realizadas (2)	11		71,5		274		1593,00
Taxa de Realização (3) = ((2)/(1)) * 100	41%						
Realizadas, não planeadas (3)	21		184,5		115		389,5
Total (4) = (2) + (3)	32		256		389		1982,5
Taxa de Acréscimo Realizado Global versus Planeado	19%		-16%		-27%		-63%

Fonte: Relatório Formação 2022. Nota (1) Taxa de Realização (Ações Planeadas/Ações Planeadas e Realizadas) *100; Nota (2) Total= Ações Planeadas + Ações Planeadas e Realizadas

Tendo presente a informação reportada quanto às ações de formação e capacitação dinamizadas são merecedores de destaque os resultados alcançados no ano 2022.

Na maioria das ações internas foram convidados a participar trabalhadores em funções públicas pertencentes a outros organismos regionais da Administração Central e Local, de forma a proporcionar formação e capacitação em matérias fundamentais no exercício das suas funções, fortalecendo as suas competências e contribuindo para o reforço dos seus níveis motivacionais.

Merece igualmente particular referência o facto das ações de formação e capacitação terem sido ministradas por formadores e palestrantes de reconhecido mérito e de elevado nível de competências e de conhecimentos no panorama nacional e internacional, o que constituiu sem sombra de dúvida uma grande mais valia que a CCDR Algarve proporcionou aos ativos participantes e à região do Algarve.

Conclui-se que a promoção da formação e capacitação profissionais se revelaram uma prioridade dos serviços no ano transato, que seguramente se manterá nos próximos anos.

Somente com o incremento da capacitação dos trabalhadores, nomeadamente em competências digitais, e o reforço dos seus níveis motivacionais, as organizações conseguirão concretizar a sua missão e atribuições.

Em matéria de taxa de investimento na formação profissional, registou-se a despesa mais elevada dos últimos anos, 17.970,25 euros, em resultado das soluções adotadas interna e externamente, atingindo pela primeira vez uma taxa de investimento na formação de 1,9%.

III - PLANO DE ATIVIDADES

No Plano de Atividades para 2022, tendo como base os objetivos e indicadores definidos, foram identificadas as atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas ao longo do ano, que corporizam os resultados alcançados e permitem apurar o grau de execução que consta deste relatório. Acresce a esta informação a quantificação da atividade desenvolvida por área temática apresentada no Anexo V.

Em sede de planeamento foram definidos 40 objetivos e 90 indicadores e respetivas metas, tolerâncias e valores críticos. Alguns dos indicadores definidos no Plano de Atividades sofreram alguns ajustes, decorrentes das duas reformulações efetuadas ao QUAR, conforme referido no Ponto I.

QUADRO 9
TAXAS DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES – OBJETIVOS E INDICADORES

Objetivos/Taxas de Realização	Objetivos Operacionais Plano				Taxas de Realização Plano		
	Total	Superados	Atingidos	Não Atingidos	Obj./Ind. Superados	Obj./Ind. Atingidos	Obj./Ind. Não Atingidos
Objetivos	40	26	11	3	65,0%	27,5%	7,5%
Indicadores	90	43	34	9	51,1%	38,9%	10,0%

Fonte: Plano de Atividades 2022

O nível de execução relativa aos objetivos e indicadores definidos em Plano de Atividades foi 92,5% no caso de objetivos atingidos e superados e de 80% nos indicadores. Os objetivos e indicadores não atingidos foram, respetivamente, 7,5% e 10%.

Para complementar a análise acima referida, foram calculadas as taxas de realização por objetivo, por indicador e para o plano, tendo como base a metodologia adotada para o QUAR. Assim foi atribuída a cada unidade orgânica (DSOT, DSA, DSDR, DSAJAL, DCGAF, DSI, DVC, DIPIC, GFC e OADR) uma ponderação de 10% à qual foi aplicada a taxa de realização calculada para cada unidade orgânica. O resultado alcançado foi uma taxa de realização global do Plano de Atividades em 2022 de 115%.

Aplicada a fórmula de cálculo apresentada no documento “Linhas de orientação – Relatório de Atividades” da SGPCM, o grau de realização do plano foi de 92,5%.

A partir da análise apresentada no presente relatório de atividades, conclui-se que, face aos objetivos propostos, esta CCDR Algarve apresentou um nível de desempenho bom.

1. Quantificação da atividade desenvolvida por área temática no biénio 2021-2022

No quadro 1 apresentado no Anexo V apresenta-se a quantificação da execução registada nos anos de 2021 e 2022, para cada área temática, os serviços fornecidos ao exterior e as tarefas de apoio interno, de acordo com o previsto em Plano de Atividades, a que acrescem as atividades desenvolvidas e que não se encontram aí refletidas.

2. Atividades não previstas desenvolvidas por unidade orgânica

Ao longo do ano algumas unidades orgânicas desenvolveram para além das atividades previstas em Plano, outras que não estando previstas inicialmente envolveram uma alocação significativa de recursos humanos e materiais.

APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Considerando o grande volume de solicitações de pareceres jurídicos internos, e apoio a reuniões do Programa Operacional, registou-se um acréscimo de 50% das tarefas da Direção de Serviços, sobretudo geradas pelo Secretariado Técnico deste programa, sendo que, face à insuficiência de recursos humanos, a maioria dos pareceres e participação em reuniões foram assegurados pela Diretora de Serviços e Chefe de Equipa Multidisciplinar.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No decurso de 2022, no âmbito da Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), tornou-se necessário proceder à significativa alocação de recursos, não integralmente previstos no planeamento das atividades desta unidade orgânica, designadamente no âmbito dos planos territoriais municipais (PTM), com destaque para a monitorização, sensibilização e acompanhamento dos Municípios na integração das regras de classificação e qualificação do solo, previstas na disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como na observação das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais, nas delimitações da Reserva Ecológica Nacional, de cada município, devido a dilação que as câmara municipais imprimiram nos procedimentos de revisão ou alteração dos respetivos PTM em vigor, matérias da sua responsabilidade e competência.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira durante o ano a que se reporta o presente relatório deu continuidade ao distinto trabalho desenvolvido pelas chefias de divisão.

O ano 2022 foi extremamente desafiante para esta Unidade Orgânica, por se ter conseguido finalmente dar cumprimento a um conjunto vasto de obrigações legais há muito tempo adiadas que se consubstanciaram nos projetos a seguir identificados. Este trabalho teve como consequência a concretização abaixo do esperado dos objetivos definidos em sede de Plano de Atividades.

Assim, identificam-se as atividades não previstas desenvolvidas pela Direção de Serviços, parte das mesmas em estreita parceria com outras Unidades Orgânicas:

- Implementação de Medidas de Eficiência Energética - Em alinhamento com os objetivos preconizados no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), na Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) e o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP), e no Plano de Poupança de Energia 2022-2023, no ano 2022 iniciou-se a implementação do plano interno de adaptação às obrigações legais decorrentes deste enquadramento legislativo, com vista à melhoria da eficiência energética dos dois edifícios afetos à CCDR Algarve. Assim, merece particular destaque a taxa de implementação das medidas de eficiência energética, instalação de sistema de autoconsumo – painéis fotovoltaicos com sistema de baterias, que superou as melhores expectativas;
- Implementação de Medidas de Autoproteção elencadas no Plano de Segurança Contra Incêndios), traduzidas na ampliação e substituição de equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios – sinalética, iluminação de emergência e meios de 1ª intervenção - com o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de acidentes e limitar as suas consequências, caso ocorram, a fim de evitar a perda de vidas humanas ou de bens, a diminuição da capacidade de resposta do estabelecimento ou pôr em causa a continuidade da atividade, resultantes de uma situação de emergência, designadamente incêndios e outras situações que possam afetar significativamente o estabelecimento;
- Implementação do Assistente Virtual – Chatbot – a título experimental, como ferramenta de desmaterialização e simplificação administrativa, como descrito no âmbito das Medidas de Modernização Administrativa, constantes no presente Relatório de Atividades;
- Acompanhamento da candidatura Reabilitação e Conservação do Palacete Doglioni – submetida em outubro de 2020 junto da Unidade de Gestão Patrimonial da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada em julho de 2022 pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Dado o desfasamento temporal entre o projeto de execução elaborado aquando da submissão e a data de aprovação da candidatura, tornou-se necessário proceder à atualização face à realidade atual, pautada pelo aumento generalizado dos preços e a escassez de matérias-primas, com recurso à contratação externa de serviços de consultoria com vista à elaboração de diagnóstico e identificação de medidas de melhoria e projeto de execução para Reabilitação e Conservação do Palacete Doglioni.

- Acresce, as inúmeras diligências administrativas realizadas junto da tutela e da DGTF com o propósito de instruir o respetivo processo, tal como a elaboração interna das peças do procedimento de contratação pública – concurso público;
- Colaboração com a equipa técnica que acompanha e monitoriza os projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em que a CCDR Algarve é beneficiária intermediária – Ponte sobre o Alcoutim – Sanlúcar del Guadiana, ao nível da elaboração da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo Interno;
- Elaboração e submissão de cinco candidaturas da CCDR, enquanto beneficiária final, ao PRR, e respetivo acompanhamento processual, a saber:
 - Candidatura Estágios AP XXI – 1ª Edição;
 - Candidatura Eficiência Energética Edifícios da Administração Central – Palacete Doglioni;
 - Candidatura Eficiência Energética Edifícios da Administração Central – Edifício Sede;
 - Candidatura Estágios AP XXI – 2ª Edição;
 - Candidatura Aquisição de Meios para Promoção do Teletrabalho.
- Elaboração das peças do procedimento de contratação pública – Elaboração de Manual de Procedimentos das áreas transversais e no seu relacionamento com as áreas de negócio, prosseguindo os seguintes objetivos:
 - Elaboração do plano organizacional concebendo políticas e métodos de controlo, monitorização e supervisão ao nível das diversas unidades orgânicas que garantam a execução das regras estabelecidas;
 - Adoção de metodologias de gestão nas áreas administrativas, financeira, de recursos humanos e outras que influam em termos informativos com estas, incluindo as competências de gestão documental, processual e de recursos e sistemas de informação, e que permitam garantir:
 - O desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente;
 - A adequada utilização de fundos e recursos;
 - O cumprimento dos limites legais de assunção de encargos;
 - O cumprimento das deliberações e decisões dos órgãos e dos respetivos titulares;
 - A salvaguarda da legalidade e regularidade das operações, da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais e da elaboração das demonstrações financeiras e do sistema contabilístico;
 - A elaboração e aprovação dos documentos relevantes, seu circuito, e respetivo controlo e monitorização do processo documental;
 - A salvaguarda e representação adequada dos ativos;
 - A tempestividade, exatidão e integralidade dos registos contabilísticos em respeito das normas contabilísticas e outras disposições legais relevantes;
 - O controlo do ambiente dos sistemas de informação e respetivas aplicações;
 - A mitigação dos riscos de erro, fraude ou ilegalidade prevenindo a sua potencial ocorrência;

- A preparação de informação financeira útil, ou seja, de forma tempestiva e com elevado patamar de relevância e fiabilidade;
- A produção de indicadores de benchmarking.

CONSELHOS DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO ALGARVE E DO ALENTEJO

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve integra os Conselhos de Região Hidrográfica do Algarve e do Alentejo conforme disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 37/2015, de 17 de fevereiro.

A CCDR Algarve participa regularmente nas reuniões dos Conselhos de Região Hidrográfica do Algarve e do Alentejo emitindo os pareceres solicitados no âmbito da aprovação dos planos de gestão da região hidrográfica (3.º ciclo de planeamento - 2022-2027) e dos planos específicos de gestão de águas, além da emissão de outros pareceres que os Conselhos de Região Hidrográfica entendam solicitar nos termos do disposto no artigo 3.º da referida Portaria.

A CCDR Algarve participou igualmente em reuniões para a elaboração e na emissão de pareceres sobre os Planos de Gestão dos Riscos de Inundação (2.º ciclo de planeamento - 2022-2027).

Face ao atual contexto de diminuição das disponibilidades hídricas na região, foram realizadas diversas reuniões da Subcomissão de Gestão de Albufeiras da zona Sul dedicadas ao Algarve nas quais a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve igualmente ter participado.

PLANO DE SALVAGUARDA DA DIETA MEDITERRÂNICA

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve participa desde janeiro de 2011, no grupo de trabalho inicial de parceiros que elaborou e apresentou a candidatura da Dieta Mediterrânica (DM) e integra equipas de trabalho que desenvolvem ações em defesa da salvaguarda da nossa identidade cultural resultante dos contactos que estabelecemos com povos de todo o mundo e dos contributos das várias civilizações que se inter-relacionaram no espaço mediterrânico, visando transmitir às novas gerações os saberes ancestrais construídos no respeito pelos ciclos naturais, base de sistemas produtivos em harmonia com os ritmos das estações e as especificidades do território e do clima que partilhamos.

A CCDR Algarve trabalhando em rede tem procurado mobilizar parceiros e a sociedade em geral para as ações do Plano de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica, desenvolvido por diversas entidades com a coordenação da Universidade do Algarve. Com este plano pretende-se identificar as intervenções objeto de consenso regional e transversal no território, estruturantes no âmbito da estratégia regional. Este é um património cultural construído nos últimos 8500 anos, sendo um grande desafio para os próximos anos, para o Algarve, para o País e para a sustentabilidade do Território.

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de consulta, que tem por objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo in Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação e regula o funcionamento dos conselhos municipais de educação. O capítulo VI deste Decreto-Lei, nos seus artigos 55º a 61º, regula os Conselhos Municipais de Educação estabelecendo os seus objetivos, competências, composição, constituição, funcionamento e regimento bem como o envio de pareceres.

A CCDR Algarve está representada nos 16 conselhos municipais de educação da região.

Enquanto membro do Conselho Municipal de Educação a CCDR pode:

- a) Usar da palavra nos termos regimentais;
- b) Apresentar pareceres, propostas, recomendações, requerimentos, reclamações e recursos;
- c) Solicitar ao presidente informações e esclarecimentos que entendam necessários, no estrito âmbito das suas competências;
- d) Fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem;
- e) Receber e votar as atas do Conselho.

ESTRATÉGIAS LOCAIS DE HABITAÇÃO

Durante 2022 foi, pela DSDR, feito o acompanhamento da execução das Estratégias Locais de Habitação (ELH) tendo como objetivo imediato dotar todos o Municípios do Algarve de ELH, promovendo a articulação com todos os intervenientes no processo de modo a acelerar a obtenção de resultados e desde logo dinamizar a implementação no terreno.

ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

O Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais colaborou com inúmeras entidades regionais e nacionais no âmbito da implementação de diferentes projetos de cooperação territorial europeia, nomeadamente com a apresentação de comunicações em iniciativas por elas promovidas, sobretudo, quando enquadradas nos domínios da RIS3 Algarve.

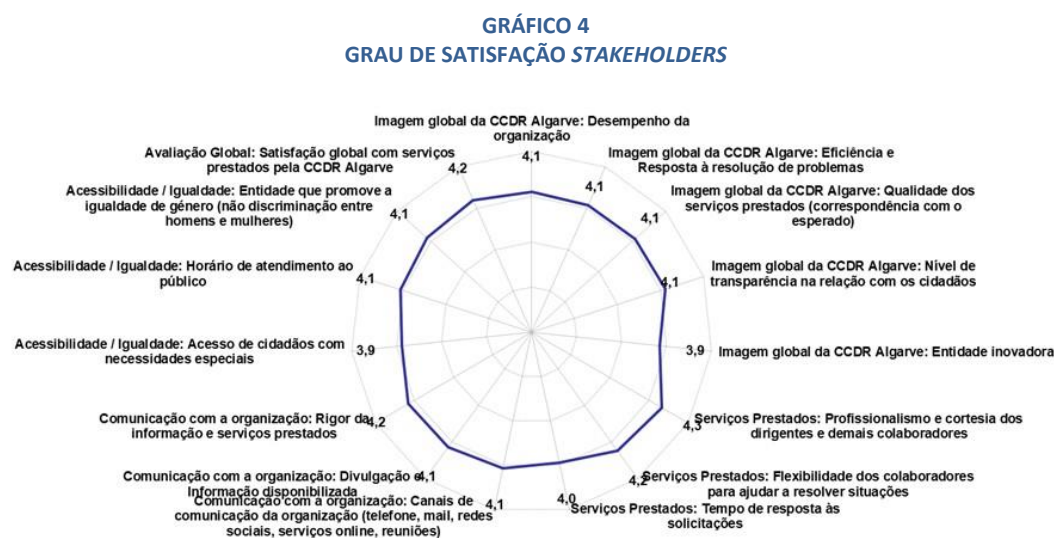
Colaborou também com a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, com a Direção de Serviços de Ambiente e com o Centro de Informação *Europe Direct* Algarve, na concretização de iniciativas promotoras da sustentabilidade, da capacitação institucional, da valorização do território e da política de coesão europeia.

IV - APRECIACÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No ano 2022 a apreciação qualitativa e quantitativa por parte dos utilizadores dos serviços prestados teve por base os inquéritos de satisfação (interno e externo) aplicados junto de todos os trabalhadores e do universo selecionado de *stakeholders*, tal como dos resultados obtidos através dos inquéritos de satisfação aplicados em parte dos eventos promovidos pela CCDR Algarve, maioritariamente em ações de formação.

No Anexo VI inclui-se a informação de suporte à elaboração do formulário aplicado, a metodologia e a análise dos resultados dos inquéritos aplicados durante o ano 2022.

O inquérito de satisfação foi enviado a 1.719 entidades externas para apuramento do grau de satisfação em 5 grupos de questões, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 8%. Face à taxa de resposta do ano anterior, regista-se um decréscimo em virtude, sobretudo, do aumento considerável do universo dos destinatários. No Gráfico 4 reproduz-se o grau de satisfação (médio) alcançado em cada uma das questões colocadas.



No cômputo geral o grau de satisfação apurado assume o nível 4 (4,18).

No que se refere à avaliação do grau de satisfação registado nos eventos realizados, importa salientar que a mesma incidiu maioritariamente nas ações de formação dinamizadas durante o ano. Após cada evento, foram aplicados os inquéritos de avaliação e emitidos os respetivos certificados de participação.

Em conclusão, pela análise da informação constante no quadro síntese (Vide Anexo...) relativo à Avaliação Global de Satisfação, é possível constatar, que no geral, os eventos foram avaliados de forma bastante positiva, com uma pontuação média global de Muito Bom.

V- AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E TRABALHADORES

Durante o ano de 2022 procedeu-se à audição dos dirigentes superiores e intermédios nas reuniões de chefias, nas monitorizações trimestrais do QUAR, na elaboração da proposta de reformulação do QUAR, e aquando da elaboração do presente relatório de atividades.

Em cumprimento com o fixado no Objetivo Operacional contemplado em sede de QUAR foi aplicado um inquérito de satisfação junto de todos os trabalhadores, com o objetivo de se conhecer o modo como cada colaborador/a percebe a organização, aferindo o seu grau de satisfação e a sua motivação relativamente às atividades que desenvolve.

Dando continuidade à boa prática de anos anteriores organizaram-se ações de capacitação e formação dirigidas a dirigentes e trabalhadores, versando matérias de grande atualidade e de cariz técnico. São disso exemplo as ações internas de capacitação dinamizadas ao longo do ano sobre vários temas.

Prosseguindo o plano anual de formação realizaram-se ações de formação no domínio dos instrumentos de gestão e ordenamento do território, avaliação ambiental, contratação pública, cibersegurança, entre outras.

À semelhança do ano anterior pode-se destacar como bom exemplo destas sessões, as relativas ao Lab Observa 2022 que contaram com reputados oradores, com muita experiência e conhecimentos, que enriqueceram as ações, dinamizadas pelo Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais.

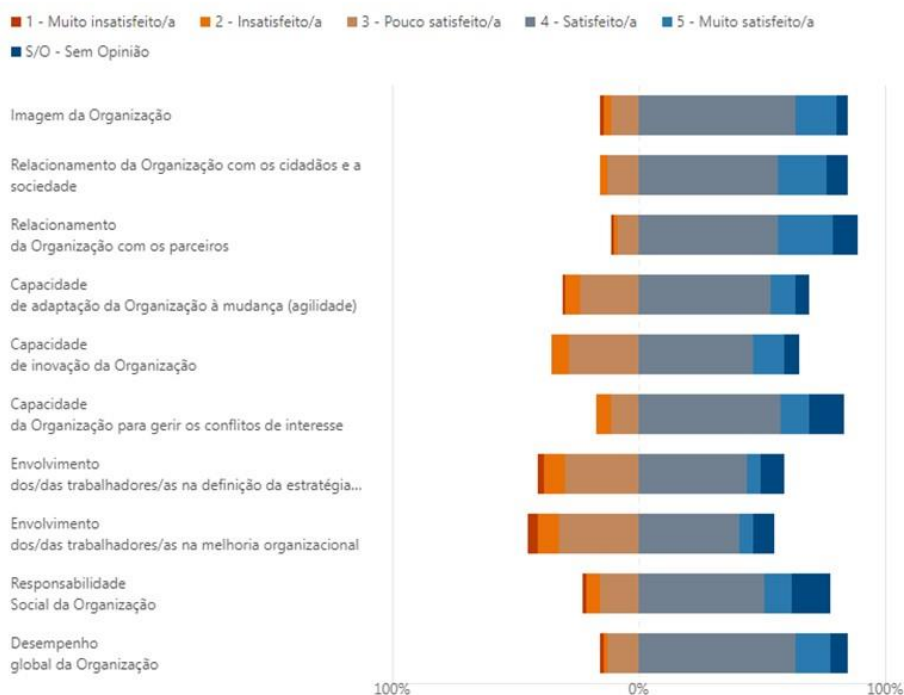
Também merecedoras de destaque as sessões dinamizadas no âmbito da Economia Circular, nas suas várias vertentes, dinamizadas pela Direção de Serviços de Ambiente. Particular destaque para a ação “Gestão Ambiental nos edifícios da CCDR-Resíduos”, onde foram igualmente abordadas as questões relativas ao futuro da recolha seletiva de resíduos na região do Algarve, a ser efetuada com a colaboração de todos, cidadãos e empresas

Genericamente estas ações permitiram, além da partilha de conhecimento e de boas práticas, a interação construtiva entre as várias unidades orgânicas e a identificação de pontos críticos ao nível das atividades/processos passíveis de melhoria e aperfeiçoamento.

Para avaliar satisfação global dos trabalhadores foi aplicado um inquérito. Do total de 108 trabalhadores do quadro da CCDR Algarve, responderam ao questionário 66%. (Anexo VII)

GRÁFICO 5
SATISFAÇÃO GLOBAL DOS TRABALHADORES

1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização



Tendencialmente, os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve assumem-se satisfeitos (nível 4) com a Organização (numa escala de 1 a 5, correspondendo este nível à satisfação máxima).

Considerando os 6 grupos de questões apura-se no cômputo geral um grau de satisfação de nível 4 (4,17).

VI - COMPARAÇÃO DE UNIDADES HOMOGÉNEAS

A CCDR Algarve integra uma unidade homogénea juntamente com as demais Comissões de Coordenação, em conformidade com o estipulado no artigo 16º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual.

No quadro dessa unidade homogénea foram definidos, por cada CCDR, os objetivos ditos “homogéneos” e os respetivos indicadores, na sequência de orientações da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM). De referir que estas orientações são o resultado dos objetivos fixados em cada programa orçamental pelas tutelas que superentendem estes serviços.

Concretamente no ano 2022 os objetivos ditos homogéneos assumidos pela CCDR Algarve foram os seguintes:

OP1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Indicador 01: Taxa de execução regional da Plataforma Informática - medida #143 SIMPLEX: T-INVEST;

OP2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020 (Indicador 03: Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos)

OP5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES (Indicador 9: Índice de satisfação dos *stakeholders* externos);

OP6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS (Indicador 11: Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal; Indicador 12: Percentagem de trabalhadores em formação profissional; Indicador 13: Taxa de satisfação dos trabalhadores

Durante o período a que se reporta o presente Relatório de Atividades, efetuou-se a monitorização do desempenho que permitirá a comparabilidade com as demais CCDR que integram a mesma unidade homogénea.

Na fase de planeamento do ciclo de gestão foram definidos os indicadores e os critérios de ordenação dos resultados. No parecer e análise crítica da autoavaliação a SGPCM incluirá e transmitirá os resultados apurados, conforme consta nas Linhas de Orientação do Relatórios de Atividades, elaboradas por esta entidade.

VII - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)

A CCDR Algarve pretende implementar um novo um sistema de controlo interno estruturado, implementado e em funcionamento. A sua monitorização tem sido continua e regular nas atividades desenvolvidas, visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos anualmente no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades. Refira-se que, numa primeira análise não foram identificadas falhas relevantes no exercício económico do ano 2022.

Os sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se consolidados na Norma de Controlo Interno e no Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), tendo como suporte tecnológico a versão *webizada* do sistema integrado de gestão SINGAP (contabilidade/tesouraria, recursos humanos, aprovisionamento e inventário), o SIGEST (faturação, indicadores) e o Sistema de Gestão Documental (Filedoc) que operam de forma integrada.

A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização de processos integrados e desmaterializados com recurso a assinaturas digitalizadas, de modo a garantir a consistência e a confiabilidade da informação fornecida nos processos decisórios.

Quanto à ação da CCDR Algarve no âmbito da gestão de fundos comunitários, refira-se que a mesma está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De salientar que a CCDR Algarve enquanto entidade pública responsável pelo apoio logístico, entendido no sentido lato, à Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Algarve 2020 é responsável pela gestão do projeto de investimento “Assistência Técnica POR Algarve 2020”.

Assim, e conforme descrito no Anexo VIII - Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI), das 26 questões que a integram, 24 foram respondidas afirmativamente, o que representa 92,3% do total. No face à reduzida expressão das restantes, são oportunas as seguintes recomendações para melhoria de procedimentos:

- Executar o Plano de Ação da Estrutura Transversal de Boa Governança e Transparência, criada pelo Despacho I03162-202012-DESP-PRE de 30 de dezembro de 2020;
- Revisitar o Código de Ética e Conduta por forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 7.º do Anexo ao Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro;
- Recrutar de novos colaboradores com competências nas áreas sem redundância.
- Fortalecer a monitorização regular e contínua de modo a identificar e corrigir eventuais problemas de forma proativa.

Da avaliação efetuada ao SCI, poderão destacar-se os seguintes aspetos como mais relevantes:

- A concretização dos principais objetivos fixados em matéria de formação alicerçou-se nos recursos humanos e financeiros disponíveis tendo sido dinamizadas 32 ações de capacitação e formação, em áreas distintas, num total de 1.982,5 horas de formação assistida, abrangendo 97% dos trabalhadores em efetividade de funções (ao serviço);
- Atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aplicável ao ano 2022 e seguintes, em conformidade com o Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro – cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC). Neste sentido, foi igualmente reforçado o nível de competências dos vários intervenientes com a dinamização de uma ação de capacitação que contou com a presença de um técnico do Conselho de Prevenção da Corrupção;
- A iniciação de um procedimento de despesa para “Aquisição dos Serviços de Elaboração e Implementação do Manual de Procedimentos da CCDR Algarve”, de modo a contemplar as sucessivas alterações legislativas, das quais se destaca, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pela Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, o disposto no Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).

VIII - MEDIDAS DE REFORÇO POSITIVO

No decorrer da execução do Plano registaram-se algumas ações ou projetos não foram executados ou tiveram resultados insuficientes, que são identificados no quadro abaixo, bem como analisadas as causas dos incumprimentos.

QUADRO 10
INCUMPRIMENTOS E RESULTADOS INSUFICIENTES

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS	RESP.
ANALISAR E DIVULGAR INFORMAÇÃO RELATIVA AOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS DAS AUTARQUIAS					
Prazo para tratamento da informação relativa aos recursos financeiros e humanos das autarquias.	30/11/2022	10 dias	-	Não está estabilizado o tratamento destes dados uma vez que o acesso à plataforma da DGAL (SISAL) para a realização desta tarefa só foi dado à Diretora de Serviços e ao Técnico Superior, em 11/01/2023	DSAJAL
DINAMIZAR A COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA, COM PARTICULAR DESTAQUE PARA A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA					
Participações no GT21-27 para a definição da Estratégia de Cooperação Transfronteiriça 2021-2027	10	1	1	Em 18/03/2022 decorreu a última reunião formal do Grupo de Trabalho, onde foi apresentada a "Versão Final do Programa 21-27", entre estas datas e a Decisão de aprovação do POCTEP 21-27, pela Comissão Europeia em 22/08/2022, foi feito muito trabalho de análise e respostas escritas às questões colocadas pela Comissão, todavia deixou de ter reuniões do GT21-27 e passou a ser ponto de agenda das reuniões das Unidades de Coordenação e CA/CS do Programa.	DSDR
PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
Taxa de Execução do plano de projeto de desmaterialização e digitalização dos arquivos das CCDR	40%	10%	0%	Não se registaram novos desenvolvimentos face ao realizado no ano anterior, porque se aguardava a publicação do novo regime jurídico da preservação digital da informação arquivística na Administração Pública, que constitui a principal alavanca para a concretização do plano em apreço.	DSCGAF
Dias para elaboração de memorando com identificação da despesa executada afeta a custos diretos e indiretos com a gestão e manutenção de arquivos	334	15	-	Não foi elaborado o Memorando por insuficiência de recursos humanos disponíveis para afetar a esta nova tarefa.	DSCGAF
PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS					
Taxa de execução do Plano de Formação	30%	10%	16%	A recalendarização das ações programadas para o ano 2022, para 2023, em virtude de ter sido aprovada uma reprogramação física, reduziu o número de ações realizadas.	DSCGAF
CONTRIBUIR PARA A PROSECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA ESTRUTURA TRANSVERSAL DO BOA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA					
Taxa de Implementação das orientações de procedimentos validadas pela Presidência	50%	20%	0	Sem desenvolvimentos adicionais face à opção de contratualizar externamente a aquisição de serviços para Elaboração de Manual de Procedimentos	DSCGAF
Dias para visitar a Norma de Controlo Interno	305	12	-	Decidida a externalização da elaboração do Manual de Procedimentos, não foi desenvolvida esta tarefa objeto do presente indicador.	DSCGAF

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS	RESP.
ASSEGURAR A DECISÃO ATEMPADA DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS AO PO CRESCE ALGARVE 2020					
Prazo de notificação da decisão	4	1	7		GFC
ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO PO CRESCE ALGARVE 2020					
Taxa de Execução do PO Algarve 2020	79%	5%	73,14%	O não cumprimento da meta prevista prende-se com o facto da região Algarve ter sentido de forma bastante significativa as consequências da pandemia. Tratando-se de uma região turística, com uma economia pouco diversificada e altamente dependente da procura externa, os atores regionais, bem com os beneficiários, sentiram de forma bastante acentuada e duradoura os impactos da pandemia, condicionando as atividades e consequentemente a capacidade de execução dos beneficiários (públicos e privados). Em paralelo, as dificuldades financeiras sentidas por parte dos beneficiários públicos, bem como os problemas do mercado regional da construção civil, que têm vindo a atrasar adjudicação das empreitadas (concursos desertos), dificultando a sua finalização, por falta de mão de obra e subida dos preços das matérias-primas (consequência da pandemia e da guerra), também impactou na taxa de execução do Programa Operacional.	GFC

Em termos de desempenho a nível do Plano, verifica-se que dos 40 objetivos definidos, 9 não foram atingidos, o que corresponde a uma taxa de incumprimento de 22,5%. No que se refere aos indicadores, dos 99, não foram atingidos 16, o que equivale a 16% de incumprimentos ou cumprimentos parciais.

Numa análise mais detalhada verifica-se que 6 das 10 unidades orgânicas registam incumprimentos.

Na origem da grande maioria dos incumprimentos/cumprimentos parciais identificados estão fatores endógenos. Entre estes, importa destacar as limitações nos recursos humanos disponíveis e a inexistência de redundância, que obriga a que um mesmo núcleo de trabalhadores seja sucessivamente afeto às tarefas programadas, e sobretudo às tarefas emergentes e urgentes, aumentando deste modo o risco de incumprimento ou cumprimento parcial.

Razão adicional que justifica também os incumprimentos/cumprimentos parciais registados é o adiamento da concretização de determinados objetivos – indicadores – metas por fatores exógenos. A outro nível também devido à tramitação administrativa morosa dos procedimentos de contratação

pública, que obstaculizam a concretização dos objetivos propostos devido à necessidade de percorrer um extenso *workflow* de entidades e obtenção de inúmeros pareceres prévios ao ato de adjudicação da aquisição de bens/prestação de serviços.

Tal como em anos anteriores manteve-se a prática instituída na organização de adotar medidas para promover o reforço positivo do desempenho da CCDR Algarve, destacando-se:

- 1) A monitorização trimestral do QUAR e do Plano de Atividades com o envolvimento de todos os dirigentes com objetivo de identificar atempadamente eventuais desvios/constrangimentos e apresentar soluções;
- 2) O reforço da capacitação dos dirigentes e trabalhadores relativamente à gestão por objetivos;
- 3) A dinamização da participação dos dirigentes e trabalhadores em seminários, *workshops* e ações de formação internas e promovidas por entidades externas e adoção de boas práticas ao nível dos processos internos.

IX- OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Publicidade Institucional

No ano de 2022, estava previsto o desenvolvimento do habitual plano de ações de publicidade institucional, nomeadamente no que se refere à publicitação de ações dinamizadas pelo Programa Operacional Regional Algarve 2020, em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro.

Normalmente, tal obrigação é assegurada através do plano de meios previsto, concretizando-se através da publicação de anúncios publicitários *online*, nos mais impactantes meios da imprensa regional, com o objetivo de aumentar o acesso e o tráfego ao site do Programa Operacional Regional, particularmente à seção onde se encontra publicada a lista dos projetos aprovados.

No ano 2022 manteve-se o foco na apresentação dos resultados, tendo sido concretizados vários procedimentos plurianuais para a execução de publireportagens com o propósito de dar destaque editorial a projetos estratégicos de cooperação transfronteiriça, no âmbito INTERREG ESPAÑA PORTUGAL, e de diversificação da base económica selecionados e dinamizados por empresas localizadas no Algarve, beneficiárias de Fundos Europeus, através do POR ALGARVE 2020, sendo as mesmas partilhadas igualmente nos suportes de comunicação da CCDR Algarve e do Programa Operacional Regional.

Neste contexto, realizou-se a aquisição onerosa de espaço publicitário no valor de 24.108 € conforme assinalado no Quadro 11, com o objetivo de divulgar casos práticos de resultados do Programa Operacional Regional, junto de uma pluralidade de destinatários, nomeadamente entidades públicas da administração central, local, associações públicas e privadas e empresas. Este valor não assume paralelo com o investimento realizado em anos anteriores, pois foi substancialmente superior.

Em conformidade com o previsto na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, estas ações de publicidade institucional foram comunicadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social na Plataforma Digital da Publicidade Institucional do Estado.

QUADRO 11
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL 2022

Rubrica	Fornecedor	Descrição	Valor (€) IVA incluído
020217	PorLagMedia	Aquisição de serviços de publicitação/divulgação das operações financiadas por Fundos Europeus, no Jornal Barlavento	2 952,00 € €
020217	Página em Branco	Aquisição de serviços de publicitação/divulgação das operações financiadas por Fundos Europeus, no Jornal Sul Informação	3 690,00 € €
020220	Página em Branco	Produção de conteúdos multimédia para projetos POCTEP, financiadas por Fundos Europeus, no Jornal Sul Informação	3 075,00 € €
020217	RTP	Aquisição de serviços de publicitação/divulgação das operações financiadas por Fundos Europeus, no programa Europa Minha	2 952,00 € €
020217	Globalmedia	Aquisição de serviços de publicitação/divulgação das operações financiadas por Fundos Europeus, no suplemento Dinheiro Vivo do DN/JN	5 534,96 € €
020220	COFINA	Aquisição de serviços de promoção e divulgação das ações da responsabilidade da CCDR Algarve no âmbito do projeto ATLAZUL, financiadas por Fundos Europeus, no Jornal de Negócios	5 166,00 € €
Total			24 107,96 €

No mais, propõe-se a consulta do Anexo V ao presente Relatório de Atividades que contempla com detalhe as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados nas áreas da divulgação de Informação, Promoção e Comunicação.

2. Programa de Gestão do Património Imobiliário

A Lei do Orçamento de Estado de 2011 aditou o art.º 113-A ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, determinando que, ao nível do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), sejam fixados objetivos relacionados com o cumprimento das obrigações previstas no Programa de Gestão do Património Imobiliário (PGPI).

Resumidamente, as obrigações previstas no PGPI prendem-se com o envio, até 30 de março de cada ano, para a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através das unidades de gestão patrimonial dos ministérios, do programa de avaliações dos imóveis a concretizar e das informações necessárias à regularização registral e matricial dos imóveis do domínio privado do Estado que estejam afetos ao organismo público. Por último, os organismos públicos deverão prestar à DGTF toda a informação necessária à inventariação dos imóveis, de acordo com o programa de inventariação dos bens imóveis do Estado e dos institutos públicos.

Pese embora durante o ciclo de gestão do ano de 2022 não tenham sido fixados objetivos relacionados com a execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário, a CCDR Algarve cumpriu com as obrigações aí estabelecidas.

3. Medidas de modernização administrativa

No ano 2022 foi dado cumprimento ao planeado em sede de Plano de Atividades, tendo sido dada continuidade à política interna de modernização, desmaterialização e simplificação dos procedimentos técnico-administrativos, mediante a implementação de um conjunto de medidas que permitiram melhorar a eficiência interna e agilizar as respostas, tornando a comunicação mais transparente para os clientes e/ou parceiros, eliminando entraves desnecessários e reduzindo os custos de contexto.

Neste sentido, foram dinamizadas as ações previstas nos projetos de investimento RIS Algarve – Reengenharia, Inovação e Simplificação e Indexação Espacial para Articular e Qualificar, financiados no âmbito do Programa Operacional Regional do Algarve 2014 – 2020 e Plataforma Informática T-Invest (Medida Simplex #143).

Relativamente ao projeto RIS Algarve concluiu-se a Ação A - Mapeamento, Reengenharia e Simplificação Procedimentos - ação estruturante e transversal a toda a organização, como a seguir se descreve:

- a) Mapeamento de Processos – Desenho e Implementação de *Workflows*
Com o objetivo de uniformizar e automatizar processos, procedimentos e níveis de serviço de forma a obter ganhos de eficiência administrativa e processual e consequentemente a redução de custos operacionais, foi efetuada a contratação externa de serviços para desenho e implementação de 13 *workflows* no sistema de gestão documental *Filedoc* distribuídos por processos consoante o grau de complexidade. Na prática este processo permitiu desenhar 25 *workflows* uma vez que alguns dos classificados de elevado grau de complexidade geraram *workflows* secundários/individualizados;
- b) Formação Sistema de Gestão Documental e Implementação de *Workflows*
Na senda do realizado no ano transato foi dada continuidade à capacitação técnica dos utilizadores do sistema de gestão documental, identificada que foi a necessidade de realização de ações de formação nas áreas relacionadas com a gestão de documentos e processos, a classificação de documentos e a gestão de arquivo corrente e intermédio, assim como módulos de formação específicos no sentido de promover a automatização de procedimentos, a implementação de *workflows* e a otimização do sistema de gestão documental na vertente da desmaterialização e simplificação administrativa;
- c) A Ação A – Mapeamento, Reengenharia e Simplificação de Procedimentos incluía também a elaboração de normas de procedimentos relativas à tramitação dos vários processos desenvolvidos no âmbito das competências e atribuições da CCDR Algarve. Estas normas deveriam sistematizar – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis pela tramitação dos processos, bem como a legislação de enquadramento e a informação relativa à instrução dos processos, acessíveis no site institucional da CCDR Algarve, garantindo o acesso facilitado ao cidadão, promovendo a disponibilização de informação sistematizada e atualizada e contribuindo para a submissão dos processos devidamente instruídos;

Contudo, decorrido algum tempo desde a definição desta Ação, em virtude ao avanço tecnológico registado, foi entendido que se deveria adotar uma metodologia mais moderna e interativa, consubstanciada na implementação de um Assistente Virtual (*Chatbot*), o que se materializou no mês de dezembro de 2022. Previamente, as Unidades Orgânicas revisitaram as respetivas páginas que integravam o site institucional e procederam genericamente à sua atualização. Constituiu uma experiência muito interessante, com adesão por parte dos cidadãos, que se pretende implementar de forma mais profissional muito em breve;

- d) Conclusão da plataforma T-INVEST, projeto impulsionado pelo Ministério da Coesão Territorial e coordenado nas regiões pelas CCDR, constituindo uma das medidas SIMPLEX 20-21 dentro da categoria “Melhor Serviço Público - Reforçar a proximidade às pessoas e ao território”.

O seu principal objetivo foi estabelecer uma plataforma informática com valências para divulgar, de forma agregada e sistematizada, informação de escala municipal relativa a incentivos ou apoios direcionados para as famílias e para as empresas, incluindo equipamentos logísticos destinados às atividades económicas (por exemplo áreas de acolhimento empresarial).

Durante o ano de 2022 a CCDR Algarve mobilizou todos os municípios da região para o projeto, reunindo informação e alimentando a plataforma com os serviços disponíveis a nível local;

- e) Modernização dos Equipamentos Informáticos

No decurso do levantamento de necessidades, identificou-se a necessidade de renovar postos de trabalho afetos à CCDR Algarve e ao Programa Operacional do Algarve no âmbito da modernização constante do parque informático. Constatou-se ser importante dotar os utilizadores de equipamentos que respondam às necessidades crescentes das aplicações e plataformas e dispor de meios informáticos atualizados e eficientes, pelo que se procedeu à aquisição de 37 computadores de secretária e de 23 computadores portáteis, e respetivos acessórios;

- f) Aquisição de Equipamentos de Rede e de *Wifi*

No âmbito do processo de modernização contínua da informática da CCDR Algarve foi identificada a necessidade de proceder à aquisição de equipamentos ativos para o Core da rede de alta performance e com portas a 25Gbit. Estes equipamentos concentram a conectividade fibra com o Edifício Doglioni e o Programa Operacional do Algarve bem como com os servidores do *Data Center*. Paralelamente, renovou-se a rede *Wifi* das salas de reuniões, auditório e outras zonas de acesso do público externo, visto os atuais equipamentos se encontrarem obsoletos e com problemas técnicos.

Pretendeu-se desta forma dar continuidade aos investimentos anteriormente realizados, reaproveitando os equipamentos que já se encontravam em produção quando possível e dotando a infraestrutura existente de maior capacidade de largura de banda e resiliência para dar resposta aos

desafios Tecnológicos atuais e futuros quer da CCDR Algarve como da Estrutura do Programa Operacional Regional do Algarve.

Globalmente, as poupanças geradas pela implementação das mencionadas medidas de desmaterialização e simplificação administrativa assumem um caráter fundamentalmente imaterial, embora no ano 2022 tenha sido efetuado investimento relevante na infraestrutura física.

Entre os impactos mais relevantes importará sublinhar a promoção da melhoria das condições de trabalho, que se reflete na produtividade dos técnicos responsáveis pela execução das tarefas e na qualidade dos serviços prestados.

Acresce, ainda, que estas medidas contribuíram também para a motivação dos trabalhadores, em geral, o que repercute na excelência que se procura alcançar do atendimento aos clientes e nos serviços prestados pela CCDR Algarve.

X - PROPOSTA DE AVALIAÇÃO FINAL

Tendo por base as taxas de realização de 113% relativamente ao QUAR e de 115% no que respeita ao Plano de Atividades, confirma-se que os objetivos propostos e consequentemente os resultados previstos foram globalmente alcançados.

De salientar que estes instrumentos de gestão têm subjacente a monitorização trimestral/anual de 6 objetivos e 13 indicadores no caso do QUAR e de 40 objetivos e 90 indicadores no caso do Plano de Atividades, dimensões que são relevantes construída com a participação de todos os colaboradores a que acresce ainda o facto de envolverem todas as unidades orgânicas da CCDR Algarve e do POR Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais.

Tal como já foi referido da análise sintética dos resultados do QUAR, foram superados 4 e atingidos 2 objetivos. No que concerne os objetivos relevantes foram superados 3 (75%) e atingidos 1 (25%). Relativamente aos indicadores foram superados 5 e atingidos 7, e não atingido um do cômputo dos 13 indicadores definidos.

No que se refere o Plano de Atividades foram superados 26 objetivos (65%), atingidos 11 (27,5%) e não atingidos 3 (7,5%). Relativamente aos indicadores foram superados 43 (51%), atingidos 34 (38,9%) e não atingidos 9 (10%).

A taxa de incumprimentos/cumprimentos parciais objeto de análise em pontos anteriores encontra a sua justificação fundamentalmente em fatores endógenos e exógenos que não foi exequível mitigar ao longo do exercício.

Em paralelo ao programado em sede de QUAR e Plano de Atividades, sublinhar ainda a execução de outras atividades não previstas, que tiveram implícita uma importante e relevante alocação de recursos humanos e materiais.

Face ao exposto no presente relatório pode afirmar-se que globalmente foram alcançados os objetivos operacionais propostos para o ano 2022 nas áreas de intervenção da CCDR Algarve e do Programa Operacional Regional, tendo sido garantido o alinhamento com o preconizado na Lei das Grandes Opções Aprofundar a Descentralização, tal como nos desafios estratégicos, nomeadamente no que concerne o 1º - Alterações Climáticas e Transição Climática e o 3º Desigualdades – Coesão Territorial, bem como com os objetivos e indicadores do Programa Orçamental 02 – Governança, e ainda, com o estabelecido no Plano Estratégico da Coesão Territorial.

1. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço

Tendo presente o exposto no presente Relatório de Atividades, no que concerne aos resultados alcançados, face ao planeado em sede de QUAR e do Plano de Atividades 2022, propõe-se, de acordo com os critérios fixados no nº 1 do artigo 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, a atribuição da menção de desempenho Bom à CCDR Algarve.

XI - CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Considerando o exposto no presente Relatório de Atividades e de Autoavaliação impõe-se apresentar as conclusões prospetivas e o plano de melhoria a implementar em futuros exercícios desta natureza.

Reafirmando o mencionado em pontos anteriores deste relatório os objetivos operacionais do QUAR foram globalmente atingidos, tal como os objetivos definidos em sede de Plano de Atividades.

Pode afirmar-se que os resultados alcançados expressam o empenho relevante de todos os trabalhadores e dirigentes, sendo as taxas de incumprimento/cumprimento parcial no QUAR (1 indicador) e no Plano de Atividades (7,5% e 10% respetivamente nos objetivos e indicadores) meramente residuais justificam-se fundamentalmente por fatores endógenos e exógenos, de que se destacam nestes últimos os impactos da crise pandémica e da guerra na Europa.

Atendendo à amplitude das atribuições e competências cometidas às CCDR as Unidades Orgânica são frequentemente envolvidas numa agenda (extra) de atividades não previstas em sede de Plano de Atividades, que assumiram, expressão relevante no ano 2022 no cômputo da atividade desenvolvida, consumindo igualmente os recursos humanos e financeiros que alocados à concretização dos objetivos operacionais.

Nos próximos exercícios de planeamento manter-se-á o foco na mitigação dos constrangimentos identificados, definindo objetivos, indicadores e metas que representem uma ainda melhor qualidade no serviço prestado pela CCDR à Região.

No que se refere ao valor acrescentado resultante do cumprimento e superação dos objetivos e das medidas implementadas, conclui-se pelo exposto no presente relatório, que as tradicionais áreas de negócio da CCDR Algarve – Ambiente, Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional, Apoio Jurídico e à Administração Local, Vigilância e Controlo e áreas transversais – e as Estruturas de Missão do POR Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, contribuíram de forma decisiva e empenhada para a concretização dos grandes desígnios fixados para o ano 2022.

Analisando o volume da atividade desenvolvida no ano 2022, por unidade orgânica, constante em anexo ao presente relatório, extrai-se o valor acrescentado, dos objetivos alcançados e das medidas implementadas, face ao programado, que mais não é que o contributo desta Comissão de Coordenação para o desenvolvimento económico e social da região do Algarve.

O plano de melhoria a implementar no futuro próximo terá subjacente o contínuo alinhamento com as políticas públicas, nomeadamente com o estabelecido no ponto I.III.5 Aprofundar a Descentralização do Programa do XXIII Governo Constitucional.

A publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 123/2022, de 14 de dezembro, veio determinar a integração de alguns serviços periféricos da administração direta e indireta do estado nas CCDR, concretizada através de uma alteração à sua orgânica, que desta forma assegure a integração dos

mencionados serviços, com uma redefinição estratégica no que diz respeito à missão e atribuições das CCDR, às competências dos seus órgãos, às formas de funcionamento e articulação com as demais entidades. Através deste processo, as atuais CCDR passam a constituir-se como institutos públicos, regime especial, integrando as diversas políticas públicas que prosseguem estratégias de promoção do desenvolvimento integrado do território.

Para concretização deste desiderado, refere ainda a mencionada RCM que importa proceder à alteração da orgânica das CCDR, adaptando o seu regime jurídico a esta nova realidade, prevendo-se que os processos de integração e reestruturação dos ditos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado se materializem de forma progressiva e em momento temporais distintos.

Será neste novo enquadramento que a CCDR Algarve prosseguirá as suas atividades, garantindo a continuidade da resposta adequada aos cidadãos.

As áreas de negócio da CCDR Algarve continuarão alinhadas com o preconizado nas Grandes Opções, sendo de salientar a promoção da transição energética, assente na maior eficiência e incorporação de energias renováveis; a reorientação do modelo económico regional para uma utilização linear dos recursos, para a sua recirculação, através da criação de instrumentos e ações de divulgação que promovam a alteração do paradigma que lhe está associada; a proposta da mobilidade sustentável; a valorização dos diferentes ativos territoriais favorecendo uma sociedade e um território mais competitivos e coesos.

Em paralelo com a concretização das políticas públicas deverá acompanhar-se a execução e promover-se a monitorização da territorialização dos impactos regionais dos respetivos instrumentos de financiamento no desenvolvimento económico e social da região do Algarve. Salienta-se, também, o contributo destes serviços para a delimitação de políticas que sejam mais profícuas para a região, para o tecido económico, empresarial e associativo e para a população em geral.

Neste sentido, o ano de 2023 será determinante para a execução dos fundos europeus de forma a concluir o Programa Operacional Regional 2020, e iniciar a execução do próximo período de programação financeira 2021-2027, de forma a contribuir para a necessária e urgente diversificação da base económica da região do Algarve. Destaque igualmente para a dimensão de cooperação transfronteiriça.

No contexto organizacional da CCDR Algarve, os objetivos a prosseguir centrar-se-ão na qualificação da instituição, seja através da modernização administrativa e capacitação institucional, seja através da manutenção dos elevados padrões de qualificação dos trabalhadores em funções públicas, ao nível regional, tendo em vista o cumprimento cabal da missão e atribuições da CCDR no contexto da maior eficiência do Estado.

ANEXO 1

Execução do QUAR 2022

ANO: 2022

Coesão Territorial

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

MISSÃO:

Assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação. Executar a política de incentivos à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.

Objetivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

OE1: Promover a economia regional através da utilização eficaz dos recursos financeiros dos fundos estruturais europeus.

OE2: Implementar ao nível regional as políticas de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional.

OE3: Dinamizar uma adequada articulação intersectorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias, numa ótica de desenvolvimento regional.

OE4: Capacitar a organização para os desafios da Administração Pública.

Objetivos Operacionais

Eficácia 15%

OP 1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 100

INDICADORES	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 01 Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	n.a.	50%	96%	2%	100%	50%	31/12/2022	100%	125%	Superou
IND 02 Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	n.a.	70%	75%	15%	100%	50%	31/12/2022	75%	100%	Atingiu

Eficiência 45%

OP 2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020 40

INDICADORES	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 03 Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	n.a.	90%	90%	15%	100%	25%	31/12/2022	100%	100%	Atingiu
IND 04 Taxa de Execução dos POR no PT 2020	n.a.	60%	79%	5%	85%	25%	31/12/2022	73%	99%	Não atingiu
IND 05 Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	n.a.	120%	135%	10%	150%	50%	31/12/2022	151%	126%	Superou

OP 3: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ECONOMIA CIRCULAR 30

INDICADORES	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 06 Número de ações de divulgação da Economia Circular	n.a.	n.a.	7	2	11	100%	31/12/2022	7	100%	Atingiu

OP 4: PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE RECURSOS 30

INDICADORES	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 07 Número de dias seguidos para elaborar o Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	n.a.	n.a.	334	15	196	50%	31/12/2022	321	100%	Atingiu
IND 08 Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	n.a.	n.a.	25%	10%	40%	50%	31/12/2022	71%	177%	Superou

Qualidade 40%

OP 5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES 50

INDICADORES	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 09 Índice de satisfação dos <i>stakeholders</i> externos	n.a.	3	3	1	6	50%	31/12/2022	4	100%	Atingiu
IND 10 Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	n.a.	3	4	2	8	50%	31/12/2022	6	100%	Atingiu

OP 6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS 50

INDICADORES	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 11 Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	n.a.	70%	80%	10%	100%	10%	31/12/2022	100%	125%	Superou
IND 12 Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis r	n.a.	91%	75%	10%	100%	65%	31/12/2022	96%	121%	Superou
IND 13 Taxa de satisfação dos trabalhadores	n.a.	3	3	1	5	25%	31/12/2022	4	100%	Atingiu

OBJECTIVOS MAIS RELEVANTES

OP 1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

OP 2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020

OP 5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES

OP 6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS

NOTA EXPLICATIVA

IND 03:

Fórmula de Cálculo: (N.º de decisões com desvio não superior a 10% / N.º total de decisões) x 100 (1) (2)

Por desvio entende-se o número de dias de atraso face ao prazo estabelecido nos avisos de concurso. A contagem do tempo inicia-se no momento do encerramento do concurso (com data limite) ou no momento da submissão das candidaturas (concursos em contínuo). Os dias de atraso da responsabilidade de entidades externas à AG são deduzidos na contagem do tempo. São considerados dias úteis para a contagem dos prazos. Para o apuramento do número de decisões é contabilizado o número de candidaturas decididas. Por decisão entende-se a 1ª Decisão da Comissão Diretiva nos termos da legislação aplicável.

IND 04:

Fórmula de Cálculo: (Total do Valor executado a 31-12-2021/Total do Valor Programado para o POR) x 100

Para o apuramento do valor executado considera-se a execução até 31/12/2021. Para o valor programado considera-se o valor previsto na decisão do POR. O cumprimento da meta definida está condicionado ao total preenchimento da estrutura de missão do PO de acordo com o Mapa X, do Anexo I da RCM nº 73-B/2014.

IND 05:

Cumprimento da regra N+3, de acordo com a metodologia a definir pela Comissão Europeia. O cumprimento da meta definida está condicionado ao total preenchimento da estrutura de missão do PO de acordo com o Mapa X, do Anexo I da RCM nº 73-B/2014.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO FINAL

Eficácia

Eficiência

Qualidade

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	160	160	0
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	240	240	0
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	780	732	-48
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	216	168	-48
Assistente operacional	5	15	10	-5
Total	70	1 429	1 328	-101

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	3 697 484	3 509 121	-188 363
Despesas c/Pessoal	2 614 579	2 630 400	15 821
Aquisições de Bens e Serviços	378 818	289 348	-89 470
Outras despesas correntes	44 037	8 915	-35 122
Investimento	2 541 629	2 810 090	268 461
Outros valores	660 050	580 458	-79 592
TOTAL (OF+INV+Outros)	6 239 113	6 319 211	80 098

Nota explicativa dos recursos humanos e financeiros

Indicadores	Justificação do valor crítico
IND 1 Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 2 Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 3 Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 4 Taxa de Execução dos POR no PT 2020	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 5 Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 6 Número de ações de divulgação da Economia Circular	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 7 Número de dias seguidos para elaborar o Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 8 Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 9 Índice de satisfação dos <i>stakeholders</i> externos	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 10 Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 11 Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 12 Percentagem de trabalhadores em formação profissional	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 13 Taxa de satisfação dos trabalhadores	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.

Indicadores	Fonte de verificação
IND 1 Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	Plataforma Informática
IND 2 Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	Mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos
IND 3 Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	Sistema de Informação do PO
IND 4 Taxa de Execução dos POR no PT 2020	Sistema de Informação do PO
IND 5 Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	Sistema de Informação do PO
IND 6 Número de ações de divulgação da Economia Circular	Evidências da realização das ações
IND 7 Número de dias seguidos para elaborar o Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	Plano de Eficiência Energética e de Recursos e Plataforma ECO.AP
IND 8 Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	Plano de Eficiência Energética e de Recursos e Plataforma ECO.AP
IND 9 Índice de satisfação dos <i>stakeholders</i> externos	Resultados do inquérito
IND 10 Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	Evidências da realização das iniciativas
IND 11 Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	FILEDOC
IND 12 Percentagem de trabalhadores em formação profissional	Lista de participantes em ações de formação, certificados de participação.
IND 13 Taxa de satisfação dos trabalhadores	Resultados do inquérito

ANEXO II

Balanço Social 2022

Balanço Social

2022

Ficha técnica

Título

Balanço Social 2022

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro

Telef.: 289 895 200/99 Fax: 289 889 099

E-mail: geral@ccdr-alg.pt • www.ccdr-alg.pt • www.facebook.com/ccdralgarve • [twitter: @ccdr_algarve](https://twitter.com/ccdr_algarve)

Data de edição

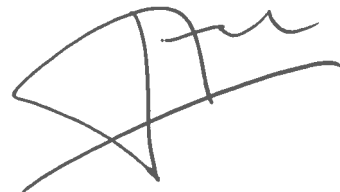
Mai 2023



Lista de Siglas

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
DSA – Direção de Serviços de Ambiente
DSAJAL – Direção de Serviços de Apoio Jurídico e a Administração Local
DSCGAF – Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financieira
DSDR – Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional
DSOT – Direção de Serviços de Ordenamento do Território
DIPC – Divisão de Informação, Promoção e Comunicação
DSI – Divisão de Sistemas de Informação
DVC – Divisão de Vigilância e Controlo
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
LTFP – Lei de Trabalho em Funções Públicas
POR – Programa Operacional Regional
RJEJ – Relação Jurídica de Emprego Público
SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SNC AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Aprovado
no Conselho Diretivo
de 24.7.2023



BALANÇO SOCIAL 2022

ÍNDICE

I. RECURSOS HUMANOS.....	4
1. Trabalhadores Segundo a Modalidade de Vinculação.....	4
2. Trabalhadores Segundo o Cargo/Carreira	5
3. Trabalhadores Segundo o Género e Grupo de Pessoal	6
4. Trabalhadores por Escalão Etário	7
5. Trabalhadores por Nível de Antiguidade	9
6. Trabalhadores Seguindo o Nível de Escolaridade	10
7. Trabalhadores Portadores de Deficiência	12
8. Trabalhadores Admitidos e Regressados	12
9. Saída de Trabalhadores em Comissão de Serviço e Contratados Segundo o Motivo de Saída e Género	12
10. Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados	13
11. Mudança de Situação dos Trabalhadores	13
12. Modalidade de Horário de Trabalho.....	13
13. Trabalho Extraordinário	13
14. Absentismo	14
II. ENCARGOS COM PESSOAL.....	16
II.1. Estrutura Remuneratória	16
II. 2. Encargos com Pessoal	17
III. ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	18
IV. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
V. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA	22
VI. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	22
VII. PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2020-2022	24

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores por Grupos/Cargos/Carreiras	5
Quadro 2 - N.º de trabalhadores segundo o género.....	6
Quadro 3 - N.º de trabalhadores segundo o escalão etário	7
Quadro 4 - Antiguidade por grupo de pessoal	9
Quadro 5 - N.º de trabalhadores segundo o Nível de Escolaridade.....	10
Quadro 6 - Indicadores de movimento de pessoal	12
Quadro 7 - N.º de Ausências ao Trabalho	14
Quadro 8 - Ausências ao trabalho 2020-2022	15
Quadro 9 - Estrutura Remuneratória	16
Quadro 10 - Indicadores Encargos com Pessoal	17
Quadro 11 - Resumo Formação e Capacitação 2022	18
Quadro 12 - Ações de Formação – Tipologia e Participações	19
Quadro 13 - N.º de Participações e Participantes por Cargo/Carreira	20
Quadro 14 - N.º de Participações Segundo o Género	20
Quadro 15 - N.º de Horas de Formação por Cargo/Carreira	21
Quadro 16 - Taxas de Realização de Formação Planeada versus a Realizada	22
Quadro 17 - N.º de Consultas Médicas segundo o Género	23
Quadro 18 - Despesas com Saúde no Trabalho	23
Quadro 19 - Indicadores Balanço Social 2020-2022	24

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos Trabalhadores segundo o Vínculo.....	4
Gráfico 2 - Trabalhadores por Grupos/Cargos/Carreiras	6
Gráfico 3 - N.º de Trabalhadores segundo o Género	7
Gráfico 4 - N.º de Trabalhadores segundo o Escalão Etário em 2022	8
Gráfico 5 - N.º de trabalhadores segundo Escalão Etário e o Género	8
Gráfico 6 - Antiguidade por Grupo de Pessoal	9
Gráfico 7 - N.º de Trabalhadores segundo o Nível de Escolaridade	10
Gráfico 8 - N.º de Trabalhadores segundo o Género e Nível de Escolaridade	11
Gráfico 9 - N.º de Ausências ao Trabalho	14
Gráfico 10 - N.º de Dias de Ausência ao Trabalho no período 2020-2022	15
Gráfico 11 - Encargos com Pessoal	17
Gráfico 12 - Distribuição das Horas de Formação	21

ANEXOS

Anexo 1 - Principais Indicadores de Síntese do Balanço Social (Formulas de Cálculo)	26
---	----

I. RECURSOS HUMANOS

O Balanço Social enquanto instrumento de gestão permite avaliar o desempenho social e o desenvolvimento do capital humano numa organização.

Para melhor compreensão da informação constante no presente relatório do Balanço Social, procede-se à caracterização da evolução dos trabalhadores em exercício de funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) no ano 2022 comparando-a, sempre que se justifique, com a registada nos dois últimos anos.

O presente documento foi elaborado nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, integrando o Relatório de Atividades do ano 2022, em conformidade com a alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

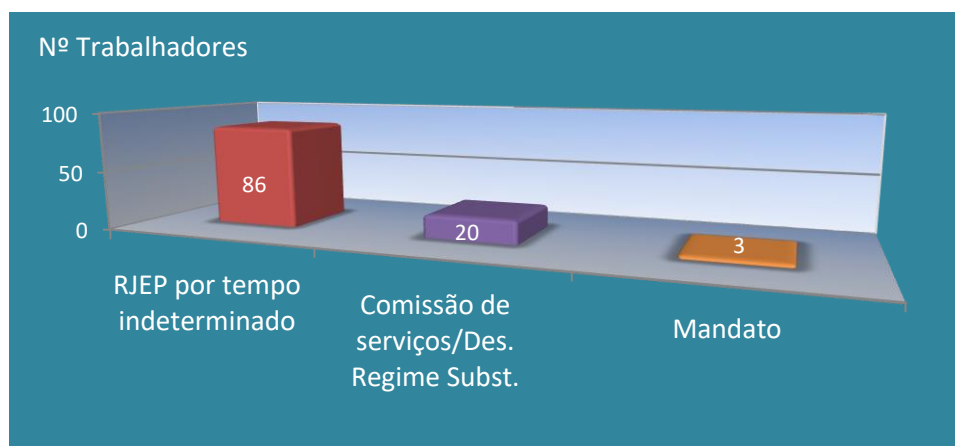
A informação encontra-se sistematizada em quadros e em gráficos, incluindo-se, ainda, uma síntese com os principais indicadores do Balanço Social, que espelham a evolução registada nos últimos três anos.

1. Trabalhadores Segundo a Modalidade de Vinculação

Conforme reportado nos quadros do Balanço Social contabilizavam-se 109 colaboradores em efetividade de funções a 31 de dezembro de 2022.

Dos 109 trabalhadores em efetividade de funções, 79% enquadravam-se no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 21% afetos à Estrutura de Missão do POR Algarve 2020, e 21% em exercício de mandato/comissão de serviço/designação em regime de substituição.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO



Fonte: Balanço Social 2022, Nota (1): Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25/10 na sua redação atual e RCM n.º 91/2020, 27/10

O número de trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público afetos aos Mapas de Pessoal da CCDR Algarve e às Estruturas de Missão do Programa Operacional Regional do Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais registou a seguinte evolução nos últimos três anos:

	2020	2021	2022
Nº Trabalhadores (1)	107	112	109
Varição	1%	5%	-3%

Fonte: Balanços Sociais 2020 a 2022

Nota (1): Totalidade dos trabalhadores, incluindo os que não se encontravam ao serviço

Por comparação com o número de efetivos contabilizados em dezembro de 2022, registou-se um decréscimo de 3% face ao ano anterior, resultando, assim, que no ano 2022 não foi possível preencher a totalidade dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, o que naturalmente teve algum impacto ao nível do desempenho organizacional.

Importa, realçar, que no caso de não se compense o contínuo movimento de saídas, na sua maioria por aposentação, com recrutamentos por mobilidade interna ou novas admissões, acentuar-se-ão os constrangimentos, atualmente já identificados, no cumprimento das atribuições e competências desta Comissão de Coordenação.

2. Trabalhadores Segundo o Cargo/Carreira

Nas carreiras que integram o Mapa de Pessoal da CCDR Algarve, a mais representativa é a de Técnico Superior, que registava 58 trabalhadores, seguida da carreira de Assistente Técnico que registava 23 trabalhadores, conforme evidenciado no Quadro 1.

Em 2022 a **Taxa de Tecnicidade** atingiu os 53%. Em sentido mais amplo, se adicionarmos os técnicos superiores da área da informática e os dirigentes esta taxa totaliza 77%.

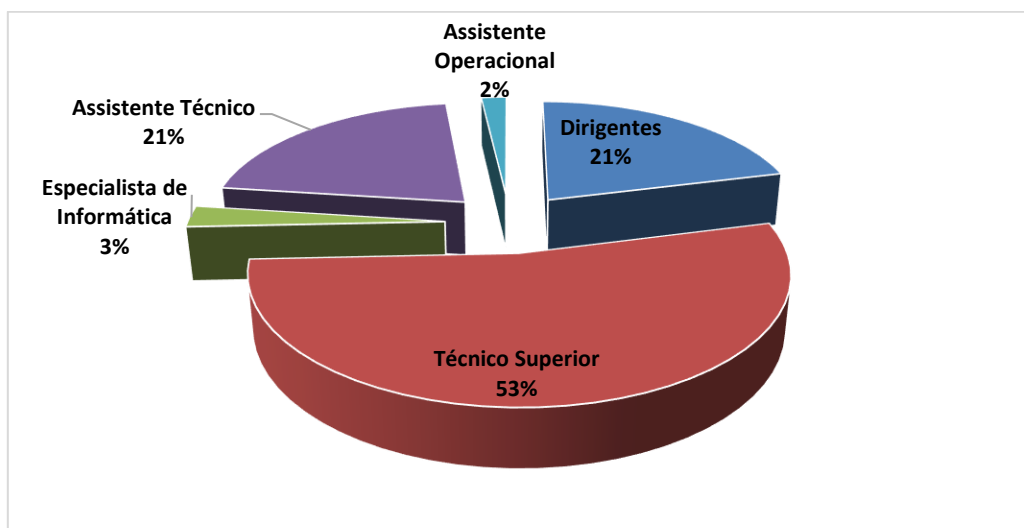
A **Taxa de Enquadramento** situou-se na ordem dos 21%, valor ligeiramente superior ao assumido no ano transato.

QUADRO 1
TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS

GRUPOS PROFISSIONAIS	Masculino	Feminino	Total
Dirigentes	11	12	23
Técnico Superior	17	41	58
Especialista de informática	1	2	3
Assistente Técnico	5	18	23
Assistente Operacional	2	0	2
TOTAL	36	73	109

Fonte: Balanço Social 2022

GRÁFICO 2
TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS



Fonte: Balanço Social 2022

3. Trabalhadores Segundo o Género e Grupo de Pessoal

Relativamente à distribuição global do pessoal efetivo por género, verificamos que é notória a predominância de trabalhadores do sexo feminino. A estes valores está associada uma **Taxa de Feminização** de 65%, que representa um valor ligeiramente inferior ao registado no último ano.

É no grupo de pessoal Assistente Técnico que se verifica a maior concentração de efetivos femininos, com cerca de 72% de trabalhadores, seguido do referente aos Técnicos Superiores.

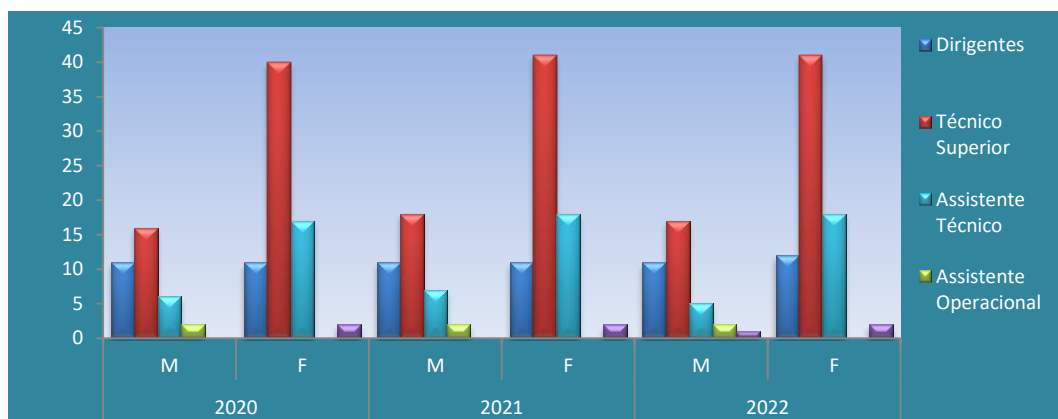
QUADRO 2
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO

N.º de trabalhadores					
GRUPOS PROFISSIONAIS	Masculino		Feminino		Total
Dirigentes	11	48%	12	52%	23
Técnico Superior	17	29%	41	71%	58
Especialista de Informática	1	33%	2	67%	3
Assistente Técnico	5	22%	18	78%	23
Assistente Operacional	2	100%	0	0%	2
TOTAL	36	33%	73	67%	109

Fonte: Balanço Social 2022

Aliás, com exceção da carreira dos Assistentes Operacionais e dos cargos dirigentes, existe uma maior predominância de elementos do sexo feminino nas restantes carreiras.

GRÁFICO 3
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO



Fonte: Balanço Social 2020–2022

4. Trabalhadores por Escalão Etário

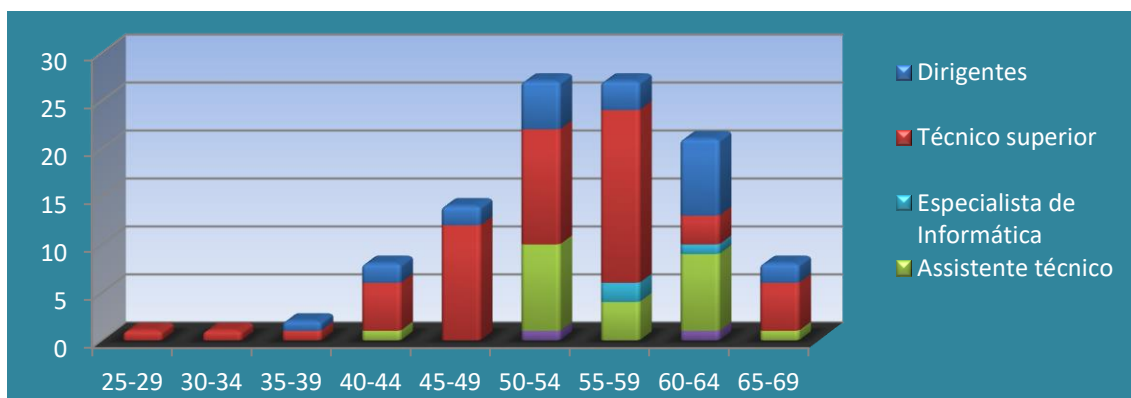
À data de 31 de dezembro de 2022 as faixas etárias que registavam maior número trabalhadores correspondiam aos intervalos de (50-54), (55-59) e (60-64) anos, concentrando estes cerca de 69% dos trabalhadores da CCDR Algarve, como pode verificar-se pelo quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 3
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO

GRUPOS /IDADES	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente					1	2			2	2	3	1	2	5	3	1	1	11	12		
Técnico superior	1		1		1	1	4	3	9	4	8	4	14	2	1	2	3	17	41		
Assistente operacional											1				1			2	0		
Assistente técnico							1				2	7	1	3	2	6		1	5	18	
Especialista de Informática													1	1		1			1	2	
	1		1		2		8		14		27		27		21		8		109		

Fonte: Balanço Social 2022

GRÁFICO 4
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO



Fonte: Balanço Social 2022

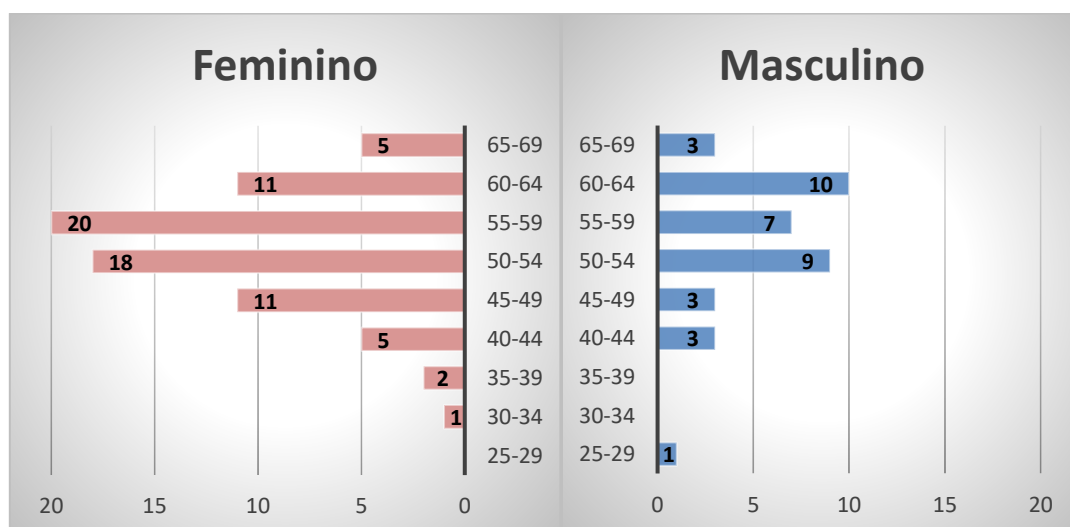
A percentagem dos trabalhadores com idade inferior a 40 anos totalizava apenas 4%.

No que se refere aos trabalhadores jovens, a CCDR Algarve dispõe apenas de um trabalhador no escalão abaixo dos 30 anos. Os trabalhadores mais jovens eram dois técnicos superiores, enquadrados nos escalões etários entre os (25-29) e os (30-34) anos. No escalão (50-54) anos concentravam-se 50% dos efetivos.

No ano 2022 já se contabilizavam 21 trabalhadores no escalão etário dos (60-64) anos e 8 trabalhadores no escalão seguinte, (65-69) anos, o que acentua a tendência de envelhecimento dos efetivos ao serviço da CCDR Algarve. Estes dois escalões etários representavam cerca de 27% do total dos trabalhadores ao serviço.

No gráfico a seguir apresentado evidencia-se claramente a predominância destes escalões etários, nomeadamente nos trabalhadores do sexo feminino.

GRÁFICO 5
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E O GÉNERO



Fonte: Balanço Social 2022

O **Nível Etário** dos trabalhadores da CCDR Algarve cifrou-se em cerca de 55 anos, assumindo mais 1 ano que no ano transato.

O **Leque Etário**, obtido pela divisão das idades dos trabalhadores mais e menos idosos foi de 2.55 em 2022, valor um pouco inferior ao ano anterior, que assumiu o valor de 2,61.

Ao nível do **Índice de Envelhecimento** nos últimos 3 anos registaram-se os seguintes valores:

	2020	2021	2022
	44%	47%	51%

Fonte: Balanços Sociais 2020 a 2022

Este indicador confirma a análise efetuada neste ponto do relatório, relativo à tendência de envelhecimento dos trabalhadores em efetividade de funções nesta CCDR Algarve.

5. Trabalhadores por Nível de Antiguidade

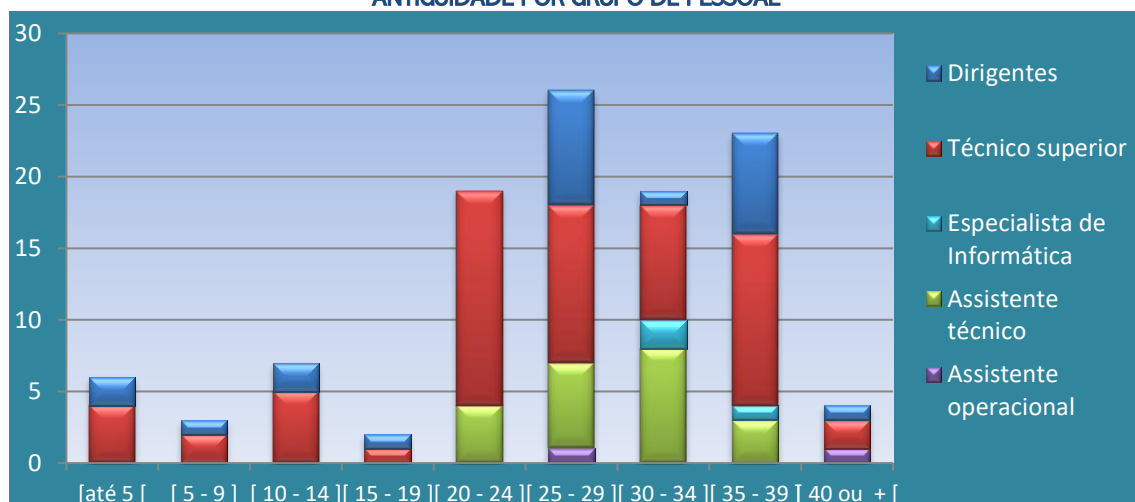
Ao nível da antiguidade, verificava-se a seguinte distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal:

QUADRO 4
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL

GRUPO	Antiguidade em anos									TOTAL
	[até 5 [[5 - 9]	[10 - 14]	[15 - 19]	[20 - 24]	[25 - 29]	[30 - 34]	[35 - 39]	40 ou + [
Dirigentes	2	1	2	1	0	8	1	7	1	23
Técnico superior	4	2	5	1	15	11	8	12	2	60
Especialista de Informática	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3
Assistente técnico	0	0	0	0	4	6	8	3	0	21
Assistente operacional	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
TOTAL	6	3	7	2	19	26	19	23	4	109
Valor Percentual	6%	3%	6%	2%	17%	24%	17%	21%	4%	100%

Fonte: Balanço Social 2022

GRÁFICO 6
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL



Fonte: Balanço Social 2022

Distinguiam-se como classes com maior frequência absoluta a dos (25-29) anos e a dos (35-39) anos, representando 45% do total dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Adicionando a estas classes as referentes aos (20-24) e (35-39) anos, conclui-se que 79% dos trabalhadores da CCDR Algarve tinham uma antiguidade compreendida entre os 20 e os 39 anos, o que revela o claro e inequívoco compromisso dos trabalhadores de carreira na Administração Pública.

Na realidade na CCDR Algarve o **Nível Médio de Antiguidade** na Função Pública, obtido a partir da soma das antiguidades dividida pelo n.º de trabalhadores, no ano 2022 assumiu o valor de 27 anos.

Este valor é superior em 1 ano ao assumido no último ano, resultado da não admissão de trabalhadores com menor n.º de anos em funções na Administração Pública.

6. Trabalhadores Segundo o Nível de Escolaridade

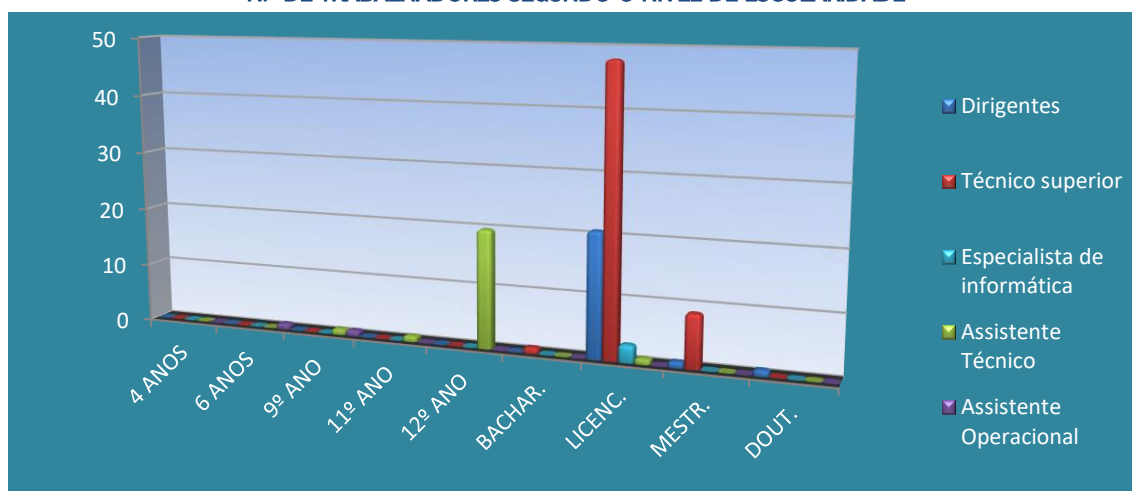
No que respeita às habilitações literárias, por carreira/cargo os trabalhadores da CCDR Algarve em 2022, encontravam-se assim distribuídos:

QUADRO 5
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

	4 ANOS		6 ANOS		9º ANO		11º ANO		12º ANO		BACHAR.		LICENC.		MESTR.		DOUT.		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	12	1	0	1	0	11	12
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14	34	3	6	0	0	17	41
Especialista de Informática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	2
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	1	0	1	5	15	0	0	0	1	0	0	0	0	5	18
Assistente Operacional	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
TOTAL	0	0	1	0	2	1	0	1	20	15	1	0	73	37	10	0	1	0	109	12

Fonte: Balanço Social 2022

GRÁFICO 7
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Balanço Social 2022

A licenciatura era o grau académico mais representativo. Com efeito, no universo considerado, possuíam licenciatura cerca de 73 dos trabalhadores, a que corresponde 67% do total de trabalhadores.

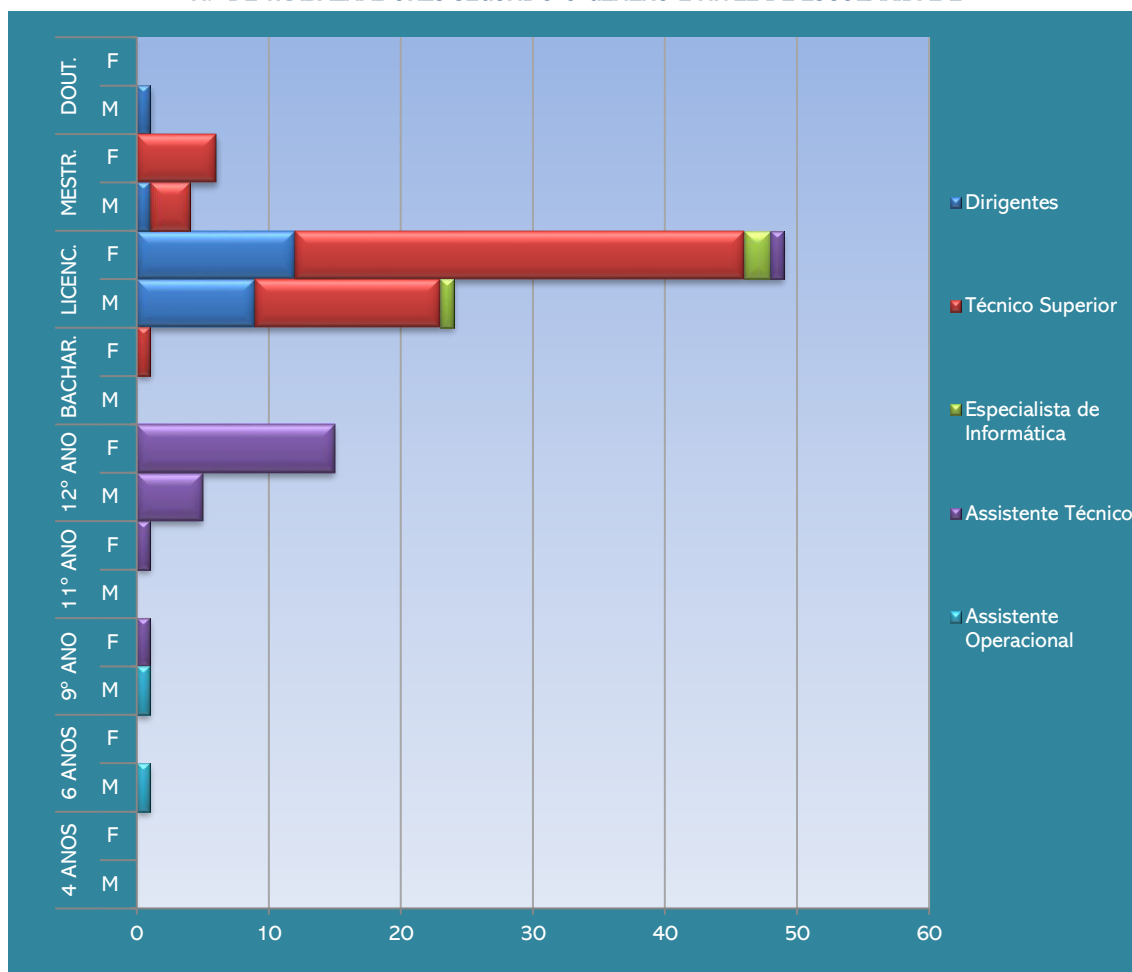
As quatro licenciaturas mais representativas eram por ordem decrescente as seguintes: áreas de Gestão e Economia – 18%; Engenharias – 17%; Arquitetura e Direito – 8%, respetivamente.

A parcela relativa ao nível de escolaridade correspondente ao 12.º ano apresentava-se como a segunda mais significativa, com 20 trabalhadores, a que corresponde 18% do total dos trabalhadores.

Os graus de ensino superior detidos pelos trabalhadores da CCDR Algarve assumiam a posição dominante na estrutura dos níveis de escolaridade, com 1% de doutorados, 9% de mestres, 67% de licenciados e 1% de bacharéis.

Na distribuição do grau habilitacional por género, constatou-se ser mais elevada a presença do sexo feminino com mestrado e licenciatura. Por seu turno, o sexo masculino é o único com representatividade ao nível do grau de doutoramento, de acordo com a seguinte representação gráfica.

GRÁFICO 8
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Balanço Social 2022

7. Trabalhadores Portadores de Deficiência

No ano 2022 a CCDR Algarve dispunha de três trabalhadores ao serviço portadores de deficiência.

8. Trabalhadores Admitidos e Regressados

No ano 2022 registaram-se no cômputo global 7 movimentos ao nível da admissão e regresso de trabalhadores ao serviço de origem.

Importa identificar os movimentos registados para melhor compreensão deste ponto do presente Relatório.

Assim, no ano de 2022 registou-se a admissão e regresso de 7 trabalhadores, a saber: 1 dirigente intermédio de 2.º grau – designação em regime de substituição; 3 trabalhadores que iniciaram mobilidade interna, dos quais 3 técnicos superiores; 1 técnico superior e 1 assistente técnico por regresso de doença prolongada; e 1 especialista em informática por cedência de interesse público.

Estes movimentos refletem a política interna de recrutamento de novos efetivos, assente primordialmente na figura da mobilidade de trabalhadores oriundos de outros serviços.

9. Saída de Trabalhadores em Comissão de Serviço e Contratados Segundo o Motivo de Saída e Género

No ano 2022 registaram-se no cômputo global 8 movimentos ao nível da saída de trabalhadores.

Importa, também aqui, identificar os movimentos registados durante o ano.

Assim, registou-se a saída de 8 trabalhadores, a saber: 3 aposentações de trabalhadores, dos quais 2 integrados na carreira de técnico superior e 1 na carreira de assistente técnico; 1 técnica superior e 1 assistente técnico por cessação da mobilidade interna; 1 assistente técnico que saiu em mobilidade; 1 técnica superior que foi designada dirigente intermédio de 2.º grau em regime de substituição, e, 1 técnica superior por falecimento.

Ao nível dos indicadores que permitem aferir sobre os movimentos de entrada e saída pessoal, registaram no período compreendido entre 2020 e 2022, os seguintes valores:

QUADRO 6
INDICADORES DE MOVIMENTO DE PESSOAL

Ano	Taxa Admissões	Taxa Saídas	Índice de Rotação
2022	6,4%	7,3%	1,130
2021	10,9%	6,4%	1,170
2020	14,3%	14,3%	1,283

Fonte: Balanços Sociais 2020 a 2022

Considerando os valores assumidos no ano 2022 constata-se que face ao ano anterior, os movimentos de saídas superaram os relativos às entradas/regressos, persistindo a falta de recursos humanos em algumas áreas chave.

10. Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados

Desde há uns anos a esta parte que esta CCDR assume anualmente o compromisso de proceder a novos recrutamentos por via da realização de procedimentos concursais e/ou concretização de processos de mobilidade interna, contemplando no Mapa de Pessoal os respetivos postos de trabalho e orçamentando as dotações orçamentais necessárias. Contudo, a sua efetivação tem sido condicionada por vários motivos, destacando-se o enquadramento legal aplicável aos recrutamentos, nomeadamente de trabalhadores sem vínculo previamente constituído.

Sublinhar, face à especificidade, que no caso particular do recrutamento por mobilidade interna, se regista uma fraca oferta de efetivos na região do Algarve, face à procura de perfis com determinadas competências para exercício de funções na CCDR Algarve.

Na realidade no cômputo global não foram preenchidos 16 postos de trabalho dos previstos no Mapa de Pessoal.

11. Mudança de Situação dos Trabalhadores

Sem informação a reportar.

12. Modalidade de Horário de Trabalho

A CCDR Algarve pratica o horário de trabalho flexível, com plataformas fixas entre as 10:00 e as 12:00 horas e entre as 14:30 e as 16:30 minutos.

Em 2022 estavam abrangidos por este horário de trabalho 81 trabalhadores. Dos restantes, 1 (telefonista) estava abrangido pelo horário desfasado, 3 técnicos superiores pela jornada contínua e 24 pela isenção de horário.

Encontravam-se abrangidos pelo período normal de trabalho de 35 horas, 106 trabalhadores e 3 pelo regime especial de 30 horas.

13. Trabalho Extraordinário

Em 2022 contabilizaram-se 274h30m horas de trabalho extraordinário, associadas à carreira de Assistente Operacional (trabalhador com funções de motorista).

As deslocações nomeadamente dos dirigentes da CCDR Algarve justificam estas horas, que em regra ocorreram em dias úteis.

Relativamente ao ano anterior registou-se o decréscimo de 31h30m horas extraordinárias.

14. Absentismo

No que concerne o absentismo, registou-se um decréscimo de 25% no n.º total de dias de ausência relativamente ao ano anterior.

No ano de 2022 contabilizaram-se 1.258 dias de ausência ao trabalho, sendo que 679 dias foram por motivo de doença, representando 54% do total de dias de ausência registados. Relativamente ao ano anterior registou-se a diminuição de 36% do número de dias de ausência por motivo de doença.

As ausências registadas em Outros, incluem, entre outras, as ausências para cumprimento de obrigações legais, isolamento profilático e tratamento ambulatorial familiares, que face a anos anteriores registaram menor expressão, justificando em grande medida o acréscimo no absentismo neste ano.

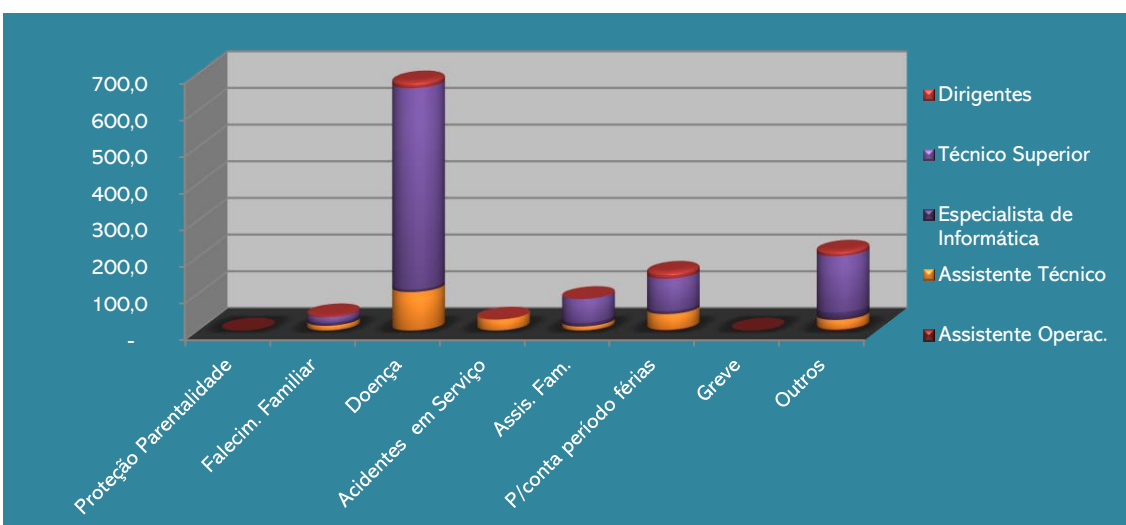
No quadro seguinte identifica-se o número de dias de ausência ao trabalho durante o ano 2022 por grupo/cargo/carreira.

QUADRO 7
N.º DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO

GRUPO/CARGO/ CARREIRA	Proteção Parentalidade	Falecim. Familiar	Doença	Acidentes em Serviço	Assis. Fam.	P/conta período férias	Greve	Outros	Casamento	Trabalh. Estudante	Total
Dirigentes	-	5,0	18,0	-	-	18,5	-	14,0	-	-	55,5
Técnico Superior	-	15,0	549,0	-	65,0	88,5	-	154,0	-	2,0	873,5
Especialista de Informática	-	8,0	7,0	-	10,0	8,0	-	20,0	-	-	53,0
Assistente Técnico	-	13,0	105,0	30,0	11,0	43,0	-	26,0	-	43,0	271,0
Assistente Operacional	-	-	-	-	-	2,0	-	3,0	-	-	5,0
TOTAL	-	41,0	679,0	30,0	86,0	160,0	-	217,0	-	45,0	1.258,0
Valor Percentual	0%	3%	54%	2%	7%	13%	0%	17%	0%	4%	100%

Fonte: Balanço Social 2022

GRÁFICO 9
N.º DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO



Fonte: Balanço Social 2022

No Quadro 8 está sintetizada a evolução das ausências ao trabalho no período compreendido entre 2020 e 2022.

QUADRO 8
AUSÊNCIAS AO TRABALHO 2020-2022

ANO / AUSÊNCIA	Prot. Parent.	Falec. Familiar	Doença	Acid. Serv.	Assis. Famil.	Conta férias	Greve	Outros	Casamento	Trabalh. Estudante	Total
2020	-	41,0	1.045,0	-	41,0	117,5	2,0	83,0	-	-	1.329,5
2021	-	39,0	1.060,0	-	74,0	128,5	1,0	318,0	45,0	4,0	1.669,5
2022	-	41,0	679,0	30,0	86,0	160,0	-	217,0	-	45,0	1.258,0
TOTAL	-	121,0	2.784,0	30,0	201,0	406,0	3,0	618,0	45,0	49,0	4.257,0

Fonte: Balanços Sociais 2020-2022

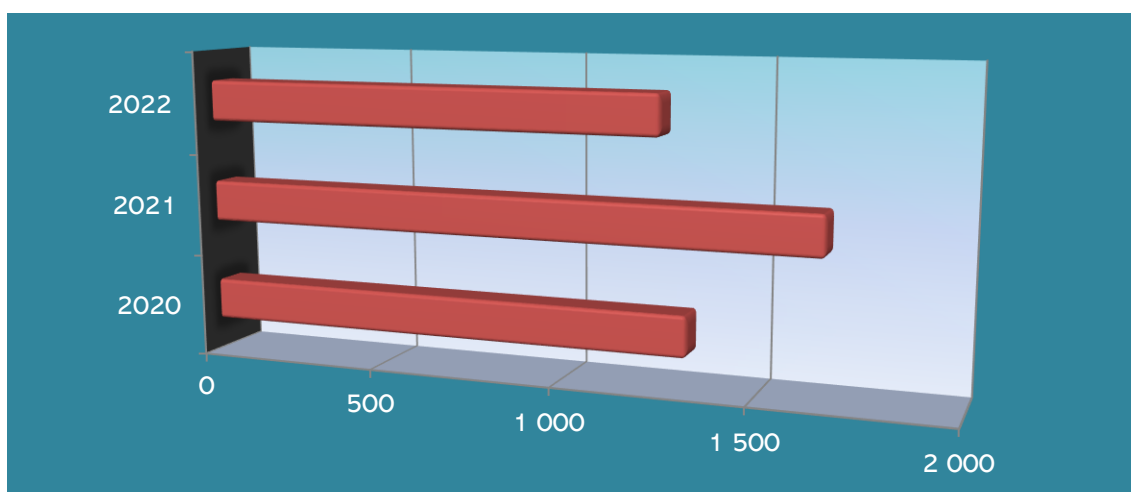
A evolução da **Taxa de Absentismo** no mesmo período foi a seguinte:

	2020	2021	2022
	5,3%	6,0%	4,0%

Fonte: Balanços Sociais 2020-2022

Os valores registados entre 2020 e 2022 estão principalmente associados a ausências por motivo de doença, o que constitui um padrão que se admite se manterá nos próximos anos considerando os demais indicadores até aqui referidos.

GRÁFICO 10
N.º DE DIAS DE AUSÊNCIA AO TRABALHO NO PERÍODO 2020-2022



Fonte: Balanços Sociais 2020-2022

II. ENCARGOS COM PESSOAL

1. Estrutura Remuneratória

A estrutura remuneratória da CCDR Algarve com referência ao mês de dezembro de 2022, considerando as remunerações mensais ilíquidas (remuneração base e suplementos) era a seguinte:

QUADRO 9
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA (n.º%)

Número de trabalhadores				
Escalão de remunerações	Masculino	Feminino	Total	%
Até 500 €	0	0	0	0%
501-1000 €	6	9	15	14%
1001-1250 €	0	9	9	8%
1251-1500 €	5	8	13	12%
1501-1750 €	3	10	13	12%
1751-2000 €	1	7	8	7%
2001-2250 €	4	8	12	11%
2251-2500 €	3	1	4	4%
2501-2750 €	0	3	3	3%
2751-3000 €	8	4	12	11%
3001-3250 €	1	3	4	4%
3251-3500 €	0	7	7	6%
3501-3750 €	1	0	1	1%
3751-4000 €	2	3	5	5%
4001-4250 €	0	0	0	0%
4251-4500 €	0	0	0	0%
4501-4750 €	1	1	2	2%
4751-5000 €	0	0	0	0%
5001-5250 €	0	0	0	0%
5251-5500 €	0	0	0	0%
5501-5750 €	0	0	0	0%
5751-6000 €	0	0	0	0%
Mais de 6000 €	1	0	1 ⁽¹⁾	1%
TOTAL	36	73	109	100%

Fonte: Balanço Social 2022

(1) Correspondendo à assunção de funções de Gestor do Programa Operacional Regional

Conclui-se que cerca de 22% dos trabalhadores auferiam entre 501 e 1.250€ e 31% entre 1.251 e 2.000€. Somando estas percentagens, contabilizavam-se 53% de trabalhadores cujas remunerações brutas não ultrapassavam os 2.000€. Em relação ao ano anterior regista-se a diminuição e aumento, respetivamente, do número de trabalhadores incluídos nestes escalões.

No escalão dos 3.001-4.000€ identificavam-se 16% de trabalhadores, valor superior em 4% ao registado no ano transato.

As alterações de posicionamento remuneratório realizadas nos últimos anos conjugadas com as atualizações salariais ocorridas no ano 2022, justificam os valores assumidos nos distintos escalões de remunerações.

2. Encargos com Pessoal

O total dos Encargos com Pessoal totalizou € 4.160.514,46 distribuído pelas seguintes rubricas:

Remuneração Base	Suplementos remuneratórios	Encargos c/ prestações e benefícios sociais (1)	Outros encargos com pessoal	Total
3.085.032,23 €	158.810,81 €	148.270,84 €	768.400,56 €	4.160.514,46€
74%	4%	4%	18%	100%

Fonte: Balanço Social 2022. Nota (1): Inclui os Encargos com Prestações Sociais no valor de € 137.388,78 e Encargos com Benefícios Sociais no valor de € 10.882,08€

A remuneração base representou 74% do total dos encargos com pessoal, assumindo um valor idêntico ao registado no último ano.

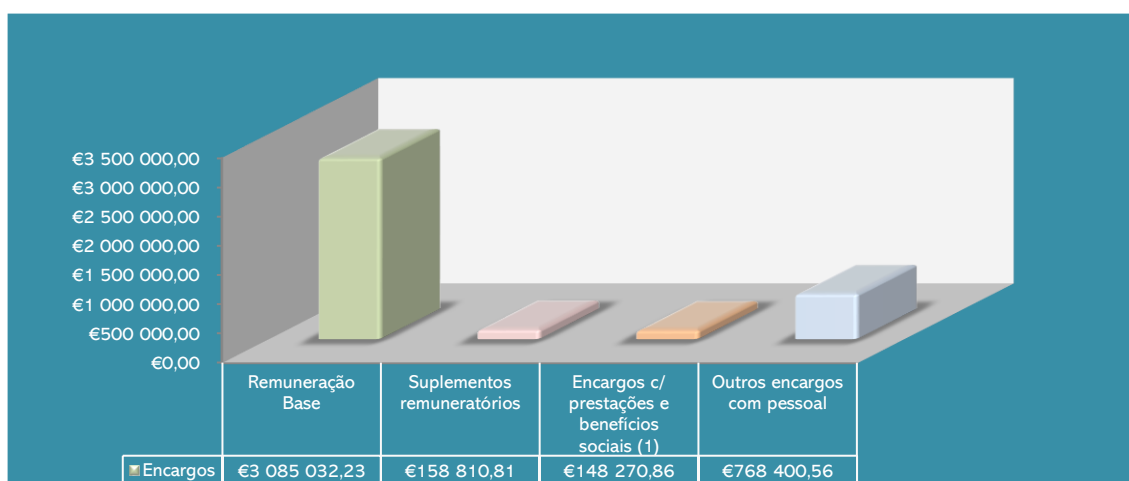
É relevante determo-nos nos indicadores que assumiram em 2022 a seguir apresentados. A **Taxa de Encargos Sociais** foi praticamente idêntica à assumida no ano anterior. No que se refere à **Remuneração Base Média Anual** a mesma foi superior em € 1.467 relativamente ao ano de 2021, em resultado da alteração da Estrutura Remuneratória descrita no ponto anterior.

QUADRO 10
INDICADORES ENCARGOS COM PESSOAL

Indicadores/Anos	2020	2021	2022
Taxas de Encargos Sociais	4,6%	4,6%	4,8%
Remuneração Base Média Anual	26.551€	26.836€	28.303€

Fonte: Balanço Social 2022

GRÁFICO 11
ENCARGOS COM PESSOAL



Fonte: Balanço Social 2022

É de sublinhar que no ano 2022 se registou o valor de 398.088,01 euros de horas remuneradas e não trabalhadas correspondentes a ausências, de que se destacam as férias. Este valor regista uma taxa um decréscimo de 5,8% face ao ano anterior.

III. ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Durante o ano 2022 registaram-se trinta dias de ausência ao trabalho em resultado de acidentes em serviço.

IV. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Plano de Formação executado durante o ano 2022 teve fundamentalmente por base os cursos e ações planeados na candidatura Algarve (em) Forma e as solicitações dos trabalhadores.

Assim, no ano 2022 foi cumprido parcialmente o Plano de Atividades de Formação e Capacitação, tendo-se procedido a ajustamentos nos cursos/ações ministrados sempre que se justificava. Das 27 cursos/ações programados, foram dinamizados 8 cursos internos, a que corresponderam 11 ações internas. Registou-se, assim, uma taxa de execução de cerca de 41 % da formação profissional prevista em sede de Plano de Atividades.

Todavia, importa sublinhar a particular expressão assumida pela formação ministrada não planeada – 21 ações de formação e capacitação - como a seguir se refere.

No global foram dinamizadas 32 ações/edições de formação internas e externas, que registaram 389 participações de formandos. Tendo por base a informação constante no Quadro 11 construíram-se um conjunto de indicadores, que evidenciam a boa performance na participação dos trabalhadores da organização ana formação ministrada.

QUADRO 11 - RESUMO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO 2022

Nº/Euros

Ações/Participações	Nº Cursos (1)	Nº Ações (2)	Nº Participações (3)		
			Formandos Internos	Formandos Externos	Total
Formação e Capacitação Internas	8	11	359	85	444
Formação e Capacitação Externas	21	21	30	0	30
Total	29	32	389	85	474

Nota (1): Cursos – Corresponde às áreas temáticas de formação e capacitação; Nota (2): Corresponde às ações de formação e capacitação por área temática; Nota (3): N.º de participações que contemplam 1 ou mais por trabalhador

Indicadores:

(%)

Ações de Formação e Capacitação Internas/Total Ações	34%
Ações de Formação e Capacitação Externas/Total Ações	66%
Participações Internos/Total Participações	82%
Participações Externos/Total Participações	18%
Participações Ações Formação e Capac. Internas/Total Participações	94%
Participações Ações Formação e Capac. Externas/Total Participações	6%

No Quadro 12 procede-se à compilação da informação referente ao número total de participações em ações de formação dinamizadas durante o ano 2022, por parte dos trabalhadores da CCDR Algarve, distinguindo-se as ações internas – as dinamizadas pela CCDR Algarve nas suas instalações e as externas – dinamizadas em parceria com entidades parceiras ou promovidas por outros organismos/empresas.

Das 32 ações de formação e capacitação ministradas, participaram 106 trabalhadores num total de 389 participações.

Com base nestes resultados e tendo como referência os alcançados nos anos anteriores conclui-se que no ano 2022 se manteve um significativo investimento nos níveis de formação e capacitação.

QUADRO 12
AÇÕES DE FORMAÇÃO – TIPOLOGIA E PARTICIPAÇÕES (1)

Ações	Nº de participações		Total
	Ações Internas	Ações Externas	
Ética e Prevenção de Riscos de Fraude e Corrupção	27	0	27
Direitos dos Contratos Públicos - As alterações ao CCP e as Medidas Especiais Contratação Pública aprovadas pela Lei n.º 30/2021	17	0	17
Direitos dos Contratos Públicos - As alterações ao CCP e as Medidas Especiais Contratação Pública aprovadas pela Lei n.º 30/2021	16	0	16
Código de Procedimento Administrativo: O CPA de 2015 e a revisão de 2020	20	0	20
Formação sobre o Filedoc	34	0	34
Formação sobre o Filedoc	31	0	31
Formação sobre o Filedoc	85	0	85
Competências para a Interculturabilidade	1	0	1
CNNA Introduction to Networks	0	3	3
Curso de Direito do Ambiente	0	1	1
CNNA Routing, Switching e Wireless Essencial	0	1	1
Excel Avançado	0	7	7
Ação de Sensibilização - SIS - Programa de Segurança económica e proteção de conhecimento e da informação sensível	78	0	78
Recursos e Ferramentas da Língua para Secretariado e Administração	0	4	4
A Participação Pública na área do Ambiente: em especial, a aplicação da convenção de Aarhus	0	2	2
Revisão de Preços e Reequilíbrio de Financeiro do Contrato	0	1	1
II Curso de Pós-Graduação de Direito do Urbanismo e do Turismo	0	1	1
Webinar "O Novo Regime Geral de Gestão de Resíduos"	2	0	2
Sessão Plenária do 19.º Encontro de utilizadores ESRI	0	1	1
Sessão de Escalrecimento sobre a Faturação Electrónica	0	1	1
Workshop "Validação dos resultados da avaliação da qualidade do ar"	0	1	1
Formação profissional de Dimensionamento de Sistemas Fotovoltaicos de Autoconsumo	0	1	1
Workshop "A cobrança coerciva e a efetivação da responsabilidade subsidiária"	0	1	1
A Submissão de Contratos a Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas	0	1	1
LAB Observa "Estratégica e eficácia das políticas públicas: a ENEI 2030"	21	0	21
LAB Observa "O contributo do sistema de transportes para a descarbonização"	3	0	3
LAB Observa "O uso e ocupação do solo no algarve"	18	0	18
2.ª Conferência Nacional Redes Cidades Circulares	0	1	1
Workshop "Controlo e garantia de qualidade dos métodos de avaliação da qualidade do ar"	0	1	1
Controlo Interno	6	0	6
As Alterações ao CCP e ás medidas especiais de contratação - o DL n.º 78/2022	1	0	1
Questões prejudiciais no contencioso europeu	1	0	1
Total	361	28	389

Fonte: Balanço Social 2022 e Relatório Formação INA; Nota (1) N° de participações= N° trabalhadores na Ação 1 + n° N° trabalhadores na Ação 2 + ... + N° trabalhadores na Ação n (se o mesmo trabalhador participar em 2 ações diferentes ou iguais conta como 2 participações)

No que se refere às participações da CCDR Algarve por cargo/carreira sistematiza-se de seguida no Quadro 13 a respetiva informação.

QUADRO 13
N.º DE PARTICIPAÇÕES E PARTICIPANTES POR CARGO/CARREIRA

Grupo/cargo/carreira/Nº de participantes	Ações internas	Ações externas	Total	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participantes
Dirigente superior de 1º grau	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau	27	0	27	7
Dirigente intermédio de 1º grau	22	3	25	5
Dirigente intermédio de 2º grau	24	2	26	9
Técnico Superior	207	15	222	59
Assistente Técnico	67	5	72	23
Assistente Operacional	0	0	0	0
Informático	12	5	17	3
Total	359	30	389	106

Fonte: Balanço Social 2022

No cômputo global foi proporcionada formação profissional praticamente à totalidade dos trabalhadores ao serviço, registando-se uma taxa 97%.

As participações por género respeitaram a seguinte distribuição:

QUADRO 14
N.º DE PARTICIPAÇÕES SEGUNDO O GÉNERO

(n.º)

Género	Trabalhadores	Participações
Feminino	71	267
Masculino	35	122
TOTAL	106	389

Fonte: Balanço Social 2022

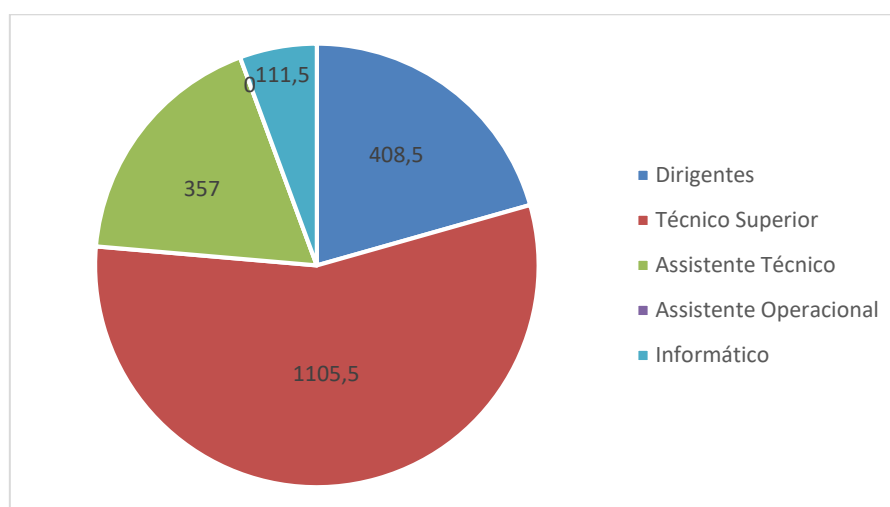
No Quadro 15 sistematizam-se as horas de formação (internas e externas) distribuídas pelo cargo e carreira, sendo visível a forte aposta da formação nos Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos que beneficiaram de 51% e 21%, respetivamente, do total das horas de formação ministradas. Importa também referir que os dirigentes beneficiaram de 25% do total das horas de formação ministradas.

QUADRO 15
N.º DE HORAS DE FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA

Grupo/cargo/carreira	Ações internas	Ações externas	Total de Horas
Dirigente superior 1º grau	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau	156,5	0	156,5
Dirigente intermédio de 1º grau	117	6,5	123,5
Dirigente intermédio de 2º grau	116	12,5	128,5
Técnico Superior	938	167,5	1.105,5
Assistente Técnico	344	13	357
Assistente Operacional	0	0	0
Informático	63,5	48	111,5
Total horas	1735	247,5	1.982,5

Fonte: Balanço Social 2022

GRÁFICO 12
DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE FORMAÇÃO



Fonte: Balanço Social 2022

Considerando a informação reportada no Relatório de Formação elaborou-se o seguinte quadro resumo que ilustra a expressão assumida pela formação profissional ministrada no ano 2022.

QUADRO 16
TAXAS DE REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PLANEADA VERSUS A REALIZADA

Ações	Nº ações (*)	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo
Planeadas (1)	27	303,5		534		5.340,00	
Planeadas e Realizadas (2)	11		71,5		274		1593,00
Taxa de Realização (3) = ((2)/(1))*100	41%						
Realizadas, não planeadas (3)	21		184,5		115		389,5
Total (4) = (2)+(3)	32		256		389		1982,5
Taxa de Acréscimo Realizado Global versus Planeado	19%		-16%		-27%		-63%

*Fonte: Relatório Formação 2022. Nota (1) Taxa de Realização (Ações Planeadas/Ações Planeadas e Realizadas) *100; Nota (2) Total= Ações Planeadas + Ações Planeadas e Realizadas*

Tendo presente a informação reportada quanto às ações de formação e capacitação dinamizadas são merecedores de destaque os resultados alcançados no ano 2022.

Na maioria das ações internas foram convidados a participar trabalhadores em funções públicas pertencentes a outros organismos regionais da Administração Central e Local, de forma a proporcionar formação e capacitação em matérias fundamentais no exercício das suas funções, fortalecendo as suas competências e contribuindo para o reforço dos seus níveis motivacionais.

Merece igualmente particular referência o facto das ações de formação e capacitação terem sido ministradas por formadores e palestrantes de reconhecido mérito e de elevado nível de competências e de conhecimentos no panorama nacional e internacional, o que constituiu sem sombra de dúvida uma grande mais valia que a CCDR Algarve proporcionou aos ativos participantes e à região do Algarve.

Conclui-se que a promoção da formação e capacitação profissionais se revelaram uma prioridade dos serviços no ano transato, que seguramente se manterá nos próximos anos.

Somente com o incremento da capacitação dos trabalhadores, nomeadamente em competências digitais, e o reforço dos seus níveis motivacionais, as organizações conseguirão concretizar a sua missão e atribuições.

Em matéria de taxa de investimento na formação profissional, registou-se a despesa mais elevada dos últimos anos, 17.970,25 euros, em resultado das soluções adotadas interna e externamente, atingindo pela primeira vez uma taxa de investimento na formação de 1,9%.

V. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

Entre os trabalhadores em exercício de funções da CCDR Algarve contabilizavam-se 9 trabalhadores sindicalizados a 31 de dezembro de 2022.

Não existe comissão de trabalhadores.

VI. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No ano 2022 à implementação de parte das medidas de autoproteção identificadas no Plano de Segurança no Trabalho (Contra Incêndios), de que se destaca a instalação da iluminação de emergência, projeto adiado há muitos anos, garantindo-se deste modo o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

As designadas de Medidas de Autoproteção, tem como objetivo diminuir a probabilidade de ocorrência de acidentes e limitar as suas consequências, caso ocorram, a fim de evitar a perda de

vidas humanas ou de bens, a diminuição da capacidade de resposta do estabelecimento ou pôr em causa a continuidade da atividade, resultante de uma situação de emergência, designadamente incêndios e outras situações que possam afetar significativamente o estabelecimento. As Medidas de Autoproteção foram promulgadas pelo Responsável de Segurança, tendo sido colocadas em prática com a aprovação pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, entidade que tutela a prevenção e o socorro em Portugal.

No que se refere à Promoção da Saúde no Trabalho durante o ano 2022 concretizou-se o estabelecido no Plano de Saúde no Trabalho, conforme contratualizado com uma empresa do setor.

De acordo com o programado os trabalhadores da organização, com idade igual ou superior a 50 anos, com à exceção dos que se encontravam ausentes por doença, foram sujeitos a exames médicos e consulta, de admissão, permitindo a realização de diagnósticos em tempo, parte dos quais foram encaminhados para os médicos de família, para seguimento.

Em resumo, a distribuição das consultas médicas, por género, foi a seguir representada, segundo a distribuição dos efetivos da CCDR Algarve.

QUADRO 17
N.º DE CONSULTAS MÉDICAS SEGUNDO O GÉNERO

Género	Trabalhadores	Exames Periódicos	Admissão	Exames Ocasionais e Complementares
Feminino	73	49	4	2
Masculino	36	28	2	0
TOTAL	109	77	6	2

Fonte: Questionário Saúde no Trabalho

No ano 2022 forma investidos em Segurança e Saúde no Trabalho 12.528 euros, dos quais 2.145 euros em Saúde no trabalho, conforme discriminado no Quadro 18.

QUADRO 18
DESPESAS COM SAÚDE NO TRABALHO

Despesas	Valor
Saúde no trabalho (INTERPREV)	2.145,00 €
Aquisição Equipamento de proteção (COVID 19)	132,50 €
Outras Despesas com Saúde (juntas médicas, entre outras despesas)	1.805,00 €
Total	4.082,50 €

VII. PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2020-2022

Com base na informação compilada nos Relatórios do Balanço Social referentes aos anos 2020 a 2022 elaborou-se um conjunto de indicadores que se encontram representados no Quadro 19.

QUADRO 19
INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2020-2022

Anos/Indicadores	2020	2021	2022
Taxa de Tecnicidade de (Nº Técnicos Sup) (%)	53,0%	53,6%	53,2%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática) (%)	55,0%	55,4%	55,9%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática + Dirigentes) (%)	76,0%	75,4%	77,0%
Taxa de Assistente Técnico (%)	22,0%	22,7%	21,1%
Taxa de Assistente Operacional (%)	1,9%	1,8%	1,8%
Taxa de Feminização (%)	67,0%	65,4%	67,0%
Taxa de Feminização Dirigente (%)	50,0%	50,0%	52,0%
Taxa de Enquadramento (%)	21,0%	20,0%	21,1%
Taxa de Emprego Jovem (%)	0,0%	1,8%	1,8
Nível Etário (anos)	54	54	55
Leque Etário (nº)	1,79	2,61	2,50
Índice de Envelhecimento (%)	43,8%	47,3%	51,3%
Nível Médio de Antiguidade na Função Pública (anos)	26	26	27
Taxa de Habilitação Superior (%)	77,0%	76,4%	77,9%
Taxa de Habilitação Secundário (%)	18,0%	20,0%	19,2%
Taxa de Habilitação Básica (%)	2,0%	1,8%	2,8%
Índice de Rotação (nº)	1,286	1,243	1,130
Taxa de Cobertura (%)	100%	171%	88%
Taxa de Admissão (%)	14,3%	10,9%	6,4%
Taxa de Saídas (%)	14,3%	6,4%	7,3%
Taxa de Absentismo (%)	5,3%	5,9%	4,0%
Taxa de Encargos Sociais (%)	4,6%	4,6%	4,8%
Remuneração Base Média Anual (€)	26.551	26.835	28.303
O Leque Salarial (n.º)	8,8	9,2	8,6
Taxa de Participação na Formação (%)	93,3%	97,2%	97,2%
Taxa de Investimento na Formação (%)	0,1%	1,3%	1,9%

No período em análise os indicadores refletem regra geral a estrutura dos Recursos Humanos na Administração Pública, de que a CCDR Algarve é disso exemplo.

No ano 2022 o recrutamento de novos elementos, não apresentou a mesma dinâmica, em oposição ao verificado no ano transato, o que conjugado com os movimentos de entrada e saída resultou na diminuição em 3% do número de trabalhadores ao serviço.

A realidade atual dum serviço como a CCDR Algarve caracteriza-se, em traços gerais, pelo ligeiro decréscimo gradual dos trabalhadores em efetividade de funções, em virtude do número crescente de trabalhadores a atingir a idade de aposentação. Caracterizou-se, igualmente, pela manutenção da representatividade dos trabalhadores integrados na carreira de técnico superior, tal como pelo maior índice de envelhecimento e pelo crescente nível médio de antiguidade na Administração Pública.

A evolução registada no número de efetivos no ano 2022 teve naturalmente impacto nos indicadores do Balanço Social, sendo de referir que na sua maioria apresentam valores muito próximos dos registados no ano transato, de que é exemplo a Taxa de Tecnicidade.

Por seu turno, a Taxa de Cobertura, expressa a realidade vivida no ano 2022, com o decréscimo do número de efetivos, tendo-se registado contrariamente ao ano anterior um movimento de entradas inferior ao das saídas. A corroborar esta conclusão estão os valores assumidos pelas Taxas de Admissão e de Saídas.

Embora já referido, importa analisar o valor assumido pelo Índice de Envelhecimento, que assume o maior valor dos últimos anos, justificada pela tipologia dos movimentos de recursos humanos, revelando a ausência de rejuvenescimento na estrutura dos ativos em exercício de funções na CCDR Algarve.

No que concerne a Taxa de Absentismo regista-se um decréscimo com expressão, 1,9 pontos percentuais face ao ano anterior. Para esta variação contribuíram fundamentalmente o menor número de dias de ausência por doença, que, ainda assim, representaram 54% do total de dias de ausência registados.

Ao nível das remunerações os indicadores, Remuneração Base Média Anual, Leque Salarial e Taxa e Encargos Sociais, os valores assumidos expressam o impacto gerado pela mudança da alteração da posição remuneratória e das atualizações salariais, estas últimas registadas ao decurso do ano 2022, onde se inclui também a remuneração mínima.

Aspeto relevante neste ano foi a continuidade da execução do Plano de Formação e Capacitação Profissionais que abarcou praticamente a generalidade dos trabalhadores, registando-se um aumento da taxa de investimento em formação de 0,1% em 2020 para 1,9% no ano 2022, em relação ao orçamento total.

Os números revelam o empenho e esforço realizados, por toda a estrutura da CCDR Algarve, no sentido de se dinamizarem ações de formação e de capacitação sobre temas atuais e imprescindíveis à melhoria do desempenho dos trabalhadores em funções públicas.

Anexo

PRINCIPAIS INDICADORES DE SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

Taxa de Tecnicidade (Nº Técnicos Superiores/Total dos Trabalhadores.) * 100 (%)

$$\text{Taxa de Tecnicidade} = \frac{\text{Número de Técnicos Superiores}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática) (%)

$$\text{Taxa de Tecnicidade} = \frac{\text{Número de Técnicos Superiores + Especialistas em Informática}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Tecnicidade (inc. Espec. Informática + Dirigentes) (%)

$$\text{Taxa de Tecnicidade} = \frac{\text{Número de Técnicos Superiores + Especialistas em Informática + Dirigentes}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Assistente Técnico (%)

$$\text{Taxa de Assistente Técnico} = \frac{\text{Número de Assistentes Técnicos}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Assistente Operacional (%)

$$\text{Taxa de Assistente Operacional} = \frac{\text{Número de Assistentes Operacionais}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Feminização (%)

$$\text{Taxa de Feminização} = \frac{\text{Número de Trabalhadores do Sexo Feminino}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Feminização Dirigente (%)

$$\text{Taxa de Feminização Dirigente} = \frac{\text{Número de Dirigentes do Sexo Feminino}}{\text{Totalde Dirigentes}} \times 100$$

Taxa de Enquadramento (%)

$$\text{Taxa de Enquadramento} = \frac{\text{Número de Dirigentes}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Emprego Jovem (%)

$$\text{Taxa de Emprego Jovem} = \frac{\text{Número de Trabalhadores Jovens (< 35 anos)}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Nível Etário (nº)

$$\text{Nível Etário} = \frac{\text{Somatório das Idades de todos os Trabalhadores}}{\text{Total de Trabalhadores}}$$

Leque Etário (nº)

$$\text{Leque Etário} = \frac{\text{Idade do Trabalhador mais Idoso}}{\text{Idade do Trabalhador mais Jovem}}$$

Índice de Envelhecimento (%)

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{Número de Trabalhadores maiores de 55 anos}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Nível Médio de Antiguidade na Função Pública (anos)

$$\text{Nível Médio de Antiguidade} = \frac{\text{Soma das Antiguidades Individuais}}{\text{Total de Trabalhadores}}$$

Taxa de Habilitação Superior (%)

$$\text{Taxa de Habilitação Superior} = \frac{\text{Número de Trabalhadores com Habilitação Superior}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Habilitação Secundária (%)

$$\text{Taxa de Habilitação Secundária} = \frac{\text{Número de Trabalhadores com Habilitação Secundária}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Habilitação Básica (%)

$$\text{Taxa de Habilitação Básica} = \frac{\text{Número de Trabalhadores com Habilitação Básica}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Índice de Rotação (nº)

$$\text{Índice de Rotação} = \frac{\text{N.º de Trabalhadores em 1 de Janeiro } n+ \text{ Entradas + Saídas}}{\text{N.º de Trabalhadores em 31 de Dezembro } n-1} \times 100$$

Taxa de Cobertura (nº admissões e regressos/saídas) * 100 (%)

$$\text{Taxa de Cobertura} = \frac{\text{Nº Admissões e Regressos}}{\text{Nº de saídas}} \times 100$$

Taxa Admissão/Regresso (%)

$$\text{Taxa de Admissão/Regresso} = \frac{\text{N.º Admissões/Regressos}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Saídas (%)

$$\text{Taxa de Saídas} = \frac{\text{N.º de Trabalhadores que saíram}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Absentismo (%)

$$\text{Taxa de Absentismo} = \frac{\text{Total de Dias de Ausência}}{\text{Total de dias Potenciais de Trabalho}} \times 100$$

Taxa de Encargos Sociais (%)

$$\text{Taxa de Encargos Sociais} = \frac{\text{Encargos Sociais}}{\text{Encargos com Remuneração Base}} \times 100$$

Remuneração Base Média Anual (€)

$$\text{Remuneração Base Média Anual} = \frac{\text{Encargos com Remuneração Base}}{\text{Total de Trabalhadores}}$$

Leque Salarial (n.º)

$$\text{Leque Salarial} = \frac{\text{Maior remuneração base ilíquida}}{\text{Menor Remuneração Base Ilíquida}} \times 100$$

Taxa de Participação na Formação (%)

$$\text{Taxa de Participação na Formação} = \frac{\text{N.º de Participantes em Ações de formação}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Investimento na Formação (%)

$$\text{Taxa de Investimento na Formação} = \frac{\text{Valor do Investimento em Formação}}{\text{Encargos com Remunerações Base}} \times 100$$

ANEXO III

Relatório de Gestão 2022

Relatório de Gestão 2022



COESÃO TERRITORIAL



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

Índice

I. Nota Introdutória	3
II. Enquadramento.....	4
Missão.....	4
Atribuições.....	4
Estrutura Organizacional a 31 de dezembro de 2022	5
Diplomas Orgânicos	6
Estruturas de Missão	7
III. Descrição das atividades.....	8
IV. Recursos Humanos.....	8
a) Identificação dos responsáveis da Direção.....	8
b) Identificação dos responsáveis por Unidade Orgânica.....	8
c) Trabalhadores segundo a modalidade de vinculação	9
d) Trabalhadores segundo o Cargo/Carreira	10
V. Execução Orçamental	11
VI. Análise às Demonstrações Financeiras	17
a) O Balanço	17
b) Demonstração dos Resultados por Natureza	18
c) Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
VII. Contabilidade por Centros de Custo	22
VIII. Indicadores.....	28
1. Indicadores Económicos Financeiros.....	28
2. Indicadores Orçamentais.....	30

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Receita Global por Recursos Financeiros.....	14
Gráfico 2. Despesa Global por Agrupamento de Despesa	16
Gráfico 3. Réditos e Rendimentos 2021.....	19
Gráfico 4. Gastos e Custos 2021.....	20
Gráfico 5. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica	26
Gráfico 6. Receita-Despesa por centro de custo (projeto)	27

Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição de trabalhadores segundo o vínculo	9
Quadro 2. Trabalhadores por grupos/Cargos/carreiras.....	10
Quadro 3. Resumo das Alterações Orçamentais da Receita.....	12
Quadro 4. Receita Cobrada Líquida 2021-2020	13
Quadro 5. Resumo das Alterações Orçamentais da Despesa	15
Quadro 6. Despesa Paga 2021 - 2020	16
Quadro 7. Estrutura de Réditos e Rendimentos 2021 - 2020	18
Quadro 8. Estrutura de Gastos e Custos 2021 - 2020	20
Quadro 9. Resultados do Exercício.....	21
Quadro 10. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica.....	23
Quadro 11. Fontes de Receita por Centro de Custo/Unidade Orgânica.....	24
Quadro 12. Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica	25
Quadro 13. Receita/Despesa por Centro de Custo (projetos)	26

I. Nota Introdutória

O Presente Relatório de Gestão expressa o relato das contas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) elaborado em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, sugerindo-se, para um adequado enquadramento da informação, a sua análise combinada com o Relatório Anual de Atividades de 2022.

O resultado expresso no presente relatório é o culminar de um trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2022, tendo como objetivo primordial a disponibilização de informação quantitativamente mais completa e abrangente e qualitativamente mais fiável e profícua à tomada de decisões, através da contínua otimização da versão do software ERP SINGAP – Sistema Integrado de Gestão, Versão web - SNC-AP.

Refira-se que os objetivos propostos para 2022 foram alcançados, no quadro da legalidade aplicável, na senda da sustentabilidade do financiamento de todos os compromissos assumidos e a assumir, com respeito pelas regras de execução orçamental.

Especial referência para a adoção e conclusão de instrumentos com impacto na organização e missão da CCDR Algarve, designadamente o Plano de Segurança Contra Incêndios e o Plano da Eficiência de Recursos (Eficiência Energética e Hídrica) (ECO.AP).

Adicionalmente, iniciou-se o procedimento de contratação pública para a aquisição dos serviços de elaboração e implementação do Manual de Procedimentos, com intuito de melhorar o sistema de controlo interno existente.

Igualmente, de destacar o envolvimento e participação de todas e todos os trabalhadores ao serviço da CCDR Algarve, na implementação e concretização das diversas atividades, reforçando a credibilidade da CCDR Algarve, como entidade próxima e ao serviço do desenvolvimento regional.

II. Enquadramento

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), abreviadamente designada por CCDR Algarve, é um serviço periférico da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa e financeira, sob a direção da Ministra da Coesão Territorial, em coordenação com o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, em matérias do ambiente. Estabelece igualmente a Lei Orgânica do XXIII Governo Constitucional, que a Presidência do Conselho de Ministros assegura o apoio aos serviços dependentes da Ministra da Coesão Territorial, onde se inclui esta CCDR Algarve, razão pela qual estes serviços são apoiados pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros – Entidade Coordenadora do Programa 02 - Governação.

Missão

Assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área de atuação. Executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica de atuação, nos termos da lei.

Atribuições

Assim e, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, a CCDR Algarve prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do País;
- Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território;
- Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial;
- Coordenar os serviços desconcentrados de âmbito regional;
- Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão, no âmbito da política de coesão e de outras políticas da União Europeia;
- Dinamizar a cooperação inter-regional e transfronteiriça;
- Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, em articulação com a Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Estrutura Organizacional a 31 de dezembro de 2022

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua atual redação, a CCDR Algarve é constituída pelos seguintes órgãos:

Presidente

José Apolinário Nunes Portada

Vice-Presidentes

José António Faísca Duarte Pacheco
Elsa Maria Simas Cordeiro

Fiscal Único

Rui Brito Serra Geraldes

Conselho de Coordenação Intersectorial

Presidido pelo Presidente da CCDR Algarve é composto pelos dirigentes máximos dos serviços locais desconcentrados da Administração Central do Estado e dos serviços periféricos da Administração Direta e Indireta do Estado e pelos presidentes das Juntas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais.

Os membros do Conselho de Coordenação Intersectorial são designados, sob proposta dos respetivos membros do Governo, pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento regional, do ambiente e do ordenamento do território.

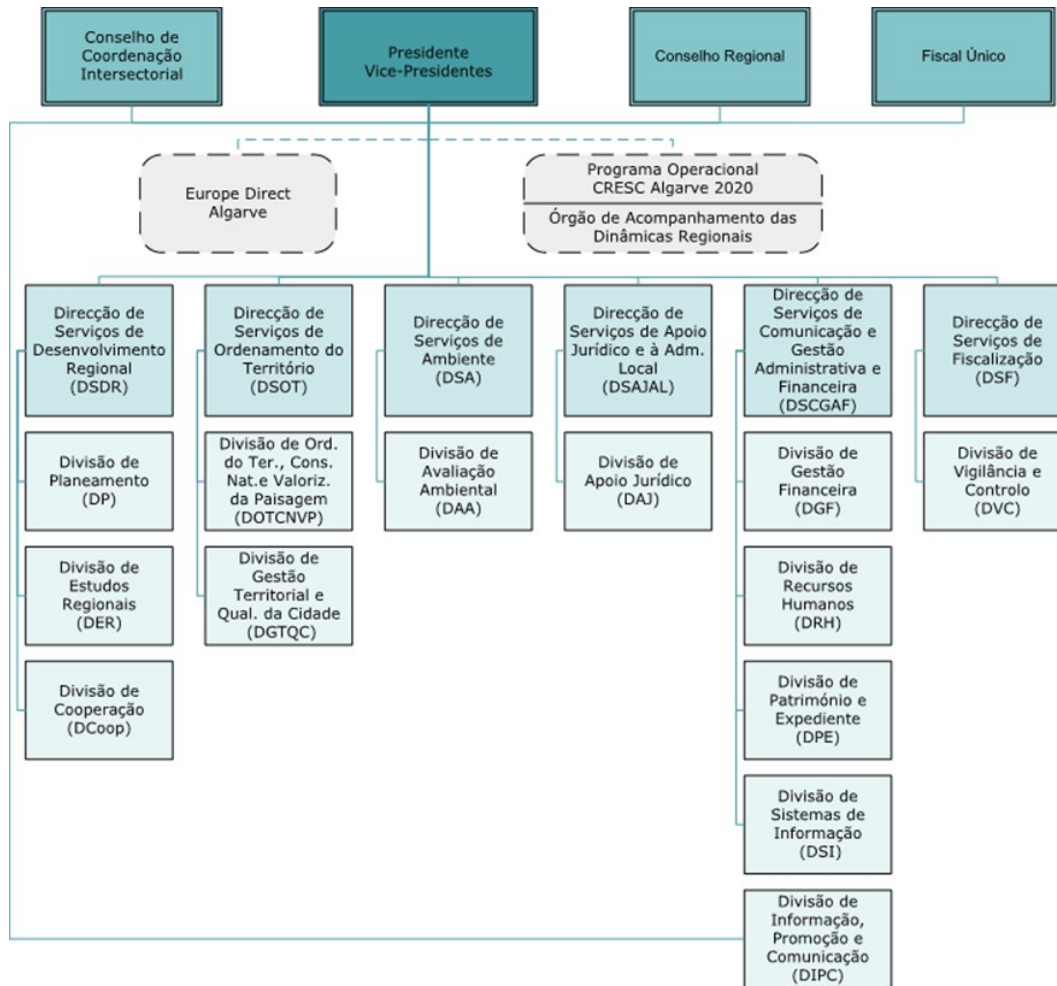
A constituição do Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDR Algarve foi fixada pelo Despacho n.º 5407/2014, de 7 de abril de 2014.

Conselho Regional

Composto pelas entidades enumeradas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, com redação introduzida pelo Decreto-lei nº 24/2015, de 16 de fevereiro.

A designação dos membros do Conselho Regional é efetuada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento regional, do ambiente e do ordenamento do território.

Estrutura Orgânica da CCDR Algarve



Nota (1): Lugares de chefias não preenchidos – DSF; DP; DER e DAJ

Diplomas Orgânicos

Decreto-lei nº 228/2012 de 25 de outubro, na sua redação atual, que aprova a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

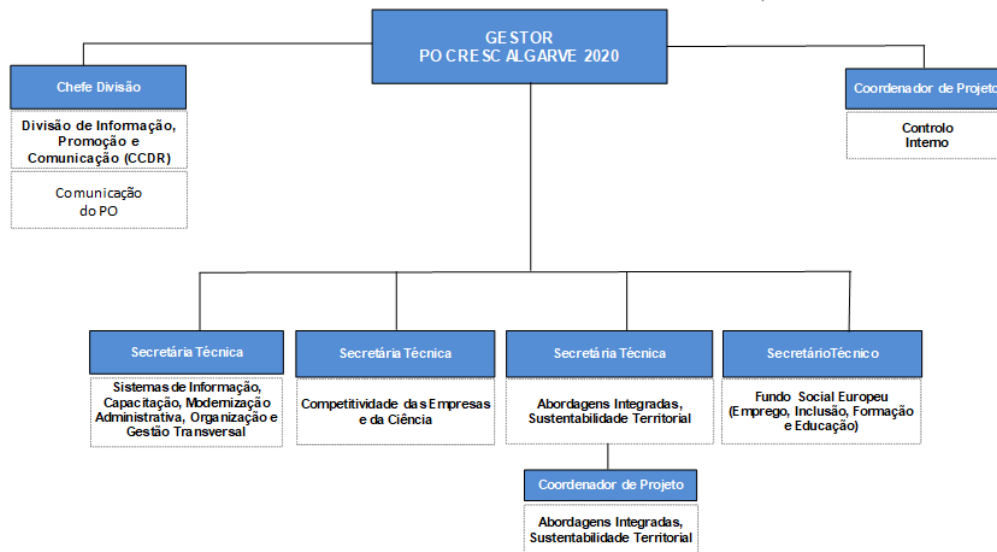
Portaria n.º 528/2007, de 30 de abril – que aprova a Estrutura Nuclear das CCDR. Aguarda-se a publicação da nova Portaria que fixará as atribuições e competências das unidades nucleares (direções de serviço).

Despacho n.º 10934/2018, de 27 de dezembro de 2017 (publicado a 23 de novembro de 2018) – Unidades Flexíveis, que revoga o Despacho n.º 11491/2008, de 22 de abril de 2008, alterado pelo Despacho n.º 9510/2015 de 23 de junho de 2015.

Estruturas de Missão

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua versão atual, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B, de 16 de dezembro de 2014, a CCDR Algarve assegura o apoio logístico e administrativo à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Algarve (POR Algarve 2020), cuja missão consiste na gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Garante igualmente o apoio logístico e administrativo ao Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Algarve (OADR). Ainda no âmbito da gestão dos FEEI a CCDR Algarve integra a Unidade de Coordenação Regional da Área de Cooperação 5 do Programa INTERREG VA Espanha-Portugal

Estruturas de Missão POR Algarve 2020 (2014-2020)



Nota (1): O Gestor do Programa é por inerência de cargo o Presidente da CCDR Algarve

III. Descrição das atividades

As atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2022 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve estão descritas no Relatório de Atividades de 2022. Estas atividades enquadraram-se nas atribuições e competências definidas no Decreto-lei nº 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, assim como, nos objetivos estratégicos e operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), e no estabelecido no Plano de Atividades Anual.

IV. Recursos Humanos

a) Identificação dos responsáveis da Direção

Presidente/Gestor do Programa Operacional Regional

José Apolinário Nunes Portada

Vice-Presidentes

José António Faísca Duarte Pacheco

Elsa Maria Simas Cordeiro

b) Identificação dos responsáveis por Unidade Orgânica

CCDR Algarve

Responsável	Direção de Serviços
Ana Lúcia Cabrita Guerreiro	Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)
Jorge Anselmo Caliço Eusébio	Ordenamento do Território (DSOT)
Maria de Lurdes Carvalho	Desenvolvimento Regional (DSDR)
Maria José Bento Nunes	Ambiente (DSA)
Isabel Maria Alves Coelho	Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

Estrutura de Missão do POR Algarve 2020

Responsável	Cargo
Ana Luísa Silva	Secretário Técnico
Josiane Martins Custódio	Secretário Técnico
Maria Filomena Pinto Belchior Coelho	Secretário Técnico
António Travassos	Secretário Técnico

Estrutura de Missão do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais

Responsável	Cargo
Aquiles Marreiros	Coordenador

c) Trabalhadores segundo a modalidade de vinculação

Conforme reportado nos quadros do Balanço Social contabilizavam-se 109 colaboradores ao serviço a 31 de dezembro de 2022.

Dos 109 trabalhadores em efetividade de funções, 78,9% enquadravam-se no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 29% afetos à Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional Algarve 2020, e 18,3% em comissão de serviço/designação em regime de substituição.

Quadro 1. Distribuição de trabalhadores segundo o vínculo

MODALIDADE DE VÍNCULO	Nº de trabalhadores	%
Dirigentes Superiores	3	2,8%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	86	78,9%
Comissão de Serviço no âmbito da LTFP/Designação em Regime de Substituição	20	18,3%
TOTAL	109	100,0%

Fonte: Balanço Social 2022

d) Trabalhadores segundo o Cargo/Carreira

Em função da informação a seguir apresentada verifica-se que nas carreiras que integram os Mapas de Pessoal da CCDR Algarve, a mais representativa é a de técnico superior, que registava 58 trabalhadores em dezembro de 2022, seguida da carreira de assistente técnico que registava 23 trabalhadores.

Em 2022 a Taxa de Tecnicidade (em sentido restrito – n.º técnicos superiores (incluindo Especialista de Informática) * 100 / total de recursos humanos) atinge os 53,2%. Em sentido mais amplo, se adicionarmos os técnicos superiores da área da informática e os dirigentes intermédios, esta taxa totaliza 77%. A Taxa de Enquadramento (n.º dirigentes * 100 / total de recursos humanos) situa-se na ordem dos 21,1%.

Quadro 2. Trabalhadores por Cargos/Carreiras

GRUPOS PROFISSIONAIS	Masculino	Feminino	Total
Dirigentes	11	12	23
Técnico Superior	17	41	58
Especialista de informática	1	2	3
Assistente Técnico	5	18	23
Assistente Operacional	2	0	2
TOTAL	36	73	109

Fonte: Balanço Social 2022

V. Execução Orçamental

A execução orçamental registada no ano 2022 foi condicionada, à semelhança de anos anteriores, por aspetos de carácter estrutural, que foram agravados por outras circunstâncias a nível conjuntural.

Em termos estruturais, salienta-se o diminuto peso das receitas próprias cobradas no cômputo geral das receitas cobradas líquidas (excluindo os saldos da gerência anterior), representando apenas sensivelmente 30%. Dessas receitas próprias cobradas, verifica-se a existência de uma forte dependência, quase exclusivamente, de uma única fonte de receita própria, a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), representativa de aproximadamente 94% das mesmas. Adicionalmente, com a agravante de se tratar de uma receita que apenas foi cobrada no decurso do mês agosto de 2022.

Em termos conjunturais, salienta-se a aplicação do Regime Transitório de Execução Orçamental aprovado pelo Decreto-Lei nº 126-C/2021, de 31 de dezembro, aplicado ao 1º semestre do ano económico, em que as dotações iniciais do orçamento transitório de execução orçamental corresponderam ao orçamento inicial de 2021, e posteriormente, com a aprovação da Lei nº 12/2022, de 27 de junho (Orçamento definitivo 2022) a aplicação das cativações obrigatórias às dotações orçamentais.

Todos os aspetos anteriormente enunciados contribuíram para constrangimentos significativos no montante (mensal) dos fundos disponíveis face às necessidades existentes, com particular incidência no 1º semestre de 2022, gerando limitações e incertezas na realização de despesa.

1. Receita

Nos termos do artº 9 do Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, a CCDR Algarve dispõe das designadas receitas de impostos (Orçamento de Estado), atribuídas pela Tutela, as receitas próprias ou autofinanciamento, resultantes na sua maioria da cobrança de taxas sobre licenciamentos de operações de resíduos, da prestação de serviços e da venda de bens, e as receitas comunitárias provenientes de reembolsos de despesas cofinanciadas no âmbito dos projetos de investimento.

Em 2022, a previsão corrigida da receita face à previsão inicial, apresenta uma variação positiva absoluta de € 4.062.030 (€ 11.290.483 - € 7.228.453). Esta variação corresponde na sua maioria (€ 2.966.181) a receita que não representa um aumento de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que, este acréscimo se consubstancia na inscrição de previsão orçamental correspondente aos saldos transitados da gerência anterior (na ótica da receita – saldos na posse do serviço) e na aplicação por crédito especial dos mesmos (integração e aplicação de saldos na ótica da receita/despesa), constituindo-se por essa razão como receita não efetiva.

A restante verba que ascende a € 1.095.849 corresponde ao incremento da receita efetiva distribuída da seguinte forma:

- Abertura de crédito especial nas fontes de financiamento comunitárias e de receita própria, motivado pela cobrança de verbas provenientes de transferências da União Europeia correspondentes a reembolsos de despesas suportadas em anos anteriores pelo orçamento de funcionamento, e posteriormente apresentadas ao Programa POCTEP e POR Algarve 2020, e pela transferência da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no âmbito da receita consignada proveniente da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) que excederam as dotações inicialmente previstas no Orçamento de Funcionamento da CCDR Algarve, nos montantes de € 169.828, e
- Abertura de crédito especial para inscrição dos projetos no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, 12914 – “Centro Qualifica – CCDR Algarve” Algarve - TD-C19-i07” e “Áreas de Acolhimento Empresarial - RE-C07-i01.05” nos montantes € 195.144 e € 538.386,96, respetivamente. Foi ainda efetuado um reforço de € 192.500 no projeto PRR 12354 - “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana”.

Quadro 3. Resumo das Alterações Orçamentais da Receita

Valores em euros €

Tipologia da Receita (1)	Receita				
	Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
		Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)	
Receita Efetiva	7 228 453,00	229 124,00	229 124,00	1 095 849,00	8 324 302,00
Receita não Efetiva	0,00	2 427 991,00	-	538 190,00	2 966 181,00
Total	7 228 453,00	2 657 115,00	229 124,00	1 634 039,00	11 290 483,00

A execução orçamental a 31 de dezembro de 2022, excluindo o saldo da gerência anterior, atingiu os 84,6% o que corresponde a um volume de receita cobrada líquida no valor que ascende a € 7.040.078 e a um incremento na ordem dos 28% face ao registado em 2021.

Quadro 4. Receita Cobrada Líquida 2022-2021

Valores em Euros €

Rubrica	Recebimentos	Previsões corrigidas		Variação 2022/2021		Receitas cobradas líquidas		Variação 2022/2021	
		2022	2021	(€)	%	2022	2021	(€)	%
RA01	Saldo de gerência anterior	2 966 181,00	2 683 692,00	282 489,00	11%	2 919 452,32	2 683 691,61	235 760,71	9%
RA02	Receita Corrente	7 766 989,00	6 100 024,00	1 666 965,00	27%	6 659 944,81	5 358 692,88	1 301 251,93	24%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 059 578,00	1 617 517,00	442 061,00	27%	2 094 726,38	1 506 475,77	588 250,61	39%
R5	Transferências e subsídios correntes	5 667 943,00	4 438 913,00	1 229 030,00	28%	4 523 396,45	3 823 239,11	700 157,34	18%
R5.1	Transferências Correntes	5 667 943,00	4 438 913,00	1 229 030,00	28%	4 523 396,45	3 823 239,11	700 157,34	18%
R5.1.1	Administrações Públicas	2 284 270,00	1 891 734,00	392 536,00	21%	2 026 443,35	1 858 137,67	168 305,68	9%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 089 126,00	1 891 734,00	197 392,00	10%	2 025 093,73	1 858 137,67	166 956,06	9%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	195 144,00	0,00	195 144,00	-	1 349,62	0,00	1 349,62	-
R5.1.2	Exterior - UE	3 383 673,00	2 547 179,00	836 494,00	33%	2 496 953,10	1 965 101,44	531 851,66	27%
R6	Venda de bens e serviços	36 974,00	41 100,00	-4 126,00	-10%	41 821,98	28 978,00	12 843,98	44%
R7	Outras receitas correntes	2 494,00	2 494,00	0,00	0%	0,00	0,00	0,00	-
RA03	Receita de Capital	557 313,00	581 643,00	-24 330,00	-4%	380 133,16	152 503,84	227 629,32	149%
R9	Transferências e subsídios de capital	556 200,00	581 643,00	-25 443,00	-4%	379 020,63	152 503,84	226 516,79	149%
R9.1	Transferências de capital	556 200,00	581 643,00	-25 443,00	-4%	379 020,63	152 503,84	226 516,79	149%
R9.1.1	Administrações Públicas	510 874,00	518 057,00	-7 183,00	-1%	377 100,01	76 326,00	300 774,01	394%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	10 874,00	18 057,00	-7 183,00	-40%	5 120,00	16 326,00	-11 206,00	-69%
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	500 000,00	500 000,00	0,00	0%	371 980,01	60 000,00	311 980,01	520%
R9.1.2	Exterior - UE	45 326,00	63 213,00	-17 887,00	-28%	1 920,62	75 805,72	-73 885,10	-97%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 113,00	373,00	740,00	198%	1 112,53	372,12	740,41	199%
TOTAL com Saldos Gerência Anterior		11 290 483,00	9 365 359,00	1 925 124,00	21%	9 959 530,29	8 194 888,33	1 764 641,96	22%
TOTAL sem Saldos Gerência Anterior = Receita Efetiva		8 324 302,00	6 681 667,00	1 642 635,00	25%	7 040 077,97	5 511 196,72	1 528 881,25	28%

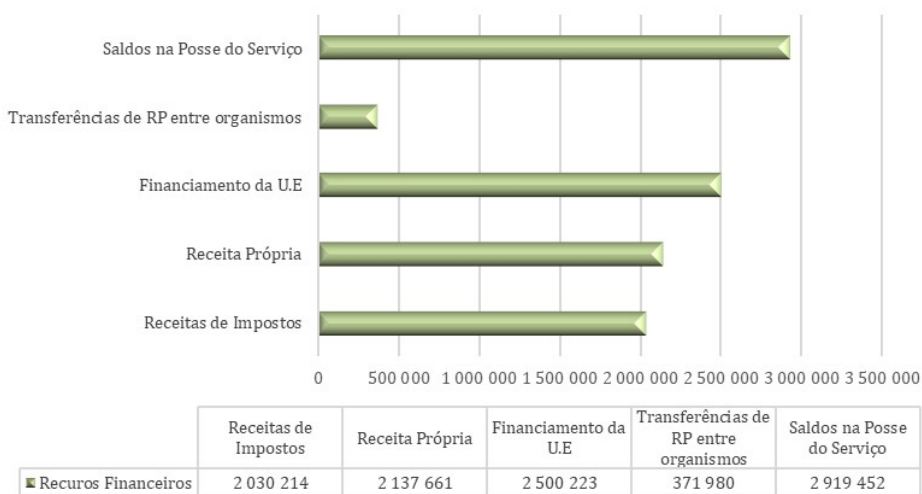
No computo geral, a receita global do exercício de 2022 ascende a € 9.959.530, repartida da seguinte forma:

- € 6.659.945 de receitas correntes;
- € 380.133 de receitas de capital, e
- € 2.919.452 correspondentes a saldos de gerência anterior.

A receita efetiva do ano totalizou € 7.040.078, verificando-se assim um incremento em termos absolutos de € 1.528.881 face ao período homólogo.

O gráfico seguinte evidencia os valores relativos à receita global 2022 desagregada pelos vários recursos financeiros.

Gráfico 1. Receita Global por Recursos Financeiros



Fonte: Sigo

2. Despesa

A despesa pública ou despesa total consiste na utilização de recursos por entidades públicas na aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Nos termos do artº 10 do Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, constituem despesas da CCDR as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

A dotação inicialmente estimada para 2022 apresenta um incremento em termos absolutos de € 1.634.039, perfazendo um total de dotação corrigida que ascende a € 8.862.492. Este incremento é resultante dos seguintes fatores:

- ✓ Abertura de crédito especial pelo valor das verbas arrecadadas (receita) nas fontes de financiamento comunitárias e de receita própria, que excederam as dotações inicialmente previstas no Orçamento de Funcionamento da CCDR Algarve;
- ✓ abertura de crédito especial para inscrição dos projetos 12914 – “Centro Qualifica – CCDR Algarve” Algarve - TD-C19-i07” e “Áreas de Acolhimento Empresarial - RE-C07-i01.05” e pelo reforço do projeto 12354 “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, e
- ✓ registo do crédito especial por aplicação em despesa do saldo de gerência transitado de 2021, com o desígnio de acomodar os compromissos inerentes à execução física e financeira das atividades/projetos de investimento em curso.

Quadro 5. Resumo das Alterações Orçamentais da Despesa

Valores em euros €

Rubricas (1)	Agrupamento de despesas	Despesa				Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			
			Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)	
D1	Despesas com o Pessoal	4 478 677,00	1 045 303,00	898 602,00	103 793,00	4 729 171,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	1 689 456,00	264 143,00	482 463,00	665 794,00	2 136 930,00
D4	Transferências Correntes	304 491,00	86 219,00	16 800,00	730 877,00	1 121 587,00
D5	Outras Despesas Correntes	451 779,00	1 673,00	335 269,00	-	453 452,00
D6	Despesas de Capital	204 050,00	167 446,00	131 919,00	133 575,00	373 152,00
D7	Transferências de Capital	100 000,00	300 269,00	-	-	400 269,00
Total		7 228 453,00	1 865 053,00	1 865 053,00	1 634 039,00	8 862 492,00

No que concerne à despesa global incorrida pela CCDR Algarve em 2022, esta apresenta um grau de execução de cerca de 71,3% da dotação corrigida, representando um total de despesa paga de € 6.319.211, repartida da seguinte forma, conforme Quadro 6:

- € 5.712.162 de despesa corrente, e
- € 607.049 de despesa de capital.

O ano de 2022, comparativamente ao período homólogo, regista uma variação positiva de 24,8% e 20,9% nas dotações corrigidas e despesa paga, respetivamente, conforme se demonstra pelo quadro 6. Este aumento é justificado pelos seguintes fatores:

- ✓ incremento nas despesas com o pessoal motivado pelo acréscimo de novos postos de trabalho;
- ✓ a inscrição de dois novos projetos de investimento, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência por abertura de crédito especial;
- ✓ concretização de transferências e subsídios correntes para pagamento aos beneficiários no âmbito do PIPITAL (Programa de investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve);
- ✓ concretização de transferências e subsídios correntes para pagamento do adiantamento no âmbito do Projeto PRR “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana”.

Quadro 6. Despesa Paga 2022 - 2021

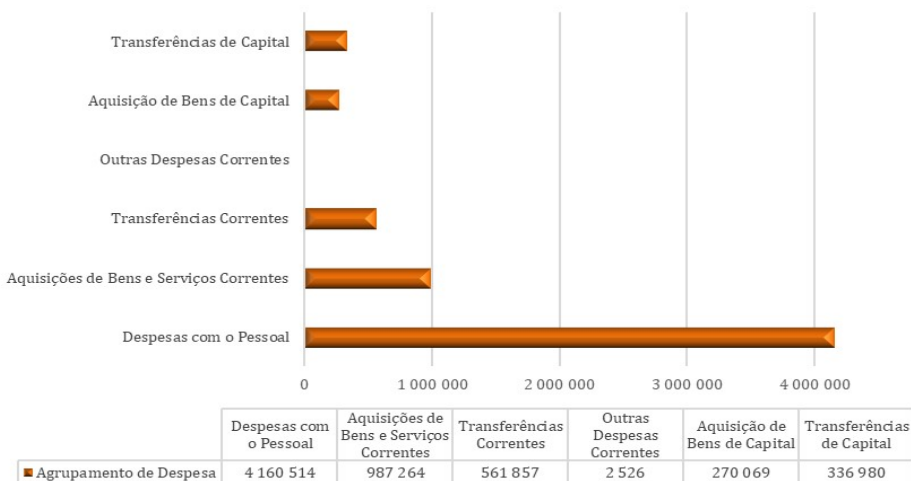
Valores em Euros €

Rubrica	Agrupamento da Despesa	Dotações Corrigidas		Variação 2022/2021		Despesa Paga		Variação 2022/2021		Taxa de Execução %	
		2022	2021	(€)	%	2022	2021	(€)	%	2022	2021
DA01	Despesa corrente	8 089 071,00	6 318 762,00	1 770 309,00	28,0%	5 712 161,71	4 990 935,91	721 225,80	14,5%	70,62%	78,99%
D1	Despesas com pessoal	4 729 171,00	4 224 106,00	505 065,00	12,0%	4 160 514,46	3 996 792,72	163 721,74	4,1%	87,98%	94,62%
D2	Aquisição de bens e serviços	2 136 930,00	1 695 767,00	441 163,00	26,0%	987 264,42	984 020,49	3 243,93	0,3%	46,20%	58,03%
D4	Transferências e subsídios correntes	1 104 787,00	351 654,00	753 133,00	214,2%	561 856,58	5 299,97	556 556,61	10501,1%	50,86%	1,51%
D5	Outras despesas correntes	118 183,00	47 235,00	70 948,00	150,2%	2 526,25	4 822,73	-2 296,48	-47,6%	2,14%	10,21%
DA02	Despesa de capital	773 421,00	784 539,00	-11 118,00	-1,4%	607 049,30	237 772,76	369 276,54	155,3%	78,49%	30,31%
D6	Aquisição de bens de capital	373 152,00	344 539,00	28 613,00	8,3%	270 069,29	237 772,76	32 296,53	13,6%	72,38%	69,01%
D7	Transferências e subsídios de capital	400 269,00	440 000,00	-39 731,00	-9,0%	336 980,01	0,00	336 980,01	0,0%	84,19%	0,00%
	TOTAL	8 862 492,00	7 103 301,00	1 759 191,00	24,8%	6 319 211,01	5 228 708,67	1 090 502,34	20,9%	71,30%	73,61%

Dos saldos transitados para 2022 no montante de € 2.966.180, foram aplicados em despesa € 538.190 (€ 7.065 em despesas com pessoal, € 499.125 em aquisição de bens e serviços e € 32.000 em despesas de investimento). Refira-se ainda que, do saldo aplicado em despesa, € 174.758 foram executados, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 32,47%.

O gráfico seguinte evidencia os valores relativos à despesa global desagregada pelos respetivos agrupamentos económicos.

Gráfico 2. Despesa Global por Agrupamento de Despesa



Fonte: Sigo

No computo geral e no estrito cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, conforme explanado na Lei de enquadramento orçamental (LEO), a CCDR Algarve apresenta no final do exercício um saldo orçamental que ascende a € 3.640.319, que transita para a gerência do ano económico de 2023.

VI. Análise às Demonstrações Financeiras

Analisando as contas do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Natureza e da Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2022, é de referir:

a) O Balanço

- Total do ativo no valor de € 11.523.526. Face a 2021 existe uma variação positiva de 14% (€ 10.117.497 registados em 2021). Esta variação reside fundamentalmente no aumento do ativo corrente, sobretudo gerado pelas “Outras Contas a Receber”, resultante do incremento relativo ao reconhecimento dos rendimentos respeitantes a transações sem contraprestação, mais concretamente no que concerne ao reconhecimento do rendimento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) que relativamente ao ano transato aumentou em 25,7% (€ 1.921.250 registado em 2021), embora também se deva ao incremento da rubrica de “Caixa e Depósitos”;
- Património Líquido no valor de € 7.181.958. Face a 2021 regista-se um aumento de 20% (€ 5.985.923 registados em 2021), fundamentalmente devido ao incremento do “Resultado Líquido do Período”;
- Total de Passivo no valor de € 4.341.568. Face ao ano transato regista-se um acréscimo na ordem dos 5% (€ 4.131.575 registados em 2021). Este aumento é explicado pelo aumento dos “Credores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis” relacionado com as verbas por entregar referente a fundos recebidos do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.

A composição do Património Líquido e do Passivo apresentam nos anos em análise os seguintes valores percentuais:

	2022	2021
Património Líquido	62 %	59%
Passivo	38 %	41%

A conta Resultados Líquidos refletiu um valor positivo de € 884.748 que será explicado posteriormente quando for analisada a Demonstração de Resultados – Componente Custos.

b) Demonstração dos Resultados por Natureza

- Total de Réditos e Rendimentos no valor de € 7.915.583. Face a 2021, existe um incremento de 9,4% (€ 7.234.037 registados em 2021);
- Gastos e Custos no valor de € 7.030.835. Face a 2021 existe um acréscimo de 10,2% (€ 6.377.806 registados em 2021);
- Resultados operacionais no valor de € 884.748. Face a 2021 existe um incremento dos resultados em cerca de 3,3% (€ 856.231 registados em 2021);
- Resultado líquido do exercício no valor de € 884.748. Face a 2021 existe um incremento dos resultados em cerca de 3,3% (€ 856.231 registados em 2021).

Réditos e Rendimentos

No ano de 2022 os Réditos e Rendimentos totalizaram € 7.915.583. Este montante foi essencialmente constituído por “Transferências e Subsídios Correntes Obtidos” e “Impostos, Contribuições e Taxas”. As restantes contas de rendimentos apresentam valores residuais. Pese embora a diversidade de fontes de receita previstas, os recursos financeiros da CCDR Algarve continuam a ter como principal fonte de financiamento as transferências de receitas de impostos e a transferência da APA relativa à receita proveniente da TGR – Taxa de Gestão de Resíduos (Portaria nº 278/2015, de 11 de setembro).

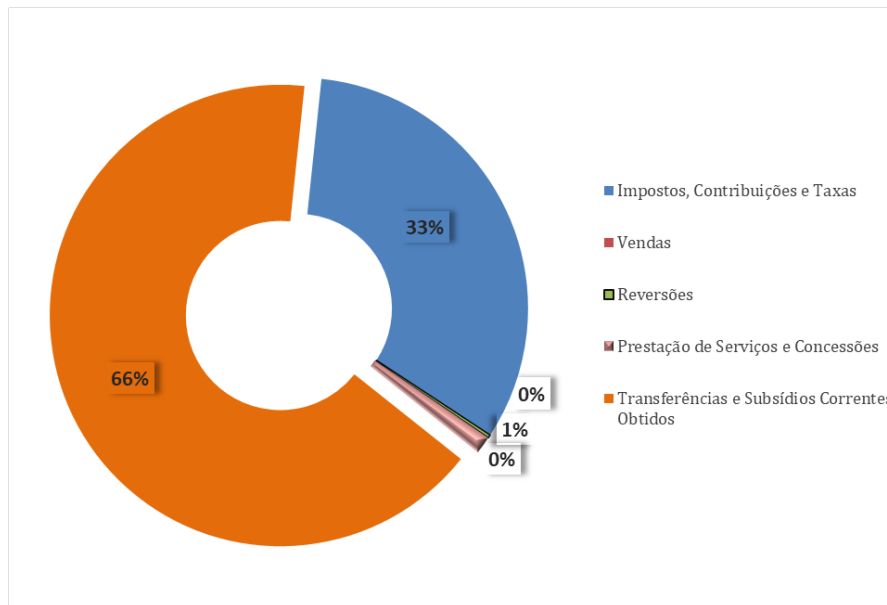
Em termos comparativos com o ano de 2021, é possível verificar pelo quadro infra, um acréscimo em termos absolutos de € 681.546.

Quadro 7. Estrutura de Réditos e Rendimentos 2022 - 2021

Réditos e Rendimentos	Valores em euros €					
	2022		2021		Variação 2022/2021	
	(€)	%	(€)	%	(€)	%
Impostos, Contribuições e Taxas	2 556 640,94	32,3%	1 884 952,69	26,1%	671 688,25	35,6%
Vendas	38,20	0,0%	178,60	0,0%	-140,40	-78,6%
Prestação de Serviços e Concessões	95 266,90	1,2%	94 117,83	1,3%	1 149,07	1,2%
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	5 177 487,80	65,4%	5 175 248,09	71,5%	2 239,71	0,0%
Reversões	17 302,63	0,2%	170,72	0,0%	17 131,91	-
Outros Rendimentos	68 846,66	0,9%	79 368,86	1,1%	-10 522,20	-13,3%
Proveitos Totais	7 915 583,13	100,0%	7 234 036,79	100,0%	681 546,34	9,4%

A representação por percentagem na estrutura dos Rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 3. Réditos e Rendimentos 2022



Fonte: Demonstração de Resultados por Natureza

Gastos e Custos

Os Gastos e Custos assumiram em 2022 o valor de € 7.030.835, tendo este valor representado um incremento de 10,2% relativamente ao ano de 2021.

Pela análise segmentada dos gastos e custos incorridos, e conforme a tendência reportada nos anos anteriores, a preponderância de valores reportam-se a “gastos com pessoal”, cerca de 59,8%, seguidos dos “custos com fornecimentos e serviços externos” e das “Transferências e Subsídios Concedidos”, que representam cerca de 13,8% e 12,8% do total, respetivamente.

Os “custos com fornecimentos e serviços externos” compreendem os gastos relativos aos trabalhos especializados, nomeadamente: estudos, pareceres e consultadoria jurídica e projetos e serviços de informática justificados pela execução dos projetos de investimento, destacando-se, ainda, neste agrupamento de despesa, o valor relativo ao cumprimento do princípio da onerosidade e os gastos gerais (água, eletricidade, comunicação e limpeza, higiene e conforto), estes últimos inerentes ao funcionamento dos 2 edifícios ocupados pelas unidades orgânicas desta Comissão de Coordenação.

De salientar, que o maior incremento verificado em valores absolutos foi nas “Transferências e Subsídios Concedidos” no montante de € 893.537, que representam um aumento de 16.859% face ao ano homólogo. Este acréscimo é essencialmente explicado pela concretização do pagamento efetuado aos beneficiários do Programa PIPITAL e do pagamento realizado ao beneficiário final pelo adiantamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, projeto “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana” RE-C07-i03.02.

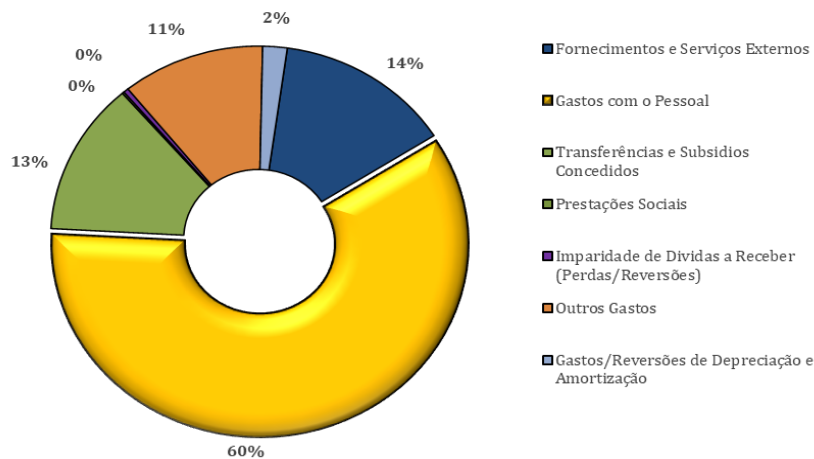
Em termos comparativos com o ano de 2021, é possível verificar pelo quadro infra, um acréscimo em termos absolutos de € 653.029.

Quadro 8. Estrutura de Gastos e Custos 2022 - 2021

Gastos e Custos	Valores em euros €					
	2022		2021		Variação 2022/2021	
	(€)	%	(€)	%	(€)	%
Fornecimentos e Serviços Externos	969 259,98	13,8%	938 819,50	14,7%	30 440,48	3,2%
Gastos com o Pessoal	4 207 270,39	59,8%	4 080 564,90	64,0%	126 705,49	3,1%
Transferências e Subsídios Concedidos	898 836,59	12,8%	5 299,97	0,1%	893 536,62	16859,3%
Prestações Sociais	10 882,08	0,2%	11 046,96	0,2%	-164,88	-1,5%
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	27 933,80	0,4%	21 938,00	0,3%	5 995,80	27,3%
Outros Gastos	782 801,16	11,1%	1 175 979,90	18,4%	-393 178,74	-33,4%
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	133 850,91	1,9%	144 156,97	2,3%	-10 306,06	-7,1%
Custos Totais	7 030 834,91	100,0%	6 377 806,20	100,0%	653 028,71	10,2%

A representação por percentagem na estrutura dos Gastos é apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 4. Gastos e Custos 2022



Fonte: Demonstração Resultados por Natureza

Por último, apresentam-se os resultados consolidados do ano 2022.

O resultado líquido apurado foi influenciado pelos valores assumidos em 2022 pelos Réditos e Rendimentos e pelos Gastos e Custos, que quando comparados com os do ano anterior, apresentam um acréscimo na ordem dos 3,3%.

Quadro 9. Resultados do Exercício

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2022	2021
Resultado Líquido do Exercício	884.748	856.231

Fonte: Demonstração Resultados por natureza

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

- O valor apurado nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais apresenta um total positivo de € 768.078. Face a 2021 existe uma variação negativa em termos de valores absolutos que ascende a € 852.418, justificada pelo decréscimo dos “Outros Recebimentos/Pagamentos” que face ao período homólogo decresceu cerca de 87,4%.
- O valor apurado nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento apresenta um total de € 109.287. Face a 2021 regista-se um aumento em termos de valores absolutos de € 192.915;
- O valor apurado da Variação de Caixa e seus Equivalentes apresenta um total de € 877.365. Face a 2021 existe um decréscimo em termos de valores absolutos de € 659.503;
- No início do período de 2022, a Gerência apresentava um saldo de € 4.639.737. No entanto, face às Variações de Caixa e seus Equivalentes ocorridas durante o ano, esse saldo aumentou em € 877.365, ascendendo no final do exercício de 2021 a € 5.517.102, valor a transitar para 2023.

VII. Contabilidade por Centros de Custo

A estrutura dos Centros de Custo adotada por esta CCDR assenta em dois grandes grupos, Funcionamento e Investimento, correspondentes respetivamente aos orçamentos em execução durante o ano económico. Esta estrutura está produzida em tabelas que são anualmente atualizadas, no sistema integrado de gestão – SINGAP – módulos dos Recursos Humanos e da Gestão Financeira, em função das entradas/saídas de trabalhadores das unidades orgânicas, e por sua vez, o nº de horas mensais que cada trabalhador dispensa na realização de cada uma das funções às mesmas afetas.

No que se refere à componente do Funcionamento (Atividades) a imputação das receitas/despesas é feita por unidade orgânica (Direção de Serviço), e ainda, dentro de cada unidade orgânica em função das principais funções que decorrem diretamente da missão e atribuições da CCDR Algarve.

As unidades orgânicas consideradas na estrutura dos centros de custos do funcionamento são as constantes na tabela seguinte:

Unidade Orgânica	Atribuição/Competência
DSOT	Ordenamento do Território
DSA	Ambiente
DSDR	Desenvolvimento Regional
DSAJAL	Apoio Jurídico a Administração Local
SERVIÇOS TRANSVERSAIS	Gestão Financeira Gestão Patrimonial/Expediente Gestão de Recursos Humanos Informação, Promoção e Comunicação Sistemas de Informação Presidência

Na componente Investimento, identificada com os projetos executados anualmente, a imputação das receitas/despesas é efetuada diretamente aos mesmos.

O Quadro 10 sintetiza a receita arrecadada e a despesa paga por unidade orgânica e respetivas funções, relativamente à execução orçamental registada do ano 2022. Esta informação no que respeita à componente receita, não incluiu os saldos transitados de anos anteriores na posse do serviço e as transferências de capitais relativas ao Programa PIPITAL, atrás identificados, pelo que os valores globais aqui apresentados são naturalmente inferiores aos reproduzidos na Contabilidade Orçamental.

Para melhor compreensão da informação constante neste quadro, é importante analisar os Quadros 11 e 12 que identificam a origem da receita arrecadada e a tipologia da despesa realizada por unidade orgânica.

Assim, no que se refere às receitas imputadas a cada unidade orgânica identificaram-se as seguintes:

- ❖ Receitas de impostos provenientes do orçamento do Estado – imputação da receita a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afeto;
- ❖ Receitas Próprias – receitas imputadas a cada unidade orgânica em função do disposto nos diplomas legais que estabelecem os valores a cobrar e a sua repartição por 3^{as} entidades, quando aplicável.

De referir que determinadas unidades orgânicas pelas funções que desenvolvem não são “geradoras” de receita, como é o caso dos Serviços Transversais que englobam as atribuições/competências da Gestão Financeira, Patrimonial, Recursos Humanos, Informação, Promoção e Comunicação, os Sistemas de Informação e a Presidência. Nestes casos, as receitas imputadas correspondem, em regra, às receitas provenientes do Orçamento de Estado – Solicitação de Transferências de Fundos (exclusivamente aplicados em despesas com pessoal) e às receitas comunitárias, provenientes de reembolsos FEDER (despesas cofinanciadas por fundos comunitários e por convenções assinadas com a Comissão Europeia relativas a projetos especiais – *Europe Direct* e *Entreprise Europe Network*).

Quadro 10. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica

		RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO		
		Valor por função (COBRADO)	Valor por Un. Orgânica	Valor por função (PAGO)	Valor por Un. Orgânica	Valor por função	Valor por Un. Orgânica	
DSOT	1. Monitorização do PROT; NDT e NDE(1)	MONIT.	7 750	16 910		-9 160		
	2. Acompanhamento IGT e AAE (2)	IGT/AAE.	100 750	257 417		-156 667		
	3. SIRJUE e outros processos (3)	SIRJUE.	31 000	57 912	911 955	-26 912	-414 395	
	4. REN E RAN	REN/RAN.	163 899	255 127		-91 227		
	5. AIA E AincA.(4)	AVAL.	93 411	147 364		-53 953		
	6. Projectos e outras funções	PROJ.	100 750	177 226		-76 476		
DSA	1. Avaliação de Impacte Ambiental	AIA.	8 571	67 846		-59 275		
	2. Licenciam. e Gestão de Resíduos	LICENC.	2 052 772	85 873	363 506	1 966 899	1 834 654	
	3. Rede de Qualidade de do Ar e Emissões	QUAL.AR.	73 750	148 232		-74 482		
	4. Extração Mineral	EXT. MIN.	31 000	36 881		-5 881		
	5. Ruído	RUIDO.	7 750	12 460		-4 710		
	6. Acomp. AAE / IGT	AAE/IGT.	24 316	12 213		12 103		
DSDR	1. Cooperação	COOP.	198 763	232 861		-34 098		
	2. Estudos Regionais	EST. REG.	71 433	155 981		-84 548		
	3. Plan. e acompanh. de prog. comunitários	PLAN.	23 250	74 606	598 367	-51 356	-199 687	
	4. Informação Europeia (Empresas)	IEE.	46 500	86 163		-39 663		
	5. Informação Europeia (Cidadãos)	IEC.	58 734	48 757		9 978		
DSAJAL	1. Finaças Locais	FIN. LOC.	15 699	66 134		-50 435		
	2. Programa Equip. Urbanos, Utilização Colectiva e Coop. Técnica e Financeira	PEUUCCTF.	7 750	24 776		-17 026		
	3. Balanço Social das Autarquias	BAL SOC.	7 750	23 197	450 586	-15 447	-291 747	
	4. Processos de Contra- ordenação	CONTR.	95 645	188 932		-93 286		
	5. Elaboração Pareceres Jurídicos e Contencioso	PAREC.	8 745	86 436		-77 691		
	6. Vigilância e Controlo	VIG/CONTROL.	23 250	61 111		-37 861		
SERV. TRANSV.	DSCGAF	1. Gestão Financeira	FINANC.	165 823	224 983		-59 160	
		2. Gestão Patrimonial/ Expediente	PATRIM.	248 000	242 516	641 145	5 484	-72 323
		3. Gestão de Recursos Humanos	RH.	147 250	151 149	847 727	-3 899	-185 904
		4. DIPC	DIPC	7 750	22 498		-14 748	
	PRES	5. DSI	DSI.	38 750	115 595	115 595	-76 845	-76 845
	PRES	PRES.	54 250	90 987	90 987	-36 737	-36 737	
Total			3 915 062	3 915 062	3 172 141	3 172 141	742 921	

Fonte: Balançetes da Receita - SINGAP

Quadro 11. Fontes de Receita por Centro de Custo/Unidade Orgânica

Designação das receitas	Unidade Orgânica					
	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	TOTAL
Taxas, multas e outras penalidades	2 022 593	32 972	0	39 161	0	2 094 726
Transferências correntes	140 566	124 000	397 568	418 500	661 767	1 742 401
Venda de bens e serviços	0	1 867	0	39 899	56	41 822
Transf. De Capital - FA	35 000	0	0	0	0	35 000
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0	1 113	0	0	1 113
TOTAIS	2 198 159	158 839	398 681	497 561	661 823	a) 3 915 062

a) exclui valores - Saldos na posse do serviço - € 1.974.505,59, PIPITAL - € 336.980,01 e extra-orçamentais € 79.073,62

Fonte: Balancetes da Receita - SINGAP

As receitas arrecadadas em 2022 totalizam € 3.915.062 (sem integração de saldos), o que representa uma percentagem de execução na ordem dos 107% face ao valor orçamentado inicial (€ 3.658.150), expurgando como foi referido, as transferências no montante de € 500.000 correspondente às verbas a transferir para os beneficiários do programa PIPITAL – Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico do Algarve.

Efetuada uma análise mais detalhada à componente da receita arrecadada, e não por fonte de financiamento como anteriormente foi demonstrada, conclui-se que o agrupamento das taxas, multas e outras penalidades assumem maior expressão, no cômputo global da receita arrecadada, representando cerca de 53,5% do valor total. Refira-se que, a verba proveniente da TGR (Portaria nº 278/2015, de 11 de setembro), receita própria com maior representatividade, está englobada neste agrupamento de receita.

Concentrando agora a análise na receita arrecadada por unidade orgânica, conclui-se que a Direção de Serviços do Ambiente (DSA) foi o centro de custos que se destaca, à semelhança dos anos anteriores, com mais receita arrecadada, representando 56% do total cobrado. Este valor justifica-se pelo facto de se ter convencionado, aquando da definição da estrutura dos centros de custo, que a receita da Taxa de Gestão de Resíduos – TGR pela sua natureza estaria associada a esta unidade orgânica.

Quadro 12. Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica

Designação	Unidades orgânicas					
	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	TOTAL
Despesas com Pessoal	238 276	394 942	515 420	813 413	668 349	2 630 400
Aquisição de Bens e Serviços	67 245	20 259	30 342	67 208	104 295	289 348
Transfer. Correntes	872	1 186	4 881	275	1 702	8 916
Aquisição de Bens de Capital	57 112	34 199	47 725	31 059	73 382	243 478
TOTAIS	363 506	450 586	598 367	911 955	847 727	3 172 141

Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

Quanto às despesas, está definido o seguinte critério de imputação:

- ❖ Despesas gerais – imputação a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que lhe está afeto;
- ❖ Despesas gerais específicas por edifício/unidade orgânica/função – imputação às unidades orgânicas/funções a que respeitam.

As despesas realizadas e pagas em 2022 totalizaram € 3.172.141, representando uma percentagem de execução na ordem dos 86,7% face ao valor inicialmente orçamentado.

Numa análise por grandes agrupamentos de despesa conclui-se que as despesas com pessoal representam cerca de 83% do total do orçamento executado. Por sua vez, o agrupamento aquisição de bens e serviços regista uma taxa de execução de 9%.

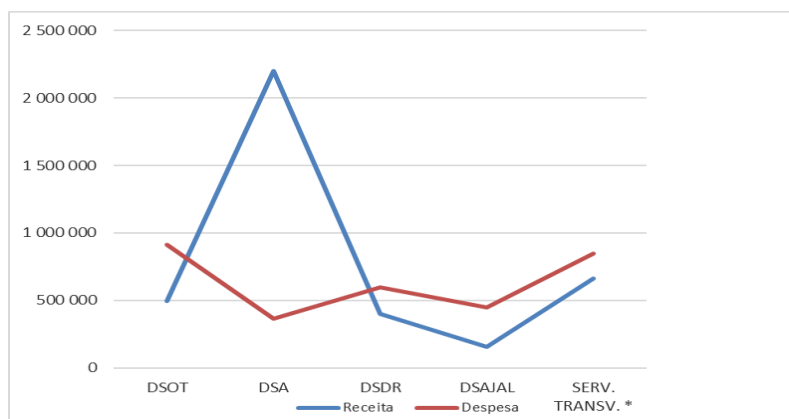
Relativamente à despesa por unidade orgânica, as que têm maior expressão na execução global são a Direção de Serviços do Ordenamento do Território (DSOT) e os Serviços Transversais.

Procedendo à análise comparativa entre a receita e despesa afetas a cada unidade orgânica, conclui-se que excetuando a Direção de Serviços do Ambiente (DSA), que gerou um resultado líquido positivo, as restantes unidades orgânicas apresentam um resultado negativo, que naturalmente foi compensado pelos excedentes da Direção de Serviços do Ambiente.

O Gráfico 5 a seguir apresentado evidencia claramente esta realidade.

Para remate da análise dos centros de custo resta proceder à identificação das funções que no geral, e em particular em cada unidade orgânica, representaram maior custo ponderado naturalmente pelo nº de horas/trabalhador. O Quadro 10 permite retirar conclusões interessantes e de grande importância para a gestão dos serviços. Refira-se ainda, que no ano económico de 2022 apurou-se um saldo entre a receita e despesa que ascende a € 742.921.

Gráfico 5. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica



Fonte: Balançetes da Despesa - SINGAP

Relativamente ao Orçamento de Investimento a cada projeto aprovado no âmbito do POR Algarve 2020, INTERREG V e PRR procede-se à correspondência com o centro de custo com a mesma designação.

Quadro 13. Receita/Despesa por Centro de Custo (projetos)

Prog./Medida	Centro de Custo (Projeto)	Cód. Proj.	RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO	
			Valor por Centro de Custo (COBRADO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo (PAGO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo	Valor por Prog./Medida
P02 M003	Cooperação Inter-Regional - CCDR Algarve	10243	33 936	54 265	11 416	30 895	22 520	23 370
	ATLAZUL	12353	20 329		19 480		849	
	ECRESHOT	11203	0		0		0	
P02 M031	Articular para Intervir III	11201	72 267	72 899	72 937	76 386	-670	-3 487
	O Algarve na Dieta	10497	632		3 449		-2 817	
P02 M033	Melhorar o Ambiente, Avaliar a Qualidade do Ar	10248	0	0	0	0	0	0
P02 M063	Assistência Técnica do Programa Operacional CRESC Algarve 2020	9752	2 018 710	2 159 523	2 027 091	2 201 459	-8 382	-41 936
	Assistência Técnica - Vertente Transfronteiriça	9826	16 269		56 939		-40 669	
	Indexação Espacial para Articular e Qualificar	10208	0		0		0	
	RIA	11202	22 660		14 295		8 365	
	Formação Algarve	11543	14 049		15 497		-1 448	
	PO Algarve 2030 - Estudos de Aval. Ex-ante e Aval. Ambiental Estratégica	11777	49 508		49 508		0	
	PO Algarve 2030 - Estudos relevantes para a programação futura	11778	15 695		19 434		-3 739	
RIS Algarve - Reengenharia, Inovação e Simplificação	10238	22 633	18 696	3 937				
P02 M0102	Ligações Transfronteiriças - Ponte Alcoutim - San Lucas del Guadiana	12354	500 000	501 350	500 000	501 350	0	0
	Centro Qualifica - CCDR Algarve	12914	1 350		1 350		0	
	Áreas de Acolhimento Empresarial	12932	0		0		0	
Total			2 788 036	2 788 036	2 810 090	2 810 090	-22 054	-22 054

Obs: Não está refletida a cobrança da verba €732.171,34 (adiantamento dos projetos "Centro Qualifica - CCDR Algarve - € 193.794,38 e Áreas de Acolhimento Empresarial - €538.376,96) no âmbito do PRR, por ter sido convertida para operações extraorçamentais (orientações dadas pelo documento - Guia de Operações Final de Ano - PRR da DGO datado de 20 de dezembro 2021)

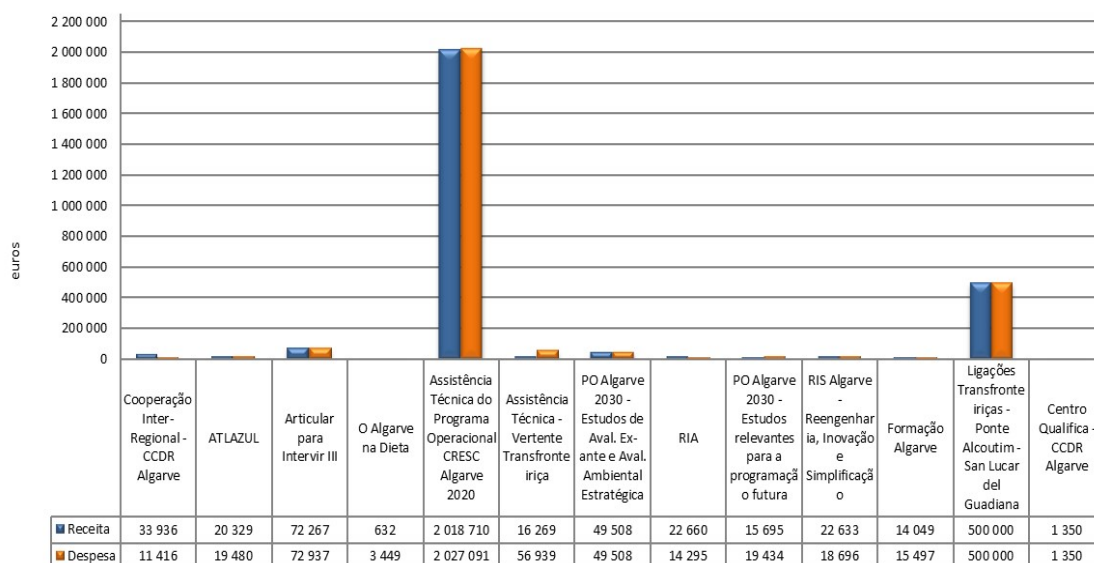
Fonte: Balançetes da Despesa - SINGAP

O Quadro 13 evidencia a receita cobrada acumulada do ano (sem integração de saldos), especificada por centros de custo (projetos) no montante total de € 2.788.056, sendo o centro de custo afeto ao projeto – “Assistência Técnica do Programa Operacional Algarve 2020” que evidencia a maior taxa de receita cobrada, ascendendo a 72,4%.

Relativamente à despesa, o centro de custo com maior execução foi igualmente o da Assistência Técnica do POR Algarve 2020, representando cerca de 72,1% da execução global do orçamento de Investimento. De salientar que, o encargo mais preponderante neste projeto são as despesas com o pessoal (Estruturas de Missão), que representam 54,5% do total das despesas realizadas do ano de 2022.

O saldo apurado entre a receita e despesa no valor de -€ 22.054 evidencia o montante utilizado dos saldos pela aplicação em despesa dos saldos transitados de 2021 com origem em receitas comunitárias (saldo aplicado em despesa no orçamento de investimento – projetos - € 425.777,77).

Gráfico 6. Receita-Despesa por centro de custo (projeto)



Fonte: Balançetes da Despesa – SINGAP

VIII. Indicadores

Os indicadores financeiros de uma entidade são as métricas calculadas por meio de dados obtidos nas demonstrações financeiras. Basicamente, a sua principal função é fornecer informações que auxiliem na análise da performance organizacional e na tomada de decisão.

1. Indicadores Económicos Financeiros

a) Situação Financeira

Os indicadores apresentados no quadro seguinte permitem à CCDR Algarve medir o nível adequado de capitais próprios, a sua capacidade de endividamento e solvabilidade, ou seja, incidem na análise da capacidade da CCDR Algarve em honrar os seus compromissos de curto prazo, médio e longo prazo.

		2022	2021	Varição
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	0,62	0,59	0,03
	Solvabilidade Património	1,65	1,45	0,21
	Endividamento	0,38	0,41	-0,03

Verifica-se uma melhoria nos rácios da estrutura de financiamento (ou autonomia) e da solvabilidade, relativamente ao ano de 2021 (aumento de 0,03 e 0,21 respetivamente), por conta do aumento do peso do Património Líquido e por sua vez da redução do Passivo. Refira-se assim, que os valores estão a evoluir positivamente no sentido de garantir estabilidade a esta CCDR Algarve, menor dependência em relação aos seus credores, não se encontrando comprometida a capacidade desta em solver as responsabilidades assumidas perante terceiros.

Por último, o rácio de endividamento permite analisar a capacidade da CCDR Algarve em suportar perdas sem incumprir com o pagamento da dívida. Relativamente ao ano de 2021, este rácio diminuiu em 0,03 e permite verificar que o peso do passivo (ou endividamento) na estrutura de financiamento da entidade diminuiu, o que significa que menor é o grau de risco relacionado com a entidade e maior a capacidade de endividamento potencial.

Os indicadores de liquidez medem a capacidade da CCDR Algarve em solver os seus compromissos de curto prazo e satisfazer inesperadas necessidades de liquidez. Em média, e analisando os indicadores do quadro infra, aumentou a velocidade com que os ativos se tornam líquidos, para caso haja necessidade em fazer face a obrigações decorrentes dos passivos de curto prazo.

		2022	2021	Varição
Liquidez	Liquidez Geral	2,03	1,82	0,21
	Liquidez Reduzida	2,03	1,82	0,21
	Liquidez Imediata	1,27	1,12	0,15

Pela análise dos indicadores financeiros obtidos, é possível concluir que na ótica da liquidez geral, a CCDR Algarve apresenta-se com capacidade para satisfazer as suas obrigações a curto prazo.

Quanto ao indicador à liquidez imediata, que apenas considera o valor das disponibilidades (caixa e bancos) para fazer face ao passivo de curto prazo, o aumento do indicador relativamente ao ano de 2021 reflete o aumento do valor disponível em banco, verificando-se maior flexibilidade para fazer face às suas obrigações imediatas.

No computo geral, verifica-se que, todos os indicadores de liquidez melhoraram relativamente ao ano de 2021. Assim, sendo os indicadores superiores a 1, significa que a CCDR Algarve está em equilíbrio financeiro de liquidez na ótica do curto prazo, ou seja, o valor pago é inferior ao valor recebido.

b) Situação Económica

Os indicadores de rentabilidade refletem a capacidade que a CCDR Algarve tem de gerar resultados. São constituídos por uma rúbrica de resultados no numerador (o resultado líquido do exercício) e, no denominador, por uma rúbrica que possa ter estado na origem desses mesmos resultados. Assim, facilmente se compreende que, quanto maiores estes indicadores, em melhor situação se encontra a entidade.

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores de rentabilidade e respetiva evolução comparando com a informação do ano de 2021.

	2022	2021	Varição
Rentabilidade			
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	12,32	14,30	-1,99
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	7,68	8,46	-0,79
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	33,36	43,26	-9,90

Verifica-se que, relativamente ao ano de 2021 houve um decréscimo em todos os indicadores, explicado pelo incremento das rubricas de resultados do denominador, nomeadamente do Património Líquido, Ativo e Volume de negócios.

2. Indicadores Orçamentais

Por último, são apresentados no quadro seguinte os indicadores de desempenho orçamental:

	2022	2021	Varição
Grau de Execução Orçamental da Receita	88,21%	87,50%	0,71%
Grau de Execução Orçamental da Despesa	71,30%	73,61%	-2,31%
Saldo Corrente	947 783,10	367 756,97	580 026,13
Saldo de Capital	-228 028,67	-85 641,04	-142 387,63
Saldo Global	720 866,96	282 488,05	438 378,91
Grau de Realização das Liquidações	1,01	1,00	-0,01
Grau de Execução das Obrigações	1,00	1,00	-0,01

Apesar do ano de 2022 ter sido marcado por vários constrangimentos legais e administrativos à realização de despesa, desde a aplicação do Regime Transitório de Execução Orçamental aprovado pelo Decreto-Lei nº 126-C/2021, de 31 de dezembro, aplicado ao 1º semestre do ano económico, em que as dotações iniciais do orçamento transitório de execução orçamental corresponderam ao orçamento inicial de 2021 e posteriormente a aplicação das cativações obrigatórias de dotações orçamentais, no âmbito da Lei nº 12/2022, de 27 de junho (Orçamento definitivo 2022), verifica-se que a receita efetiva cobrada em 2022 permitiu cobrar todos os compromissos assumidos durante o ano, e que excedeu em € 720.867 a despesa realizada.

ANEXO IV

Relatório da Formação Profissional

RELATÓRIO DE REPORTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2022

Ano a que se refere o questionário

IMPORTANTE:
Leia a folha de instruções antes de começar o preenchimento.

Identificação da Entidade

Insira apenas o Código SIOE (*) e verifique a Identificação da Entidade

Orgão de Soberania/Ministério	Coesão Territorial
Entidade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Número de Identificação de Pessoa Colectiva - NIPC	600075818
(*) Código SIOE	083370000

Consultar o código SIOE em: <http://www.sioe.dgaep.gov.pt>

Identificação do responsável pelo preenchimento (dados institucionais)

Nome	Ana Lúcia Guerreiro
Cargo	Diretora de Serviços
Telefone	289895200 - Ext. 1231
E-mail	alucia@ccdr-alg.pt

1- Número de trabalhadores da entidade por cargo/carreira/grupo e género

Quadro 1	Cargo/ Carreira/ Grupo	Género		Total
		F	M	
	Dirigente superior	4	4	8
	Dirigente intermédio	8	7	15
	Técnico superior	41	17	58
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo	18	5	23
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.		2	2
	Informático	2	1	3
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
	Outro Pessoal de Segurança			
	Bombeiro			
	Polícia Municipal			
	Outro Pessoal			
TOTAL		73	36	109

Na orgânica da entidade existe uma unidade para a área da formação? Sim

A unidade ministra formação para o exterior? Sim

Foi elaborado plano de formação para o ano a que corresponde este relatório? Sim

Houve formação durante o ano em análise? Sim

A que nível?

Volume

Vol formação=nº form x nº horas, calculado ação a ação.

Neste caso deverá preencher os Quadros desde P2 a P6.

Observações:

2- Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo/carreira/grupo e género

Inclui os trabalhadores que fizeram autoformação

Quadro 2		Género		Total
		F	M	
Cargo/ Carreira/ Grupo	Dirigente superior	3	4	7
	Dirigente intermédio	8	7	15
	Técnico superior	41	17	58
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo	18	5	23
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.			
	Informático	2	1	3
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
	Outro Pessoal de Segurança			
	Bombeiro			
Polícia Municipal				
Outro Pessoal				
TOTAL		72	34	106

Notas:
• Os valores totais dos campos 4.1 e 4.2, têm de ser idênticos.
• O valor a inserir no campo 4.3, corresponde ao total das despesas efetuadas com todos os trabalhadores da entidade .
• O valor a inserir no campo 4.4, corresponde ao total das rubricas do orçamento executado da entidade.

4 - Encargos anuais da entidade (31/12/2022)

4.1 Despesas com formação

Custos Diretos	17 970,25	€
Custos Indiretos (se possível)		€
Total	17 970,25	€

4.2 Fontes de Financiamento das despesas de formação

Orçamento de Estado	2 582,80	€
Receitas Próprias	0,00	€
Financiamento Comunitário	15 387,45	€
Outro financiamento		€
Total	17 970,25	€

Qual?

Campos de preenchimento obrigatório

4.3 Despesas com Pessoal(formação+pessoal) €

4.4 Despesas globais da entidade €

NOTA:
 Os indicadores em 5.1 só podem ser preenchidos se tiver elaborado Plano de Formação.

5.1 - Indicadores de execução do Plano de Formação

Nº de ações planeadas e realizadas	11	40,7%
Nº total de ações planeadas	27	
Nº de formandos (participações)	389	72,8%
Nº de formandos previstos (participações)	534	
Custos efectivos da formação	17 970,25 €	45,6%
Custos estimados da formação	39 420,20 €	

5.2 - Número de ações realizadas mas não planeadas

21

6 - Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo/carreira/grupo e género ao abrigo do regime de autoformação

Considere apenas os trabalhadores que fizeram autoformação.

Quadro 4		Género		Total
		F	M	
Cargo/ Carreira/ Grupo	Dirigente superior			
	Dirigente intermédio			
	Técnico superior			
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo			
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.			
	Informático			
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
	Outro Pessoal de Segurança			
	Bombeiro			
Polícia Municipal				
Outro Pessoal				
TOTAL				

P3-AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDAS

ANEXO AO RELATÓRIO DE REPORTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2022

Ano a que se refere o questionário

Identificação da Entidade

Orgão de Soberania/Ministério	Coesão Territorial
Entidade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alga
Número de Identificação de Pessoa Coletiva - NIPC	517638827
(*) Código SIOE	083370000

Consultar o código SIOE em: <http://www.sioe.dqaep.gov.pt>

Identificação do responsável pelo preenchimento (dados institucionais)

Nome	Ana Lúcia Guerreiro
Cargo	Diretora de Serviços
Telefone	289895200 -ext. 1231
E-mail	alucia@ccdr-alg.pt

Observações:

--

NOTAS:
 • Não copie tabelas do Excel ou Word diretamente para o questionário.
 • Selecione a Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Áreas de Estudo referidas na Portaria nº 256/05, de 16 de Março).
 • No campo Duração, preencher, em cada célula, apenas a duração de 1 ação de formação, independentemente do nº de formandos.
 • Os campos das colunas laranja são de preenchimento obrigatório.

P3 - Ações de formação profissional planeadas

já realizada

Nº Ação	Nº Edição	Designação da Ação	Áreas de Formação (Registo por ação) (*)	Data Inicio Prevista	Data Fim Prevista	Duração Prevista (Horas)	Destinatários	Nº de Formandos Previstos	Volume de Formação Previsto	Modalidade de Formação (*)	Tipo de Ação de Formação (*)	Custos Diretos Estimados (€)	Tipo de Horário (*)	Regime de Formação (*)
1	1 1	Valor e Ética do Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna	797,44	Laboral	À distância ou e-learning
2	1 2	Valor e Ética do Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna	797,44	Laboral	À distância ou e-learning
3	1 3	Valor e Ética do Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna	797,44	Laboral	À distância ou e-learning
4	1 4	Valor e Ética do Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna	797,44	Laboral	À distância ou e-learning
5	2 1	Avaliação do Impacto das Políticas Públicas	9 Desenvolvimento Pessoal			14,00		16	224,00	Formação contínua	Formação Interna	1 594,88	Laboral	Presencial
6	3 1	Ética e Prevenção de Riscos de Fraude e Corrupção	9 Desenvolvimento Pessoal	01/09/2022	02/09/2022	7,00		27	189,00	Formação contínua	Formação Interna	615,00	Laboral	Presencial
7	4 1	Governança e Prática de Inovação	9 Desenvolvimento Pessoal			14,00		16	224,00	Formação contínua	Formação Interna	1 594,88	Laboral	À distância ou e-learning
8	5 1	Cibersegurança - Conceitos gerais e técnicos e me	9 Desenvolvimento Pessoal			14,00		16	224,00	Formação contínua	Formação Interna	1 594,88	Laboral	À distância ou e-learning
9	5 2	Cibersegurança - Conceitos gerais e técnicos e me	9 Desenvolvimento Pessoal			14,00		16	224,00	Formação contínua	Formação Interna	1 594,88	Laboral	À distância ou e-learning
10	6 1	Sistema de Informação geográfica	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	2 392,32	Laboral	À distância ou e-learning
11	6 2	Sistema de Informação geográfica	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	2 392,32	Laboral	À distância ou e-learning
12	7 1	Direitos dos Contratos Públicos - As alterações ao C	38 Direito	07/03/2022	11/03/2022	21,00		18	378,00	Formação contínua	Formação Interna	2 583,00	Laboral	Presencial
13	7 2	Direitos dos Contratos Públicos - As alterações ao C	38 Direito	02/11/2022	04/11/2022	21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	2 583,00	Laboral	Presencial
14	8 1	Código de Procedimento Administrativo: O CPA de	38 Direito	16/05/2022	30/05/2022	7,00		21	147,00	Formação contínua	Formação Interna	5 166,00	Laboral	Presencial
15	9 1	Aplicação da Lista Consolidada de Classificação e	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	2 392,32	Laboral	À distância ou e-learning
16	9 2	Aplicação da Lista Consolidada de Classificação e	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	2 392,32	Laboral	À distância ou e-learning
17	9 3	Aplicação da Lista Consolidada de Classificação e	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	2 392,32	Laboral	À distância ou e-learning
18	9 4	Aplicação da Lista Consolidada de Classificação e	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	2 392,32	Laboral	À distância ou e-learning
19	10 1	Formação sobre o Filedoc	9 Desenvolvimento Pessoal	17/02/2022	24/02/2022	3,50		36	126,00	Formação contínua	Formação Interna	1 750,00	Laboral	Presencial
20	10 2	Formação sobre o Filedoc	9 Desenvolvimento Pessoal	27/04/2022	05/05/2022	3,50		31	108,50	Formação contínua	Formação Interna	1 750,00	Laboral	Presencial
21	10 3	Formação Automatização de Procedimentos e Impl	9 Desenvolvimento Pessoal	12/12/2022	20/12/2022	3,50		85	297,50	Formação contínua	Formação Interna	1 050,00	Laboral	À distância ou e-learning
22	11 1	Ordenamento do Território e Urbanismo	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	À distância ou e-learning
23	12 1	Webinar "O novo regime geral de gestão de resíduos	9 Desenvolvimento Pessoal	20/10/2022	20/10/2022	2,00		2	4,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	À distância ou e-learning
24	13 1	LAB Observa "Estratégica e eficácia das políticas p	9 Desenvolvimento Pessoal	17/11/2022	17/11/2022	1,00		21	21,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	Presencial
25	14 1	LAB Observa "O contributo do sistema de transport	9 Desenvolvimento Pessoal	30/11/2022	30/11/2022	1,00		3	3,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	À distância ou e-learning
26	15 1	LAB Observa "O uso e ocupação do solo no Alagv	85 Protecção do Ambiente	19/12/2022	19/12/2022	1,00		18	18,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	Presencial
27	16 1	LAB Observa "Sazonalidade no turismo: problema	9 Desenvolvimento Pessoal			1,00		16	16,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	Presencial
28									0,00					
29									0,00					
30									0,00					
31									0,00					
32									0,00					
33									0,00					
34									0,00					
35									0,00					
36									0,00					
37									0,00					
38									0,00					
39									0,00					
40									0,00					
41									0,00					
42									0,00					
43									0,00					
44									0,00					
45									0,00					
46									0,00					
47									0,00					

P3 - Indicadores de Execução da Formação

Situação	Nº de Ações	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo	Custos Diretos Estimados (€)	Custos Diretos Efetivos (€)	OBS.
Planeadas	27	303,50	_____	534	_____	5 340,00	_____	39 420,20	_____	Ponto 5.1 do RFP
Planeadas e realizadas	11	_____	71,50	_____	274	_____	1 593,00	_____	15 497,00	Ponto 5.1 do RFP
Indicadores de Execução do Plano de Formação (%)	Nº de Ações	Nº de Horas		Nº de Formandos (participações)		Volume de Formação		Custos Diretos		OBS.
	40,7%	23,6%		51,3%		29,8%		39,3%		Ponto 5.1 do RFP
Situação	Nº de Ações	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo	Custos Diretos Estimados (€)	Custos Diretos Efetivos (€)	OBS.
Realizadas, não-planeadas	21	_____	184,50	_____	115	_____	389,50	_____	2 473,25	Ponto 5.2 do RFP

ANEXO V

Objetivos e Atividades Desenvolvidas por Unidade Orgânica

Índice

I - Objetivos das Unidades Orgânicas - Objetivos do QUAR	4
II - Quantificação da atividade desenvolvida por área temática no biénio 2021-2022	7
III - Atividades previstas desenvolvidas por unidade orgânica	12
AMBIENTE	12
APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	13
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	16
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	25
FISCALIZAÇÃO	28
INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO	29
INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA	76
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	77
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	79
GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS	79
ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS	83

I. OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS - OBJETIVOS DO QUAR

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE				
Desenvolver atividades no âmbito da economia circular		√		
Executar o plano de verificação ambiental de atividades económicas na região do Algarve		√		
Executar o procedimento de pós avaliação em Avaliação de Impacte Ambiental		√		
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
Garantir a gestão dos processos de contraordenação		√		
Promover a capacitação autárquica e dos serviços da CCDR/PO, através da otimização do apoio técnico /jurídico			√	
Analisar e divulgar informação relativa aos recursos humanos e financeiros das autarquias			√	
Analisar e emitir pareceres referente às candidaturas apresentadas no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira			√	
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento e desenvolvimento regional e local		√	√	
Monitorizar, avaliar e divulgar as dinâmicas de desenvolvimento regional		√	√	√
Sensibilizar cidadãos e instituições para a temática do desenvolvimento regional		√		√
Dinamizar a cooperação territorial europeia, com particular destaque para a cooperação transfronteiriça	√			
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO				
Apoiar os procedimentos de formação dos planos territoriais de âmbito municipal ou intermunicipal com a participação das demais entidades representativas dos interesses a ponderar e acompanhar a elaboração e execução dos programas de âmbito nacional		√		
Emitir pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do solo e assegurar a participação da CCDR na ER-RAN		√		
Garantir o acompanhamento dos procedimentos de delimitação REN, com a participação das demais entidades representativas dos interesses a ponderar, bem como a sua aprovação e a publicação em Diário da República (DR)		√		
Emitir pareceres no âmbito dos regimes jurídicos da REN, planos de ordenamento de gestão e de intervenção florestal (PGF), ações de arborização e rearborização, bem como culturas marinhas		√		
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO				
Contribuir para a regularização de situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)		√		
Contribuir para a regularização de situações de incumprimento sobre resíduos		√		
Contribuir para a regularização de situações de incumprimento sobre resíduos		√		
Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambientais e do ordenamento		√		
Emitir pareceres ou informações, designadamente com vista à decisão superior		√		

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO				
Reforçar a Aproximação das CCDR e das Autoridades de Gestão às Comunidades				√
Promover Serviços Públicos Bem Geridos, Renovados e com Profissionais Motivados				√
Executar as estratégias de comunicação da CCDR Algarve e do POR CRESC ALGARVE 2020	√	√		√
REDES DE INFORMAÇÃO EUROPEIA				
Assegurar a divulgação de informação europeia a cidadãos e empresas			√	√

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
Promover a Transformação Digital e a Modernização Administrativa				√
Promover Serviços Públicos Bem Geridos, Renovados e com Profissionais Motivados				√
Contribuir para a prossecução do Plano de Ação da Estrutura Transversal do Boa Governança e Transparência				√
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO				
Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24				√
Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos				√
Renovar e Modernizar as Infraestruturas Tecnológicas				√
Modernizar e atualizar os sistemas de informação				√

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS				
Assegurar a decisão atempada das candidaturas submetidas ao PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Assegurar o cumprimento da execução do PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Completar os instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Concretizar e acompanhar os instrumentos de suporte à programação do horizonte temporal 2030	√			
ÓRGÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS				
Acompanhar e avaliar os efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de execução, bem como das operações que são objeto de financiamento, no âmbito do desenvolvimento económico, social e ambiental	√			
Concretizar e acompanhar os instrumentos de suporte à programação do horizonte temporal 2030	√			
Promover e concretizar os objetivos da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI Algarve)	√			

II. QUANTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREA TEMÁTICA NO BIÊNIO 2021-2022

QUADRO 1
QUANTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREA TEMÁTICA NO BIÊNIO 2021-2022

AMBIENTE	2021	2022
Projetos de licenciamento industrial	6	3
Vistorias a estabelecimentos industriais	3	11
Pedidos de licenciamento para gestão de resíduos	5	5
Emissão de alvarás	1	3
Vistorias	0	7
Averbamentos	0	5
Apreciação de Planos de Gestão de Lamas	0	0
Informações aos requerentes no âmbito das operações de gestão de resíduos (excluem-se contactos telefónicos e presenciais e reclamações)	16	46
Participação em reuniões das 2 comissões de Acompanhamento dos aterros do Algarve	5	7
Planos de Pedreiras/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras apreciados	7	4
Visitas técnicas - licenciamento, abandono de pedreiras e reapreciação de processos de regularização administrativa da extração mineral	7	10
Relatórios de caracterização das emissões atmosféricas analisados	20	28
Relatórios de consumo de solventes e verificação e emissões de compostos orgânicos voláteis analisados	15	12
Rede da Qualidade do Ar		
Visitas efetuadas para manutenção das 4 estações	51	39
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em que a CCDR é a autoridade de AIA	15	13
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental em que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é a Autoridade de AIA – contributo para o parecer da Comissão de Avaliação	7	7
Procedimentos Avaliação de Incidências Ambientais relativos a projetos de energias renováveis	0	0
Apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE) em que a CCDR é autoridade de AIA	2	3
Colaboração na apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE) em que a APA é autoridade de AIA	0	1
Procedimentos de pós avaliação em que a CCDR é a autoridade de AIA;	11	11
Procedimentos pós avaliação em que a Agência Portuguesa do Ambiente é a autoridade de AIA	0	
Apreciação de processos de Avaliação Ambiental Estratégica	23	5
Pareceres no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projeto de Avaliação de Impacte Ambiental e Avaliação de Incidências Ambientais	57	31
Apreciação de pedidos de prorrogação/alteração de Declarações de Impacte Ambiental	1	1
Projetos de regularização de atividades económicas	2	6
Participação nos trabalhos do Grupo de pontos focais das Autoridades de AIA	0	2
Ofícios <i>e-mails</i> entrados e registados em Filedoc	1537	1861
Ofícios <i>e-mail</i> expedidos registados em Filedoc	697	902
Informações e comunicações internas registadas em Filedoc	418	554
Participação em reuniões no âmbito do Grupo de Trabalho GT14 Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020	-	5
Apreciação de documentos sobre Convenção de Aarhus	1	1
Participação em reuniões no âmbito do GT PERSU 2030	2	
Participação em reuniões no âmbito do GT PENSAARP 2030	2	3
Gestão do projeto ECRESHOT		
Submissão de Pedido de Modificação Substancial	1	
Elaboração de listas de despesas	-	3
Elaboração de certificados de operação	-	1
Elaboração de Relatório de Indicadores	1	1
Plataforma ECRESHOT	-	1
Lançamento de questionários e respetiva apreciação	-	1
Submissão de Pedido de Prorrogação	-	1
Visitas a instalações de OGR - PNFIA	7	9
Visitas a instalações Industriais e Pecuárias - PNFIA		6
Webinars no âmbito da AREC	4	5

APOIO JURIDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2021	2022
Processos de contencioso administrativo contraordenacional e judicial	15	9
Processos de contraordenação		
Relatórios efetuados	37	69
Notificações efetuadas	199	256
Apoio jurídico a órgão e serviços da CCDR (pareceres/informações)	67	48
Apoio Jurídico à Administração Local (pareceres/informações)	30	36
Cooperação técnica e financeira com as autarquias locais		
Candidaturas analisadas	0	0
Informações/relatórios	0	3
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras e reuniões com promotores)	0	0
Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva		
Candidaturas analisadas	0	1
Informações/relatórios	2	1
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras)	3	1
Verificação das contas de gerência das autarquias	0	16

DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2021	2022
Boletins Trimestrais de Conjuntura “Mobilidade e Transportes”		4
Relatório Anual “Mobilidade e Transportes”	1	1
Gestão, manutenção e criação de novos conteúdos no Portal Mobilidade e Transportes		
Atualizações trimestrais (indicadores dos diversos meios e modos de transporte)	240	304
Atualizações anuais (indicadores dos diversos meios e modos de transporte)	52	76
Webinars	2	2
Reuniões com grupos de trabalho AMAL, EVA	1	3
Artigos publicados em revistas científicas internacionais indexadas		
Projeto RAARA (Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve)		
Disponibilização de Fichas Síntese Mensais (unidades do registo)	12	12 x 29
Disponibilização de Fichas Síntese Mensais (entidades)	12	0
Relatório Anual	1	1
Gestão, manutenção e criação de novos conteúdos a plataforma RAARA		
Introdução de conteúdos	56	46
Resposta a correspondência na plataforma	20	5/5
Reuniões com membros da RAARA e potenciais futuros membros	20	13
Reuniões com municípios (executivos e ou interlocutores) e juntas de freguesia, Algarve e Outras	20	8
Reuniões com outras entidades da administração central e agentes regionais	3	6
Ações de promoção + divulgação produtos regionais		27
Informações, CSI, comunicações internas e externas no âmbito dos trabalhos previstos e enquadrados pelo Protocolo	63	22
Deslocações/visitas e membros da RAARA, potenciais membros e trabalhos previstos no Protocolo	18	31
Projeto Reorganização administrativa do território das freguesias		
Reuniões com Grupo de Trabalho	2	1
Reuniões na SPEBT		
INTERREG V-A		
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 1ª Convocatória		
N.º projetos aprovados com parceria Algarve	53	53
N.º projetos com execução	52	52
N.º de pedidos de validação de despesa	138	102
Reunião do Conselho da EURORREGIÃO. Participação em reunião internacional Euroregião	0	1
Participação no Grupo de Trabalho GT POCTEP 21-27	19	1
Reuniões com Beneficiários POCTEP da Região do Algarve	21	2
Visitas/Auditorias a projetos POCTEP	7	7
Reuniões com órgãos de gestão do Programa e beneficiários	-	13
Participação/Representação em reuniões/seminários de projetos em curso	2	7

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2021	2022
Reuniões preparatórias e comissões consultivas da revisão de Planos Diretores Municipais (PDM)	2	6
Conferências procedimentais e reuniões de concertação para apreciação das propostas de Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP) e de alteração de PDM	15	14
Acompanhamento, emissão de informações e pareceres sobre PU e PP, ou alteração a PDM	23	29
Apreciação de operações urbanísticas via Sistema Informático do Regime de Urbanização e Edificação (SIRJUE), no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN)	118	115
Coordenação da apreciação de operações urbanísticas via SIRJUE (n.º 7 Art. 13.ºA do RJUE)	164	155
Conferências decisórias, relativas a requerimentos tramitados no âmbito do SIRJUE	22	14
Apreciação, informações e pareceres sobre usos e ações a implementar em áreas de REN	631	626
Acompanhamento de alteração, delimitação e (re)delimitação das REN municipais	29	9
Participação em reuniões da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional, com apreciação das pretensões submetidas a decisão (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	36	45
Processos analisados no âmbito da nossa participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	808	1114
Processos decididos com a nossa participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional	397	533
Pareceres sobre relatórios de fiscalização da DVC, DSAJAL e respostas a denúncias/ reclamações	29	35
Pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), de Avaliação de Incidências Ambientais (AIInCA), nos domínios do ordenamento do território, solos, uso dos solos, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e paisagem	36	47
Apreciação de Planos de Gestão Florestal (PGF), de projetos de arborização e rearborização e projetos de investimentos agrícolas	99	81
Apreciação de projetos de infraestruturas (abastecimento/saneamento básico, linhas elétricas, acessos) e de estabelecimentos de culturas marinhas	73	58
Participação em reuniões de conselhos, comissões, júris e outras	47	
Ofícios e email entrados, registados no Filedoc	2668	2343
Novos processos criados, registados no Filedoc	449	612
Informações técnicas, comunicações internas e outros doc. criados, registados no Filedoc	949	972
Ofícios e email expedidos, registados no Filedoc	1885	1674

FISCALIZAÇÃO	2021	2022
Ações de fiscalização	149	102
Autos de notícia	0	0
Embargos	0	0
Notificações administrativas	4	1
Ofícios e emails entrados, registados no Filedoc	202	288
Novos processos criados, registados no Filedoc	98	107
Informações técnicas, comunicações internas e outros documentos criados, registados no Filedoc	125	99
Ofícios e emails expedidos, registados no Filedoc	301	224

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**2021 2022**

Gestão financeira		
Orçamento	1	1
Alterações orçamentais	77	91
Conta de Gerência	1	1
Saldo de Gerência	2	22
Solicitação de Transferências de Fundos	20	20
Cabimentos	1017	1153
Processamentos de despesa	1412	1575
Pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e <i>upload's</i>	981	1042
Apuramentos e registo de receita	1296	1523
Pedidos de pagamentos a fundos comunitários – PO Algarve 21, POR Algarve 2020 e POCTEP	37	44
Registo informação contabilística nas aplicações informáticas – SIGO e SOL da DGO	259	331
Recursos humanos		
Processamento do balanço social	1	1
Processamento de remunerações	12	12
Processamento de ajudas de custo	12	14
Processamento de mapa de férias	1	1
Procedimentos concursais lançados	0	
Procedimentos concursais concluídos	0	
Despachos de mobilidade interna	8	6
Instrução de processos disciplinares	1	0
Preparação e submissão de processos de aposentação e acidentados em serviço	2	6
Análise e decisão de reclamações apresentadas por trabalhadores – Avaliação de Desempenho	13	0
Ações de formação profissional realizadas	11	32
Nº de pareceres jurídicos elaborados	0	0
Património e expediente		
Procedimentos por ajuste direto – Regime Simplificado	165	170
Procedimentos por ajuste direto – Regime Geral	24	17
Procedimentos por consulta prévia	9	10
Concursos públicos (com e sem publicação no JOUE)	3	3
Concursos limitados por prévia qualificação (com e sem publicação no JOUE)	0	0
Procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro pela ESPAP	5	4
Registo dos processos de aquisição no sistema integrado de gestão	195	217
Registos no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	12	12
Registo de documentos de entrada	9533	9128
Registo de documentos de saída	8117	7215

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**2021 2022**

Administração e manutenção de servidores, rede e respetivas funções de segurança – N.º de intervenções	39	
Apoio aos utilizadores	2.694	
Procedimentos de manutenção preventiva dos postos de trabalho	100%	
Atualizações do site e intranet	1.592	
Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação – N.º de intervenções	752	

GESTÃO FUNDOS COMUNITÁRIOS	2021	2022
PO Algarve 21		
Dívidas arrecadadas e encerradas a)	168	168
POR Algarve 2020		
Reuniões de Comissão Diretiva	9	3
Consultas escritas	20	22
Apoios publicitários concedidos	0	0
Sessões de esclarecimento realizadas	29	14
Candidaturas aprovadas a)	1604	1558
Ações de controlo de operações concluídas (internas) a)	227	284
Auditorias externas acompanhadas	10	7
Dívidas arrecadadas e encerradas a)	68	91

a) valores acumulados

OBSERVAÇÃO DAS DINÂMICAS REGIONAIS	2021	2022
Ações de dinamização da procura, difusão e acompanhamento RIS3 Algarve	18	23
Pareceres no âmbito dos projetos aprovados no Sistema de Incentivo às Ações Coletivas (SIAC) com obrigatoriedade de acompanhamento pelo OADR	2	1
Reuniões do Conselho de Inovação Regional do Algarve	1	0
Reuniões técnicas e com parceiros no âmbito da Região Inteligente Algarve	3	5
Reuniões das Unidades técnicas de dinamização/Grupos temáticos de acompanhamento criados no âmbito do modelo de governança do CIRA	11	7

III. ATIVIDADES PREVISTAS DESENVOLVIDAS POR UNIDADE ORGÂNICA

AMBIENTE

As atividades inerentes à Direção de Serviços de Ambiente desenvolveram-se de forma normal, mas com grande acréscimo de solicitações, nomeadamente quanto à avaliação prévia de sujeição ou não a avaliação de impacte ambiental projetos, que passaram de 57 solicitações em 2021, para 75 solicitações em 2022.

Foi definido um plano de visitas a 12 operadores de gestão de resíduos e a estabelecimentos industriais integrados no Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção 2022-PNFIA2022, no Âmbito da colaboração com a IGAMAOT, tendo sido possível efetuar todas as visitas.

No que se refere ao controlo das emissões atmosféricas, voltou a haver um aumento no número de relatórios analisados, passando de 20 para 28 em 2022.

Foram realizadas cinco das seis *webinar* previstas sobre economia, previstas com organização da direção de serviços e colaboração da Divisão de Comunicação e da Divisão de Sistemas de Informação, no âmbito dos trabalhos da Agenda Regional para a Economia Circular, para as quais se registou grande adesão de participantes.

Com diversas alterações legislativas na área do licenciamento de operações de gestão de resíduos, que entraram em vigor durante o ano de 2021, esta CCDR teve inúmeras solicitações da Autoridade Nacional de Resíduos, reuniões, colaboração na elaboração de notas técnicas, emissão de pareceres, etc, num volume de trabalho sem paralelo com histórico anterior. O número de pedidos de esclarecimento sobre esta matéria triplicou em 2022, passando de 16 para 46 pedidos de esclarecimento sobre gestão de resíduos. Verifica-se no quadro 1 uma redução do número de pedidos de licenciamento para operações de gestão de resíduos, tal deve-se a que o novo normativo legal define que compete à entidade licenciadora, a CCDR, a iniciativa de renovação das licenças existentes e não ser o requerente a efetuar o pedido de licenciamento/renovação.

O ano de 2022 foi marcado por um acréscimo de solicitação de reuniões de esclarecimento relativas a processos a decorrer na direção de serviços (licenciamento industrial, gestão de resíduos, avaliação de impacte ambiental), com o envolvimento quer das chefias quer dos técnicos afetos aos processos, revelando-se alguns dos processos como extremamente complexos e a necessitar de apoio jurídico da DSAJAL, direção de serviços com que mantemos interoperabilidade frequente.

QUADRO 2
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: DESENVOLVER ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ECONOMIA CIRCULAR				
Ações de divulgação sobre Economia Circular	5	2	6	100%
O2: GERIR A REDE DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR DA REGIÃO DO ALGARVE				
Dias, após despacho superior, para análise dos relatórios resultantes das visitas PNFA (Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental) e colocação na plataforma PNFA	5	2	4	100%
O3: EXECUTAR O PROCEDIMENTO DE PÓS AVALIAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL				
Processos de análise e verificação do cumprimento das medidas e dos planos de monitorização das decisões ambientais	10	2	10	100%

APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

No âmbito das atribuições e competências da DSAJAL, foram desenvolvidas as seguintes atividades durante o ano de 2022:

1) Apoio Jurídico aos órgãos e serviços da CCDR e Programa Operacional (PO):

- i. Entraram 55 pedidos de parecer/informação, dos quais 24 foram solicitados pelo PO. Foram emitidos 48 pareceres, dos quais 24 respeitam ao PO. A taxa de execução é de 87,27 % (48/55*100). Relativamente ao indicador constante do Plano de atividades (prazo de emissão no prazo de 30 dias úteis) foi superado em todos os trimestres, registado aquando da monitorização trimestral. Sendo que, foram emitidos pareceres/informações pela diretora de serviços que não foram registados na BD SIMII, não tendo sido contabilizados para apuramento destes dados;
- ii. Foram elaboradas minutas de contratos, por solicitação das unidades orgânicas da DSCGAF e DSDR, bem como a apreciação e pronuncia de contratos propostos por entidades externas, para outorga da CCDR;
- iii. Foi prestado apoio jurídico em reuniões de trabalho a todas as unidades orgânicas da CCDR e PO;
- iv. Houve intervenção da chefe da equipa multidisciplinar, como membro do júri em alguns procedimentos concursais realizados pela DSCGAF.

2) Apoio Jurídico à Administração Local, através da elaboração de pareceres e informações solicitados pelos presidentes dos órgãos da Administração local:

- i. Foram solicitados 42 pedidos de parecer, e emitidos 36 pareceres. A taxa de execução é de 85,71% (36/42*100). Relativamente ao indicador do plano de atividades (prazo de emissão no prazo de 20 dias úteis) foi superado no primeiro e segundo trimestre, foi atingido no terceiro e superado no quarto trimestre;
- ii. A DSAJAL tem prestado também apoio jurídico, por contacto telefónico, às Autarquias Locais, mediante esclarecimentos que não justificam a necessidade de emissão de parecer jurídico;

3) Acompanhamento de processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial:

- i. Foram apresentadas 3 impugnações administrativas, cuja análise e resposta foi efetuada pela chefe de equipa multidisciplinar e pelo jurista Paulo Vieira, dentro do prazo fixado pela JurisAPP (inferior ao prazo legal), e posteriormente feito o encaminhamento para a JurisAPP. Destas 3 impugnações encontra-se concluído 1 processo. Durante o ano de 2022 foi concluído 1 processo respeitantes a impugnações de anos anteriores;
 - ii. Foram apresentadas 6 impugnações de processo contraordenacional, que estão em curso;
 - iii. Foram remetidos ao Tribunal, 12 processos de contraordenação, para execução de coimas e promovidas 14 execuções de custas processuais para a Administração Tributária;
- 4) Promover a instrução de processos de contraordenação em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza na respetiva área geográfica:

- i. Autos de Notícia - No final de 2021 existiam 242 autos pendentes e foram rececionados até 31/12/2022, mais 63 autos (305). No final do ano apurou-se a análise de 112 autos, a que corresponde uma taxa de execução de 36,72%. Ficaram pendentes de análise 192 autos. Não obstante este indicador não ter sido cumprido no primeiro e segundo trimestres, em virtude do volume de autos pendentes de apreciação que têm transitado ao longo dos anos, houve uma recuperação significativa no terceiro e quarto trimestre, mediante cumprimento da meta fixada.
- ii. Processos de contraordenação (PCO)- No final de 2021 ficaram pendentes para elaboração de relatório final/ decisão 40 processos. Foram elaborados 69 relatórios. De acordo com os relatórios trimestrais, apresentados pela chefe de equipa multidisciplinar, a média da taxa de execução anual é de 67%. Este indicador não foi cumprido no primeiro trimestre, mas foi superado nos restantes.

Para minimizar os desvios, foram implementadas as seguintes medidas:

- Afetação de 2 juristas, em exclusividade, e mais um jurista a tempo parcial que analisou autos de notícia;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades e melhorias efetuadas pelo programador informático que criou a base de dados “THEMIS”, no sentido de as chefias monitorizarem o cumprimento dos indicadores;
- Elaboração de fluxos de procedimentos das contraordenações ambientais;
- Procedeu-se à análise dos processos com decisões judiciais proferidas com alteração da decisão de aplicação de coimas aplicadas em fase administrativa, articulando-se com a DSCGAF a atualização dos valores reais a liquidar;
- Melhorou-se o procedimento de desmaterialização dos documentos de trabalho.

5) Colaborar na gestão da Cooperação Técnica e Financeira das Autarquias Locais:

- i. No âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, contratos programa e auxílios financeiros, não foram apresentadas quaisquer candidaturas. Foi feito o acompanhamento dos contratos programa, Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia, (CRO) dos Municípios de Lagos e Monchique, celebrados em 2020 e 2021, respetivamente. Como não tiveram execução física e financeira em 2021, foi solicitada a transição de compromissos para 2022, cuja reprogramação financeira foi autorizada pela DGAL.

- ii. No âmbito do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, entrou uma candidatura e foram renovadas 5. Todas foram devidamente analisadas e registadas na base de dados da DGAL, a fim de serem submetidas para seleção e despacho do Senhor Secretário de Estado. Foi encerrada uma candidatura ao abrigo do Subprograma 2 – Religioso.

Foram apresentados 2 pedidos de pagamento, os quais após verificação da conformidade com os procedimentos exigidos, foram registados na base de dados da DGAL, para que esta entidade procedesse à transferência da participação para a entidade executora.

6) Contas de gerência:

As contas de gerência dos 16 Municípios foram objeto de análise no final do ano, uma vez que o pedido de reporte e respetiva documentação de suporte, solicitado pela DGAL só foi rececionado em 21 de outubro de 2022.

QUADRO 3
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: GARANTIR A GESTÃO DOS PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO				
Autos de notícia analisados (pendentes e novos)	40%	5%	38,38%	100%
Relatórios finais instruídos e elaborados (pendentes e novos)	40%	5%	95,65%	193%
O2: PROMOVER A CAPACITAÇÃO AUTÁRQUICA E DOS SERVIÇOS DA CCCR/PO, ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DO APOIO TÉCNICO /JURÍDICO				
Prazo para emissão do parecer	20	5	10,60	124%
Prazo para emissão de pareceres internos (CCDR/PO)	30	5	4,00	150%
O3: ANALISAR E DIVULGAR INFORMAÇÃO RELATIVA AOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS DAS AUTARQUIAS				
Contas de Gerência dos Municípios do Algarve, referentes ao ano de 2021, analisadas e validadas dentro do prazo definido pela DGAL	50%	5%	31/12/202	100%
Prazo para tratamento da informação relativa aos recursos financeiros e humanos das autarquias.	30/11/202	10 dias	-	0%
O4: ANALISAR E EMITIR PARECERES REFERENTE ÀS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA				
Prazo para análise e emissão de pareceres	15 dias úteis (média)	5 dias úteis (média)	3	150%
Pedidos de pagamento analisados	90%	5%	100%	125%

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No âmbito do Desenvolvimento Regional destaca-se o importante contributo dado pela Equipa para a preparação do Acordo de Parceria e do Interreg/POCTEP 21-27, bem como o relevante papel tido ao nível da Cooperação Transfronteiriça. A DSDR em 2021 passando a integrar novas componentes com destaque para os Grupos de Trabalho “Habitar no Interior” e “Co-working” e prosseguiram-se, em 2022, os projetos âncora identificados também em anos anteriores: Dieta Mediterrânica, Algarve Acolhe agora integrado na plataforma T-Invest, a Rede RAARA – Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve, o observatório da Mobilidade e Transportes, o TASA – Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais.

Mencionam-se projetos e iniciativas neles enquadradas com destaque para o desenvolvimento do projeto Atlazul, sobre crescimento azul e a economia do mar e muito relevante para a governança do mar na EuroRegião AAA e, através da DSDR, a integração da CCDR-Algarve no *Digital Innovation Hub: AI4PA ARTIFICIAL INTELLIGENCE & DATA SCIENCE FOR PUBLIC ADMINISTRATION PORTUGAL*.

Detalham-se os projetos Articular para Intervir (3ª fase) cujo foco é o reforço da capacitação das entidades parceiras (Agências de Desenvolvimento Local), *stakeholders* regionais e comunidades locais com vista à construção conjunta de uma visão integrada do desenvolvimento regional do Algarve no horizonte 2030 e no contexto do qual se promoveram diversos estudos para reforçar a coesão como a descarbonização, a saúde e a dieta mediterrânica, entre outros e Região Inteligente Algarve (RIA) que visa igualmente o reforço da capacitação das entidades parceiras (Universidade do Algarve, Comunidade Intermunicipal do Algarve e Região de Turismo do Algarve) e *stakeholders* regionais, tornando-os parte efetiva do processo de construção conjunta da Região Inteligente.

Estratégia Regional Algarve 2030 e Sistema de Indicadores

A Estratégia Regional Algarve 2030 foi preparada com contributos técnicos da DSDR que durante o primeiro semestre de 2020 produziu e colaborou na análise de diversos textos temáticos que vieram a ser integrados na Estratégia Regional coordenada pela OADR e apresentada publicamente no Conselho Regional a 11 de setembro de 2020.

A existência de um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para a Região do Algarve, como projeto regional integrador, que permita avaliar sistematicamente o desempenho da região nas várias os domínios, sociais, económicos e ambientais, considerados relevantes para a sua caracterização, é fundamental para a definição de estratégias de implementação das políticas públicas, orientar as prioridades de intervenção, ajudar as entidades e as empresas na tomada de decisões e identificar potencialidades de investimento que minimizem os problemas e promovam globalmente o desenvolvimento sustentável da região. Incluir indicadores ajustados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, poderá contribuir para a monitorização da implementação da Agenda 2030 para ao Desenvolvimento Sustentável e promover o processo ao nível regional pelo que, ainda em 2021, considerou-se que o Sistema de Indicadores a construir deveria partir originariamente de um alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030, e faseadamente vir a ampliar os temas a tratar, mediante a definição de prioridades, enquadradas pela Estratégia de Desenvolvimento Regional - Algarve 2030.

Articulação Intersectorial

No âmbito da articulação intersectorial destaca-se a participação em reuniões do Conselho Superior de Estatística, SPE de base territorial (DSDR como suplente; OADR representante efetivo), nas áreas da Cultura e na Saúde, no Plano Nacional de Saúde e com contributos para o Plano Regional de Saúde do Algarve 2021-2030, no Grupo de Implementação (GIMAE), Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo participação em 2 reuniões nacionais. Mencionam-se ainda as participações no Programa Regional de Ecoturismo e estabeleceu-se e nos Conselhos Municipais de Educação. Participações reuniões com DGTerritório no contexto da Iniciativa Cidades Circulares InC2 e de Gestão da Paisagem. Internamente é constante o trabalho com outros sectores, em particular o contributo sobre a socio economia nas diversas fases dos processos de AAE, AIA e AlncA que somou 65 pareceres.

Cooperação Transfronteiriça

Relativamente à Cooperação Transfronteiriça, coordenada pela Divisão de Cooperação (DC), destaca-se a gestão regional, de nível técnico e financeiro, do PO INTERREG V-A 2014-2020, função atribuída à CCDR Algarve na qualidade de Unidade de Coordenação regional deste Programa, bem como as ações relacionadas com a Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, a Comissão Luso-Espanhola e a preparação do PO Cooperação Transfronteiriça 2021-2027.



EUROREGIÃO Alentejo-Algarve-Andaluzia (EURO_AAA)

O Protocolo de Cooperação Transfronteiriça (assinado pelas três regiões a 5 de maio de 2010) foi revisto e atualizado e mereceu parecer favorável das instâncias portuguesas e espanholas, aguardando, contudo, oportunidade de assinatura pelos presidentes das regiões do Alentejo, do Algarve e da Andaluzia, preparam-se as prioridades da EuroregiãoAAA, no caso do Algarve em consonância com os atores locais/regionais e representantes no Conselho Regional da CCDR-Algarve tendo a 2 de março de 2022 sido publicamente assinado, em Faro o novo acordo de cooperação transfronteiriça da Comunidade de Trabalho da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, com presença do Presidente da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia e Presidente da Junta da Andaluzia, Juan Manuel Moreno Bonilla e dos Presidente da CCDR-Algarve, José Apolinário e Presidente da CCDR Alentejo, António Ceia da Silva e contou com a intervenção sobre a Estratégia de Cooperação Transfronteiriça, pela Ministra da Coesão Territorial da República Portuguesa, Ana Abrunhosa. Em dezembro de 2022, decorreu a passagem da Presidência da Euroregião da Andaluzia para o Alentejo.

No âmbito da preparação do PO Cooperação Transfronteiriça 2021-2027 foi assegurada a participação nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, com reuniões regulares e análise dos documentos propostos.

Assegurou-se a participação nas reuniões da Comissão Luso Espanhola (delegação portuguesa) e na Comissão Mista Luso Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça para preparação conjunta dos contributos a propor à agenda da Cimeira relativamente à EURO_AAA.

Relativamente ao PO INTERREG 2014-2020, no decurso do ano 2022, a Unidade de Coordenação deu resposta regularmente às solicitações do Secretaria Conjunta do PO INTERREG V-A, sediada em Badajoz, no que diz respeito às prorrogações dos projetos, às Modificações Substanciais e à execução dos projetos da responsabilidade dos beneficiários do Algarve.

Estão em execução 53 candidaturas (28 aprovadas na 1ª Convocatória, 17 aprovadas na 2ª Convocatória e 3 aprovadas na 3ª Convocatória, 4 aprovadas na 4.ª convocatória e 1 aprovada na 5.ª Convocatória), correspondendo um total de 99 beneficiários.

Durante o ano 2022 a Divisão de Cooperação promoveu várias reuniões com os beneficiários dos projetos aprovados na 1ª Convocatória e, sobretudo, com os beneficiários dos projetos estratégicos, aprovados na 3ª Convocatória. Foi verificada e validada despesa submetida no COOPERA 2020 e realizadas auditorias e visitas aos projetos em fase de encerramento. De referir ainda que a Divisão de Cooperação e a DSDR participaram ativamente nas diversas reuniões dos órgãos de gestão do Programa: Comité de Gestão, Comité de Acompanhamento e Unidades de Coordenação.

ALGARVE ACOLHE

[Algarve Acolhe \(ccdr-alg.pt\)](http://ccdr-alg.pt)

“Algarve Acolhe” é uma plataforma de apoio aos investidores para localização das suas atividades empresariais, promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Disponibiliza informação georreferenciada das áreas empresariais e respetivos lotes, identificando valências, disponibilidades, acessibilidades e contactos. É uma plataforma dos parques empresariais de iniciativa pública, privada, ou mista, que partilham visões e experiências distintas e aspiram de forma integrada a promover e divulgar as suas infraestruturas num âmbito nacional e internacional. Co-financiada pelo CRESC Algarve 2020, o “Algarve Acolhe” foi desenvolvido no âmbito do projeto REVIT+, assumindo os novos desafios à gestão e ordenamento das áreas de acolhimento empresarial, à sua administração, à competitividade das empresas instaladas e na forma como estas se relacionam.

Num quadro de desenvolvimento estratégico, estas áreas procuram ser espaços de criatividade, inovação e sinergias entre as empresas, elevando a sua atratividade para novos investimentos locais e regionais. O AlgarveAcolhe foi a base para o *T-invest*, plataforma nacional que agrega todas as Áreas de Acolhimento empresarial do continente e cuja taxa de execução para o Algarve atingiu em 2022 o previsto para este ano, reunindo toda a informação necessário, incluindo sobre benefícios fiscais, disponibilizando-a à equipa de coordenação *T-invest* e tendo um papel interventivo nos testes da plataforma para os quais o Algarve foi região piloto tendo desde logo cedido toda a informação que permitiu integrar e testar ferramenta informática e contribuir para o manual do utilizador do

backoffice. Foram reportadas a sessões de informação/capacitação dos municípios sobre o *T-Invest*, 14 jan 2022: Sessão on-line para apresentação do *T-Invest* (com secretário de estado) e em 17 março 2022: Reunião on-line com Pontos Focais *T-Invest* (após teste de carga da plataforma).

Refira-se também o acompanhamento da Rede regional incubadoras e da Rede InvestAlgarve.

Habitar [no Interior]

Despacho 1210/2021, 29 de janeiro das Secretárias de Estado da Habitação e da Valorização do Interior, em 8 de fevereiro 2021, o Presidente da CCDR-Algarve, “em representação da CCDR Algarve, designa a Dra. Lurdes Carvalho, .., Diretora da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, para integrar o “Grupo de trabalho - Habitar no Interior”; o Grupo de Trabalho finalizou o relatório, após consulta aos Municípios no início de 2022, promovendo assim um documento orientador para esta temática para o novo quadro financeiro. A elaboração e aprovação das Estratégias Locais de Habitação foi monitorizada pela DSDR ao longo do ano, articulando com os 16 municípios do Algarve. Acompanhamento de projetos, p.ex: *Cidades Pos Covid*, promovido pela CCP

Rede de Teletrabalho no Interior e Espaços de Coworking

Também o Grupo de Trabalho das Redes de Teletrabalho no Interior “Co-Working” tem sido acompanhado pela DSDR que tem assegurado o seu reporte trimestral ao Gabinete da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, em articulação com Municípios.



Plano de Recuperação e Resiliência

Destaque particular para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência que no Algarve assegura a concretização, através da CCDR enquanto Beneficiário Intermediário, de 2 investimentos Componente 07:

- RE-C07-i01 Áreas de Acolhimento Empresarial (de Nova Geração)
- RE-C07-i03 Ligações Transfronteiriças | Ponte de Alcoutim - Sanlúcar de Gadiana (PT-ES)

Acompanhamento, com os setores relevantes da CCDR Algarve, da elaboração de contratos tanto com Estrutura de Missão Recuperar Portugal como com os Beneficiários Finais, dos pedidos de financiamento/adiantamento bem como dos relatórios de progresso trimestrais. Em particular, no que respeita ao RE-C07-i01 Áreas de Acolhimento Empresarial (de Nova Geração) são feitas reuniões mensais de acompanhamento com Município de Lagos para seguir a execução dos contratos promovidos pelo Beneficiário Final.



Assumido como projeto-âncora, em 2021, das 38 ações do projeto RIA 7 estão finalizadas e 29 encontram-se em curso. O Projeto da Região Inteligente do Algarve (RIA), co-financiado pelo CRES Algarve 2020 FSE, pretende-se afirmar como um ativo regional, ser impulsionador numa dinâmica de transformação digital e criar uma plataforma agregadora de múltiplos serviços de forma a tornar-se um facilitador do desenvolvimento público e privado com fontes importantes de informação na forma de dados abertos. Para a materialização deste projeto destaca-se a importância do trabalho em rede, sendo a mesma apresentada por uma parceria liderada pela CCDR Algarve, com as seguintes entidades: Universidade do Algarve, Região de Turismo do Algarve e Comunidade Intermunicipal do Algarve, AMAL. A Universidade do Algarve (UAlg) é um dos membros integrantes do projeto que está vocacionado para a capacitação, desta instituição e das restantes que conjuntamente integram o projeto, nas áreas tecnológicas que responderão às necessidades para a implementação de uma plataforma integradora que disponibilizará informação. Neste âmbito, para além de toda a Coordenação do projeto e preparação da contratação de estudos, participámos no Seminário Internacional “*Smart mobility/Smart Destination*” e em várias sessões de divulgação, como exemplo no Algarve *Tech Hub Summit*, em 30 de março de 2022.

Neste contexto colaborámos ainda com a preparação da Estratégia Nacional *Smart Cities*.

Atlazul / Crescimento Azul



Foram promovidas duas jornadas de trabalho, a 13 de julho e a 13 de dez 2022, com todos os *stakeholders* relevantes para o tema, com vista a preparar a *Estratégia Regional de Crescimento Azul para o Algarve – Da Estratégia ao Plano de Ação - Projeto Atlazul*, debatendo conjuntamente desafios e oportunidades e para obtenção das Linhas de Orientação Estratégica com vista a elaborar não só a Estratégia, mas também o Plano de Ação que identifica e quantifica as atividades a desenvolver e indica os parceiros envolvidos. Participou-se em diversas reuniões sobre política do mar, destaca-se a iniciativa Innovazul, em novembro em Cádiz e “como os clusters podem acelerar uma economia azul sustentável no Mediterrâneo”, em setembro de 2022, no Instituto Hidrográfico, Lisboa.

ARTICULAR PARA INTERVIR ALG-08-5864-FSE-00000

O projeto "Articular para Intervir III" corresponde ao desenvolvimento das duas fases anteriores, promovidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, com foco na promoção da capacitação para o desenvolvimento regional. Esta operação visa reforçar a capacitação das entidades que integram a parceria, nomeadamente as respetivas equipas técnicas, mas também contribuir para a capacitação dos stakeholders regionais e das comunidades locais, envolvendo-as e tornando-as parte efetiva dos processos de construção conjunta de uma visão integrada de desenvolvimento regional para o Algarve no horizonte 2030, visão essa que se deseja partilhada, apropriada e reconhecida por todos.

A operação congrega quatro ações específicas: avaliar; conhecer e intervir; prospetivar e envolver, faseadas, primeiro em escalas sub-regionais coincidentes com os territórios a animar pelas associações parceiras da CCDR Algarve, e segundo numa lógica agregadora, que a entidade líder coordenará, culminando em instrumentos de planeamento e ação de cariz estratégico e prospetivo. Todos os parceiros preparar com sessões participativas os documentos estratégicos previstos no Articular para Intervir III que finalizou a 30 de setembro de 2022 com uma sessão "Contributos para Estratégia sub-Regional 2030", em Monchique. Prosseguiram-se os trabalhos de coordenação até ao encerramento do projeto.

Cultura

A equipa da DSDR tem tido ao longo dos anos forte participação na área da Cultura, tanto na componente cultural da Dieta Mediterrânica, como na abordagem às paisagens culturais, como em atividades correntes; menciona-se em 2022, a par das várias reuniões, a participação no V Encontro de Redes de Museus, bem como a colaboração na execução do Jardim Sensorial do Museu Etnográfico de São Brás de Alportel e ainda na AlBausHaus Dream Factory, Algarve belo, sustentável e para todos, promovido pela Ordem dos Arquitetos em Faro, 9 de junho 2022.

Magalhães_ICC

No âmbito do projeto 0752_Magalhães_ICC_5_E a DSDR acompanhou todos os aspetos de implementação, participando nas reuniões de coordenação. A elaboração do *REDBOOK das Atividades Tradicionais do Algarve* foi finalizada em 2021 e a sua divulgação em sessão pública em 22 de junho de 2022, com a participação da Direção Regional de Cultura, da DGPC, da Universidade do Algarve, do IEFP onde se falou sobre Saberes tradicionais e atividades artesanais do Algarve, Património Imaterial e transferência de conhecimento, "Saber-Fazer", O Património Cultural Imaterial de Portugal, ações para a sua salvaguarda, e as autoras apresentaram o *RedBook* Apresentação do *RedBook/ Lista Vermelha das Atividades Artesanais do Algarve*.



Dieta Mediterrânica

A Dieta Mediterrânica tem sido uma das áreas temáticas-âncora da região, tendo a equipa da DSDR promovido e participado em diversos projetos dos quais se destaca, em 2022, a organização de duas sessões, um Seminário e um Debate, por ocasião da Feira da Dieta Mediterrânica em Tavira, no CEAT, com a colaboração da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve), do Município de Tavira e, no caso do debate, também com a Associação Portuguesa de Nutrição e a DECO.



Na abertura do Seminário sobre Saúde, Alimentação e Dieta Mediterrânica participaram: Ana Paula Martins - Presidente do Município de Tavira; Fátima Catarina - Vice-Presidente do Turismo do Algarve; Paulo Morgado - Presidente da ARS; Paulo Águas - Reitor da Universidade do Algarve; Pedro Monteiro - Diretor Regional da DRAP Algarve; José Apolinário - Presidente da CCDR Algarve. Elencaram-se os 5 Desafios para proteger a saúde da Dieta Mediterrânica, abordou-se a Longevidade no Sec. XXI: O Papel da Dieta Mediterrânica, apresentaram-se os resultados do projeto 16h15 - Medita - Dieta Mediterrânica Promove Saúde e falou-se da Caracterização e Melhoramento de Fruteiras Tradicionais - FRUIT MED. A sessão, onde estiveram cerca de 100 participantes, foi encerrada pela Secretária de Estado das Pescas, Teresa Coelho, em representação da Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes e pela Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa.



Em 9 setembro de 2022, no debate sobre “Sustentabilidade Alimentar”, coordenado pela DSDR, falou-se de outros exemplos de territórios agrícolas “Sustentabilidade Alimentar, desafios e práticas no território de Loures”, de Alimentação Sustentável no dia-a-dia: importância e estratégias, do projeto RESILINOV (Observatório Técnico de Territórios Sustentáveis, Resiliência e Inovação, de Como tornar a alimentação sustentável fácil e acessível para os consumidores? E, por último de economia circular: Gestão Circular de Biorresíduos”, pela Direção de Serviços de Ambiente.

Alterações Climáticas



Integrado nas celebrações do dia da Europa promoveu-se uma conferência- debate sobre Alterações Climáticas, Mitigação e Adaptação com a presença do Professor Filipe Duarte Santos e do Dr. Luís Dias bem como do Eng.º Pedro Coelho (Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Algarve).

EURES Transfronteiriço Andaluzia-Algarve

A CCDR Algarve integra o projeto EURES Transfronteiriço Andaluzia-Algarve como entidade associada. O projeto é liderado pelo Servicio Andaluz de Empleo e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e tem como objetivo dar resposta às necessidades de informação ligadas à mobilidade fronteiriça de trabalhadores e empresários. A DSDR em representação da CCDR assegura a participação nas reuniões e sessões de trabalho da parceria e nas iniciativas desenvolvidas no âmbito do projeto.

QUADRO 4
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: DESENVOLVER E ACOMPANHAR ATIVIDADES NO DOMÍNIO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL				
Entidades envolvidas no processo de construção participada da estratégica (Articular para Intervir III) (partilhado com OADR)	12	3	15	100%
Ações de capacitação desenvolvidas no âmbito da Estratégia (Articular para Intervir III) (partilhado com OADR)	15	4	19	100%
Dias para elaboração de pareceres sobre a sócio economia referentes a avaliação ambiental de planos, projetos e programas de âmbito regional ou local	7	2	2	131%
Dias para o envio ao Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) da despesa recebida no âmbito do Sistema de Incentivos à Comunicação Social após a receção dos documentos de despesa	15	3	6	132%
Taxa de execução regional da Plataforma informática (medida #143 SIMPLEX): T-Invest	96%	2%	1	125%
Dias para elaboração de documentos de acompanhamento do projeto Atlazul	15	3	6	132%
Dias para elaboração de relatórios de acompanhamento e sua submissão no SI-PRR	15	3	10	118%
O2: MONITORIZAR, AVALIAR E DIVULGAR AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
Documentos de análise e monitorização de Mobilidade e Transportes	5	3	3	100%
Dias para elaborar relatório com abordagem ao alinhamento das atividades com Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	45	10	45	100%
Documentos de análise e monitorização da RAARA	13	3	10	100%
Documentos de análise e monitorização do Plano de Valorização do Interior, incluindo Rede de Coworking	6	3	4	100%
O3: SENSIBILIZAR CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES PARA A TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
Ações de sensibilização sobre matéria de desenvolvimento regional	6	2	13	144%
Ações de capacitação da rede de interlocutores municipais do projeto Algarve Acolhe	4	1	9	100%
Ações de dinamização projetos POCTEP (incluindo GIT AAA e Magalhães)	5	1	5	100%
Ações de dinamização da RAARA	6	3	18	150%
O4: DINAMIZAR A COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA, COM PARTICULAR DESTAQUE PARA A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA				
Despesa apresentada pelos beneficiários do PO INTERREG V-A 2014-2020 validada num prazo médio inferior a 30 dias úteis, cuja contagem se inicia no 1º dia da análise	75%	10%	98%	138%
Pedidos validados num prazo médio de 10 dias úteis	75%	10%	95%	133%
Participações nos órgãos de gestão e acompanhamento técnico do INTERREG V-A 2014-2020	10	1	22	175%
Participações no GT21-27 para a definição da Estratégia de Cooperação Transfronteira 2021-2027	10	1	1	11%

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Segue-se a descrição genérica da generalidade das atividades desenvolvidas pela Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT) no ano de 2022, complementada com a tabela de objetivos e indicadores contratualizados no início do biénio 2021-2022 e objeto de monitorizados trimestral, ao longo desse período:

- Coordenar da unidade orgânica, incluindo a gestão do pessoal, instalações e equipamentos, bem como a articulação com os demais setores desta CCDR e a relação com entidades externas nossas parceiras e/ou clientes, bem como com os requerentes, nossos clientes, nas matérias da competência deste setor.
- Contribuir para a implementação da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei de bases), designadamente no âmbito do acompanhamento da formação (elaboração, alteração, revisão, suspensão, medidas preventivas e normas provisórias) dos programas e planos territoriais, assegurando a avaliação da sua conformidade com o Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), incluindo a observação dos diplomas complementares e o cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Regime de avaliação ambiental dos planos, bem como a verificação da sua compatibilidade com o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT Algarve), em articulação e em linha com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e, ainda, apoiar a conclusão da tarefa de adoção, nos planos territoriais municipais e intermunicipais, das regras de classificação e classificação do solo previstos na referida Lei de bases, abrangendo a totalidade do território dos municípios.
- Garantir o exercício das competências da CCDR, cometidas a esta unidade orgânica, no âmbito dos diferentes regimes jurídicos específicos aplicáveis, designadamente da urbanização e da edificação (RJUE), da Reserva Ecológica Nacional (REN), da Reserva Agrícola Nacional (RAN), dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal (PGF), das ações de arborização e rearborização (RJAAR), da instalação e exploração de culturas marinhas (RJIECM) e da instalação ou alteração significativa de grandes superfícies comerciais (RJACS), através da apreciação técnica e emissão de informações e pareceres de apoio à tomada de decisão, assim como de resposta às reclamações e outras solicitações que nos são dirigidas e participar em órgãos de decisão (por ex. a Entidade regional da RAN – ER-RAN).
- Privilegiar o recurso às plataformas informáticas nacionais setoriais, designadamente o Sistema informático do RJUE – SIRJUE, o Sistema de submissão automática dos IGT e REN – SSAIGT-REN, a Plataforma colaborativa de gestão territorial – PCGT, o portal do RJAAR e o Balcão Eletrónico do Mar – BMar, bem como, consolidar a implementação e utilização da “Infraestrutura de Dados Espaciais do Algarve” (IDEAlg), plataforma informática baseada em tecnologias de informação e comunicação (TIC), com geocontextualização dos usos, ações e pretensões, facilitadora da simplificação, da agilização, da transparência, do combate à corrupção, do controlo dos procedimentos e dos processos, tendencialmente desmaterializados, a qual contribui decisivamente para um desempenho com redução de custos de contexto, mais eficiente e eficaz, quer intersectorial, quer na interação do Estado com os cidadãos e restantes agentes económicos, nossos parceiros ou clientes. Incrementar o “Sistema automático de indicadores”, que capacita a

CCDR a compilar indicadores estatísticos diversos, de interesse regional, tirando partido das soluções tecnológicas existentes para utilização e divulgação, de forma interativa e em rede, com a visualização dos resultados sob a forma de mapas graduados, gráficos e tabelas.

- Cooperar com os demais setores desta CCDR, nomeadamente com a Direção de Serviços do Ambiente, na apreciação dos descritores - Ordenamento do Território, Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, Solos e Usos do Solo e Paisagem, dos estudos de impacto ambiental ou de incidências ambientais, com a Divisão de Vigilância e Controlo e com a Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, nos procedimentos de controlo sucessivo ou de reposição da legalidade e, com outros setores, no acompanhamento e apreciação de projetos de potencial interesse nacional, regional e/ou cujas características e dimensão o justifique e que envolvam matérias da competência da DSOT, especialmente no âmbito dos RJIGT e do RJREN.
- Colaborar com as demais entidades externas, particularmente com as autarquias locais e suas associações e outras entidades nossas parceiras (particularmente com a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), nas respetivas ações inspetivas, e as demais CCDR, em reuniões de articulação e harmonização de procedimentos). Representar a CCDR, no âmbito das competências deste setor, designadamente em matérias de ordenamento do território, urbanismo, conservação da natureza, valorização da paisagem, das cidades e TIC bem em conselhos, comissões, júris, grupos de trabalho, conferências decisórias e procedimentais, seminários, workshops e outras ações [por exemplo: Observatório do PROT, Comissão Nacional do Território (CNT), Grupo de trabalho da REN, Grupo de trabalho dos IGT, Comissão Permanente de Apoio ao Investimento (CPAI), Grupo de Trabalho do Mira, Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO SNIG), Conselho Coordenador de Cartografia]. Participar na realização de ações de capacitação e de divulgação técnica bem como contribuir para preparação de projetos de diplomas legais e outros documentos orientadores.

QUADRO 5
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: APOIAR OS PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DOS PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL OU INTERMUNICIPAL COM A PARTICIPAÇÃO DAS DEMAIS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS INTERESSES A PONDERAR E ACOMPANHAR A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ÂMBITO NACIONAL				
Propostas de planos territoriais de âmbito municipal ou intermunicipal	90%	5%	100%	125%
Tramitação dos PTM através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT)	90%	5%	100%	125%
Execução do PNPO e Propostas dos programas especiais	90%	5%	100%	125%
O2: EMITIR PARECERES EM MATÉRIA DE USO, OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO SOLO E ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO DA CCDR NA ER-RAN				
Dias para emissão de informações e pareceres, sobre pretensões, relativas ao uso, ocupação e transformação do solo	2	1	2	100%
Solicitações de autorização para usos não agrícolas em solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), no âmbito da Entidade Regional da RAN, apreciadas	90%	5%	100%	125%
O3: GARANTIR O ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE DELIMITAÇÃO REN, COM A PARTICIPAÇÃO DAS DEMAIS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS INTERESSES A PONDERAR, BEM COMO A SUA APROVAÇÃO E A PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA (DR)				
Procedimentos em que seja garantido o acompanhamento, apreciação e conclusão técnica da proposta de delimitação ou alteração da REN	3	1	4	125%
Procedimentos concluídos, em termos de tramitação técnica e administrativa, da REN e publicação em DR	2	1	2	100%
Participação em procedimentos de controlo sucessivo, com a DVC e a DSAJAL	25	10	35	125%
O4: EMITIR PARECERES NO ÂMBITO DOS REGIMES JURÍDICOS DA REN, PLANOS DE ORDENAMENTO DE GESTÃO E DE INTERVENÇÃO FLORESTAL (PGF), AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO, BEM COMO CULTURAS MARINHAS				
Dias para emissão de informações e pareceres, de apoio à decisão, sobre pretensões sujeitas ao procedimento de comunicação prévia, no âmbito do RJREN	3	1	3	100%
Dias para emissão de informações e pareceres, de apoio à decisão, sobre planos de gestão florestal, ações de arborização e rearborização e culturas marinhas	2	1	2	100%
Dias para emissão de informações e pareceres, relativos aos descritores solos/ uso dos solos, ordenamento do território, servidões administrativas/e restrições d utilidade pública e paisagem, quando justificável	2	1	2	100%

FISCALIZAÇÃO

No ano 2022 a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC) continuou a colaborar com outras Unidades Orgânicas da CCDR, nomeadamente com a DSOT:

- na Implementação do controlo sucessivo de usos e ações em REN relativo a empreendimentos de Turismo em Espaço Rural – TER (casas de campo e agroturismo), em articulação com a DSOT.
- na apreciação do Relatório da IGAMAOT relativo à “Avaliação do cumprimento do RJREN no Município de Albufeira”.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção AOT/03/16 – Inspeção ao Cumprimento do POOC Sines - Burgau nos Municípios de Aljezur e Vila do Bispo”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção AOT/CN/01/16 - Cerro da Cabeça, Moncarapacho, concelho de Olhão”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção - Avaliação do Cumprimento do POPN Ria Formosa (Tavira)”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção nº NUI/AA/OT/000006/17.0AOT - Avaliação do cumprimento do POOC Vilamoura- Vila Real de Santo António (Municípios de Vila Real de Santo António e de Castro Marim)”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção nº NUI/AA/OT/000004/19.0.AOT - Avaliação do cumprimento das servidões e restrições de utilidade pública incidentes sobre a área da Pedreira n.º 3646, denominada "Palmeira n.º 2" e demais ocupações existentes em área contígua, abrangida pela Rede Natura 2000, Reserva Ecológica Nacional e Perímetro de Proteção de Exploração de Águas Minerais Naturais, no município de Monchique”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo Inspetivo n.º NUI/AA/OT/000005/20.5.AOT - Avaliação do cumprimento do RJREN e do DPH na margem direita do rio Guadiana, no troço compreendido entre as fozes das ribeiras de Odeleite e do Vascão”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção nº S/07500/AOT/21 - Avaliação do cumprimento do regime jurídico da Rede Natura 2000 no município de Vila do Bispo, na área integrada no SIC Costa Sudoeste (PTCON0012)”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção nº NUI/AA/OT/000004/22.2 AOT - relativo à “Avaliação do cumprimento do RJREN no Município de Tavira, da IGAMAOT.

A DVC colaborou também com:

- a DSAJAL e a DSOT na apreciação do Relatório da IGAMAOT n.º I/01914/AOT/20, relativo à “Avaliação das medidas e decisões adotadas no âmbito das participações realizadas ao abrigo do n.º 4 do artigo 36º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional - Anos de 2010 a 2017”.
- a DSDR e DSOT no acompanhamento das diversas situações ilegais de estacionamento de autocaravanas e caravanas no Algarve.

QUADRO 6
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: CONTRIBUIR PARA A REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO AO REGIME JURÍDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)				
Locais com reposição da legalidade em infrações à REN, ao longo do ano e em parceria com a DSOT e com a DSAJAL	9	2	9	100%
O2: CONTRIBUIR PARA A REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO SOBRE RESÍDUOS				
Locais com reposição da legalidade em resíduos, ao longo do ano e em parceria com a DSA e com a DSAJAL	5	1	5	100%
O3: ASSEGURAR O CONTROLO SUCESSIVO DE USOS E AÇÕES EM RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)				
Ações de fiscalização internas, ou externas, para controlo sucessivo de usos e ações em Reserva Ecológica Nacional (REN), ao longo do ano e em parceria com a DSOT	45	5	62	125%
O4: ASSEGURAR A VIGILÂNCIA DO TERRITÓRIO, NAS SUAS VERTENTES AMBIENTAIS E DO ORDENAMENTO				
Ações de fiscalização internas, ou externas, ao longo do ano	36	5	43	113%
O5: EMITIR PARECERES OU INFORMAÇÕES, DESIGNADAMENTE COM VISTA À DECISÃO SUPERIOR				
Apreciação de reclamações, de documentos relativos a fiscalizações exteriores e de outras situações diversas	243	23	477	317%

INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO

É da responsabilidade da Divisão de Informação, Promoção e Comunicação (DIPC), a organização, a promoção e a comunicação de eventos públicos da CCDR Algarve, em estreita articulação com as unidades orgânicas promotoras ou responsáveis. Preparação e o desenvolvimento de ações de sensibilização, de notoriedade e de divulgação, como sejam, organização de conferências de imprensa, produção de conteúdos para notas de agenda e de imprensa, elaboração de briefings ou dossiers, bem como coordenar o desenvolvimento estratégico e a gestão operacional das diversas plataformas da CCDR Algarve na Internet - sítios da CCDR Algarve e do CRESC ALGARVE 2020, Intranet, redes sociais em que está presente (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube), totem interativo do hall de entrada do edifício sede e microsites de ações específicas, permitindo a acessibilidade dos destinatários da instituição e da opinião pública em geral à informação e aos serviços, bem como a formas de participação.

Durante o ano de 2022, a DIPC promoveu e organizou, em colaboração com os serviços internos ou em parceria com entidades externas, no âmbito das atividades da CCDR Algarve, do CRESC ALGARVE 2020, do Interreg Espanha Portugal (POCTEP), Euroregião Alentejo Algarve Andaluzia (EUROAAA), Europe Direct do Algarve (ED) e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), um total de **229 iniciativas**, essencialmente dirigidas a parceiros regionais e a público interno).

Ao longo do ano de 2022, para além da gestão diária das várias plataformas, a DIPC produziu **188 notas de imprensa, 16 vídeos/ mini-filmes e 8 podcasts** (disponíveis no Youtube e no Facebook do CRESC ALGARVE 2020 e da CCDR Algarve, sendo divulgados igualmente nas demais redes sociais), dinamizou e respondeu regularmente a pedidos de jornalistas/ comunicação social, efetuou a divulgação e cobertura mediática dos eventos, assegurou a ligação institucional da CCDR Algarve. Prestou apoio aos eventos com a participação dos membros do Governo, em estreita articulação com

os respetivos gabinetes, particularmente nos domínios da coesão territorial, do ambiente e do ordenamento do território e do planeamento, infraestruturas e desenvolvimento regional, e das autarquias locais.

Cabe à DIPC fazer a gestão do espaço expositivo do edifício-sede, a promoção de ações de capacitação, formação, sensibilização e informação em estreita articulação com as unidades orgânicas responsáveis. Durante 2022, foram dinamizados **5 eventos expositivos**.

Em conformidade com o previsto na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, as diversas ações de publicidade institucional foram comunicadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social na Plataforma Digital da Publicidade Institucional do Estado.

Publicitação do Programa Operacional Regional CRESC ALGARVE 2020.

Em 2022, a rúbrica da Publicidade, do CRESC ALGARVE 2020, não atribuiu apoio como contrapartida à sua publicitação em eventos, em livros ou em audiovisuais considerados de interesse para a região, que estivesse relacionado com os objetivos, a ação e o papel desempenhado pelos fundos estruturais.

A Divisão de Informação, Promoção e Comunicação continua a ser responsável pela avaliação dos pedidos de apoio chegados e acompanhou a proposta aprovada.

Plano de Meios

O plano de meios é um quadro de programação da publicação de anúncios publicitários *online*, nos mais impactantes, com o objetivo de aumentar o acesso e o tráfego ao site do PO, particularmente à secção onde se encontra publicada a lista dos projetos aprovados.

Para aprofundar o foco na apresentação dos resultados, foi desenvolvido um procedimento plurianual para a execução de publireportagens com o propósito de dar destaque editorial a projetos de diversificação da base económica. selecionados e dinamizados por empresas localizadas no Algarve, beneficiárias de Fundos Europeus, através do CRESC ALGARVE 2020.

O foco destas publireportagens foi qualitativo e não quantitativo.

Foi proposto, então, a aquisição externa de serviços, para o fornecimento de seis publicações de página inteira em encarte publicitário no Dinheiro Vivo, distribuído no JN Jornal de Notícias e DN – Diário de Notícias, com periodicidade mensal, um serviço a iniciar-se em abril de 2022, nas edições papel e digital.

- Publireportagens:

No total foram publicadas 12 publireportagens com conteúdos patrocinados:

- 6 no Dinheiro Vivo, suplemento de economia com distribuição nacional;

- 6 no semanário regional Barlavento:

In Barlavento, 25 de novembro de 2022:

14 PUBLIREPORTAGEM | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

S2AQUAcOLAB quer elevar a aquacultura nacional a um novo nível

Numa altura em que Portugal quer aumentar a produção aquícola em 25 mil toneladas até 2030, o Algarve está a montar uma infraestrutura colateral de vanguarda que pretende apoiar as empresas do sector a atingir e ultrapassar os objetivos

Fundado em 2016, em 2021, o S2AQUAcOLAB é um laboratório colaborativo que atua no âmbito da investigação e desenvolvimento experimental, através de um consórcio de entidades públicas e privadas, com o objetivo de promover a inovação e a competitividade do setor da aquacultura. O projeto de visão estratégica, com direção e coordenação de Pedro Frazão, responsável pelo S2AQUAcOLAB, encontra-se no âmbito do Plano de Investimentos do Algarve (PIA) e do Plano de Investimentos do Algarve (PIA) e do Plano de Investimentos do Algarve (PIA).

aberto associado à produção de marisco. As reuniões serão feitas na modalidade de trabalho remoto, através de uma plataforma de videoconferência. O projeto de visão estratégica, com direção e coordenação de Pedro Frazão, responsável pelo S2AQUAcOLAB, encontra-se no âmbito do Plano de Investimentos do Algarve (PIA) e do Plano de Investimentos do Algarve (PIA).

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão, responsável pelo S2AQUAcOLAB. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“A inovação é o motor da mudança”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“A inovação é o motor da mudança”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“A inovação é o motor da mudança”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.



In Barlavento, 22 de dezembro de 2022:

15 PUBLIREPORTAGEM | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

Taquelim Gonçalves aposta em nova linha de gelados gourmet

Empresa de Lagos moderniza a produção e tem mais de 50 abertos no catálogo. Taquelim faz gelados personalizados para a restauração

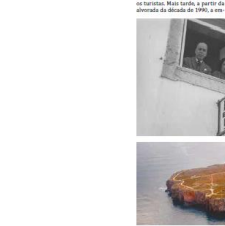
“Temos um dos mais tradicionais produtores de gelados de Portugal”, afirma Taquelim Gonçalves, responsável pela produção de gelados da empresa. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“A inovação é o motor da mudança”, afirma Taquelim Gonçalves. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Taquelim Gonçalves. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“A inovação é o motor da mudança”, afirma Taquelim Gonçalves. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Taquelim Gonçalves. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.



16 PUBLIREPORTAGEM | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

PAPN no Algarve vale 9 milhões de investimento

Programa de Apoio à Produção de Alimentos Protegidos (PAPN) do Algarve prevê investimento de 9 milhões de euros

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“A inovação é o motor da mudança”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“A inovação é o motor da mudança”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

“O nosso objetivo é elevar a aquacultura nacional a um novo nível”, afirma Pedro Frazão. “Queremos apoiar as empresas do setor a atingir e ultrapassar os objetivos estabelecidos para 2030”.

Informação, promoção e comunicação

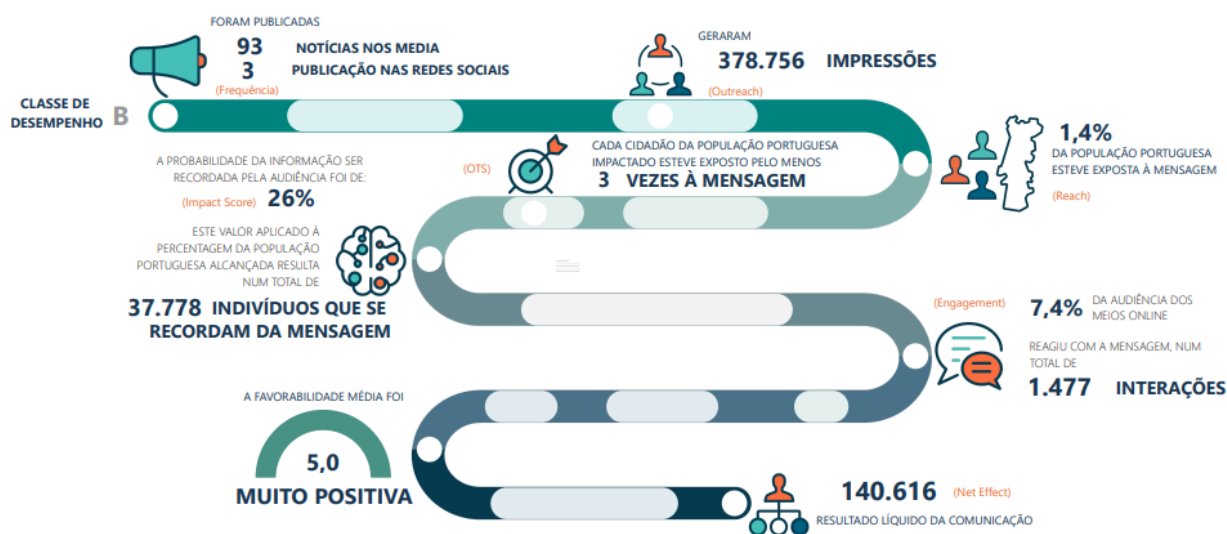
A Divisão de Informação, Promoção e Comunicação (DIPC) no ano de 2022, para além do acompanhamento dos projetos em curso, no âmbito do Programa Regional do Algarve - CRESC ALGARVE 2020, foi responsável pelo apoio aos promotores, esclarecendo dúvidas e respondendo às questões solicitadas presencialmente, por via telefónica e por correio eletrónico.

Não sendo possível a realização de muitos eventos presenciais, realizaram-se ainda alguns eventos *online* concretizados através das diversas plataformas digitais, o atendimento ao público ainda foi na sua maioria via telefone e *online*.

- CISION:

Na sequência do contrato entre a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e o Grupo Cision, realizou-se diariamente a monitorização da presença dos diversos programas do PORTUGAL 2020, tendo sido recolhida, em 2022 informação num total de **1.056 meios de imprensa**, regional e especializada, 15 canais e 202 programas de Televisão, 5 estações e 109 programas de Rádio e 1.539 Sites.

Para além da avaliação mensal, em 2022 efetuou-se uma avaliação anual que se traduziu na recolha de **1.654 notícias e publicações** nas redes sociais referentes ao Programa Operacional do Algarve a qual atingiu **28% do público-alvo** e melhorou a **taxa da favorabilidade** aproximando-a do máximo possível: **5% (0-5)**.



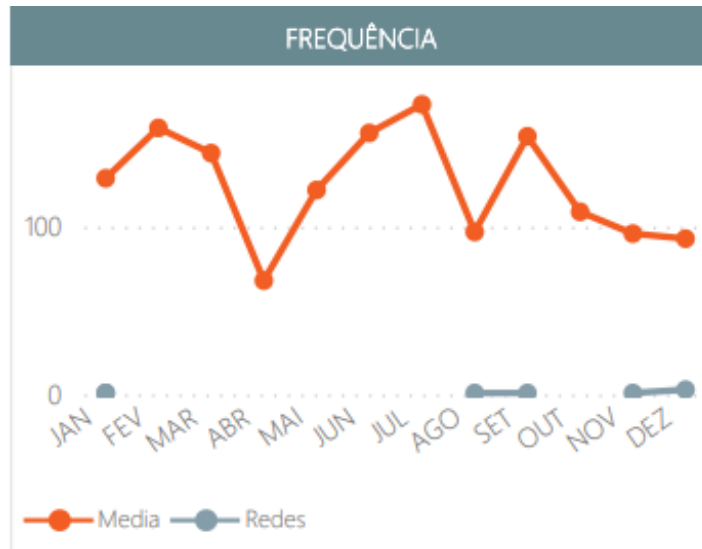
Paralelamente, face às limitações jurídicas à distribuição dos resultados do serviço de *clipping*, foi adquirido um serviço de recolha de notícias relacionadas com a CCDR Algarve, garantindo a sua monitorização diária, o qual esteve ativo no último quadrimestre do ano. Durante este período, foram recolhidas e analisadas **2.151 referências** neste contexto, traduzindo-se num **crescimento de 24,4%** relativamente à média mensal verificada em 2022.

Relativamente ao **NET EFFECT** (efeito líquido da comunicação junto do público, tendo em conta a favorabilidade mediática e o *Impact Score* de cada notícia), diminuiu 39% relativamente ao ano homólogo, conforme fica demonstrado no seguinte quadro comparativo:

	2022	2021
NOTÍCIAS	1.500	2.329
PUBLICAÇÕES	7	20
OUTREACH	10.496.331	16.372.544
REACH	9,8%	10,6%
OTS	10	15
IMPACT SCORE	28%	31%
ENGAGEMENT	5,8%	6,6%
GROSS EFFECT	3.395.904	5.550.139
FAVORABILIDADE	5,0	4,9
SENTIMENTO	4,4	5,0
NET EFFECT	3.395.808	5.550.139

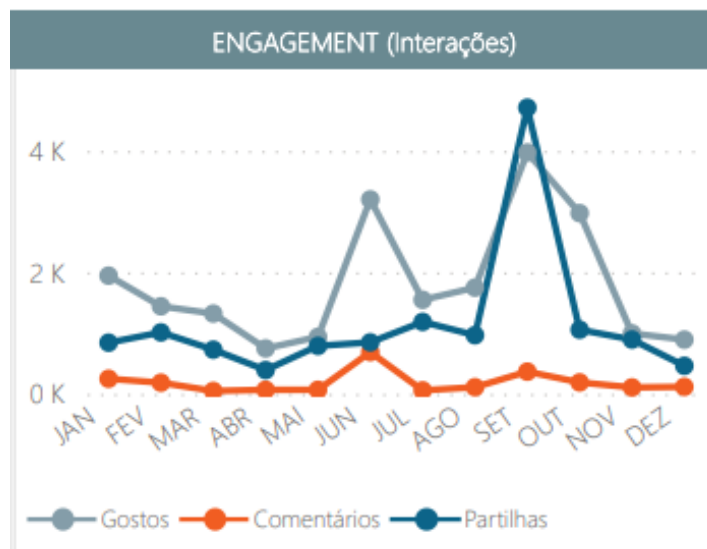
- Frequência:

Refere-se ao número de notícias publicadas em Órgãos de Comunicação Social (OCS). No quadro abaixo podemos ver a constância mensal com que estas foram publicadas:

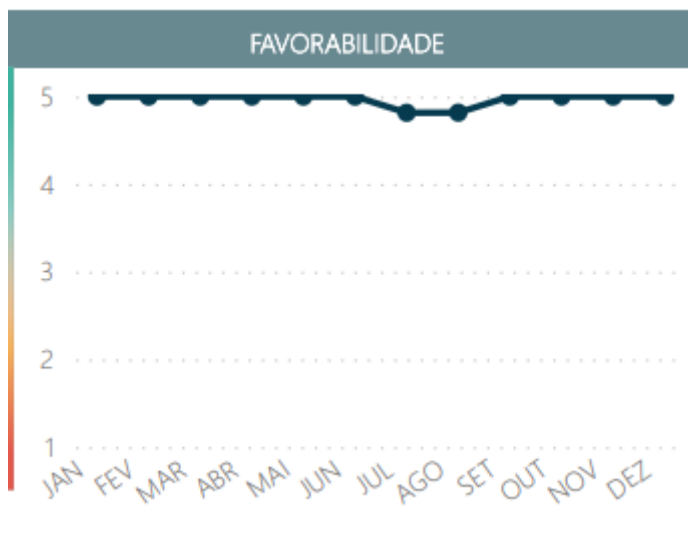


- Interações (Engagement):

No seguinte quadro podemos observar a percentagem média, de impressões alcançadas, que reagiu à notícia online através de partilhas, comentários, gostos e outras interações:



- Favorabilidade:



No que respeita à favorabilidade, esta meta é a atitude editorial demonstrada para com o objeto de análise, medida através da avaliação do conteúdo textual, numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito negativo, 2 é negativo, 3 é equilibrado, 4 é positivo e 5 é muito positivo.

Neste quadro podemos observar que a favorabilidade em 2022 atingiu o MÁXIMO possível (5/5), tendo as seguintes notícias contribuído para esta classificação:

- Portugal 2020 atinge taxa de execução de 82% em novembro.
- Projeto “Internacionalizar + Algarve 2.0” está a chegar ao fim.
- Projetos alinhados com a RIS3 Algarve mobilizaram 231 milhões de fundos europeus.
- Resultados dos projetos “Internacionalizar + Algarve 2.0” apresentados em Loulé.
- INVEST ALGARVE promove boas práticas nas Áreas de Acolhimento Empresarial.
- Lagos adjudica mais uma fase da obra de requalificação da Ponta da Piedade.
- Silves felicita Doçaria do Sul pelo prémio de Turismo Criativo.
- Taquelim Gonçalves aposta em nova linha de gelados gourmet.
- Adjudicada nova empreitada de requalificação da Ponta da Piedade em Lagos.
- Museu de Lagos candidato a prémio internacional.
- Museu de Lagos nomeado para o Prémio Museu Europeu do Ano 2023.
- Algarve Inteligente (RIS3) com 231 milhões de fundos europeus.
- Nova empreitada de requalificação da Ponta da Piedade vai custar 2,4 milhões de euros.

Órgãos de Comunicação Social

Nos dias úteis, monitorizou-se a presença da CCDR Algarve nos órgãos de comunicação social, sendo recolhida informação num total de 12 meios de imprensa nacional, local e regional e 112 sítios informativos e redes sociais mais relevantes.

A avaliação anual traduziu-se na recolha de **1654 notícias** e publicações nas redes sociais referentes ao Programa Operacional do Algarve a qual atingiu **36%** do público-alvo e melhorou a taxa da favorabilidade para o máximo possível: **5** (fonte: CISION).

Durante 2022, após uma reformulação originada pela entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, a DIPC continuou a constituição de uma base de dados para o envio de *newsletters* e outras informações da CCDR Algarve e do CRESC ALGARVE 2020, a qual em 31 de dezembro já reunia cerca de 1.602 contactos devidamente validados pelos seus proprietários.

Mostrar todos os Direitos das Crianças e dos Jovens

CLM (Cont.) | Quinta-feira, 2 Junho 2022 | Ano XLVII #2308 | Diretor: Bruno Filipe Pinas | barlavento.pt | @barlavento | Semanário Regional do Algarve

Ganhámos Menção Honrosa na 8ª edição do Prémio «Os Direitos da Criança em Notícia» p.4

Hospital Particular do Algarve
GALICOMPASSUS
24 HORAS
977 30 20 30
www.gpaf.pt

Semanário Regional do Algarve
barlavento

Banhos Islâmicos de Loulé únicos no país p.8

Zoomarine

Governo volta a ponderar ligação Portimão - Tanger

APA responde às críticas da Culatra

Marchas Populares

Arrolados

www.vivoportimao.pt

José Apolinário defende «Agenda Verde» para o turismo algarvio

O presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento (CCDR) do Algarve, José Apolinário, defendeu uma agenda regional de sustentabilidade ambiental para o turismo na região, na sessão de abertura da Conferência «Smart & Sustainable Cities e os Desafios do Turismo», que decorreu ao longo de dois dias no Auditório do Museu de Portimão, integrada numa iniciativa decorrente da parceria entre a Câmara Municipal de Portimão, o Autódromo Internacional do Algarve, a GEN Portugal e os Territórios Criativos. «A proposta de alocação de fundos do Programa Operacional Regional 2021-2027, defendida pela CCDR Algarve, coloca no objetivo Sustentabilidade Ambiental mais de 40 por cento dos 790,3 milhões de euros a gerir na região» anunciou. «Queremos acelerar a transição climática e a descarbonização, reforçando e somando os fundos europeus geridos na região a outras fontes de financiamento e a outros investimentos em curso, dos quais o mais significativo é o investimento na eletrificação da linha ferroviária do Algarve, que desejamos que esteja concluída até ao final do primeiro trimestre de

2024. Mas também de aquisição de veículos de transporte público movidos a baterias ou de fomento da mobilidade ativa, da mobilidade suave e da micromobilidade», acrescentou, no uso da palavra. No Algarve, «à nossa escala, à escala municipal e regional, temos de contribuir para conter o aumento da temperatura média que, entre outros efeitos, provoca a subida do nível médio das águas do mar. Os dados científicos dizem-nos que a temperatura aumentou, temos períodos de seca mais acentuada, menor pluviosidade, sobretudo a sul, e que há uma enorme exposição à erosão costeira» disse ainda José Apolinário. Por isso, «a sustentabilidade do turismo na região passa pela adoção de uma agenda verde, com melhor eficiência no uso da energia pelas empresas, no impulso ao uso de renováveis em subsectores estratégicos como o turismo náutico, no uso eficiente e inteligente da água, no uso de águas residuais tratadas em espaços verdes, na economia circular, na diminuição, classificação e tratamento de resíduos, na eliminação completa do uso de plásticos de uso único e na inovação em torno do uso



de novos combustíveis e de baterias. «Prosseguir este caminho passa também pela capacitação de atores e qualificação dos profissionais do sector, por forma a garantir competências adequadas que ajudem a concretizar este desígnio» referiu, frisando que «os quase 40 por cento do território com estatuto de proteção ambiental conferem-nos valor estratégico distintivo, uma marca, que nos qualifica e diferencia a oferta, os produtos e torna imperativa a adoção de práticas mais sustentáveis».



Assinar

CCDR-ALGARVE

Actividades relacionadas com o mar essenciais na diversificação económica do Algarve

Responsável regional recordou que o novo quadro comunitário Portugal 2030 vai aplicar 780 milhões de euros para investimentos na região.

Lusa
15 de Julho de 2022, 18:28



Actividades relacionadas com o mar serão essenciais na diversificação económica da região MIGUEL MANSO



Assinar

PUB

O presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve (<https://www.publico.pt/2022/06/22/azul/noticia/estudo-internacional-detecta-metals-pesados-microplasticos-mar-algarve-2011005>) assegurou, esta sexta-feira, que as actividades relacionadas com o mar vão ser essenciais na diversificação económica da região com a ajuda dos fundos comunitários (<https://www.publico.pt/2022/07/14/economia/noticia/estradas-parques-estacionamento-ficam-apoio-portugal-2030-2013558>).

“Vamos dinamizar o ecossistema de empresas na área do mar. [...] Em suma, explorar, com sustentabilidade, o potencial do mar (<https://www.publico.pt/2022/05/21/azul/noticia/fundacao-oceano-azul-propoe-programa-nacional-ligar-oceanos-clima-investir-mar-2007128>) e das zonas estuarinas. Vamos fazê-lo”, garantiu José Apolinário, citado num comunicado no final da jornada de trabalho dedicada ao crescimento azul, economia do mar e colaboração transfronteiriça, realizada em Vila Real de Santo António.

Na presença de empresários ligados à economia do mar, associações e entidades públicas, o responsável regional recordou que o novo quadro comunitário Portugal 2030 (<https://www.publico.pt/2022/03/03/economia/noticia/governo-entregar-acordo-pt-2030-bruxelas-proxima-semana-1997492>) vai aplicar 780 milhões de euros para investimentos na região.



“Estes fundos tratam-se, efectivamente, de dinheiro para investir em projectos de médio/longo prazo, que mitiguem os principais problemas da região e melhorem a qualidade de vida das populações, atraindo mais pessoas para viver e trabalhar no Algarve, diversificar a base económica da região, criando mais qualificação, mais conhecimento, mais emprego, melhor saúde, melhor mobilidade”, disse José Apolinário.

No próximo quadro comunitário de investimento, Portugal 2030, o Algarve vai receber um adicional de 300 milhões de euros de Fundos Europeus, com o objectivo de contribuir para a necessária diversificação económica da região, segundo já anunciou o Governo.



Assinar

Notícia na íntegra em <https://www.publico.pt/2022/07/15/local/noticia/actividades-relacionadas-mar-essenciais-diversificacao-economica-algarve-2013853>

Suinformação

CCDR mostra como fundos europeus ajudaram ao Crescimento Azul do Algarve

FOR SUINFORMAÇÃO - 11 DE JULHO DE 2022 - 17:29

“O Potencial do Mar na Diversificação da Base Económica do Algarve” será tema de sessão em VRSA



Nautiber – Imagem de Arquivo

A Estratégia Regional de Crescimento Azul para o Algarve vai ser alvo de reflexão numa sessão que vai decorrer na quarta-feira, 13 de Julho, na Biblioteca Municipal Vicente Campinas, em Vila Real de Santo António (VRSA), dedicada ao tema “O Potencial do Mar na Diversificação da Base Económica do Algarve”.

Além dos workshops “Aquacultura e Produção de Algas, Ambiente, Investigação e Ciência” (10h30), Estaleiros e Indústrias Navais (14h30) e Atividade Náutica e Turismo (18h00), o programa desta iniciativa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve conta com uma sessão onde marcará presença José Maria Costa, o secretário de Estado do Mar (17h30), e com uma visita aos estaleiros da Nautiber, em VRSA (19h00).

Na sessão de encerramento, além da apresentação do resultado dos três workshops que se realizarão ao longo do dia, intervirão diversos especialistas.

Ruben Elias, do Fórum Oceano, fará a apresentação “Os Desafios da Economia Azul no Algarve”, enquanto Fernando Perna, investigador do CITUR da Universidade do Algarve, falará sobre “Turismo Náutico”. Já Alexandra Teodósio, vice-reitora da UAlg, irá falar sobre “Ciência do Mar”.

Além do membro do Governo, a sessão contará com Pedro Valadas Monteiro, diretor regional de Agricultura e Pescas do Algarve, com José Apolinário, presidente da CCDR Algarve e com Álvaro Araújo, presidente da Câmara de VRSA.

Segundo José Apolinário, a realização desta iniciativa prende-se com a necessidade de criar uma rede, com vista a futuras sinergias, entre os agentes públicos e privados que conseguiram financiamento para desenvolver projetos nos três segmentos identificados, no âmbito do Plano Operacional CRESC Algarve 2020.

Os dados já disponíveis apontam, de resto, «para o reforço do investimento no setor», na região algarvia.

«Urge que se faça uma avaliação conjunta sobre as 94 operações financiadas pelo quadro comunitário de apoio 2020 e que, também em conjunto, se prescrevam os próximos passos desta aposta no Crescimento Azul, que foi claramente assumida pelo Algarve», explica José Apolinário.

O presidente da CCDR algarvia acredita que «a aposta no mar continuará. Os resultados do trabalho feito até então são muito animadores e, por isso, estamos apostados em fazer crescer o apoio comunitário a este setor no próximo quadro comunitário 2030».

José Apolinário acredita que «reside no Mar um dos mais fortes pilares para a diversificação da base económica da região do Algarve».

(adsbygoogle = window.adsbygoogle || []).push({});

Mais detalhes em: <https://www.sulinformacao.pt/2022/07/ccdr-mostra-como-fundos-europeus-ajudaram-ao-crescimento-azul-do-algarve/>

© Copyright 2023 Suí Informação. Todos os direitos reservados.

Notícia em <https://www.sulinformacao.pt/2022/07/ccdr-mostra-como-fundos-europeus-ajudaram-ao-crescimento-azul-do-algarve/>

Monitorização das Redes Sociais 2022

Ao longo de 2022, verificou-se um contínuo crescimento do número de seguidores e das presenças em redes sociais, nomeadamente **15%** no **Facebook CCDR Algarve**, **8%** no **Facebook CRESC ALGARVE 2020** e **25%** no **Twitter CCDR Algarve**, o qual funciona igualmente para publicações relacionadas com o Programa Regional do Algarve.

Em setembro de 2020, preventivamente, foram criadas as páginas no **Facebook** e no **Twitter** do **Algarve 2030**, tendo em 2022 registado um crescimento moderado de seguidores (**5% e 94%, respetivamente**), apesar do número ainda limitado de publicações e da ausência total de quaisquer promoções destes espaços.

Na mesma ocasião, foram criadas duas páginas da **CCDR Algarve** e do **CRESC ALGARVE 2020** na rede social **LinkedIn**, com o objetivo de servir como marco de referência para publicações externas, registando as mesmas um crescimento mais residual de membros, embora significativo em termos relativos a 2021 (**134% e 34%**).

De igual forma, apesar do incremento da sua utilização, considerando o reforço na produção de mini-filmes, os dois espaços existentes na rede social **Youtube**, também registam crescimentos residuais em termos de seguidores e significativos relativamente (**220% e 35%**, respetivamente).

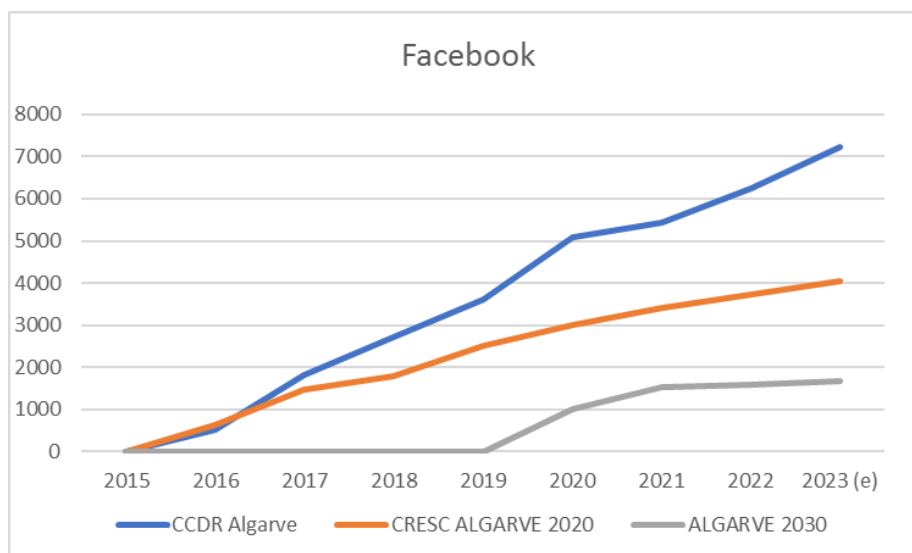
No último trimestre de 2022, foi ativada a página da CCDR Algarve no **Instagram**, atingindo 513 seguidores até ao final do ano, o qual funciona igualmente para publicações relacionadas com o Programa Regional do Algarve.

Ao longo do ano, foram efetuadas diversas **ações de promoção dos conteúdos** das páginas do Facebook, registando-se um alcance de 52.255 pessoas em dezembro de 2022 (com um pico máximo de 71.009 em novembro) na página do CRESC ALGARVE 2020, decorrente do aumento das campanhas e interação diária (convites, gostos, partilhas, etc.) verificando-se que o comportamento nas páginas está intimamente ligado aos períodos de patrocínio, revelando crescimento exponencial de interações nesses períodos (superiores a 300%).

- Facebook:

Facebook	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (e)
CCDR Algarve	0	520	1818	2715	3614	5096	5423	6254	7212
CRESC ALGARVE 2020	0	635	1473	1803	2520	3009	3410	3715	4047
ALGARVE 2030	0	0	0	0	0	1024	1528	1600	1675

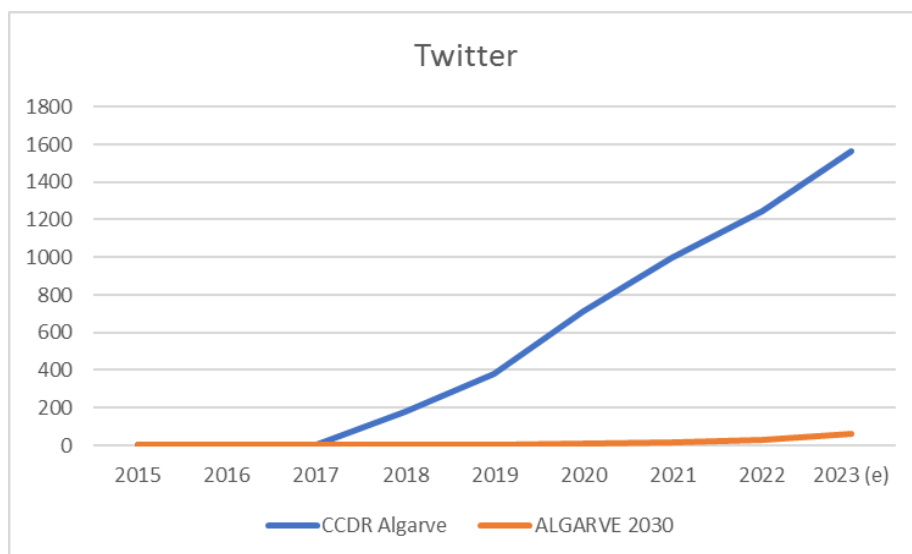
*e - estimativa baseada no crescimento verificado em 2021/2022



- Twitter:

Twitter	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (e)
CCDR Algarve	0	0	0	179	381	711	998	1248	1561
ALGARVE 2030	0	0	0	0	0	7	16	31	60

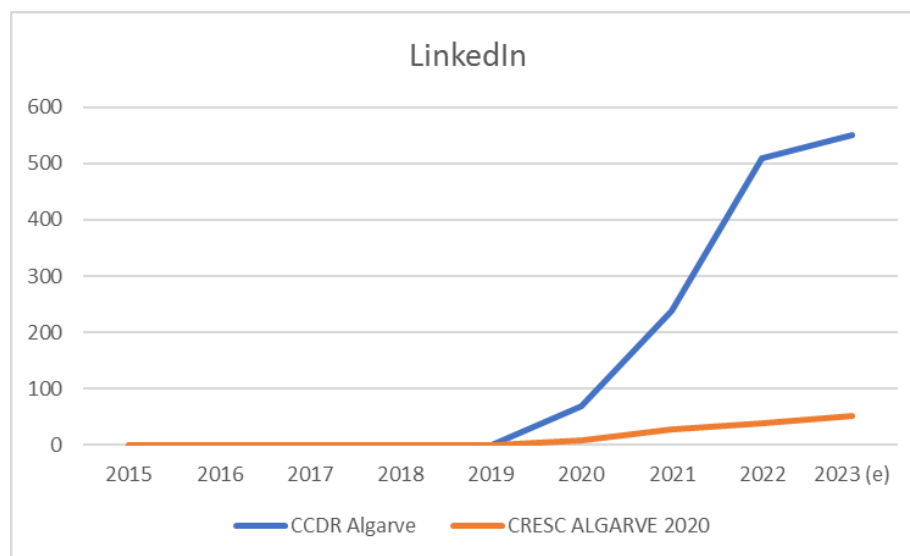
*e - estimativa baseada no crescimento verificado em 2021/2022



- LinkedIn:

LinkedIn	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (e)
CCDR Algarve	0	0	0	0	0	69	239	510	551
CRESC ALGARVE 2020	0	0	0	0	0	8	29	39	51

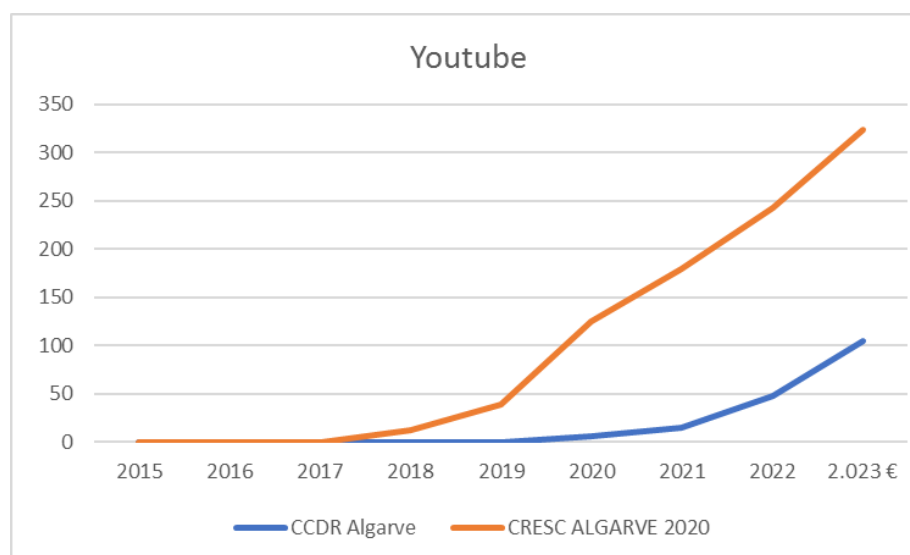
*e - estimativa baseada no crescimento verificado em 2021/2022



- Youtube:

Youtube	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2.023 €
CCDR Algarve	0	0	0	0	0	6	15	48	105
CRESC ALGARVE 2020	0	0	0	12	39	125	179	242	324

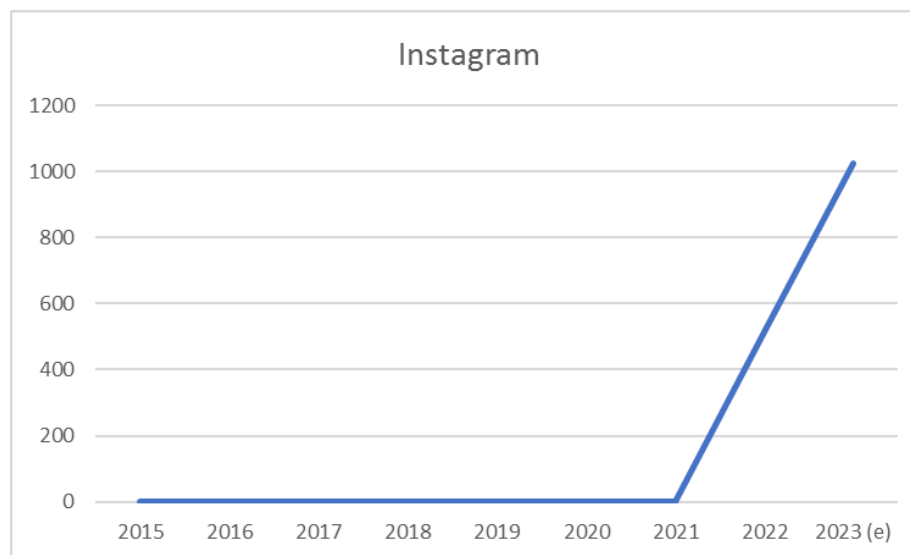
*e - estimativa baseada no crescimento verificado em 2021/2022



- Instagram:

Instagram	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (e)
CCDR Algarve	0	0	0	0	0	0	0	513	1026

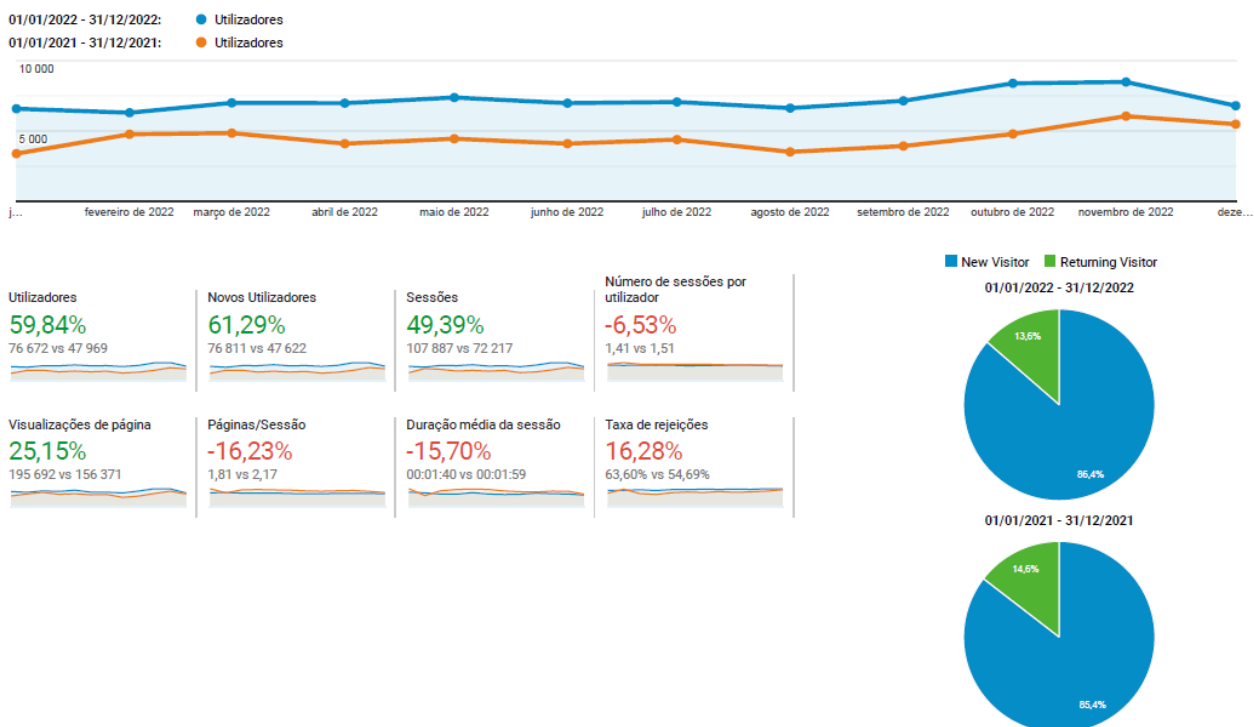
*e - estimativa baseada no crescimento verificado em 2021/2022



Sítios na internet

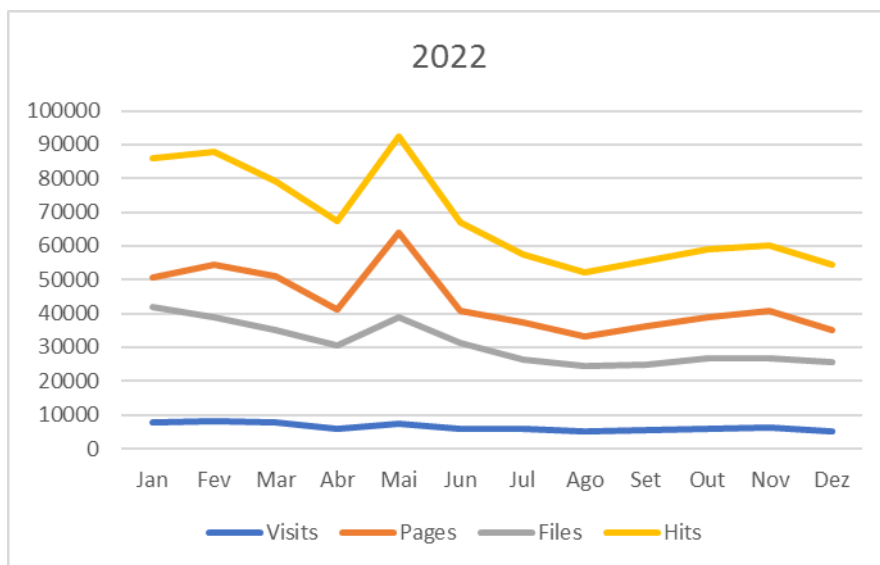
No âmbito dos diversos projetos em curso, promovidos pela CCDR Algarve com o apoio do CRESC ALGARVE 2020, durante o corrente ano foi desenvolvida um novo portal dos Fundos Europeus, essencialmente vocacionado para a apresentação de resultados e projetos, o qual foi apresentado publicamente no início de 2022, no âmbito do lançamento da marca *umbrella* “ALGARVE FAZ BEM”.

- CCDR Algarve:



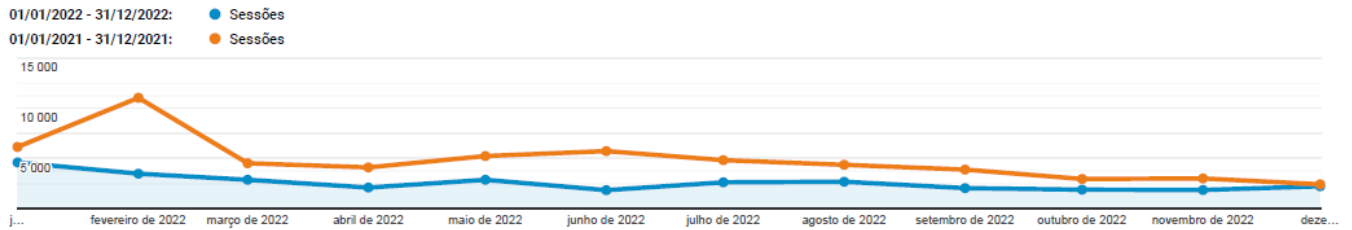
- Intranet CCDR Algarve:

2022	Visits	Pages	Files	Hits
Jan	7947	50761	41798	86015
Fev	8174	54364	38718	88045
Mar	7703	50939	35222	79103
Abr	5944	41260	30409	67218
Mai	7485	63941	38749	92522
Jun	5905	40944	31292	66829
Jul	5743	37551	26278	57640
Ago	5200	33070	24343	52103
Set	5468	36339	24979	55529
Out	5989	38856	26701	58921
Nov	6436	40709	26912	59983
Dez	5101	34987	25479	54622
TOTAL	77095	523721	370880	818530

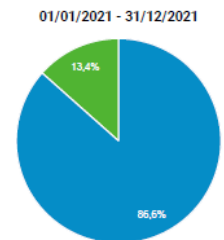
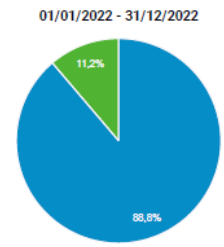


2020	Visits	Pages	Files	Hits
Dez	5029	28209	20968	51305
Nov	5845	35633	29984	66482
Out	5308	32674	27913	68469
Set	4750	32336	30050	63521
Ago	4173	26803	25501	50201
Jul	5245	31402	25482	54476
Jun	5790	35290	27427	62358
Mai	6717	35816	32420	67401
Abr	2637	14095	13491	30235
Mar	4855	33452	26115	68794
Fev	5002	38096	28105	67377
Jan	5740	39865	26424	61805
TOTAL	61091	383671	313880	712424

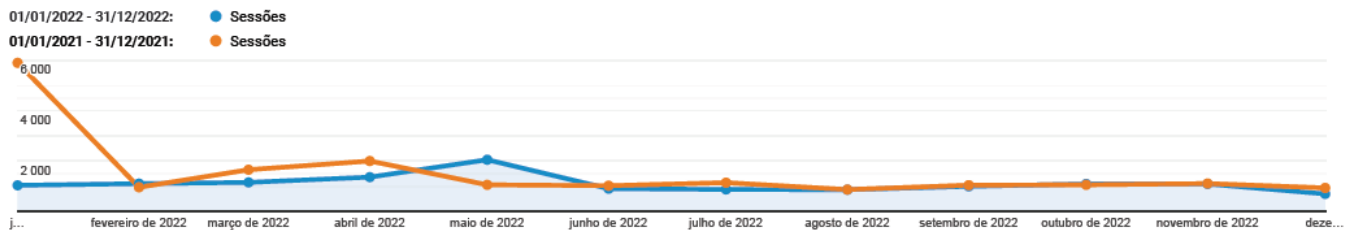
- CRESCE ALGARVE 2020:



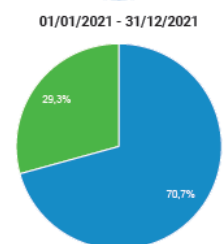
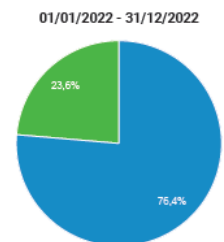
■ New Visitor ■ Returning Visitor



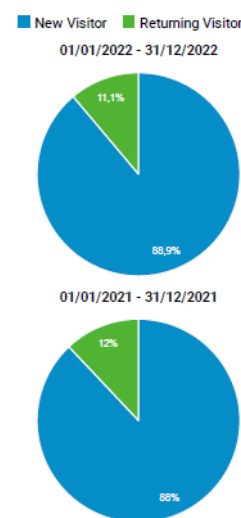
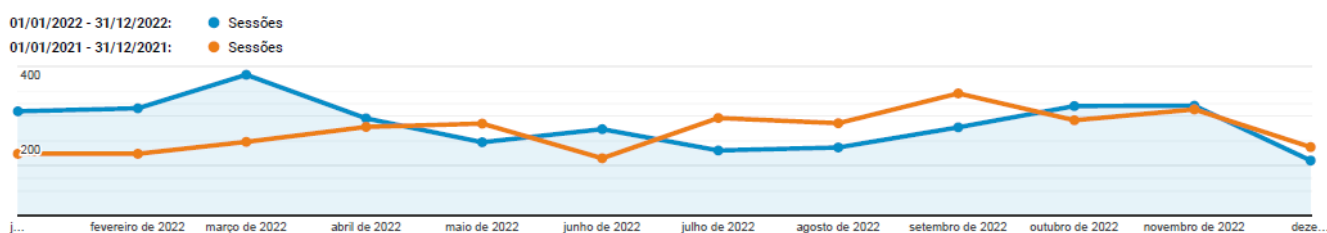
- IDEAlg:



■ New Visitor ■ Returning Visitor



- ALGARVE ACOLHE:



Newsletter

Para reforço da Estratégia de Comunicação do PO de forma a introduzir um maior destaque qualitativo aos resultados, foi feita a aquisição de serviços plurianual para a elaboração de conteúdos para *newsletters* em formato digital, com histórias de projetos apoiados pelo programa operacional regional. De periodicidade trimestral, os serviços contratados à empresa Bloco D proporcionaram conteúdos adaptados a diversos suportes (desktop, laptop, smartphone) e incluíram a elaboração de *templates* bem como a criação de links.

Durante o ano 2022, as *newsletters* voltaram a seguir uma linha editorial temática e comunicaram exemplos de como o CRESC ALGARVE 2020 está a mudar a região. Tendo como público-alvo prioritário os atuais e potenciais beneficiários do programa operacional regional, foram revelados exemplos de operações executadas e os resultados alcançados.

Em 2022 foram produzidas **2 newsletter**:

- N.º 4 - Newsletter Maio 2022:

Focada na área social, esta edição revelou equipamentos sociais relevantes que beneficiaram de apoio no financiamento Fundos europeus, através do FEDER, nomeadamente as construções da ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas nos Olhos de Água, em Albufeira e a ERPI e Centro de Dia – vocacionada para tratamento de doenças de Alzheimer e outras demências, em Castro Marim. Contém igualmente projetos sociais com financiamento através do FSE, como são exemplos, o Legos, para integração de pessoas sem abrigo, Info.Cuidador, Ser Mental, entre outros.

- N.º 5 - Newsletter Setembro 2022:

Dedicada ao tema da cultura, em termos editoriais o destaque foi para o caminho da Indústria (Indústrias Culturais e Criativas), Inovação e Tecnologia (nº 9 dos ODS) e Educação de Qualidade (Nº 5). Foram abordados os equipamentos culturais como é o exemplo do Centro Multimédia Expositivo dos Descobrimentos, Museu do Formosinho e os Banhos Islâmicos. No universo das Indústrias Culturais e criativa demos destaque ao projeto M5SAR, uma solução vocacionada para a interatividade em Museus, iniciativa liderada pela SPIC, em parceria com a Universidade do Algarve.

Em síntese, sublinhámos que, através do eixo Património Natural e Cultural, foi disponibilizado um montante de cerca de 53 milhões de euros, que permitiu o desenvolvimento de 47 operações.

#AlgarveFazBem

EM DESTAQUE | #algarve2020 | MAIO 22



A convicção é europeia, mas cada região da União mostra como investir nas pessoas constrói sociedades mais inclusivas, que reduzem a pobreza e a desigualdade, rumo ao crescimento sustentável. Só no Algarve, e só no Fundo Social Europeu, quase 21 milhões de euros são para apoio a 67 projetos de intervenção, metade dos quais capazes de trazer inovação ao setor social. Caminhe connosco, nesta edição, por alguns deles.

Nova ERPI de Olhos d'Água

Portas abertas para o mar



Com a linha de costa ali bem perto a convidar para mexer as pernas, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira está convencida de que a nova estrutura municipal vai rapidamente encher-se de seniores com vontade de se manterem autónomos, saudáveis e ligados à comunidade. O edifício, que mais parece um hotel, é só mais um condimento para que os futuros inquilinos possam envelhecer alegremente.

#AlgarveFazBem

EM DESTAQUE | #algarve2020 | SET. 22



O rumo até ao crescimento sustentável passa por Educação de qualidade, mas também pela capacidade de preservar a memória coletiva e os legados do património que define a nossa identidade. Nesta edição, navegamos pelas ideias e iniciativas que fazem dessa missão um fator de desenvolvimento do presente e do futuro, projetos apoiados pelo CRESC Algarve 2020 que dão força às Indústrias Culturais e Criativas.

Palácio Gama Lobo

Em busca da vida infinita



Um solar que já foi casa de nobres, refugiados, doentes, tecidos e até de frutos secos, alberga hoje uma geração de artistas e designers disposta a perpetuar as artes ancestrais de Loulé em abordagens sustentáveis. A reabilitação do Palácio Gama Lobo é a história de um corpo moribundo ressuscitado por um coração que bombeia fluxos de criatividade

Material Audiovisual

No decorrer do ano de 2022 procedeu-se à recolha de imagens, de testemunhos e à produção de vídeos/ mini-filmes e podcasts sobre projetos apoiados pelo CRESA ALGARVE 2020 e pelo programa INTERREG V (POCTEP), com o objetivo de apresentar histórias e resultados.

Nos vídeos referentes aos projetos do INTERREG V, foi feita a legendagem em castelhano e em português, bem como disponibilizada a reedição das referidas reportagens multimédia.

Para introduzir um maior foco nos resultados, o novo *slogan* deste material audiovisual passou a ser **#AlgarveFazBem**, no contexto do pré-lançamento da marca *umbrela* “**ALGARVE FAZ BEM**”, a qual foi concretizada com o lançamento do novo *website* do Programa Operacional Regional. Os trabalhos foram realizados em diferentes locais do Algarve e os filmes estão disponíveis nas respetivas páginas do Youtube e do Facebook do Programa Operacional CRESA ALGARVE 2020.



Procedeu-se, também, ao acompanhamento e recolha fotográfica primária, em registo não profissional de intervenções de Reabilitação Urbana em curso (PARU). A larga maioria das ações organizadas ou participadas pela CCDR Algarve e pelo Programa Operacional CRESA ALGARVE 2020 (exposições, reuniões, eventos, visitas organizadas, etc.), encontram-se arquivadas e documentadas em evidências no banco de imagens na CCDR Algarve.

- Vídeos/ Mini-filmes:

Tornando-se necessário evidenciar os resultados dos projetos aprovados no âmbito do CRESA ALGARVE 2020, considerando a natureza dos serviços pretendidos, foram contratados serviços para recolha de imagens e produção de vídeo-reportagens/ mini-filmes sobre projetos apoiados pelo Programa Operacional Regional e pelo programa INTERREG V (POCTEP), os quais estiveram alinhados com as prioridades do PORTUGAL 2020. No total, foram produzidos 17 vídeos:

1 - Dia da Europa 2022

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve convidou o Professor Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Presidente da AMAL, e o Diretor Regional da APA/ Algarve, para assinalarem o Dia da Europa 2022 com uma conferência- Debate em Faro sobre o tema das alterações climáticas. O Europe Direct Algarve e parceiros trouxe também para o debate um painel de jovens "embaixadores". O dia festivo teve ainda momentos altos com as atuações do Coral Ossoyba e da Associação Filarmónica. Neste sentido realizou-se o vídeo do Dia da Europa.

2 - Ministra da Coesão no Conselho de Inovação

Vídeo realizado no âmbito da participação da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, na 5ª reunião do CIRA - Conselho de Inovação Regional do Algarve, em Portimão. Em destaque, esteve a valorização do turismo sustentável e a diversificação da base económica.

3 - Eficiência energética nas autarquias

As autarquias do Algarve estão a apostar na eficiência energética, em aplicações de fontes de energia renovável e na qualificação do capital humano, com o apoio dos Fundos Europeus. Este vídeo mostra exemplos de projetos executados na Iluminação Pública, em Escolas e Piscinas Municipais.

4 - Nautiber

Empresa situada em Vila Real de Santo António, tem por atividade principal a construção naval em fibra de vidro, projetos de recuperação e alteração de embarcações existentes, manutenção e reparação naval. Cerca de 90 % dos barcos, que a Nautiber tem construído nos estaleiros, beneficiaram de apoio dos Fundos Europeus. Uma das últimas embarcações construídas à medida é o navio científico "Mar Profundo". Este vídeo mostra de perto o que esta empresa tem construído com estes apoios comunitários.

5 - Contrato financiamento da ponte Alcoutim - Sanlucar

A Ministra da Coesão Territorial e os presidentes da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, CCDR Algarve e da Câmara Municipal de Alcoutim subscreveram o contrato para ao financiamento da Ponte de Alcoutim/ Sanlucar, em 8 de setembro 2021. Uma obra prioritária integrada no PRR. A Reabilitação urbana de Martim Longo e a ciclovia da Lezíria entre Castro Marim e Vila Real de Santo António são exemplos entre outros de pequenas intervenções realizadas nos territórios de fronteira no atual quadro comunitário, através do PADRE – Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos.

6 - Museu Formosinho em Lagos

Reabriu ao público o renovado Museu Dr. José Formosinho, após as conclusões das obras de modernização do núcleo primitivo. O vídeo conta como a intervenção consagrou a implementação de novas soluções de museografia, o restauro e a nova iluminação na Igreja de Santo António.

7 - Atlazul

A Estratégia Regional de Crescimento Azul para o Algarve foi debatida, dia 13 de julho, em Vila Real de Santo António, com a participação do secretário de Estado do Mar. Empresários e entidades ligadas ao setor do mar debateram temas como a aquacultura, produção de algas, ambiente, investigação, ciência, estaleiros, indústrias navais, atividade náutica e turismo. Cofinanciado pelo Programa INTERREG V.

8 - Tratamento de águas residuais e de lamas

Melhorar a eficiência e minimizar o impacto ambiental dos sistemas de tratamento de águas residuais e de lamas é um dos principais desafios das entidades gestoras de água e saneamento. Cofinanciado pelo Programa INTERREG V.

9 - Envelhecimento Ativo

Os projetos CENIE (Centro Internacional sobre o Envelhecimento) e o PSL (Programa para uma Sociedade Longeva) permitiram incluir o Algarve na lista das 77 regiões de referência, a nível europeu, para o envelhecimento Ativo e saudável. Cofinanciado pelo Programa INTERREG V.

10 - Euroregião AAA, novo acordo de Cooperação

Ganhar escala e maior capacidade competitiva são os principais objetivos do novo protocolo de Cooperação Transfronteiriça da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, assinado em Faro, a 2 de março de 2022. Cofinanciado pelo Programa INTERREG V.



11 - Algarve avança na mobilidade elétrica

Promover o uso de veículos elétricos no Algarve e na Andaluzia é o principal objetivo do projeto Garveland. Cofinanciado pelo Programa INTERREG V.

12 - Reabilitação do Mercado Municipal de Silves

O filme mostra o Mercado de Silves, após as obras de requalificação. Aberto ao público desde o final de fevereiro de 2022. Um bom exemplo de projeto integrado na operação Rede Regional de Mercados Locais no contexto de uma estratégia territorial para zonas da Baixa Densidade.

13 - Programa Operacional do Algarve reuniu a Comissão de Acompanhamento

A 14ª Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Algarve, reuniu a 12 de maio nas instalações da CCDR Algarve, em Faro. De manhã realizou-se uma visita a projetos cofinanciados pelo FSE e FEDER.

14 - Projeto Medita, Dieta Mediterrânica

Melhorar os hábitos alimentares e combater a obesidade nos jovens das escolas secundárias, tendo por base o conceito de Dieta Mediterrânica são os principais objetivos do MEDITA. Um projeto educativo que apresenta como "cereja no topo do bolo" o jogo *online* Ludus MED.

15 - Competitividade nas Empresas

Melhorar a competitividade de empresas agroalimentares, através da prototipagem foi o principal objetivo do projeto "Prototyping". Co-financiado pelo INTERREG V.

16 - Banhos Islâmicos, em Loulé

Diversificar a oferta económica do turismo tradicional que tem estado muito focada nas praias, no sol e na simpatia dos algarvios é o principal objetivo do projeto da Musealização dos Banhos Islâmicos. Estes Banhos Islâmicos são únicos em Portugal.



17 – Pão do Rogil

A empresa Batista e Claro - Indústria Panificadora, apostou no aumento da capacidade e diversificação da produção de produtos sob a marca Pão do Rogil. Para reforçar a capacidade de resposta ao aumento da procura, a empresa investiu na compra de equipamento e na imagem.



- Podcasts:

No âmbito do CRESC ALGARVE 2020 e do INTERREG V (POCTEP), foram, também, contratados serviços para recolha de imagens e produção de Podcasts sobre projetos apoiados pelos fundos, os quais estiveram alinhados com as prioridades do PORTUGAL 2020.

No total, foram produzidos 5 podcasts:

1 - Podcast com José Apolinário, presidente da CCDR Algarve e Gestor do Programa Operacional Regional do Algarve

JA convida para esta primeira série de episódios do podcast “Algarve Faz Bem”, cidadãos responsáveis que apresentaram candidaturas aos fundos europeus, que as desenvolveram e concretizaram, com sucesso. Dinamizamos iniciativas e projetos com os diferentes protagonistas da Região, em colaboração, rede ou em parceria.



2 - Podcast Paulo Águas, reitor da Universidade do Algarve

Neste episódio conversámos com Paulo Águas, reitor da Universidade do Algarve. O UAlg Tec Campus é a aceleradora de empresas na área das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica. “Um projeto concretizado graças a fundos do PO Regional Algarve 2020”, segundo Paulo Águas. O espaço UAlg Tec Campus (Penha) está totalmente ocupado por duas empresas âncora (multinacionais) e outras dezasseis inovadoras e de menor dimensão.

3 - Podcast José Carlos Rolo, pres. CM de Albufeira

Neste episódio conversámos com José Rolo, presidente da Câmara Municipal de Albufeira, tem feito um forte investimento na Educação e nas Infraestruturas Escolares. Destaque para a requalificação da Escola Diamantina Negrão, entre outras. Ampliação da oferta em creches e jardins de infância. Outro investimento relevante na área social que contou com o apoio dos fundos europeus foi a ERPI- Estrutura Residencial para Idosos e Infância nos Olhos de Água.

4 - Podcast Fábio Simão, projeto Legos

Neste episódio conversámos com Fábio Simão, gestor do projeto LEGOS, coordenador pelo MAPS para apoiar pessoas em situação de sem abrigo em sete concelhos algarvios. O projeto foi desenvolvido em parceria, teve como único objetivo a integração na comunidade e a reabilitação social de quase 600 pessoas.

5 - Podcast Vânia Frnandes, Casa Modesta

Neste episódio conversámos com a arquiteta Vânia Fernandes, co-fundadora da Casa Modesta, que pegou numa herança dos avós e criou um turismo rural eco e de traços contemporâneos. Esta pequena unidade localizada em Moncarapacho, venceu o Prémio do Júri nos prémios internacionais Architizer A+ Awards, na categoria de Hotels & Resorts. Um projeto desenvolvido pela [PAR - Plataforma de ARquitetura](#), com base em materiais locais.



6 - Podcast Catarina Dias, Vet4you

Neste episódio conversámos com a jovem empreendedora Catarina Dias, fundadora da Vetstoyou uma micro empresa inovadora que apostou no serviço veterinário ao domicílio a partir de Castro de Marim. Um sonho transformado em realidade de uma jovem médica veterinária que lidera uma pequena equipa e criou emprego especializado.



7 - Podcast com Isilda Gomes, presidente CM de Portimão

Neste episódio conversámos com Isilda Gomes, presidente da Câmara Municipal de Portimão. Educação e Infraestruturas Escolares foi uma das fortes apostas do Município, com investimentos nas escolas D. João II no Alvor, José Sobral na Mexilhoeira, Manuel Teixeira Gomes e José Buisel. Requalificação e modernização das escolas para proporcionar um ensino público de qualidade. A estratégia de atração do investimento foi outro dos assuntos abordados.



8 - Podcast com João Currito, Carob World

Neste episódio conversámos com João Currito, CEO da Carob World, que pegou num recurso altamente algarvio, a alfarroba e criou um produto transformado e uma marca dirigida para o mercado nacional e para a exportação. #AlgarveFazBem!



Para realização dos vídeos foi adjudicado o trabalho à produtora Swich.com Comunicação e para os Podcasts à Flow Productions de Pedro & Gonçalves – Fluxo de Produção Criativa.

- Reportagens fotográficas

A prestação de serviços incluiu a realização de reportagens fotográficas em registo profissional de eventos e atividades associadas ao PO, incluindo igualmente recolhas de imagens necessárias para a elaboração das fichas dos projetos apoiados, para utilização em diferentes suportes de informação. O fornecimento foi assegurado continuamente pela empresa *Style Antwhere*, Unip. – Agência de Notícias, com sede em Loulé.

Em 2022 foram realizadas e entregues 60 reportagens fotográficas.

Ativação da Marca

Ao longo de 2022 o equipamento totem tv disponibilizou regularmente informação sobre a CCDR Algarve, do ALGARVE 2020 e o INTERREG.

Localizado no hall da entrada principal da sede da CCDR Algarve, esta tv interativa dispõe de botões táteis e disponibiliza os dados essenciais relativos à evolução da execução (Barómetro) do ALGARVE 2020 com atualização mensal, vídeos sobre projetos relevantes apoiados por Fundos Europeus e ainda uma explicação genérica da CCDR Algarve.

Este serviço foi contratado à *Unyxis*, empresa especializada em marketing digital com sede em Loulé.



Rede de Comunicação do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020

No ano de 2022, a Divisão de Informação, Promoção e Comunicação (DIPC) assegurou a representação do Programa Operacional Regional na Rede de Comunicação do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020, gerida pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, participando em todas as reuniões por via digital ou presencial, bem como nas reuniões e ações de capacitação promovidas no contexto da rede INFORM EU (FEDER) e INIO (FSE), dinamizadas pela Comissão Europeia.



- Participação em reuniões:

No contexto da Rede de Comunicação do PT 2020, as reuniões presenciais decorreram em 27 de junho (Lisboa), 19 de setembro (Teams, sobre Operações de Importância Estratégica), 29 de setembro (Évora) e 27 e 28 de outubro (Coimbra), procurando-se nestas reuniões de dois dias efetuar apresentações e visitas a projetos.

Em 2022, a Comissão Europeia organizou o oitavo Fórum da Coesão nos dias 17 e 18 de março, durante o qual foi possível refletir sobre o papel que a política de coesão desempenha na melhoria do bem-estar dos cidadãos, durante o qual foi apresentada a plataforma KOHESIO, desenvolvida pela DG REGIO em parceria com as redes nacionais. A DIPC participou nos trabalhos por via digital, os quais reuniram cerca de 2000 representantes de instituições da UE, autoridades nacionais, regionais e locais de todos os Estados Membros, parceiros sociais e económicos, organizações não governamentais e representantes do setor académico.

No âmbito da rede InformEU foram realizadas as duas reuniões anuais previstas, nos dias 23, 24 e 25 de maio, em Malta, e nos dias 16, 17 e 18 de novembro, em Évora, registando-se a presença do Programa Regional do Algarve apenas no segundo encontro. Durante a qual realizou-se igualmente a Gala REGIOSTARS, comemorando igualmente os 30 anos do Programa Interreg.

No dia 10 de outubro, o Presidente da CCDR e da Comissão Diretiva do Programa Regional do Algarve participou no [workshop de alto nível, promovido pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão \(AD&C\)](#), dedicado ao “papel da política de coesão no reforço da governança multinível: lições e desafios de Portugal”, o qual decorreu do 20.º aniversário da Semana Europeia das Regiões e Cidades – #EURegionsWeek, dinamizada pela Comissão Europeia.

Ao longo do ano, foram ainda desenvolvidas sete ações de capacitação sobre diversas temáticas relacionadas com comunicação, relações públicas e organização de eventos (31 de janeiro, 17 de fevereiro, 10 e 15 de março, 21 e 26 de abril, 5 e 12 de julho 4 de outubro) no contexto da rede InformEU, sendo convidados para participar todos os membros da DIPC e do *Europe Direct* Algarve.

A Rede InformEU é uma rede à escala da União Europeia, composta pelos agentes de comunicação responsáveis pela divulgação dos investimentos da UE e dos Estados-Membros em regime de gestão partilhada. O objetivo final da Rede é promover os conhecimentos especializados dos Estados-Membros e das regiões no domínio da comunicação, visibilidade e transparência da UE, estabelecendo simultaneamente uma plataforma de cooperação entre a Comissão e os programas da UE em regime de gestão partilhada. Visa aumentar a visibilidade da ação da UE a nível nacional, regional e local através do intercâmbio de experiências e boas práticas na aplicação de medidas de informação e comunicação, da coordenação das atividades de comunicação entre os Estados-Membros e a Comissão e da avaliação e discussão de estratégias para aumentar o alcance e o impacto das atividades de comunicação.

Ações de divulgação, eventos

(Exposições, Reuniões, Eventos, Visitas organizadas, Feiras, Webinar's, etc.)

A DIPC foi a responsável pela organização e participação da CCDR Algarve e do CRESA ALGARVE 2020 em cerca de **171 eventos** no ano de 2022, dos quais **29 eventos** de promoção do Programa Operacional do Algarve – CRESA ALGARVE 2020.

Exposições

Em 2022, foi possível concretizar e acolher na sala de exposições da CCDR Algarve 5 iniciativas, organizadas em parceria com outras entidades.

- Exposição “Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas” (PIAAC)



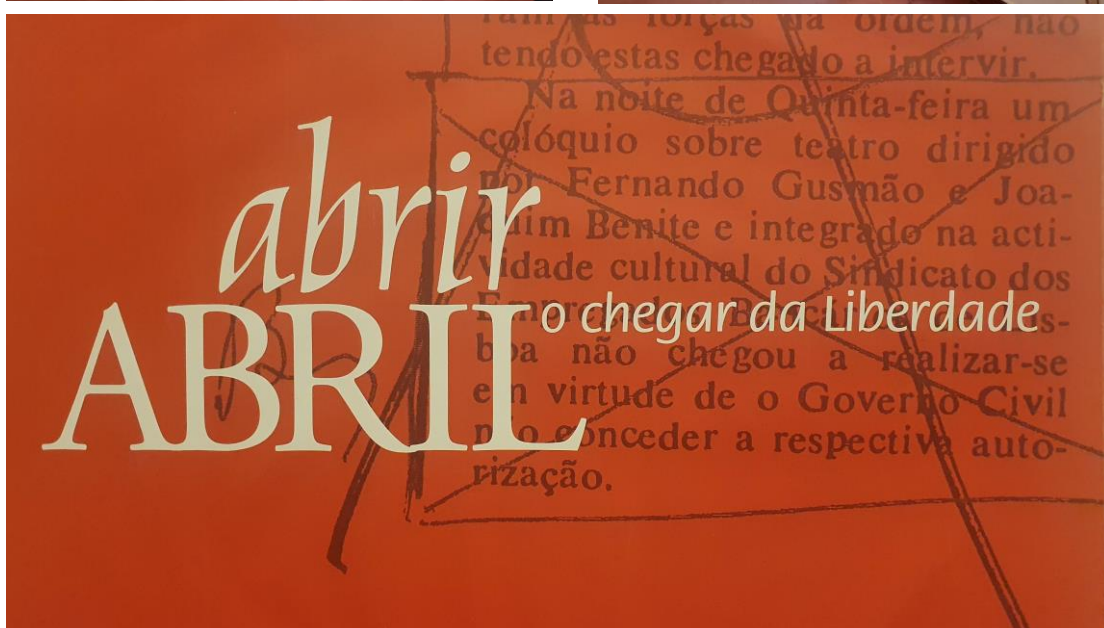
Exposição “Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas” (PIAAC), promovida pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e atualmente patente na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da Região do Algarve.

Esta exposição esteve patente até 22 de março de 2022 com acesso gratuito. Foi possível a professores de todos os estabelecimentos de ensino escolar dos 16 concelhos do Algarve e a outros grupos fazerem marcações de visitas guiadas. Durante as visitas, os alunos tiveram oportunidade de conhecer mais sobre o que está a ser feito em termos de prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas na Região, sendo as apresentações dos diversos painéis efetuados por representantes da CCDR Algarve, AMAL e Águas do Algarve.

A sessão visou promover os valores de mudança de atitudes e comportamentos face ao ambiente e alertar para as alterações climáticas que são, cada vez mais, uma preocupação a nível mundial, com as emissões de gases causadores do efeito de estufa, maioritariamente devido à ação humana, a serem responsáveis por alterações profundas na atmosfera e modificação de padrões climáticos.

Desenvolvido com cofinanciamento de fundos europeus, através do PO SEUR, o PIACC – AMAL identifica as opções estratégicas e as medidas de adaptação necessárias para aumentar a resiliência do território e populações e reduzir a vulnerabilidade do Algarve a situações como o avanço do mar e situações de calor extremo, entre outras.

– Exposição “Abrir Abril, o chegar da Liberdade”:



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da Região do Algarve, em colaboração com a Associação 25 de Abril, assinalou a comemoração do dia 25 de Abril, Dia da Liberdade em Portugal, com a inauguração da exposição “Abrir Abril, o chegar da liberdade”, a qual esteve patente entre o dia 18 de abril e o dia 2 de maio de 2022. Esta exposição esteve integrada no programa comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril e era constituída por fotografias, cartazes, primeiras páginas de jornais, fotografias e notícias censuradas, que revisitam momentos essenciais da Revolução dos Cravos.

Decorreu em paralelo, na área multimédia da sala de exposições da CCDR Algarve, exibição de documentários evocativos.

– Exposição de Fotografia “Envelhecimento Saudável e Ativo”:



A Exposição “Envelhecimento Ativo e Saudável” esteve patente na sala de exposições da CCDR Algarve entre o dia 2 de maio até o dia 15 de junho de 2022.

Esta exposição, composta pelas 10 melhores fotografias, foi realizada no termino do Concurso de Fotografia “Envelhecimento Saudável e Ativo para a Longevidade e Vida Autónoma”, promovido pelo Projeto PSL – Programa para uma Sociedade Longeva da Universidade do Algarve, no âmbito do Programa de Cooperação INTERREG V-A, Espanha-Portugal, POCTEP, 2014-2020, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), alinhado com os objetivos do *Reference Site Algarve Active Ageing* – A3 em estabelecer uma abordagem abrangente e baseada na inovação para o envelhecimento saudável e ativo em parceria com o Centro Académico Algarve *Biomedical Center*.

– Exposição de Pintura “Diálogos Cromáticos”:

DIÁLOGOS CROMÁTICOS

EXPOSIÇÃO
PINTURA

PAINTING
EXHIBITION



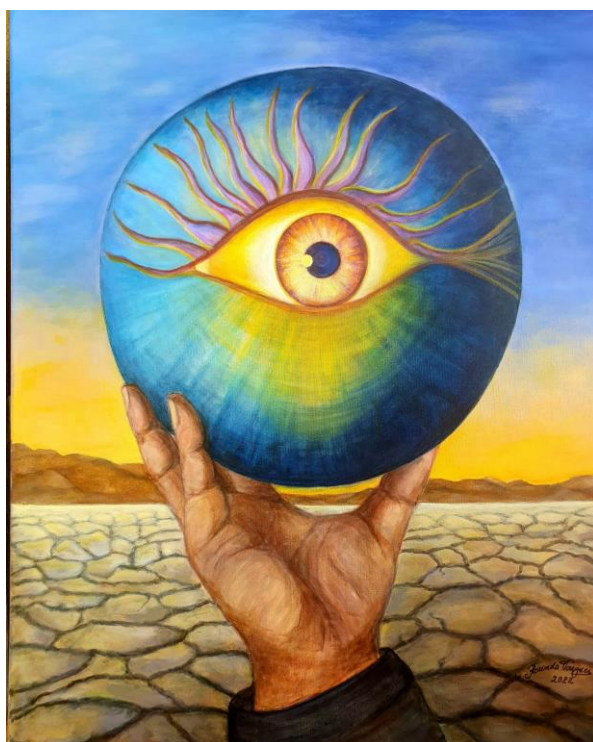
ROSINDA
VARGUES

5 A 29
SETEMBRO 22

CONVITE: A Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, convida V. Exa, a participar na inauguração da exposição "DIÁLOGOS CROMÁTICOS" da artista Rosinda Vargues que se realiza segunda-feira, dia 5 de Setembro, pelas 17:00 h na sala de Exposições da CCDR Algarve.



WWW.CCDR-ALG.PT
ENTRADA LIVRE



A sala de exposições da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve recebeu, entre 5 e 29 de setembro de 2022, a exposição de pintura com as obras mais recentes de Rosinda Vargues com o tema “Diálogos Cromáticos”.

Maioritariamente pinturas em acrílico onde a natureza e a sua preservação, bem como a sua visão sobre o mundo real, ligado às suas memórias, sentimentos e inquietações, foram a fonte de inspiração da artista.

Licenciada em Artes Plásticas pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, a Professora Rosinda Vargues pretendeu sensibilizar a comunidade para um maior envolvimento e consciência em relação ao meio natural, como são exemplo as variações ambientais

provocadas pelas Alterações Climáticas. O mar e a Ria Formosa ocupam um lugar de destaque na sua obra.

– Exposição de Pintura “Diálogos Cromáticos”:



A Exposição Fotográfica "Oficinas no Cabo do Mundo", esteve patente na sala de exposições da CCDR Algarve, proporcionando aos seus visitantes a visita virtual à Fortaleza de Sagres através do olhar dos jovens e seniores, com idades compreendidas entre os 16 e os 85 anos. Esta exposição, desde agosto de 2021 que estava em itinerância por aldeias, vilas e cidades da região algarvia, numa viagem que durou 500 dias.

"Oficinas no Cabo do Mundo" foi um projeto que envolveu jovens que concluíram no ano letivo 2021-2022 o Curso Profissional de Técnico de Turismo da Escola Profissional Cândido Guerreiro (Alte – Loulé) e seniores, residentes na freguesia de Alte por si convidados a embarcarem numa viagem de descoberta, de exploração, de aprendizagem, de vivência conjunta de experiências, de troca de conhecimentos, de partilha de afetos e de criação artística sobre a Fortaleza de Sagres.

Avaliação Externa dos Eventos

Análise dos Inquéritos:

Avaliar o grau de satisfação dos participantes dos diversos eventos e iniciativas organizadas pela CCDR Algarve.

Metodologia

Foi desenvolvido um Inquérito de Satisfação para o público participante nos eventos da CCDR Algarve e outro para o público participante nas ações de formação promovidas também pela CCDR Algarve.

Os inquéritos para os eventos são constituídos por 5 questões fixas e standardizadas:

- 1. A sessão correspondeu às suas expetativas?**
- 2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?**
- 3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?**
- 4. Considerou a duração da sessão adequada?**
- 5. Como avalia as instalações onde decorreu a sessão?**
- 6. Como teve conhecimento da sessão?**

Comentários / Sugestões

A última questão foi aberta para que cada participante pudesse registar as suas sugestões de melhoria.

Os inquéritos para as formações são constituídos por 16 questões igualmente fixas e standardizadas:

- 1. Formador: Conhecimentos relevantes sobre a matéria.**
- 2. Formador: Clareza nas intervenções.**
- 3. Formador: Clareza nas respostas às questões colocadas.**
- 4. Formador: Capacidade de exposição.**
- 5. Formador: Disponibilidade para esclarecer dúvidas.**
- 6. Temas Apresentados: Corresponderam às minhas expetativas iniciais.**
- 7. Temas Apresentados: Estavam de acordo com os objetivos gerais e específicos definidos no programa.**
- 8. Temas Apresentados: Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a minha atividade.**

9. **Temas Apresentados:** A duração da ação foi adequada.
10. **Instalações e Ambiente:** Sala / Plataforma Online.
11. **Instalações e Ambiente:** Iluminação e temperatura.
12. **Instalações e Ambiente:** Meios audiovisuais.
13. **Organização e Documentação:** O material pedagógico de suporte (meios audiovisuais) reforçou a motivação e a compreensão dos conteúdos abordados neste curso/a.
14. **Organização e Documentação:** O equipamento informático (quando utilizado), posto à disposição satisfaz em qualidade.
15. **Organização e Documentação:** A documentação distribuída complementa as matérias ministradas.
16. **Avaliação Global:** No seu conjunto considero que este curso/ação teve a seguinte classificação.

A classificação de cada questão do inquérito foi calculada através da seguinte escala:

Eventos - De 1 a 5 correspondente a:

1 = Insuficiente, 2 = Suficiente, 3 = Bom, 4 = Muito bom, 5 = Excelente.

Formações - De Insuficiente a Excelente correspondente a:

Insuficiente = 1, Suficiente = 2, Bom = 3, Muito bom = 4, Excelente = 5.

Período de realização do inquérito

O envio dos inquéritos aos participantes foi efetuado durante a semana da realização de cada uma das ações de formação/ eventos da CCDR-Algarve.

Em caso de solicitação do certificado de presença, estes foram endereçados juntamente aos inquéritos aos participantes.

Taxa de resposta

A taxa de resposta variou de evento para evento uma vez que cada um teve números de participantes diferentes e números de respostas ao questionário igualmente diferentes.

Resultados obtidos e grau de satisfação apurado

Os principais resultados obtidos com a informação recolhida através da aplicação do inquérito são os apresentados nos quadros e gráficos referentes às seis questões.

Análise dos Eventos e Ações de Formação:

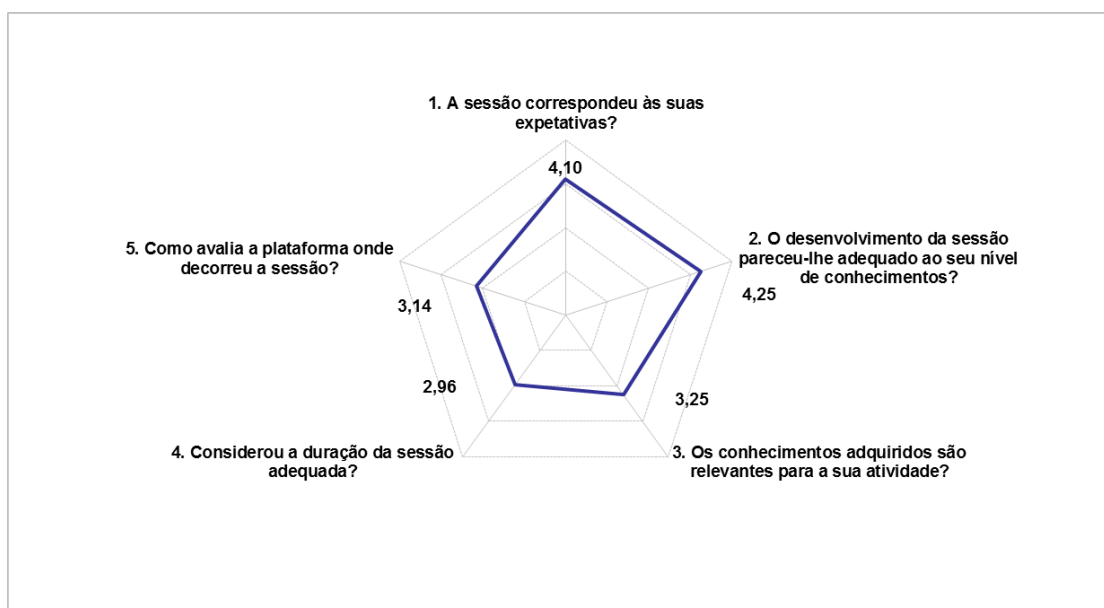
1. Ação de Formação - Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020

Nº de Inquéritos enviados:	23
Nº de Inquéritos respondidos:	20
% de resposta	87%

	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expetativas?	1	2	0	8	9
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	2	1	7	10
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	1	1	4	14
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	1	3	8	8
5. Como avalia a plataforma onde decorreu a sessão?	0	0	2	8	10

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	1
Correio Eletrónico	10
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	9

1.1 Avaliação Média:



2. Ação de Formação - Direito dos contratos públicos: Alterações ao CCP e medidas especiais de contratação pública

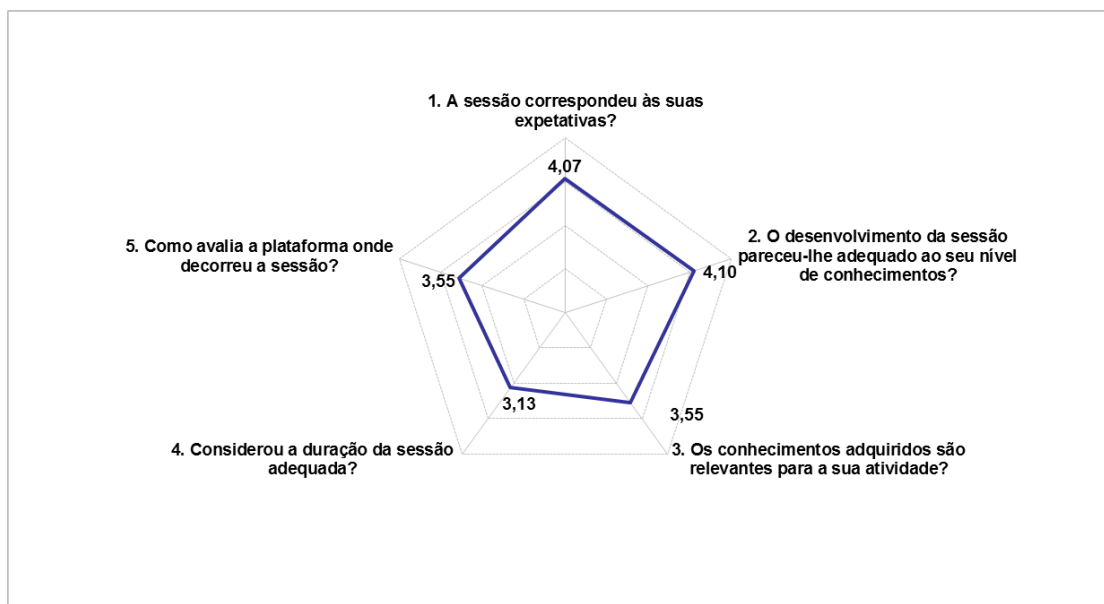
Nº de Inquéritos enviados:	30
Nº de Inquéritos respondidos:	30
% de resposta	100%

	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expetativas?	0	0	8	20	16
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	0	6	19	19
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	1	6	16	21
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	0	8	23	13
5. Como avalia a plataforma onde decorreu a sessão?	0	0	3	12	29

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDD Algarve	6
Correio Eletrónico	22
Comunicação Social	2
Redes Sociais	2
Outro	12

2.1

Avaliação Média:



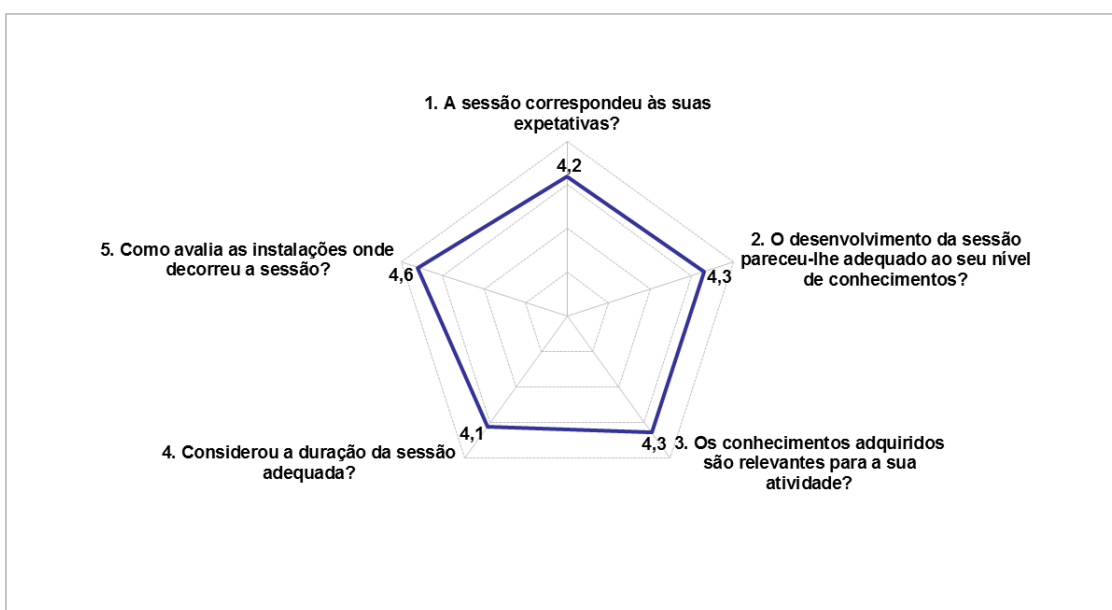
3. Webinar - O Novo Regime Geral de Gestão de Resíduos

Nº de Inquéritos enviados:	207
Nº de Inquéritos respondidos:	44
% de resposta	21%

	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expetativas?	0	2	2	18	8
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	1	6	12	11
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	0	2	11	17
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	1	6	16	7
5. Como avalia a plataforma onde decorreu a sessão?	0	0	2	11	17

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	6
Correio Eletrónico	22
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	2

3.1 Avaliação Média:

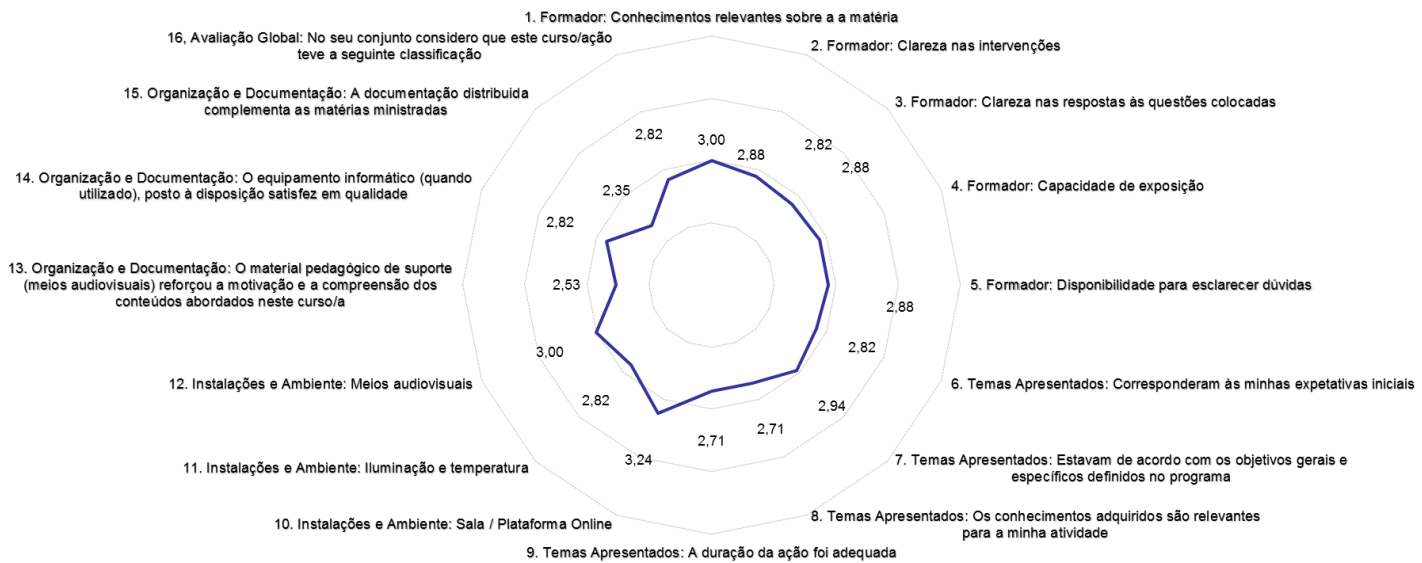


4. Ação de Formação - Automatização de Procedimentos e Implementação de Workflows

Nº de Inquéritos enviados:	62
Nº de Inquéritos respondidos:	17
% de resposta	27%

	Insuficiente 1	Suficiente 2	Bom 3	Muito Bom 4	Excelente 5
1. Formador: Conhecimentos relevantes sobre a matéria	0	4	9	4	0
2. Formador: Clareza nas intervenções	0	6	7	4	0
3. Formador: Clareza nas respostas às questões colocadas	1	6	5	5	0
4. Formador: Capacidade de exposição	0	6	7	4	0
5. Formador: Disponibilidade para esclarecer dúvidas	0	4	7	5	0
6. Temas Apresentados: Corresponderam às minhas expetativas iniciais	0	4	12	1	0
7. Temas Apresentados: Estavam de acordo com os objetivos gerais e específicos definidos no programa	0	3	12	2	0
8. Temas Apresentados: Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a minha atividade	0	6	10	1	0
9. Temas Apresentados: A duração da ação foi adequada	0	6	10	1	0
10. Instalações e Ambiente: Sala / Plataforma Online	0	2	9	6	0
11. Instalações e Ambiente: Iluminação e temperatura	0	1	10	4	0
12. Instalações e Ambiente: Meios audiovisuais	0	1	11	4	0
13. Organização e Documentação: O material pedagógico de suporte (meios audiovisuais) reforçou a motivação e a compreensão dos conteúdos abordados neste curso/a	0	9	7	1	0
14. Organização e Documentação: O equipamento informático (quando utilizado), posto à disposição satisfaz em qualidade	0	4	12	1	0
15. Organização e Documentação: A documentação distribuída complementa as matérias ministradas	1	8	5	2	0
16. Avaliação Global: No seu conjunto considero que este curso/ação teve a seguinte classificação	0	6	8	3	0

4.1 Avaliação Média:

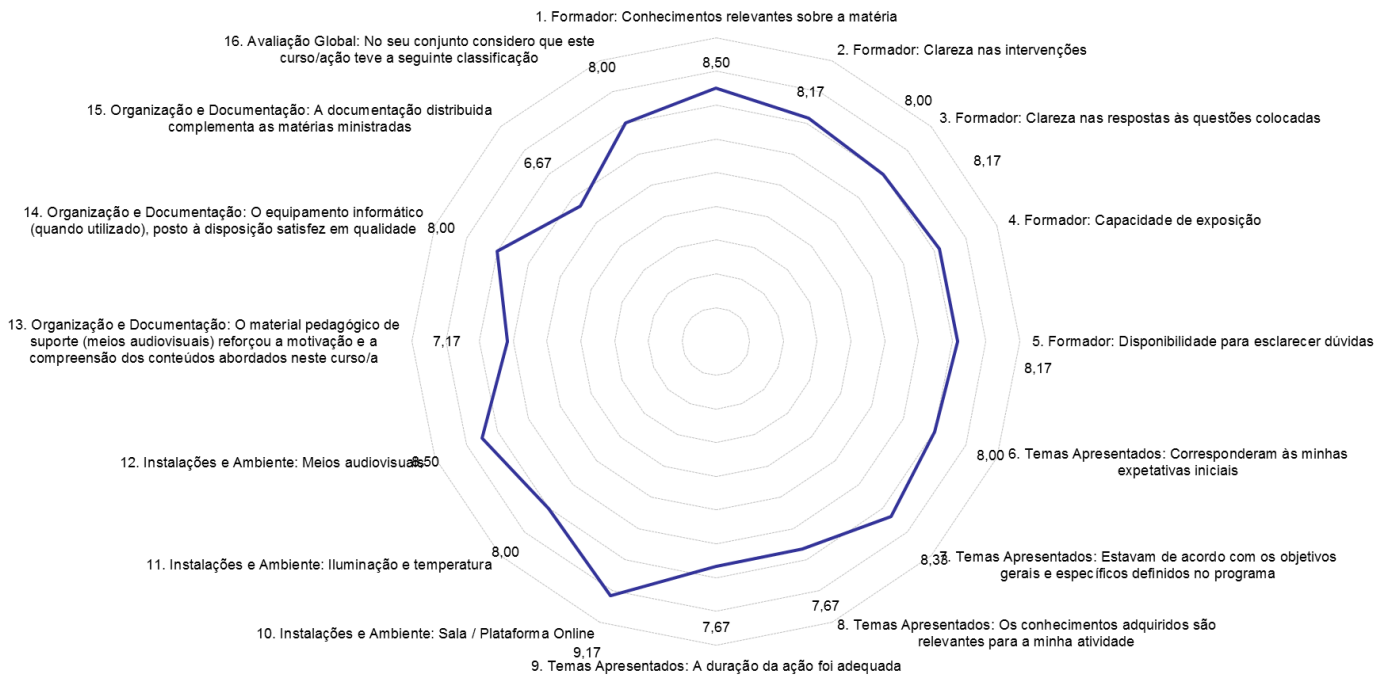


5. Ação de Formação - Ética e Prevenção de Riscos de Fraude e Corrupção

Nº de Inquéritos enviados:	21
Nº de Inquéritos respondidos:	6
% de resposta	29%

	Insuficiente 1	Suficiente 2	Bom 3	Muito Bom 4	Excelente 5
1. Formador: Conhecimentos relevantes sobre a matéria	0	1	3	2	0
2. Formador: Clareza nas intervenções	0	1	3	2	0
3. Formador: Clareza nas respostas às questões colocadas	0	1	3	2	0
4. Formador: Capacidade de exposição	0	1	2	3	0
5. Formador: Disponibilidade para esclarecer dúvidas	0	1	2	3	0
6. Temas Apresentados: Corresponderam às minhas expectativas iniciais	0	3	2	1	0
7. Temas Apresentados: Estavam de acordo com os objetivos gerais e específicos definidos no programa	0	3	2	1	0
8. Temas Apresentados: Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a minha atividade	0	3	1	2	0
9. Temas Apresentados: A duração da ação foi adequada	0	2	3	1	0
10. Instalações e Ambiente: Sala / Plataforma Online	0	1	3	2	0
11. Instalações e Ambiente: Iluminação e temperatura	0	1	3	2	0
12. Instalações e Ambiente: Meios audiovisuais	0	1	3	2	0
13. Organização e Documentação: O material pedagógico de suporte (meios audiovisuais) reforçou a motivação e a compreensão dos conteúdos abordados neste curso/a	0	4	1	1	0
14. Organização e Documentação: O equipamento informático (quando utilizado), posto à disposição satisfaz em qualidade	0	2	2	2	0
15. Organização e Documentação: A documentação distribuída complementa as matérias ministradas	0	4	0	2	0
16. Avaliação Global: No seu conjunto considero que este curso/ação teve a seguinte classificação	0	1	4	1	0

5.1 Avaliação Média:

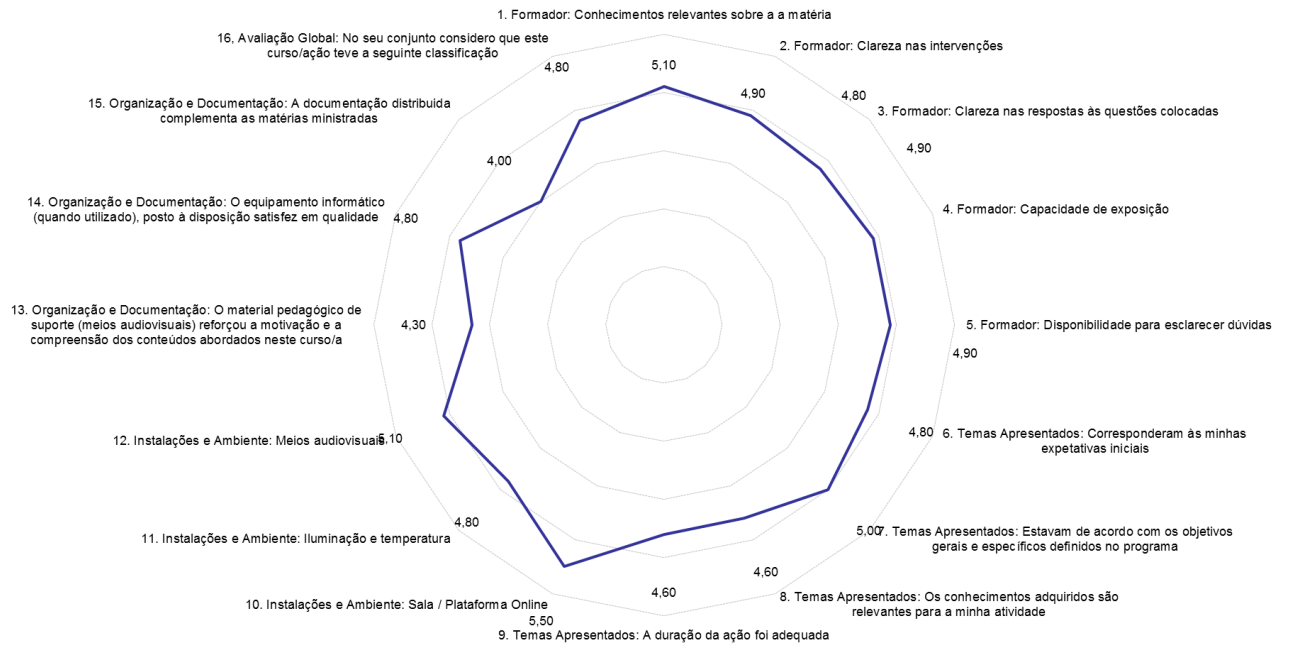


6. Ação de Formação - Código de Procedimento Administrativo: O CPA de 2015 e a revisão de 2020

Nº de Inquéritos enviados:	23
Nº de Inquéritos respondidos:	10
% de resposta	43%

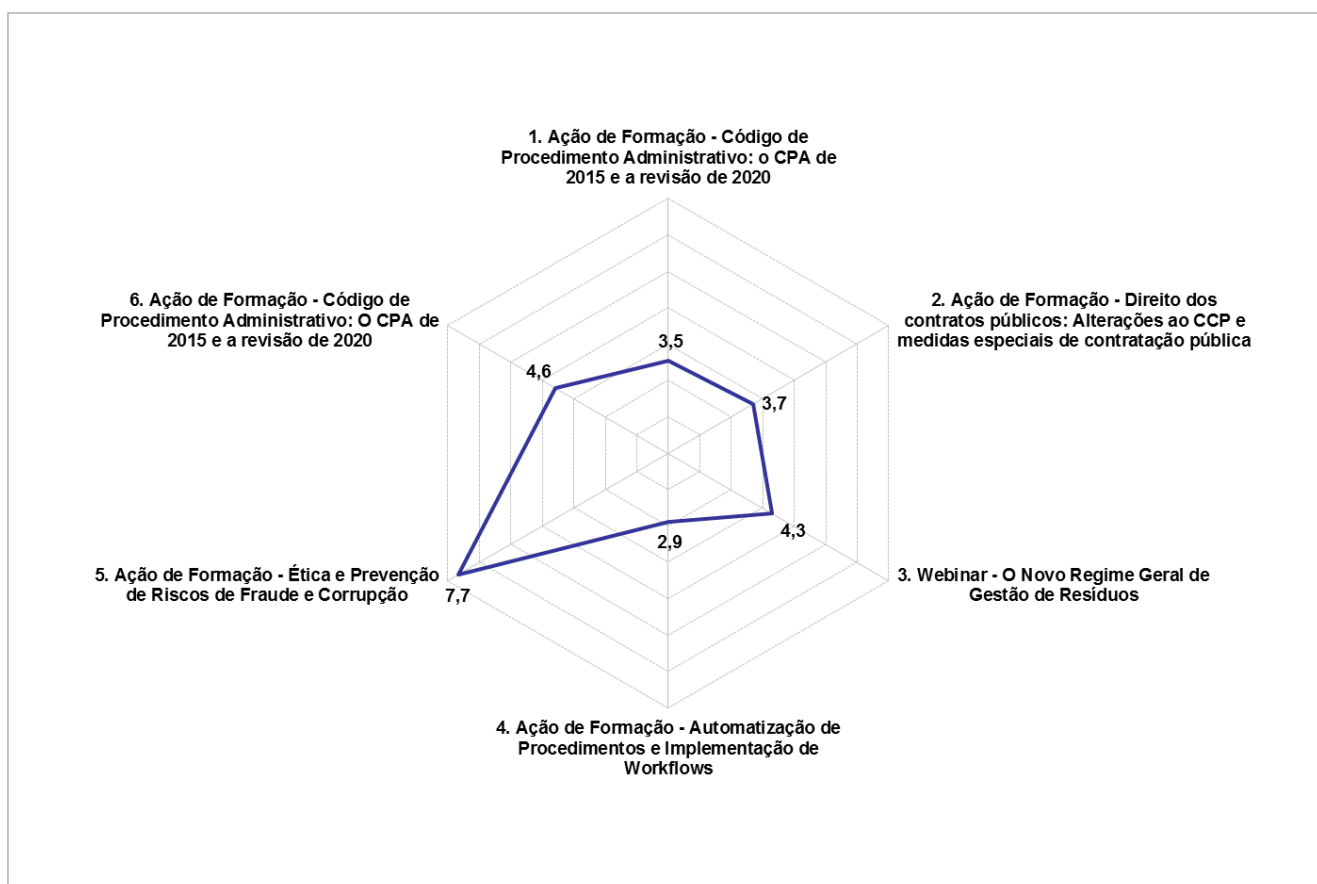
	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. Formador: Conhecimentos relevantes sobre a matéria	0	0	3	7	0
2. Formador: Clareza nas intervenções	0	0	3	7	0
3. Formador: Clareza nas respostas às questões colocadas	0	0	4	6	0
4. Formador: Capacidade de exposição	0	0	5	5	0
5. Formador: Disponibilidade para esclarecer dúvidas	0	0	3	7	0
6. Temas Apresentados: Corresponderam às minhas expetativas iniciais	0	1	5	4	0
7. Temas Apresentados: Estavam de acordo com os objetivos gerais e específicos definidos no programa	0	0	6	4	0
8. Temas Apresentados: Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a minha atividade	0	2	4	4	0
9. Temas Apresentados: A duração da ação foi adequada	1	0	7	2	0
10. Instalações e Ambiente: Sala / Plataforma Online	0	0	3	5	0
11. Instalações e Ambiente: Iluminação e temperatura	0	1	2	5	0
12. Instalações e Ambiente: Meios audiovisuais	0	0	3	6	0
13. Organização e Documentação: O material pedagógico de suporte (meios audiovisuais) reforçou a motivação e a compreensão dos conteúdos abordados neste curso/a	0	2	5	3	0
14. Organização e Documentação: O equipamento informático (quando utilizado), posto à disposição satisfaz em qualidade	0	3	5	2	0
15. Organização e Documentação: A documentação distribuída complementa as matérias ministradas	0	2	5	3	0
16. Avaliação Global: No seu conjunto considero que este curso/ação teve a seguinte classificação	0	2	3	5	0

6.1 Avaliação Média:



Avaliação Global de Satisfação do Eventos 2022:

EVENTOS	Nº respostas	Avaliação Média
1. Ação de Formação - Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020	20	3,5
2. Ação de Formação - Direito dos contratos públicos: Alterações ao CCP e medidas especiais de contratação pública	30	3,7
3. Webinar - O Novo Regime Geral de Gestão de Resíduos	44	4,3
4. Ação de Formação - Automatização de Procedimentos e Implementação de Workflows	17	2,9
5. Ação de Formação - Ética e Prevenção de Riscos de Fraude e Corrupção	6	7,7
6. Ação de Formação - Código de Procedimento Administrativo: O CPA de 2015 e a revisão de 2020	10	4,6



O ano de 2022 acabou por sofrer colateralmente os efeitos da pandemia, do ano anterior. A continuação de adaptação a novos cenários e tecnologias nos diversos eventos, a nível interno e externo, para que se pudesse dar continuidade aos trabalhos planeados.

À semelhança dos anos anteriores realizaram-se avaliações aos eventos mais relevantes organizados pela DIPC no âmbito da CCDR Algarve e do Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020.

Após cada evento, com o apoio da DSI, operacionalizou-se o envio dos inquéritos de avaliação do evento e dos certificados a cada participante nas respetivas iniciativas.

Realizaram-se, em 2022, **6 eventos** sujeitos a inquérito de avaliação. Após apreciação e análise às respostas dos participantes, podemos constatar que ações promovidas pela CCDR Algarve foram classificadas positivamente, registando-se uma média global de **Muito Bom**.

Continua a ser considerada como uma boa prática o envio do pedido de avaliação imediatamente após a conclusão do evento, no prazo máximo de 24 horas, e de uma única insistência, no prazo máximo de cinco dias.

É essencial que todos os serviços promotores e participantes recebam a avaliação de cada evento no prazo máximo de dez dias úteis após a conclusão do evento, de forma a perceberem melhor a importância da sua participação, quer no evento, quer no processo de avaliação, sempre numa perspetiva de melhoria contínua.

O **correio eletrónico**, dos diversos canais de comunicação utilizados para difusão e promoção dos eventos, continua a ser o mais mencionado pelos participantes como tendo sido o meio de informação sobre a sessão em que participou.

De um modo geral, os participantes gostaram e manifestaram a importância das iniciativas deixando pedidos de se realizar mais sessões sobre temas de interesse para a nossa região.

Em conclusão, através do quadro síntese de **Avaliação Global de Satisfação dos Eventos 2022**, resultante dos inquéritos aos participantes, acima apresentado, é possível constatar que no geral os eventos foram avaliados de forma bastante positiva, com uma pontuação média global de **Muito Bom**.

Embora o número de respostas fosse diferente em cada uma das iniciativas, a média obtida foi bastante positiva.

QUADRO 7
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIVISÃO DE INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES				
Índice de satisfação dos stakeholders externos	3	1	4	100%
O2: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS				
Taxa de satisfação dos trabalhadores	3	1	4	100%
O3: EXECUTAR AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA CCDR ALGARVE E DO POR CRESCE ALGARVE 2020				
Suportes de informação da CCDR Algarve	70%	10%	127%	171%
Suportes de informação do PO CRESCE ALGARVE 2020	70%	10%	140%	188%

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

QUADRO 8
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – REDES DE INFORMAÇÃO EUROPEIA

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ASSEGURAR A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA A CIDADÃOS E EMPRESAS				
Eventos organizados para promoção dos valores da União Europeia junto de diferentes públicos	25	5	44	148%
Acordos estabelecidos para a rede de “Espaços Ler a Europa”	6	2	4	100%
Ações de reforço dos canais de comunicação e promoção europeia – newsletters regulares e temáticas	12	3	10	217%

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No ano 2022 foi dado cumprimento parcial ao planeado em sede de Plano de Atividades, tendo sido dada continuidade à política interna de modernização, desmaterialização e simplificação dos procedimentos técnico-administrativos, mediante a implementação de um conjunto de medidas que permitiram melhorar a eficiência interna e agilizar as respostas, tornando a comunicação mais transparente para os clientes e/ou parceiros, eliminando entraves desnecessários e reduzindo os custos de contexto.

Relativamente ao projeto RIS Algarve concluiu-se a Ação A - Mapeamento, Reengenharia e Simplificação Procedimentos - ação estruturante e transversal a toda a organização, como a seguir se descreve:

- a) Mapeamento de Processos – Desenho e Implementação de *Workflows*
Com o objetivo de uniformizar e automatizar processos, procedimentos e níveis de serviço de forma a obter ganhos de eficiência administrativa e processual e conseqüentemente a redução de custos operacionais, foi efetuada a contratação externa de serviços para desenho e implementação de 13 *workflows* no sistema de gestão documental *Filedoc* distribuídos por processos consoante o grau de complexidade. Na prática este processo permitiu desenhar 25 *workflows* uma vez que alguns dos classificados de elevado grau de complexidade geraram *workflows* secundários/individualizados;
- b) Formação Sistema de Gestão Documental e Implementação de *Workflows*
Na senda do realizado no ano transato foi dada continuidade à capacitação técnica dos utilizadores do sistema de gestão documental, identificada que foi a necessidade de realização de ações de formação nas áreas relacionadas com a gestão de documentos e processos, a classificação de documentos e a gestão de arquivo corrente e intermédio, assim como módulos de formação específicos no sentido de promover a automatização de procedimentos, a implementação de *workflows* e a otimização do sistema de gestão documental na vertente da desmaterialização e simplificação administrativa;
- c) A Ação A – Mapeamento, Reengenharia e Simplificação de Procedimentos incluía também a elaboração de normas de procedimentos relativas à tramitação dos vários processos desenvolvidos no âmbito das competências e atribuições da CCDR Algarve. Estas normas deveriam sistematizar – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis pela tramitação dos processos, bem como a legislação de enquadramento e a informação relativa à instrução dos processos, acessíveis no site institucional da CCDR Algarve, garantindo o acesso facilitado ao cidadão, promovendo a disponibilização de informação sistematizada e atualizada e contribuindo para a submissão dos processos devidamente instruídos;

Contudo, decorrido algum tempo desde a definição desta Ação, em virtude ao avanço tecnológico registado, foi entendido que se deveria adotar uma metodologia mais moderna e interativa, consubstanciada na implementação de um Assistente Virtual (*Chatbot*), o que se materializou no mês de dezembro de 2022. Previamente, as Unidades Orgânicas revisitaram as respetivas páginas que integravam o site institucional e procederam genericamente à sua atualização. Constituiu uma experiência muito interessante, com adesão por parte dos cidadãos, que se pretende implementar de forma mais profissional muito em breve.

Por outro lado, foi elaborado o Plano de Eficiência Energética e de Recursos – ECO.AP, tendo-se iniciado a sua implementação, começando pelas medidas de eficiência hídrica e posteriormente pelas medidas de eficiência energética, estas últimas apenas no edifício sede, com a realização do investimento de sistema de autoconsumo – painéis fotovoltaicos com sistema de baterias.

QUADRO 9
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				
Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	75%	15%	75%	100%
Taxa de Execução do plano de projeto de desmaterialização e digitalização dos arquivos das CCDR	40%	10%	0%	0%
Dias para elaboração de memorando com identificação da despesa executada afeta a custos diretos e indiretos com a gestão e manutenção de arquivos	334	15	-	0%
O2: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS				
Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	75%	10%	100%	125%
Percentagem de trabalhadores em formação profissional	75%	10%	96%	121%
Taxa de execução do Plano de Formação	30%	10%	16%	80%
O3: CONTRIBUIR PARA A PROSSECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA ESTRUTURA TRANSVERSAL DO BOA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA				
Taxa de Implementação das orientações de procedimentos validadas pela Presidência	50%	20%	0%	0%
Dias para visitar a Norma de Controlo Interno	305	15	-	0%
O4: PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE RECURSOS				
Dias para elaborar o Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	227	15	321	100%
Taxa de implementação do Plano de Eficiência Energética e de Recursos (ECO.AP)	25%	5%	71%	176%

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

QUADRO 10

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ASSEGURAR UMA DISPONIBILIDADE DOS SERVIDORES SUPERIOR A 99%, DURANTE 365x24				
Percentagem de disponibilidade dos servidores durante 365x24	99%	0,75%	99,99%	12%
O2: GARANTIR O APOIO AOS UTILIZADORES DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS				
Prazo médio de resposta a pedidos de <i>Helpdesk</i> (horas)	24	6	13	115%
O3: RENOVAR E MODERNIZAR AS INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS				
Equipamentos atualizados	10%	5%	20%	125%
Percentagem de execução do projeto de remodelação do Data Center	20%	10%	10%	100%
O4: MODERNIZAR E ATUALIZAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO				
Prazo para implementação de <i>workflows</i> nos sistemas de informação internos (dias seguidos)	320	30	320	100%

GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Durante o ano 2022 a Autoridade de Gestão (AG) deu continuidade às responsabilidades que lhe estão atribuídas, cumprindo os grandes objetivos na área da Gestão de Fundos Comunitários sob a responsabilidade da CCDR no que se refere à implementação do Portugal 2020.

Durante este ano o PO CRESC ALGARVE 2020 continuou em “velocidade de cruzeiro” desenvolvendo as atividades de apreciação e aprovação de candidaturas, a análise de pedidos de pagamento, a validação de despesa e de procedimentos de contratação e os pagamentos. Em paralelo, a Autoridade de Gestão manteve os reportes com as Autoridades Nacionais e Comunitárias, através do envio dos PPI (Pedidos de Pagamento Intermédios – certificações), Previsões, Monitorização da informação financeira, Relatório de execução anual, processo de Contas do EC 21-22, entre outros.

Até 31/12/2022 tinham sido aprovadas 1558 candidaturas, com um valor Fundo associado de mais de 346 M€. Este trabalho de análise e decisão foi finalizado através de 2 reuniões presenciais da Comissão Diretiva e 22 consultas escritas realizadas ao longo do ano 2022 e determinou uma taxa de compromisso geral do PO que ascendia a cerca de 109% no final do ano, atingindo a meta prevista (tendo em consideração a tolerância programada).

As operações alvo de decisão foram notificadas aos respetivos promotores num prazo médio de 7 dias úteis, não atingindo a meta prevista (tendo em conta a tolerância definida em plano de atividades).

Foi ainda facultada informação por parte da equipa e dado o apoio solicitado aos potenciais beneficiários do Programa para esclarecimento do enquadramento de diversas intenções de candidaturas.

Em paralelo a AG deu igualmente prioridade à execução e análise dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários, garantindo desta forma a superação da Meta N+3 nas condições impostas pela CE (150,63% da meta N+3).

De realçar igualmente que no seguimento do esforço efetuado pela equipa do programa no sentido de aumentar a execução, o Programa Operacional chegou ao final do ano com uma taxa de execução de 73,14%. De referir, no entanto, que esta taxa poderá ainda vir a ser alterada, aquando do apuramento dos valores finais para o Relatório de Execução 2022 do Programa Operacional. Os ajustamentos que possam surgir decorrem do apuramento dos valores finais de execução para o FSE que só ocorre em março do ano seguinte.

Foram realizadas cerca de 91% das tarefas previstas no Plano de Atividades de 2022 no que respeita ao Controlo Interno.

De referir que o PAC 2022 constituído por 65 operações (FEDER e FSE) foi objeto de controlo no local.

Foram assim efetuadas 35 ações de controlo pelos Organismos Intermédios, com competências delegadas de verificações no local, das quais 7 realizadas com equipas mistas formadas pelos OI (AMAL, ou INR, I.P) e Auditores Externos, contratualizados pela AG.

As restantes 22 ações de controlo, respeitantes a operações da responsabilidade da Autoridade de Gestão, foram realizadas com recurso a auditores externos, incluindo 5 equipas mistas formadas com auditores externos e recursos internos da AG.

O Plano Anual de Controlo foi realizado quase na íntegra, à exceção de 8 verificações no local FSE que se encontram em curso, da responsabilidade do Organismo Intermédio ANQEP, I.P. e ISS, I.P., no âmbito do contrato de delegação de competências celebrado com estes OI, e 1 verificação no local, respeitante a uma operação FEDER, que pela sua natureza, instrumento financeiro, e pela sua maior complexidade, encontra-se em fase de emissão do relatório final.

Os respetivos relatórios finais foram concluídos pelos OI, até outubro 2022, sendo que os restantes, da responsabilidade da AG, ficaram concluídos entre julho e dezembro de 2022, devido ao atraso verificado no processo de adjudicação das verificações no local aos auditores externos.

Após a conclusão dos 57 relatórios finais, os mesmos foram integralmente registados em Sistema de Informação SIAUDIT, para o respetivo acompanhamento.

Durante o ano 2022 o Programa CRESC Algarve2020 foi alvo de 7 auditorias/ações de controlo, designadamente 1 do Tribunal de Contas Nacional, no âmbito dos Sistemas de Controlo e Prevenção da Fraude nos Fundos Europeus, 2 realizadas pela Inspeção Geral Finanças (IGF), no âmbito Auditoria de conformidade aos procedimentos de verificação das AG em matéria de Opção de Custos Simplificados (OCS) e outra Auditoria sobre os procedimentos de supervisão adotados pela AG aos Organismos Intermédios.

As restantes 4 auditorias foram realizadas pela AD&C, 1 das quais, no âmbito da auditoria de operações ao FSE, outra respeitante a uma Ação de Verificação complementar - Projetos geradores

de receitas após a sua conclusão, e as restantes duas ações de controlo no âmbito do suporte às Contas relativamente aos OI – FCT e ANQEP.

A Unidade de Controlo Interno da Autoridade de Gestão efetuou o acompanhamento destas auditorias externas, tendo registado e atualizado o Sistema de Informação SIAUDIT para efeito do respetivo “*follow up*”.

Todos os resultados das auditorias/controles realizados pelas diferentes entidades nacionais e comunitárias acima mencionadas, com responsabilidade nesta matéria, bem como os resultados de verificações de gestão realizadas pela AG ou sob a sua responsabilidade, foram vertidos, pela unidade de controlo interno, no Resumo Anual de Controlo realizado, o qual constitui um pilar à elaboração da Declaração de Gestão, a emitir no processo de elaboração das contas do Programa Operacional.

Nos termos da alínea d) do nº2 do artigo 71º do Decreto-Lei nº137/2014, no que respeita ao FEDER e FSE e no exercício das suas funções de entidade pagadora destes fundos comunitários, incumbe à Agência, I.P manter o registo das dívidas, relativas a cada beneficiário no âmbito do Portugal 2020, registo a efetuar no SDR 2020, enquanto componente do Sistema Informação Portugal 2020.

As dívidas constituídas no âmbito do Algarve CRESC 2020 foram objeto de acompanhamento por parte da Unidade de Controlo, e registadas até início de 2019 diretamente no Sistema Contabilístico de Dívidas (SCD), como solução de contingência. No entanto, conforme expectável, a comunicação de dívidas começou a ser efetuada, a partir do início do ano 2019, em Sistema de Dívidas e Recuperações - SDR2020, módulo integrado no SPTD2020.

Com efeito, foram registadas, até 31.12.2022, no Sistema Dívidas e Recuperações, 181 dívidas, no valor total de 4.418.613,53€, (FEDER e FSE). Deste montante foram recuperados 2.830.682,22€ respeitantes a 93 dívidas, das quais 91 já têm processo de dívida encerrado, sendo que as restantes 2 serão encerradas logo que para uma delas estejam ultrapassados problemas operacionais e para a outra, quando a ADC fizer a comunicação de irregularidade ao OLAF.

Foi efetuada a primeira Avaliação do Risco de Fraude, em novembro de 2017, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos da Autoridade de Gestão do Algarve CRESC 2020, em alinhamento com a metodologia e ferramenta para a avaliação de risco de fraude, constante das orientações da Comissão Europeia-EGESIFJ4-0021-00, de 16/06/2014. A sua monitorização/avaliação foi realizada em março 2020 e foi refletida no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), de acordo com os requisitos regulamentares nacionais.

Sendo matéria que releva para o Parecer de Auditoria e Relatório de Controlo, a emitir pela Autoridade de Auditoria, foi atualizada, com “*report*” a 31 outubro 2022, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo, com todas as alterações ocorridas face à última versão aprovada.

Durante o ano de 2022, foram operacionalizados 8 instrumentos de apoio à gestão e informação do PO CRESC ALGARVE 2020, nomeadamente:

- Descrição de Sistema de Gestão e Controlo do PO CRESALGARVE 2020 – revisão do documento, com data de corte de 31/10/2022, e enviado à IGF em dezembro.
- Manutenção evolutiva e corretiva do Sistema de Informação do BO CRESALGARVE 2020.
- Certificações em Sistema de Informação– Foram efetuadas 7 Certificações (4 FEDER e 3 FSE) – com datas de corte: FEDER – 28/02/2022; 15/05/2022; 30/09/2022 e 30/11/2022; FSE – 14-02-2022; 29/04/2022 e 15/09/2022. De referir que a 4ª certificação FSE não foi realizada por indicação da ADC.
- Atualização do Site CRESALGARVE 2020 (concursos e informação financeira mensal) – Informação sobre Concursos atualizada conforme abertura e informação financeira atualizada mensalmente.
- Relatório de Execução Anual (2021) do PO CRESALGARVE 2020 – Aprovado pela CA na 14ª Reunião, realizada a 12/05/2022 e enviado à CE por SFC.
- Relatório de fecho de contas anual do CRESALGARVE 2020 – Foram enviadas as versões do fecho de contas para a ADC. FEDER a 20/12/2022 e FSE a 15/12/2022.
- Acompanhamento da Avaliação Intercalar do PO (em articulação com o OADR) e da Avaliação da Estratégia de Comunicação (a dinamizar pela DIPC) – A Avaliação Intercalar foi adjudicada em 10-03-2021 com contrato assinado em 08-04-2021. Processo concluído em 2022. Não foi dinamizada a Avaliação da Estratégia de Comunicação.
- Monitorização e controlo da Bolsa de Recuperação PT2020 – A informação é atualizada e validada/reportada à AD&C periodicamente.

Para além destes 8 instrumentos foi ainda realizado trabalho em mais 1 instrumento previsto:

- Organização de partilhas internas e manutenção – Deu-se continuidade ao trabalho de manutenção de pastas existentes nas partilhas internas e de organização de pastas de 2º nível e limpeza de ficheiros.

De referir ainda que, durante o ano 2022, o Secretariado Técnico do programa operacional esteve envolvido de forma empenhada na preparação do período de programação 2021-2027, participando na elaboração do documento do Programa Regional para o mesmo período (21-27). Este trabalho envolveu todos os Secretários Técnicos, bem como alguns colaboradores da estrutura. Realizaram-se várias reuniões de trabalho com a AD&C e com o gabinete da Ministra da Coesão Territorial, bem como 4 reuniões (Maio, Setembro e Outubro) de negociação com a Comissão Europeia, culminando com a aprovação do Programa Regional Algarve 2030 em Dezembro de 2022.

QUADRO 11
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ASSEGURAR A DECISÃO ATEMPADA DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS AO PO CRESCE ALGARVE 2020				
Taxa de compromisso do PO CRESCE ALGARVE 2020	100%	15%	108,84%	100%
Prazo de notificação da decisão	4	1	7	63%
Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	4 dias úteis	1 dia útil	100%	100%
O2: ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO PO CRESCE ALGARVE 2020				
Taxa de Execução do PO Algarve 2020	79%	5%	73,14%	99%
Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	135%	10%	150,63%	126%
O3: ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO PO CRESCE ALGARVE 2020				
Taxa de realização do trabalho relativo às atividades do controlo Interno no âmbito do PO CRESCE ALGARVE 2020	80%	10%	90,00%	100%
O4: COMPLETAR OS INSTRUMENTOS DE APOIO À GESTÃO E DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO NO ÂMBITO DO PO CRESCE ALGARVE 2020				
Instrumentos a funcionar no final de 2022	70%	10%	83,80%	117%
Eventos de divulgação e promoção do PO CRESCE ALGARVE 2020	4	1	14	183%
O5: CONCRETIZAR E ACOMPANHAR OS INSTRUMENTOS DE SUPORTE À PROGRAMAÇÃO DO HORIZONTE TEMPORAL 2030				
Taxa de cumprimento de prazos nas solicitações do exercício de programação do Algarve 2021-2027 (partilhado com OADR)	85%	5%	100%	125%
Taxa de cumprimento de prazos nos processos de avaliação ex-ante (se aplicável) e avaliação ambiental estratégica do PO Algarve 2021-2027 (partilhado com OADR)	85%	5%	100%	125%
Ações de divulgação do Algarve 2030 (partilhado com OADR)	8	2	15	144%

ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

No quadro do acompanhamento e monitorização das dinâmicas regionais, promoveu-se a recolha e análise de informação estatística, enquanto suporte à elaboração de documentos internos, apresentações para reuniões, e divulgação interna ou externa, em diferentes formatos, assinalando-se a elaboração das seguintes publicações: “Números em Destaque” sobre as Contas Regionais 2021; boletim “Algarve em destaque” dedicado à monitorização da RIS3 Algarve (2021); bem como doze boletins “Informação Mensal POR”.

O OADR manteve uma estreita articulação com a Autoridade de Gestão do POR Algarve 2020, tendo colaborado na elaboração do Relatório de execução anual de 2021. Para além disso, procedeu-se à monitorização dos indicadores do Quadro de Desempenho do Programa e à recolha de dados para monitorização dos indicadores trimestrais a remeter à AD&C. Os elementos afetos ao OADR participaram ainda nas reuniões da Rede de avaliação e monitorização do Portugal 2020.

No âmbito da preparação do Acordo de Parceria do Portugal 2030 foi assegurada a representação no grupo de trabalho criado para os diferentes Objetivos de Política. Nos trabalhos preparatórios do Programa Algarve 2030, preparou todo o processo de programação e negociação com a Comissão Europeia, que conduziu à sua aprovação em dezembro de 2022. Destaque para o trabalho de montagem de todo o sistema de indicadores de realização e resultado que suportarão o período de programação 2021-2027.

Relativamente ao envolvimento em parcerias e interações territoriais ou temáticas com impacto no desenvolvimento regional, destaca-se a revalidação do *reference site* Algarve Active Ageing, distinguido com 4 estrelas (distinção máxima) pela Comissão Europeia, com cerimónia de entrega realizada em outubro em Bruxelas. Realizou-se igualmente um projeto *twinning* na mesma área com o *reference site* de Andaluzia e a primeira edição dos prémios de boas práticas no envelhecimento ativo e saudável.

No âmbito da RIS3 Algarve, foram realizadas vinte e três ações de acompanhamento de proximidade a projetos RIS3 Algarve (reuniões, visitas temáticas e boas práticas), e ainda foram dinamizadas quatro ações de capacitação internas (Lab Observa).

QUADRO 12
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ACOMPANHAR E AVALIAR OS EFEITOS REGIONAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO, BEM COMO DAS OPERAÇÕES QUE SÃO OBJETO DE FINANCIAMENTO, NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL				
Documentos de monitorização das dinâmicas regionais	14	2	15	100%
Dias para emissão de parecer aos estudos integrados nos projetos (SIAC) com obrigatoriedade de acompanhamento pelo OADR, bem como de outros documentos de natureza estratégica com incidência regional	25	10	11	123%
Entidades envolvidas no processo de construção estratégica (partilhado com DSDR)	12	3	15	100%
Ações de capacitação desenvolvidas no âmbito da Estratégia (partilhado com DSDR)	15	4	19	100%
O2: CONCRETIZAR E ACOMPANHAR OS INSTRUMENTOS DE SUPORTE À PROGRAMAÇÃO DO HORIZONTE TEMPORAL 2030				
Taxa de cumprimento de prazos nas solicitações do exercício de programação do Algarve 2021-2027 (partilhado com GFC)	85%	5%	100%	125%
Taxa de cumprimento de prazos nos processos de avaliação ex-ante (se aplicável) e avaliação ambiental estratégica do PO Algarve 2021-2027 (partilhado com GFC)	85%	5%	100%	125%
Ações de divulgação do Algarve 2030 (partilhado com GFC)	8	2	15	144%
O3: PROMOVER E CONCRETIZAR OS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (EREI ALGARVE)				
Ações de promoção, difusão e acompanhamento da RIS3 Algarve (eventos, visitas, reuniões)	15	3	23	140%
Reuniões de dinamização das Unidades Técnicas /Grupos Temáticos e do CIRA	6	2	7	100%
Ações de capacitação realizadas direcionadas para colaboradores internos	4	1	4	100%
Data de conclusão da atualização do mapeamento de infraestruturas de I&D e espaços de incubação	16/12/2022	15	15/11/2022	134%

ANEXO VI

Apreciação dos serviços prestados

Inquérito de Satisfação Global dos Stakeholders Externos 2022

OBJETIVO DO INQUÉRITO

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, é estabelecido o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP). O SIADAP visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

Segundo o artigo 15.º, desta mesma lei, a “autoavaliação tem carácter obrigatório e deve evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR do serviço, em particular face aos objetivos anualmente fixados.”

Neste sentido, torna-se necessário proceder à realização do presente inquérito de forma a conhecer a opinião do público externo (stakeholders) e avaliar o desempenho da CCDR Algarve.

METODOLOGIA UTILIZADA

Solicitou-se a um universo de entidades externas que respondessem a um questionário de satisfação disponibilizado online, estruturado com 15 questões, bem como uma última questão em aberto para comentários e sugestões de melhoria:

1. Imagem global da CCDR Algarve: Desempenho da organização.
2. Imagem global da CCDR Algarve: Eficiência e Resposta à resolução de problemas.
3. Imagem global da CCDR Algarve: Qualidade dos serviços prestados (correspondência com o esperado).
4. Imagem global da CCDR Algarve: Nível de transparência na relação com os cidadãos.
5. Imagem global da CCDR Algarve: Entidade inovadora.
6. Serviços Prestados: Profissionalismo e cortesia dos dirigentes e demais colaboradores.

7. Serviços Prestados: Flexibilidade dos colaboradores para ajudar a resolver situações.
8. Serviços Prestados: Tempo de resposta às solicitações.
9. Comunicação com a organização: Canais de comunicação da organização (telefone, mail, redes sociais, serviços online, reuniões).
10. Comunicação com a organização: Divulgação e Informação disponibilizada.
11. Comunicação com a organização: Rigor da informação e serviços prestados.
12. Acessibilidade / Igualdade: Acesso de cidadãos com necessidades especiais.
13. Acessibilidade / Igualdade: Horário de atendimento ao público.
14. Acessibilidade / Igualdade: Entidade que promove a igualdade de género (não discriminação entre homens e mulheres).
15. Avaliação Global: Satisfação global com serviços prestados pela CCDR Algarve.

A última questão foi aberta para registo de sugestões de melhoria.

A satisfação e motivação foram avaliadas através da seguinte escala:

Classificação de 1 a 5:

1 = Muito Insatisfeito/a

2 = Insatisfeito/a

3 = Pouco Satisfeito/a

4 = Satisfeito/a

5 = Muito Satisfeito/a

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO

O período de realização foi entre os dias 17 e 27 de dezembro de 2022.

UNIVERSO DE INQUIRIÇÃO E DIMENSÃO DA AMOSTRA

A CCDR Algarve enviou o inquérito, para 1718 contactos de email de Stakeholders, registados no mailchimp, serviços públicos desconcentrados da Administração, Central, Administração Local, Imprensa, entre outros.

TAXA DE RESPOSTA

Dos **1718** inquéritos enviados por email, responderam **130** Stakeholders da CCDR Algarve, o que correspondeu a uma taxa de resposta **8%**.

RESULTADOS OBTIDOS E GRAU DE SATISFAÇÃO APURADO

Os resultados obtidos com a informação recolhida através da aplicação do inquérito são os apresentados nos quadros e gráficos referentes às seis questões.

Através do quadro síntese dos resultados do inquérito de satisfação aos Stakeholders da CCDR Algarve, é possível constatar que a adesão destes ao preenchimento do inquérito foi muito baixa, face à registada no ano, em virtude, sobretudo, do aumento considerável do universo dos destinatários.

Inquérito de Satisfação aos Stakeholders da CCDR Algarve	Muito Insatisfeito 1	Insatisfeito 2	Pouco Satisfeito 3	Satisfeito 4	Muito Satisfeito 5
Imagem global da CCDR Algarve: Desempenho da organização	0,0	7,7	5,4	56,2	30,8
Imagem global da CCDR Algarve: Eficiência e Resposta à resolução de problemas	0,0	4,6	10,8	56,2	28,5
Imagem global da CCDR Algarve: Qualidade dos serviços prestados (correspondência com o esperado)	0,0	6,2	9,2	53,8	30,8
Imagem global da CCDR Algarve: Nível de transparência na relação com os cidadãos	0,0	7,7	7,7	50,0	34,6
Imagem global da CCDR Algarve: Entidade inovadora	0,0	6,2	19,2	57,7	16,9
Serviços Prestados: Profissionalismo e cortesia dos dirigentes e demais colaboradores	0,0	4,6	7,7	38,5	49,2
Serviços Prestados: Flexibilidade dos colaboradores para ajudar a resolver situações	0,0	6,2	13,1	31,5	49,2
Serviços Prestados: Tempo de resposta às solicitações	0,0	6,9	16,9	50,0	26,2
Comunicação com a organização: Canais de comunicação da organização (telefone, mail, redes sociais, serviços online, reuniões)	0,0	6,2	13,8	46,2	33,8
Comunicação com a organização: Divulgação e Informação disponibilizada	0,0	3,1	13,8	50,0	33,1
Comunicação com a organização: Rigor da informação e serviços prestados	0,0	5,4	9,2	49,2	36,2
Acessibilidade / Igualdade: Acesso de cidadãos com necessidades especiais	0,0	3,1	17,7	66,2	13,1
Acessibilidade / Igualdade: Horário de atendimento ao público	0,0	1,5	6,9	76,2	15,4
Acessibilidade / Igualdade: Entidade que promove a igualdade de género (não discriminação entre homens e mulheres)	0,0	3,8	7,7	60,8	27,7
Avaliação Global: Satisfação global com serviços prestados pela CCDR Algarve	0,0	4,6	9,2	48,5	37,7

Gráfico Média:

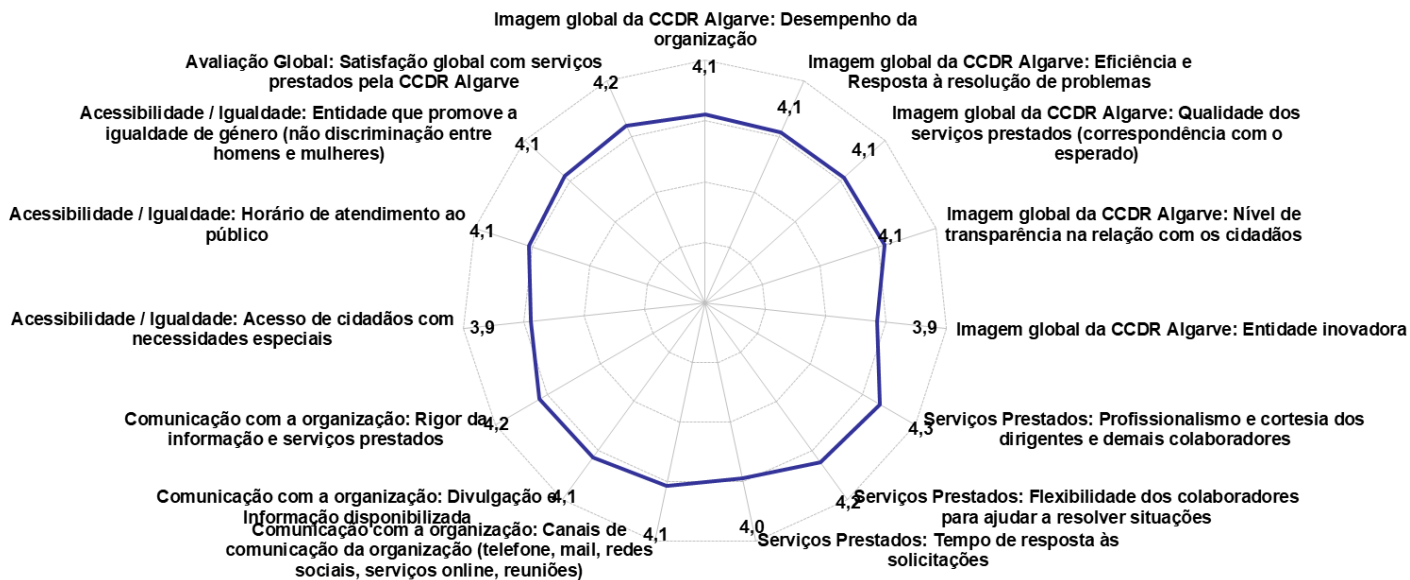
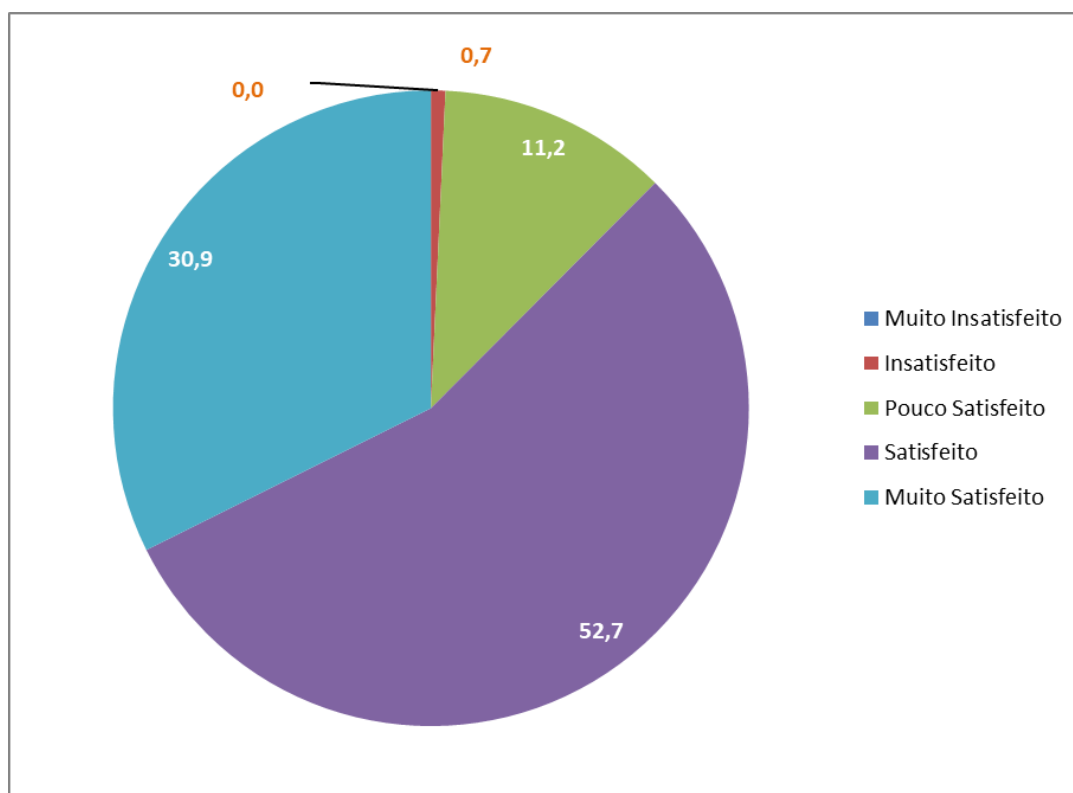


Gráfico global

SATISFAÇÃO	%
Muito Insatisfeito	0,0
Insatisfeito	0,7
Pouco Satisfeito	11,2
Satisfeito	52,7
Muito Satisfeito	30,9



Resultados obtidos

No que concerne à **Imagem Global da CCDR**, nas diversas dimensões que *infra* se elencam, foram obtidos os seguintes resultados:

- **Desempenho da organização:** 56,2% de satisfação;
- **Eficiência e Resposta à resolução de problemas:** 56,2% de muita satisfação;
- **Qualidade dos serviços prestados (correspondência com o esperado):** 53,8% de satisfação;
- **Nível de transparência na relação com os cidadãos:** 50% de satisfação;
- **Entidade inovadora:** 57,7% de satisfação.

No que respeita aos **Serviços Prestados**:

- **Profissionalismo e cortesia dos dirigentes e demais colaboradores:** 49,2% muito satisfeitos;
- **Flexibilidade dos colaboradores para ajudar a resolver situações:** 49,2% muito satisfeitos;
- **Tempo de resposta às solicitações:** 50% de satisfação;

No âmbito da **Comunicação com a organização**, consideram que:

- **Canais de comunicação da organização (telefone, mail, redes sociais, serviços online, reuniões):** 46,2% de satisfação;
- **Divulgação e Informação disponibilizada:** 50% de satisfação;
- **Rigor da informação e serviços prestados:** 49,2% de satisfação.

Sobre as questões de **Acessibilidade/Igualdade:**

- **Acesso a cidadãos com necessidades especiais:** 66,2% satisfeitos;
- **Horário de atendimento ao público:** 76,2% satisfeitos;
- **Entidade que promove a igualdade de género (não discriminação entre homens e mulheres):** 60,8% satisfeitos.

Avaliação Global:

- **Satisfação global com serviços prestados pela CCDR Algarve:** 48,5% de satisfação;

No cômputo geral o grau de satisfação apurado assume o nível 4 (4,18).

ANEXO VII

Audição de dirigentes intermédios e trabalhadores

Inquérito de Satisfação dos/as Colaboradores/as 2022

OBJETIVO DO INQUÉRITO

Pretendeu-se, com este inquérito, conhecer o modo como cada colaborador/a percebe a organização, de forma a aferir o seu grau de satisfação e a sua motivação sobre as atividades que desenvolve, bem como a reunião de informação útil para que possam ser promovidas ações de melhoria.

O inquérito foi desenvolvido na plataforma do Google (gráficos dos resultados em anexo), distribuído pelos colaboradores/as da CCDR Algarve para que pudessem responder de forma anónima e confidencial.

Foi deixada em aberto a última questão com o objetivo de recolher sugestões de melhoria no que se refere à adoção de uma Cultura de Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal.

METODOLOGIA UTILIZADA

Foi desenvolvido um inquérito com seis itens diferentes para avaliar o nível de satisfação e motivação dos colaboradores/as, bem como uma última questão em aberto para que pudessem deixar comentários e sugestões de melhoria:

1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização.
2. Satisfação com as condições de trabalho.
3. Satisfação com a gestão de recursos humanos.
4. Motivação pessoal para:
5. Satisfação com a liderança intermédia.
6. Satisfação com a liderança de topo.
7. Comentários e propostas de melhoria.

A última questão foi aberta para que o colaborador/a pudesse registar as suas sugestões de melhoria, com vista à Promoção de uma Cultura de Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal.

A satisfação e motivação foram avaliadas através da seguinte escala:

Classificação de 1 a 5:

**1 = Muito Insatisfeito/a, 2 = Insatisfeito/a, 3 = Pouco Satisfeito/a,
4 = Satisfeito/a e 5 = Muito Satisfeito/a
S/O - Sem Opinião**

Classificação de 1 a 5:

**1 - Muito desmotivado/a, 2 - Desmotivado/a, 3 - Pouco motivado/a,
4 - Motivado/a, 5 - Muito motivado/a
S/O - Sem Opinião**

Classificação de 1 a 5:

**1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo pouco,
4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente
S/O - Sem Opinião**

As questões colocadas encontram-se em anexo.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO

O período de realização foi entre os dias 17 e 27 de dezembro de 2022.

UNIVERSO DE INQUIRIÇÃO E DIMENSÃO DA AMOSTRA

A CCDR Algarve tem, à data do envio do inquérito, 108 colaboradores/as. Neste momento, todos são detentores de caixa de correio eletrónico, pelo que todos receberam este email por via eletrónica.

TAXA DE RESPOSTA

Dos 108 inquéritos enviados por email, responderam 71 colaboradores/as da CCDR Algarve, o que correspondeu a uma taxa de resposta **66%**.

RESULTADOS OBTIDOS E GRAU DE SATISFAÇÃO APURADO

Os resultados obtidos com a informação recolhida através da aplicação do inquérito são os apresentados nos quadros e gráficos referentes às seis questões.

Através do quadro Síntese dos resultados do inquérito de satisfação aos Colaboradores/as da CCDR Algarve, acima mencionado, é possível constatar que a adesão destes ao preenchimento do inquérito foi razoável, tendo resultado numa avaliação global positiva, como se pode verificar nos gráficos a seguir apresentados:

1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização

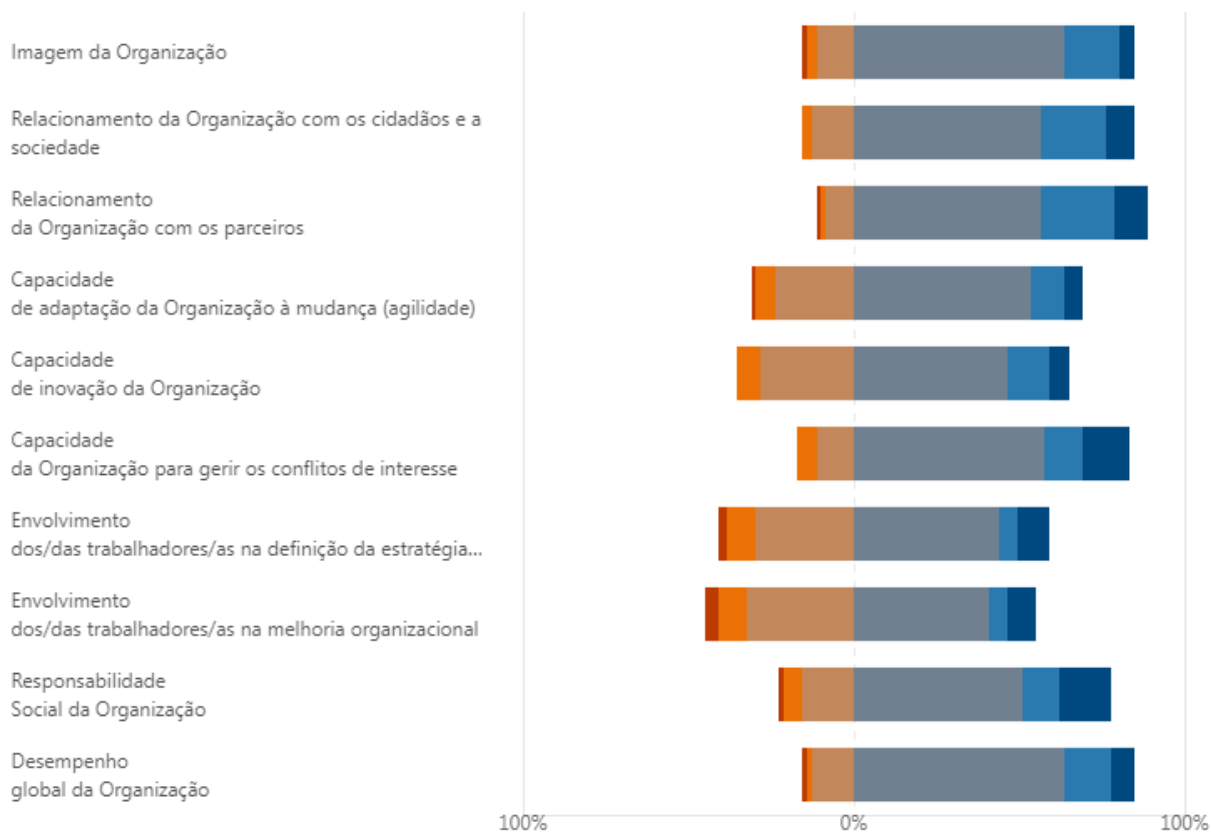
1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização	Cálculo automático Não digitar em nenhuma célula avaliação . respostas (%)					
	1 - Muito Insatisfeito/a	2 - Insatisfeito/a	3 - Pouco Satisfeito/a	4 - Satisfeito/a	5 - Muito Satisfeito/a	S/O Sem opinião
	1	2	3	4	5	
Imagem da Organização	1,4	2,8	11,3	63,4	16,9	4,2
Relacionamento da Organização com os cidadãos e a sociedade	0,0	2,8	12,7	56,3	19,7	8,5
Relacionamento da Organização com os parceiros	1,4	1,4	8,5	56,3	22,5	9,9
Capacidade de adaptação da Organização à mudança (agilidade)	1,4	5,6	23,9	53,5	9,9	5,6
Capacidade de inovação da Organização	0,0	7,0	28,2	46,5	12,7	5,6
Capacidade da Organização para gerir os conflitos de interesse	0,0	5,6	11,3	57,7	11,3	14,1
Envolvimento dos/das trabalhadores/as na definição da estratégia da organização	2,8	8,5	29,6	43,7	5,6	9,9
Envolvimento dos/das trabalhadores/as na melhoria organizacional	4,2	8,5	32,4	40,8	5,6	8,5
Responsabilidade Social da Organização	1,4	5,6	15,5	50,7	11,3	15,5
Desempenho global da Organização	1,4	1,4	12,7	63,4	14,1	7,0

Classificação de 1 a 5:

1 = Muito Insatisfeito/a, 2 = Insatisfeito/a, 3 = Pouco Satisfeito/a, 4 = Satisfeito/a e 5 = Muito Satisfeito/a
S/O - Sem Opinião

1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização

■ 1 - Muito insatisfeito/a
 ■ 2 - Insatisfeito/a
 ■ 3 - Pouco satisfeito/a
 ■ 4 - Satisfeito/a
 ■ 5 - Muito satisfeito/a
■ S/O - Sem Opinião



2. Satisfação com as condições de trabalho

2. Satisfação com as condições de trabalho	Cálculo automático Não digitar em nenhuma célula avaliação . respostas (%)					
	1 - Muito Insatisfeito/a	2 - Insatisfeito/a	3 - Pouco Satisfeito/a	4 - Satisfeito/a	5 - Muito Satisfeito/a	S/O Sem opinião
Ambiente de trabalho entre os elementos da sua Equipa/Unidade Orgânica	0,0	0,0	8,5	25,4	63,4	2,8
Ambiente de trabalho entre Equipas/Unidades Orgânicas	1,4	1,4	12,7	56,3	26,8	1,4
Equipamentos TIC (computadores, portáteis, telefones, impressoras e outros dispositivos)	1,4	8,5	23,9	47,9	18,3	0,0
Aplicações, plataformas e software	0,0	2,8	21,1	54,9	21,1	0,0
Intranet	0,0	1,4	14,1	63,4	21,1	0,0
Mobiliário de trabalho (secretária, cadeiras, estantes e outros)	0,0	2,8	14,1	52,1	29,6	1,4
Condições de higiene e limpeza	0,0	0,0	1,4	63,4	32,4	2,8
Condições de segurança	1,4	4,2	14,1	60,6	16,9	2,8
Medidas de bem-estar desenvolvidas	1,4	7,0	25,4	43,7	11,3	11,3
Espaço de refeições	1,4	4,2	18,3	43,7	11,3	21,1
Espaço de cafetaria	1,4	5,6	18,3	47,9	12,7	14,1

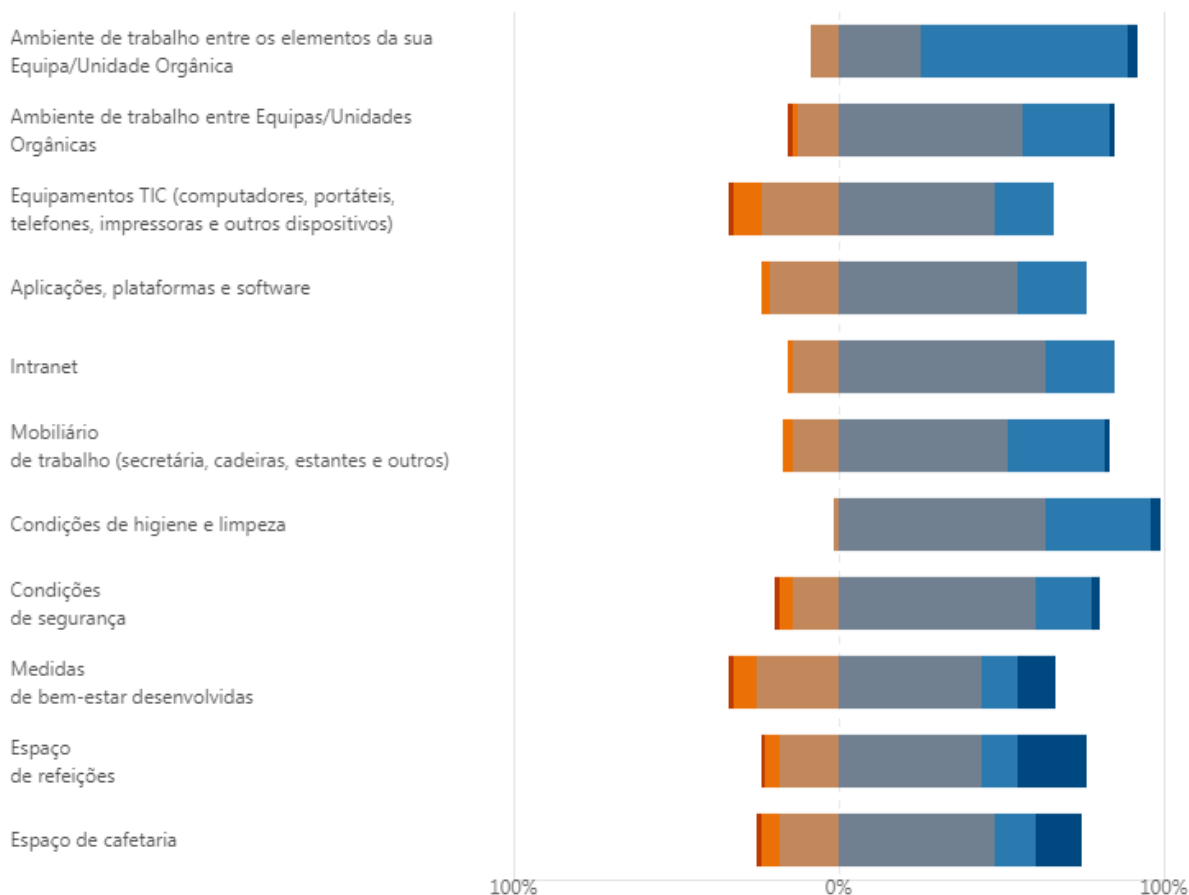
Classificação de 1 a 5:

1 = Muito Insatisfeito/a, 2 = Insatisfeito/a, 3 = Pouco Satisfeito/a, 4 = Satisfeito/a e 5 = Muito Satisfeito/a

S/O - Sem Opinião

2. Satisfação com as condições de trabalho

■ 1 - Muito insatisfeito/a
 ■ 2 - Insatisfeito/a
 ■ 3 - Pouco satisfeito/a
 ■ 4 - Satisfeito/a
 ■ 5 - Muito satisfeito/a
■ S/O - Sem Opinião



3. Satisfação com a gestão de recursos humanos

3. Satisfação com a gestão de recursos humanos	Cálculo automático Não digitar em nenhuma célula avaliação . respostas (%)					
	1 - Muito Insatisfeito/a	2 - Insatisfeito/a	3 - Pouco Satisfeito/a	4 - Satisfeito/a	5 - Muito Satisfeito/a	S/O Sem opinião
Acolhimento e apoio a novos/as trabalhadores/as	1,4	1,4	15,5	43,7	19,7	18,3
Horário de trabalho	0,0	0,0	2,8	60,6	32,4	4,2
Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal	0,0	2,8	14,1	60,6	19,7	2,8
Forma como é implementado o sistema de avaliação do desempenho	8,5	16,9	25,4	36,6	0,0	12,7
Desenvolvimento de competências, nomeadamente através de formação	1,4	7,0	22,5	52,1	15,5	1,4
Igualdade de tratamento e de oportunidades	5,6	7,0	18,3	50,7	5,6	12,7
Melhoria da colaboração, confiança e integração entre colegas (team building e outras ações)	4,2	4,2	23,9	43,7	11,3	12,7

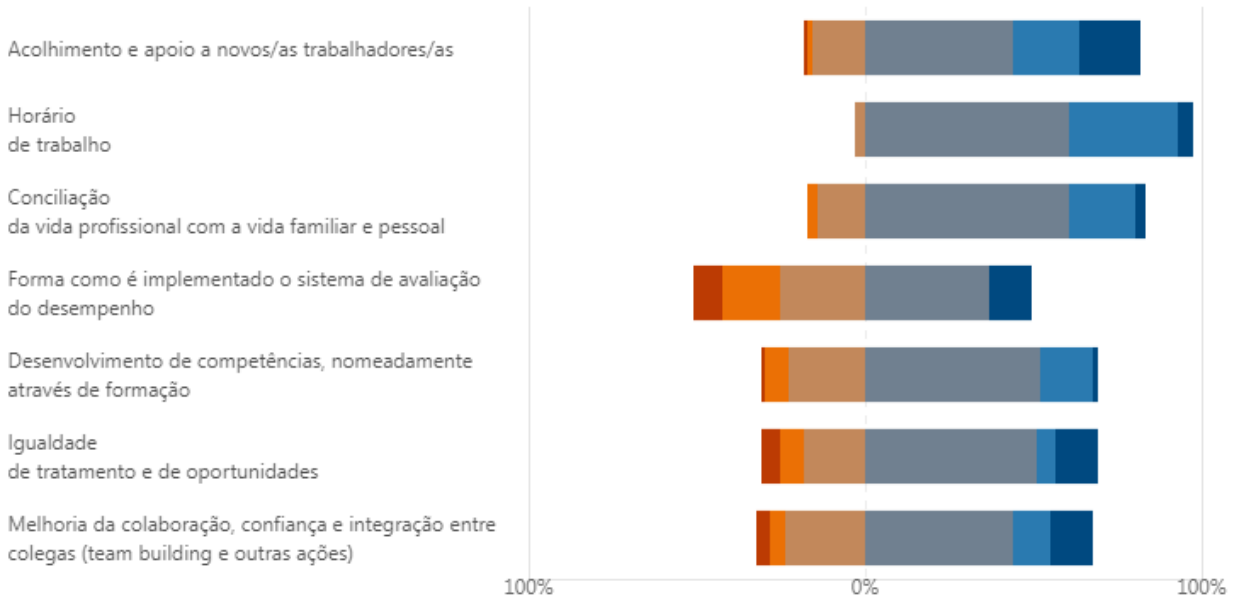
Classificação de 1 a 5:

1 = Muito Insatisfeito/a, 2 = Insatisfeito/a, 3 = Pouco Satisfeito/a, 4 = Satisfeito/a e 5 = Muito Satisfeito/a

S/O - Sem Opinião

3. Satisfação com a gestão de recursos humanos

■ 1 - Muito insatisfeito/a
 ■ 2 - Insatisfeito/a
 ■ 3 - Pouco satisfeito/a
 ■ 4 - Satisfeito/a
 ■ 5 - Muito satisfeito/a
■ S/O - Sem Opinião



4. Motivação pessoal para:

4. Motivação pessoal para:	Cálculo automático Não digitar em nenhuma célula avaliação . respostas (%)					
	1 - Muito desmotivado/a	2 - Desmotivado/a	3 - Pouco motivado/a	4 - Motivado/a	5 - Muito motivado/a	S/O Sem opinião
Aprender novos métodos de trabalho	0,0	1,4	2,8	45,1	50,7	0,0
Desenvolver trabalho de equipa	0,0	0,0	5,6	40,8	53,5	0,0
Participar na melhoria da Organização	0,0	1,4	7,0	45,1	45,1	1,4
Participar em ações de formação	0,0	1,4	5,6	40,8	49,3	2,8
Participar em projetos de Responsabilidade Social	0,0	0,0	8,5	42,3	42,3	7,0

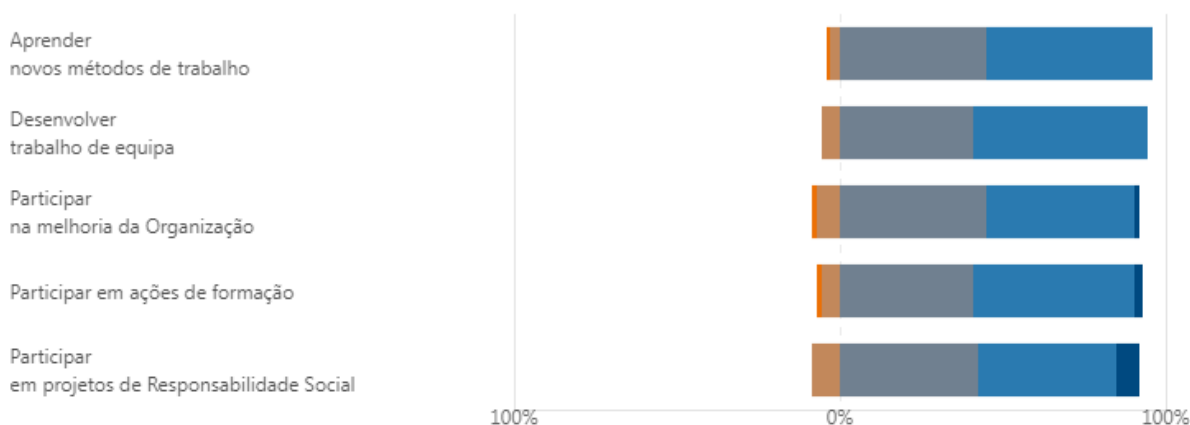
Classificação de 1 a 5:

1 - Muito desmotivado/a, 2 - Desmotivado/a, 3 - Pouco motivado/a, 4 - Motivado/a, 5 - Muito motivado/a

S/O - Sem Opinião

4. Motivação pessoal para:

■ 1 - Muito desmotivado/a
 ■ 2 - Desmotivado/a
 ■ 3 - Pouco motivado/a
 ■ 4 - Motivado/a
 ■ 5 - Muito motivado/a
■ S/O - Sem Opinião



5. Satisfação com a liderança intermédia

5. Satisfação com a liderança intermédia	Cálculo automático Não digitar em nenhuma célula avaliação . respostas (%)					
	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	3 - Concordo pouco	4 - Concordo	5 - Concordo totalmente	S/O - Sem Opinião
Lidera através do exemplo	2	3	14	29	18	5
Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre os objetivos	2	3	9	39	15	3
Aceita e implementa sugestões de melhoria	1	4	12	35	17	2
Estimula a autonomia dos/das trabalhadores/as	2	3	11	31	20	4
Encoraja a confiança mútua e o respeito	2	4	8	30	23	4
Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua	2	4	9	32	20	4
Promove a frequência de ações de formação	0	3	9	34	21	4
Acompanha os/as trabalhadores/as e dá feedback sobre o seu desempenho	2	3	14	31	17	4
Reconhece os esforços individuais e das equipas	0	4	14	28	20	5
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa	0	5	11	30	22	3
Gere os conflitos profissionais e/ou pessoais	3	4	13	28	17	6
Avalia de forma justa e correta o desempenho profissional dos/das colaboradores/as	1	7	7	29	12	15

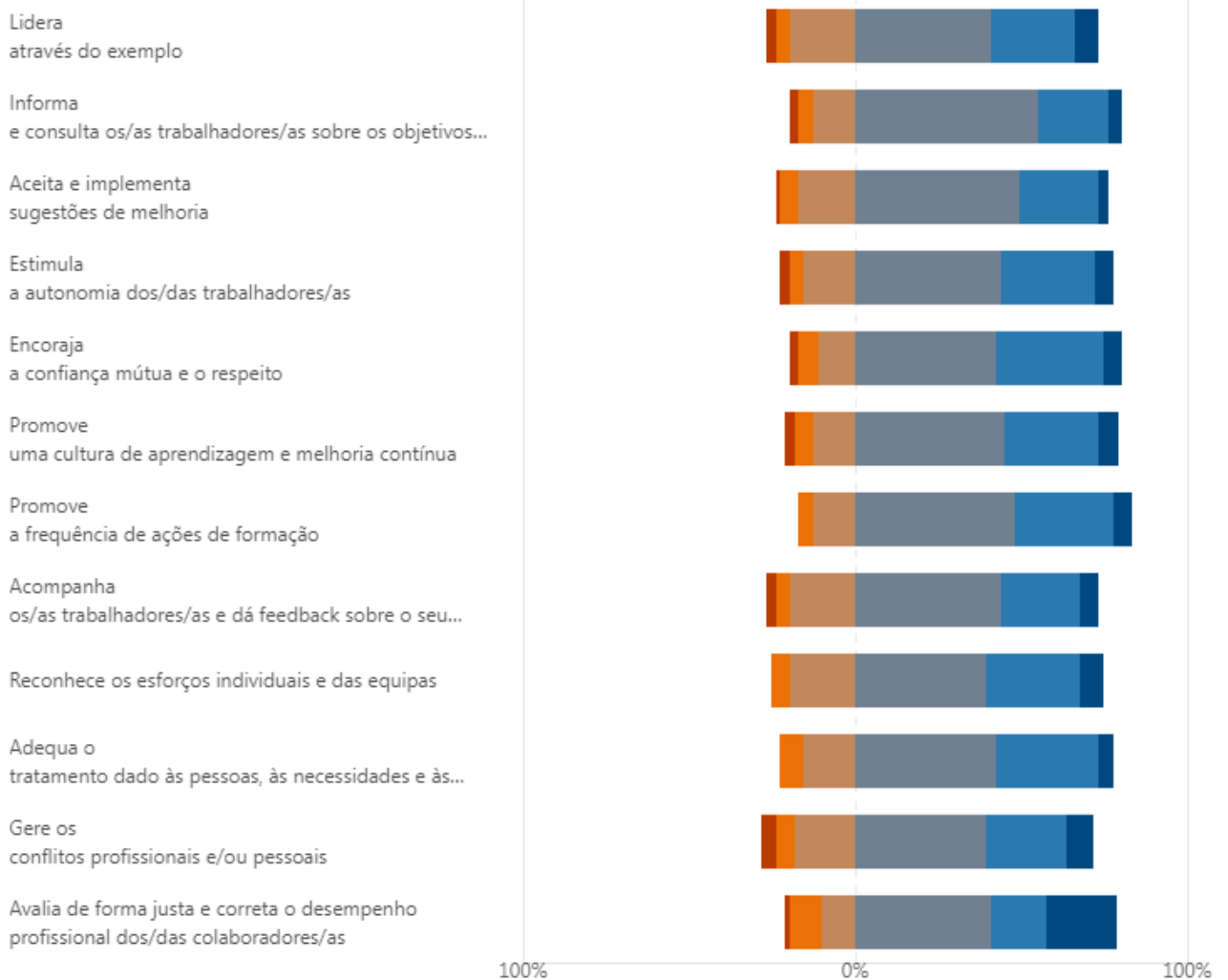
Classificação de 1 a 5:

1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo pouco, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente

S/O - Sem Opinião

5. Satisfação com a liderança intermédia

■ 1 - Discordo totalmente
 ■ 2 - Discordo
 ■ 3 - Concordo pouco
 ■ 4 - Concordo
 ■ 5 - Concordo totalmente
■ S/O - Sem Opinião



6. Satisfação com a liderança de topo

6. Satisfação com a liderança de topo	Cálculo automático Não digitar em nenhuma célula avaliação . respostas (%)					
	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	3 - Concordo pouco	4 - Concordo	5 - Concordo totalmente	S/O - Sem Opinião
Lidera através do exemplo	1	5	11	23	13	18
Capacidade de planeamento e de organização	1	6	12	25	10	17
Capacidade para inovar, desenvolver e modernizar o Organismo	3	2	9	31	10	16
Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre assuntos relevantes para a Organização	1	6	16	30	6	12
Comunica de forma clara com dirigentes e trabalhadores/as	3	3	12	31	9	13
Encoraja a confiança mútua e o respeito	3	4	7	28	10	19
Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua	1	4	5	29	15	17
Promove a frequência de ações de formação	0	0	8	31	22	10
Cria condições para a delegação de responsabilidades e competências	2	4	9	28	7	21
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas	3	6	11	23	6	22

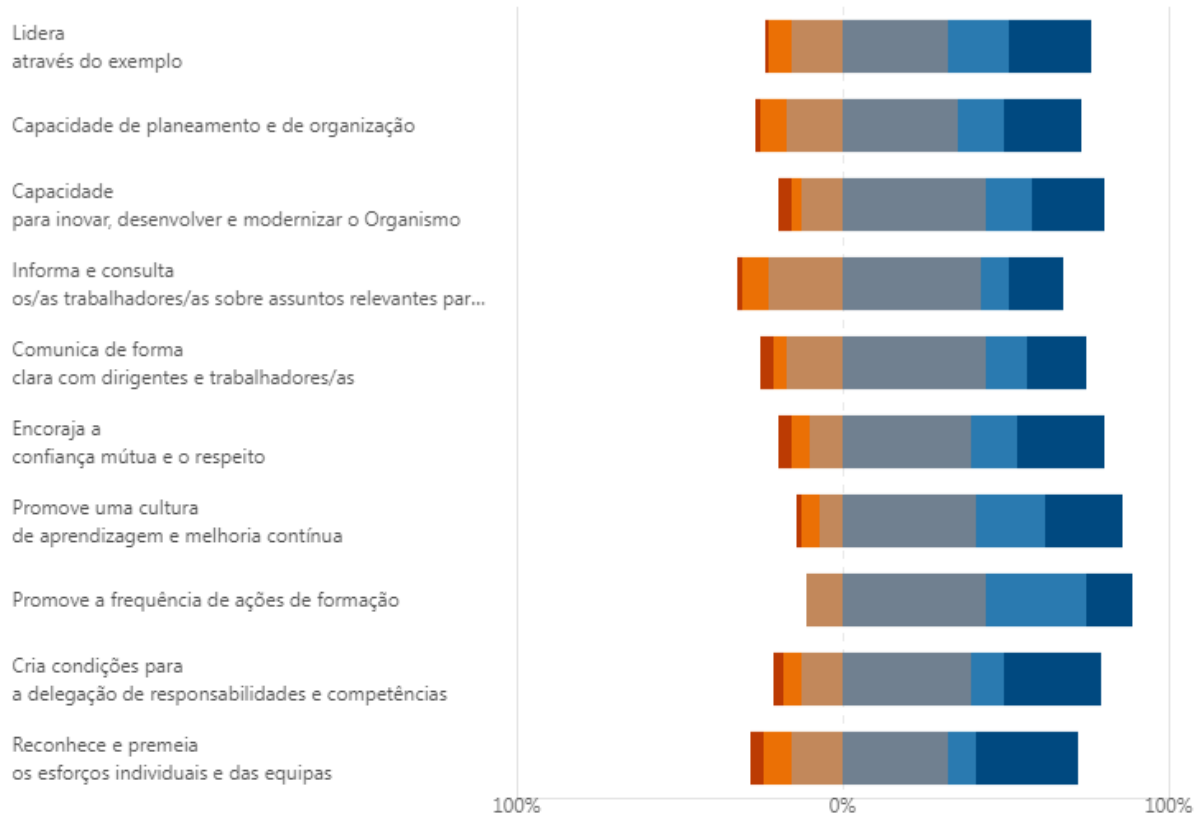
Classificação de 1 a 5:

1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo pouco, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente

S/O - Sem Opinião

6. Satisfação com a liderança de topo

■ 1 - Discordo totalmente
 ■ 2 - Discordo
 ■ 3 - Concordo pouco
 ■ 4 - Concordo
 ■ 5 - Concordo totalmente
■ S/O - Sem Opinião



7. Resultados obtidos

Do total de **108** trabalhadores do quadro da CCDR Algarve, responderam ao questionário **71**, o que se traduz numa percentagem de resposta na ordem dos **66%**.

A primeira questão pretende aferir sobre a **satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização**, em diversas dimensões que *infra* se elencam, aduzindo-se os principais resultados obtidos:

- **Imagem da Organização:** 63,4% dizem-se satisfeitos;
- **Relacionamento da Organização com os cidadãos e a sociedade:** 56,3% consideram-se satisfeitos;
- **Relacionamento da Organização com os parceiros:** 56,3% declaram-se satisfeitos;
- **Capacidade de adaptação da Organização à mudança (agilidade):** 53,5% assumem satisfação neste parâmetro
- **Capacidade de inovação da Organização:** 46,5% estão satisfeitos e 28,2% pouco satisfeitos;
- **Capacidade da Organização para gerir os conflitos de interesse:** 57,7% no grau de satisfação;
- **Envolvimento dos/das trabalhadores/as na definição da estratégia da Organização:** 43,7% dizem-se satisfeitos e 29,6% pouco satisfeitos;
- **Envolvimento dos/das trabalhadores/as na melhoria organizacional:** 40,8% dizem-se satisfeitos e 32,4% pouco satisfeitos;
- **Responsabilidade Social da Organização:** 50,7% declaram-se satisfeitos e 15,5% sem opinião.
- **Desempenho global da Organização:** 63,4% assumem uma posição satisfatória.

Tendencialmente, os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve assumem-se satisfeitos com a Organização, ou seja, nível 4 numa escala de 1 a 5 (correspondendo o 5 à satisfação máxima).

A segunda questão prende a **satisfação com as condições de trabalho:**

- **Ambiente de trabalho entre os elementos da sua Equipa/Unidade Orgânica:** 63,4% dos trabalhadores declaram-se muito satisfeitos;
- **Ambiente de trabalho entre Equipas/Unidades Orgânicas:** 56,3% dizem-se satisfeitos;
- **Equipamentos TIC (computadores, portáteis, telefones, impressoras e outros dispositivos):** 47,9% consideram-se satisfeitos e 23,9% pouco satisfeitos;
- **Aplicações, plataformas e software:** 54,9% declaram-se satisfeitos;
- **Intranet:** 63,4% assumem-se satisfeitos;
- **Mobiliário de trabalho (secretária, cadeiras, estantes e outros):** 52,1% declaram-se satisfeitos;
- **Condições de higiene e limpeza:** 63,4% estão satisfeitos;
- **Condições de segurança:** 60,6% estão satisfeitos;
- **Medidas de bem-estar desenvolvidas:** 43,7% declaram-se satisfeitos e 25,4% pouco satisfeitos;
- **Espaço de refeições:** 43,7% dizem-se satisfeitos;
- **Espaço de cafetaria:** 47,9% assumem-se satisfeitos.

Mais uma vez, os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve avaliam de forma satisfatória (nível 4) as condições de trabalho nesta entidade.

A terceira questão prende-se com a **satisfação com a gestão de recursos humanos**, cujos resultados se enunciam:

- **Acolhimento e apoio a novos/as trabalhadores/as:** 43,7% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos;
- **Horário de trabalho:** 60,6% dizem-se satisfeitos e 32,4% muito satisfeitos;
- **Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal:** 60,6% assumem-se satisfeitos;

- **Forma como é implementado o sistema de avaliação do desempenho:** 36,6% dizem-se satisfeitos e 25,4% pouco satisfeitos; 16,9% insatisfeitos e 8,5 muito insatisfeitos.
- **Desenvolvimento de competências, nomeadamente através de formação:** 52,1% declaram-se satisfeitos e 22,5% pouco satisfeitos;
- **Igualdade de tratamento e de oportunidades:** 50,7% dizem-se satisfeitos;
- **Melhoria da colaboração, confiança e integração entre colegas (*team building* e outras ações):** 43,7% consideram-se satisfeitos

Os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve responderam favoravelmente à questão dos recursos humanos atribuindo uma média de 4 numa escala de 1 a 5 (correspondendo o 5 à satisfação máxima).

A quarta questão pretende aferir a **motivação pessoal** para:

- **Aprender novos métodos de trabalho:** 50,7% dizem-se muito motivados;
- **Desenvolver trabalho de equipa:** 53,5% assumem-se muito motivados;
- **Participar na melhoria da Organização:** 45,1% declaram-se muito motivados e 45,1% motivados;
- **Participar em ações de formação:** 49,3% afirmam-se muito motivados;
- **Participar em projetos de responsabilidade social:** 42,3% apresentam muita motivação.

Nesta questão da motivação pessoal, os resultados obtidos indiciam elevados níveis de motivação dos trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve, ou seja, nível 5.

A quinta questão pretende aferir a **satisfação com a liderança intermédia:**

- **Lidera através do exemplo:** 40,8% concordam;

- **Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre os objetivos e atividades da unidade orgânica:** 54,9% concordam;
- **Aceita e implementa sugestões de melhoria:** 49,3% concordam;
- **Estimula a autonomia dos/das trabalhadores/as:** 43,7% concorda;
- **Encoraja a confiança mútua e o respeito:** 42,3% concorda;
- **Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua:** 45,1% concorda;
- **Promove a frequência de ações de formação:** 47,9% concorda;
- **Acompanha os/as trabalhadores/as e dá feedback sobre o seu desempenho:** 43,7% concorda;
- **Reconhece os esforços individuais e das equipas:** 39,4% concorda;
- **Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa:** 32,3% concorda;
- **Gere os conflitos profissionais e/ou pessoais:** 39,4% concorda;
- **Avalia de forma justa e correta o desempenho profissional dos/das colaboradores/as:** 40,8% concorda.

No que concerne à satisfação com a liderança intermédia, os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve assumem o nível 4 de satisfação com a Organização.

A sexta e última questão prende-se com a **satisfação com a liderança de topo:**

- **Lidera através do exemplo:** 32,4% concorda;
- **Capacidade de planeamento e de organização:** 35,2% concorda;
- **Capacidade para inovar, desenvolver e modernizar o Organismo:** 43,7% concorda;
- **Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre assuntos relevantes para a Organização:** 42,3% concorda;
- **Comunica de forma clara com dirigentes e trabalhadores/as:** 43,7% concorda;
- **Encoraja a confiança mútua e o respeito:** 39,4% concorda;

19/20

- **Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua:** 40,8% concorda;
- **Promove a frequência de ações de formação:** 43,7% concorda;
- **Cria condições para a delegação de responsabilidades e competências:** 39,4% concorda;
- **Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas:** 32,4% concorda.

Em relação à satisfação com a liderança de topo, os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve atribuem o nível 4 de satisfação.

No cômputo geral o grau de satisfação apurado assume o nível 4 (4,17).

ANEXO VIII

Avaliação do Sistema de Controlo Interno

ANEXO A

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	ND	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Na Norma de Controlo Interno.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Conforme as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo interno constantes do Sistema de Controlo Interno.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço(ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo) ?	X			Código de Ética e Conduta Junho 2021
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			No ano 2022 foi ministrada formação em áreas chave a dirigentes e trabalhadores - Ações internas (CCDR Alg) e externas .
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Mediante a realização de reuniões de chefias e a emissão de orientações por parte da Presidência, nomeadamente sob a forma de despachos internos.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		A Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), no âmbito das suas atividades correntes, programadas, tem desenvolvido processos inspetivos, relacionados com operações urbanísticas e outros usos e ações, que implicam a ocupação do solo com caráter efetivo, em que, eventualmente, se verificam infrações e ações de restauração da legalidade, no âmbito dos quais foi auditada a intervenção destes serviços CCDR/DSOT, designadamente quanto à aplicação dos regimes jurídicos da Reserva Ecológica Nacional e da Rede Natura 2000, nas atribuições da competência da CCDR/Direção de Serviços do Ordenamento do Território.
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de Outubro, na sua versão atual – aprova a Orgânica das Comissões de Coordenação Regional; Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril – Determina a Estrutura Nuclear. Despacho n.º 10934/2018, de 23 de novembro de 2018 – Define as Unidades Flexíveis.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	Não aplicável ao ano 2022 por não coincidir com a valiação do biénio.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			97%
3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?		X		Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Organização do Tempo de Trabalho, Regulamento de Cadastro e Inventário, Regulamento de Uso de Veículos, Sistema de Segurança da Informação. De referir que no final do ano de 2022 foi iniciado um procedimento para aquisição dos serviços de elaboração e implementação do manual de procedimentos da CCDR Algarve, de modo a contemplar as sucessivas alterações legislativas, das quais se destaca, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pela Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, o disposto no Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Em normas legais e em despachos de delegação de competências.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			No âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) é elaborado um plano ministerial de compras (PMC) cabendo a cada entidade vinculada, neste caso à CCDR a elaboração do seu plano a remeter para a Unidade Ministerial de Compras (UMC).
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Formalmente não está implementado um sistema de rotação de funções, devido à inexistência de recursos humanos para se efetuar a rotação. Na área administrativa, tem sido promovida a rotação de funções de forma a assegurar o nível mínimo de redundância que permita fazer face a eventuais impedimentos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Na Norma de Controlo Interno integra os procedimentos de controlo interno, com os respetivos fluxos de informação.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Na Norma de Controlo Interno e no Sistema de Gestão Documental.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		X		Atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aplicável ao ano 2022 - em conformidade com o DL nº 109-E/2021, de 9 de dezembro – cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) - documento aprovado pela responsável do cumprimento normativo.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Relatório de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2021) - documento aprovado pela responsável do cumprimento normativo.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Gestão Documental - Filedoc, ERP SINGAP (Recursos Humanos, Contabilidade, Tesouraria, Aprovisionamento, Prestação de Contas), GesGuias e GesPCO.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Existe interoperabilidade entre as aplicações referidas no ponto anterior.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			As aplicações dispõem dos mecanismos que permitem retirar informação fidedigna e atempada produzindo outputs relevantes e fundamentais.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			As aplicações geram outputs relevantes para a gestão e tomada de decisão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			Existem regras para o acesso de terceiros aos sistemas de informação, sendo possível o acesso remoto através de VPN.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Toda a informação residente nos servidores e partilhas de rede é salvaguardada automaticamente (backups).
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Dispõe-se de normas para garantir os requisitos de segurança de acordo com o Sistema de Segurança da Informação.

